

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGUÍSTICA

Carlos Antônio Magalhães Guedelha

**A METAFORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
EM TEXTOS DE EUCLIDES DA CUNHA**

Florianópolis - SC
2013

CARLOS ANTÔNIO MAGALHÃES GUEDELHA

**A METAFORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
EM TEXTOS DE EUCLIDES DA CUNHA**

Tese de Doutorado submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Heronides Maurílio
de Melo Moura.

Florianópolis - SC
2013

Carlos Antônio Magalhães Guedelha

**A METAFORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
EM TEXTOS DE EUCLIDES DA CUNHA**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de DOUTOR EM LINGUÍSTICA e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 21 de junho de 2013

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Orientador – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Emérita Dr^a. Leonor Seliar-Cabral
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dr^a. Mara Sophia Zanotto
Pontífica Universidade Católica – SP

Prof^ª. Dr^a. Edwiges Morato
Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas - SP

Prof. Dr. Cláudio Cruz
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos amores da minha vida, aqueles que as
muitas águas jamais poderão apagar: Nete,
Júnior, André, Carla, Aline;

A Conceição Magalhães Guedelha e João
Guedelha sobrinho (meus pais), que me
lançaram no mundo como um projeto,
para o qual a vida vem apresentando
inúmeras teses. *In memoriam*.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, porque sem Ele nada do que foi feito se fez;

À minha esposa e filhos (Nete, Júnior, André, Carla), pelo incondicional apoio e compreensão nos meus momentos de ausência ou alheamento, assim como pelo incentivo e pelo suporte afetivo imprescindível em todos os momentos;

À Universidade Federal do Amazonas – Ufam, pela oportunidade, incentivo e apoio;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam, pela concessão da bolsa de estudos por um período de seis meses, no período inicial do Estágio;

À Coordenação do curso de Letras da Ufam, Chefia do Departamento, funcionários, alunos e colegas professores, por “aguentarem as pontas” durante a minha ausência;

Ao Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura, meu orientador, pela orientação competente, precisa e segura, tornando minha tarefa menos espinhosa;

Aos diletos colegas do Dinter, pelas angústias e alegrias compartilhadas ao longo de todo o curso, desde a seleção até o presente e, creio, o futuro;

À coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufsc, pela atenção e pelo inestimável aprendizado neste curso de Doutorado;

Aos professores Fábio Lopes da Silva e Cláudio Cruz, pelas prestimosas sugestões apresentadas na Qualificação do projeto de tese;

Aos membros da Banca Examinadora, pelo tempo dedicado em ler a minha tese, e também pela generosidade das contribuições para o seu aprimoramento.

“Descobrimos o Brasil num instante em que os nossos artistas molhavam os pés na orla atlântica, de frente para a Europa, ele lançou o primeiro brado de antropogeografia brasílica emancipada. Foi um rebento alucinado de brasilidade. Criou. Impeliu, ao infinito, a nossa inércia cabocla”.

(Ramayana de Chevalier, no seu discurso de posse na Academia Amazonense de Letras, “Euclides da Cunha e o século”, em referência ao patrono da Cadeira, no ano de 1960.)

RESUMO

Esta tese é resultado da pesquisa que teve como objetivo geral analisar em que consiste o discurso metafórico de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, e como esse discurso se organiza em textos que o autor escreveu. O delineamento desse objetivo geral decorreu dos seguintes problemas de pesquisa: em que consiste o discurso metafórico de Euclides da Cunha sobre a Amazônia? de quais metáforas ele se utiliza para descrever a Amazônia em seus textos? Por que ele se utilizou de tantas metáforas para se referir à região? O estudo buscou resposta(s) para tais questões, nos limites da natureza da pesquisa, que seguiu três grandes eixos norteadores: Amazônia, Euclides da Cunha e Metáfora. Por meio da análise de textos de Euclides, procuro mostrar que ele foi um grande metaforista. Realizo a leitura de metáforas amazônicas de Euclides a partir das abordagens *clássica* (iniciada por Aristóteles), *interacionista* (cujo precursor foi I. A. Richards e cujo principal expoente foi Max Black) e *conceptual* (criada George Lakoff e Mark Johnson) e a da *metáfora viva* (proposta por Ricoeur). Exploro, a partir de cada uma dessas teorias, metáforas que Euclides da Cunha criou para refletir sobre sua obra e para descrever aspectos geográficos e paisagísticos da Amazônia, assim como a gente, as relações sociais, os conflitos de fronteira e outros flagrantes da região. Discorro sobre a visão de Euclides a respeito da Amazônia, tendo como ponto de partida as suas metáforas amazônicas, e exploro a dicotomia escrita artística x escrita científica em textos do escritor. O estudo apoia-se em uma hipótese básica: Euclides da Cunha, em seus textos amazônicos, debate-se em dois dilemas cruciais: primeiramente a dificuldade em lidar

com uma tríplice fronteira que tinha que ultrapassar: as fronteiras do território, da ciência e do compreensível; em segundo lugar, as reflexões metalinguísticas a respeito de seus textos, quando titubeia frente às linhas cruzadas da ciência com a ficção, por sentir incompatibilidade entre texto literário e texto científico, mas ao mesmo tempo não conseguir se libertar da tendência de conciliar essas duas metodologias, para ele inconciliáveis. Neste trabalho, defendo a tese de que a metáfora foi o recurso encontrado por Euclides da Cunha para lidar com esses dois dilemas. Desenvolvo considerações sobre essa dicotomia nos escritos de Euclides da Cunha, tomando por base as considerações teóricas de Ricoeur (1983), Lakoff e Johnson (2002) e Paiva (2005), principalmente. O percurso metodológico desta tese deu-se pelo canal da pesquisa bibliográfica, incluindo-se nesse escopo: os pontos decisivos da tradição escrita dos viajantes sobre a região amazônica, do relato de Carvajal ao século XIX; textos de Euclides da Cunha, principalmente os que se encontram reunidos na coletânea *Amazônia – um paraíso perdido*, editado em 2003 pela Editora Valer, de Manaus/Am, além da correspondência ativa do autor em que se refere à região; textos de teoria sobre a metáfora, com o cotejamento de diferentes visões e vertentes; reflexões sobre a dicotomia linguagem científica x linguagem artística. A pesquisa bibliográfica forneceu elementos para a fundamentação teórica e contribuiu para enformar as análises realizadas e a versão final desta tese. Entre os postulados teóricos imprescindíveis para o embasamento do estudo, estão os conceitos de Amazônia, metáfora, metalinguagem e literatura. O cotejo das diferentes visões e vertentes sobre a metáfora que revisito me permitiu recolher dados complementares, vindos das diversas

concepções, que contribuíram decisivamente para que eu pudesse exercitar um olhar mais diversificado, a partir de ângulos diferentes, sobre as principais metáforas que Euclides da Cunha criou em sua interpretação da Amazônia. E, considerando que os textos do autor são recheados de metáforas, destaquei para o estudo apenas aquelas que são relevantes para a hipótese que levantei. A pesquisa aponta que Euclides ensinou construir uma linguagem que sintetizasse as verdades da ciência e da arte. Escrevendo sobre a Amazônia, chegou a ensaiar esse discurso, mas ele ficou incompleto, à semelhança da incompletude da própria terra. Euclides achou a chave do enigma na metáfora – só ela pode dizer o indizível, traduzir o intraduzível, abarcar o inabarcável. Por isso, Euclides dela se valeu sem parcimônia. A metáfora se apresenta aí como uma ponte sobre o abismo do inefável. E ela ainda contribui para hachurar muitas incômodas lacunas tanto da linguagem científica quanto da artística. Concluo que, tanto no caso dos sertões baianos como no da Amazônia, foi a metáfora que redimiu Euclides, dando vigor à sua escrita e oferecendo a chave de acesso a um mundo inacabado para, de algum modo, compreendê-lo.

Palavras-chave: Euclides da Cunha, Amazônia, Metalinguagem, Metáfora.

ABSTRACT

This thesis is the result of a research which had as objective analyzing Euclides da Cunha's metaphorical discourse about Amazonia, and how that discourse is organized in the texts written by this author. The design of this general objective arose from the following research problems: what is Euclides da Cunha's metaphorical discourse about Amazonia made of? What metaphors does he use to describe Amazonia in his texts? Why did he use so many metaphors to refer to the region? The study has searched for answer(s) to such questions, on the limits of the research nature, which has followed along three big guiding axes: Amazonia, Euclides da Cunha, and Metaphor. Through the analysis of Euclides's texts, I try to show that he was a good metaphorist. I make the reading of the Amazonian metaphors in Euclides from a classical approaching (initiated by Aristotle), an interactionist approaching (whose precursor was I. A. Richards, and whose main exponent was Max Black), and conceptual approaching (created by George Lakoff and Max Johnson), and the live metaphor (proposed by Ricoeur). I explore, from each one of these theories, metaphors which Euclides da Cunha created for reflecting about his work and for describing geographical and landscaping aspects of Amazonia, as well as the people, social relationships, boundary conflicts, and other region snapshots. I describe Euclides da Cunha's views on the Amazonia, having as starting point his Amazonian metaphors, and I explore the dichotomy on artistic writing versus scientific writing on the writer's texts. The study has its support on one basic hypotheses: Euclides da Cunha, on his Amazonian texts, fights two crucial dilemmas: firstly the difficulty of

dealing with a threefold boundary he had to pass by: boundaries of territory, of science, and of comprehensible things; secondly, the metalinguistic reflections about his texts, when he stumbles before science crossed lines with fiction, by feeling incompatibility between literary text and scientific text, but at the same time, he does not get rid of the trend of conciliating these two methodologies, inconceivable for him. In this work, I defend the thesis that the metaphor was the recourse found by Euclides da Cunha for dealing with two dilemmas. I develop considerations about this dichotomy in Euclides da Cunha's writings, taking as basis the theoretical considerations of Ricoeur (1983), Lakoff and Johnson (2002) and Paiva (2005), principally. The methodological way of this thesis was made by the channel of bibliographic research, including on this purpose: the decisive points of travellers' writing tradition about the Amazonia region, Carvajal's reports on the nineteenth century; Euclides da Cunha's texts, mainly those on Amazonia collectanea – *a lost paradise*, published in 2003 by Editora Valer in Manaus/Am, besides the author's active letters where he refers to the region; texts of theories about metaphors regarding different views and reflections on the dichotomy scientific language versus artistic language. The bibliographic research has supplied elements for the theoretical foundation and contributed for reinforcing the analyses and the final version of this thesis. Among the theoretical principles, indispensable for the study support, are the concepts on Amazonia, metaphor, metalanguage, and literature. The checking of different views and slopes on metaphor which I revisit has allowed me to recollect supplementary data, from diverse conceptions, which decisively contributed for enabling me a more

diversified view, on different angles, about the main metaphors that Euclides da Cunha created on his interpretation of Amazonia. And, considering that the author's texts are full of metaphors, I pointed out for this study only those that are relevant for the hypothesis highlighted. The research points out that Euclides wanted to build a language that synthesized the science and art truth. Writing about Amazonia, he has started this discourse, but it was incomplete, like the own earth incompleteness. Euclides has found the key for the metaphor enigma – it only is able to say the unsayable, translate the untranslatable, embrace the unembraceable. Therefore, Euclides used it without parsimony. Metaphor is introduced there as a bridge over the ineffable abyss. And it still contributes to fill in many troublesome gaps both on scientific and artistic language. So I conclude that both in the case of *sertões baianos* and Amazonia, it was the metaphors that have redeemed Euclides, giving vigor to his writings and offering an access key to an unfinished world for in a certain way comprehend him.

Key-words: Euclides da Cunha, Amazonia, Metalanguage, Metaphor.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Função estética da metáfora e subfunções.....	130
Quadro 2: Metáfora conceptual e metáfora linguística...	137
Quadro 3: Termos criados por Richards para descrever o fenômeno metafórico	138
Quadro 4: Paralelo entre as teorias substitutivista, comparativa e interacionista	141
Quadro 5: Oposições espaciais	162
Quadro 6: Metáforas ontológicas	165
Quadro 7: Paralelo entre a paródia e a paráfrase	205
Quadro 8: Outras metáforas amazônicas de Euclides.	285

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

Amazônia – textos fundadores	26
1.1 As fontes de Euclides da Cunha	27
1.2 Amazônia – a origem do nome	33
1.3 Os primeiros cronistas	38
1.4 Viagens, aventura e ciência	48
1.5 Seringueiro, o “sísifo” amazônico – limiar do século XX	56

CAPÍTULO 2

Euclides da Cunha	64
2.1 Infância e adolescência de Euclides	65
2.2 O “episódio da baioneta”	70
2.3 De “insubmisso” a “herói” republicano	72
2.4 A gestação de <i>Os sertões</i>	73
2.5 Crise e conflitos nas fronteiras amazônicas	82
2.6 Os contornos de uma tragédia	88

CAPÍTULO 3

Lendo metáforas amazônicas de Euclides	94
3.1 Lendo metáforas de Euclides pela abordagem clássica	99
3.1.1 O retorno a Aristóteles	99
3.1.2 Metáfora e as “figuras vizinhas”	111
3.1.2.1 Metáfora e comparação	111
3.1.2.2 Metáfora e metonímia	115
3.1.2.3 Metáfora e outras “figuras vizinhas”	120
3.1.2.3.1 Personificação	120
3.1.2.3.2 Sinestesia	122
3.1.2.3.3 Hipérbole	122

3.1.2.3.4 Eufemismo	125
3.1.2.3.5 Antonomásia	127
3.1.2.3.6 Ironia	128
3.1.2.3.7 Paradoxo ou oxímoro	129
3.1.3 Função estética da metáfora	130
3.1.4 Abordagens comparatista e substitutivista	131
3.2 Lendo metáforas de Euclides pela abordagem interacionista	136
3.2.1 I. A. Richards	136
3.2.2 Max Black	139
3.3 Lendo metáforas de Euclides pela abordagem da metáfora conceptual	146
3.3.1 Tipologia da metáfora conceptual	161
3.3.2 A metáfora do canal (ou conduto)	166
3.3.3 Ideias gerais sobre a metáfora	168
3.4 Lendo metáforas de Euclides em parceria com Ricoeur	170
3.5. Metáforas metalinguísticas	178
3.5.1 Um livro como vingança	181
3.5.1.1 O primeiro “livro vingador”	181
3.5.1.2 O segundo “livro vingador”	191
3.5.2 Um livro como filho	200

CAPÍTULO 4

Condensações e deslocamentos	203
4.1 A primeira visão e algumas revisões	206
4.2 Paraíso perdido e inferno verde	224
4.3 Judas-asverus ou sísifo amazônico	234

CAPÍTULO 5

Entre o artista e o cientista, a metáfora	252
5.1 Ciência em <i>animus</i> , arte em <i>anima</i>	252
5.2 Consórcio da ciência e da arte	260

5.3 Metáfora, acima dos mitos	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS	302

INTRODUÇÃO

No século XVI, o cronista da expedição do capitão espanhol Francisco Orellana, frei Gaspar de Carvajal, lavrou um relato sobre a descida do grande rio por aquela expedição, inaugurando dessa forma uma vultosa tradição de discursos escritos sobre a região amazônica.

Entre os viajantes que se pronunciaram sobre a Amazônia, constam aventureiros que circularam pela região desde o século XVI até o século XVIII, aproximadamente, e cientistas que, do século XVIII ao XIX, andaram mapeando e inventariando a região. Posteriormente, já no século XX, foi a vez de um sem-número de profissionais liberais entrarem em cena, principalmente médicos, jornalistas, advogados, engenheiros, militares e comerciantes atraídos pela ilusão da fortuna no apogeu do ciclo da borracha ou por outras demandas geradas pelo próprio ciclo. E legaram à região seus discursos lavrados em livros e jornais, cada um interpretando a terra e a gente amazônida ao seu modo. Entre estes se encontra Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha chegou à Amazônia em dezembro de 1904, na função de chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, tendo passado por Belém em viagem a Manaus, de onde embarcou em direção às cabeceiras do referido rio, a fim de proceder ao seu levantamento cartográfico.

Antes do início dessa empreitada, colocada sobre seus ombros pelo Ministério das Relações Exteriores, Euclides lera avidamente os viajantes que, antes dele, tomaram contato com a região. Conhecia-lhes os discursos sobre essa considerável porção do Brasil: Spix

e Martius, La Condamine, Castelnau, H. W. Bates, Luis Agassiz, Alfred Wallace, William Chandless, Samuel Fritz, João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, entre tantos outros. E além de muito ler, Euclides ocupou-se também em escrever. Escreveu artigos em jornais, livros, ensaios, crônicas, correspondências e relatórios sobre a região.

Em grande parte de seus escritos, como já acontecera em *Os Sertões* e outros textos anteriores, fundem-se o cientista e o artista, o jornalista e o poeta, o engenheiro e o literato, o documentarista e o ficcionista. Foi principalmente a partir desta premissa que nasceu o meu interesse de desenvolver um estudo que operasse uma análise da obra de Euclides, destacando primordialmente os textos e passagens em que é evidente a metaforização, com vistas a dimensionar como se opera, no seu discurso escrito, a construção do texto metafórico.

Dessa forma, defini os seguintes problemas de pesquisa: Qual é a visão de Euclides da Cunha sobre a Amazônia expressa nas metáforas que ele utilizou para se referir à região? de quais metáforas ele se utiliza para descrever a Amazônia em seus textos? Por que ele se utilizou de tantas metáforas para se referir à Amazônia? O estudo buscou resposta(s) para tais questões, nos limites da natureza da pesquisa.

Com base nessa problematização, os objetivos da pesquisa foram assim definidos:

Objetivo geral: Analisar o discurso metafórico de Euclides da Cunha sobre a Amazônia e como esse discurso se organiza nos textos que o autor escreveu.

Objetivos específicos:

a) Ler metáforas amazônicas de Euclides a partir das abordagens clássica, interacionista e conceptual,

mostrando que essas metáforas podem ser lidas com base em diferentes teorias;

b) Discorrer a respeito da visão de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, tendo como ponto de partida as suas metáforas amazônicas;

c) Explorar a dicotomia escrita artística x escrita científica em textos de Euclides da Cunha.

O meu estudo apoia-se em uma hipótese básica: Euclides da Cunha, em seus textos amazônicos, debate-se em dois dilemas cruciais: o primeiro diz respeito à sua dificuldade em lidar com uma tríplice fronteira que tinha que ultrapassar: as fronteiras do território, da ciência e do compreensível; o segundo é concernente às reflexões metalinguísticas de revisão de sua obra, quando titubeia frente às linhas cruzadas da ciência com a ficção, por sentir incompatibilidade entre texto literário e texto científico, mas ao mesmo tempo não conseguir se libertar da tendência de conciliar essas duas metodologias, aparentemente inconciliáveis. Neste trabalho, defendo a tese de que a metáfora foi o recurso encontrado por Euclides da Cunha para lidar com esses dois dilemas.

Na formulação dessa hipótese, baseei-me principalmente nos estudos de Rabello (1966), Oliveira (1983), Galvão (1984), Tocantins (1992), Braga (2002), Mota (2003) e Pinto (2006), um conjunto de escritos que mostram, cada um à sua maneira, que Euclides inicia sua interpretação da Amazônia vendo apenas homogeneidade e monotonia entediante onde há na verdade heterogeneidades múltiplas. Suas primeiras impressões sobre a região foram de desapontamento e decepção em relação às expectativas que alimentara a partir das “monografias” que lera. Mas dessa visão “aérea” homogeneizante, ele deriva para a denúncia da espoliação dos seringueiros pelos patrões arrivistas, que

os escravizavam. Nesse sentido, evolui do mero geografismo para o enfoque sociocultural forjado pelos flagrantos que vivenciou no decurso de sua expedição ao longo dos rios Amazonas e Purus.

Euclides tinha, na Amazônia uma tarefa científica (ou técnica): observar o comportamento dos rios nas diferentes estações climáticas e avaliar a possibilidade do estabelecimento de uma rede de vias navegáveis, visando ao transporte fácil e barato das riquezas ali existentes (LIMA, 2003). Tentando levar a efeito sua missão de cientista, como escritor, via-se constantemente enredado em um duplo “estorvo”: por um lado, a sua latente verve de literato e, por outro, o fato de que a Amazônia em tudo favorece a “hipertrofia da imaginação” (CUNHA, 2003, p. 37)¹. Essas seriam as duas faces de um dilema que vai se desenrolar ao longo de toda a escritura sobre a região. Nas palavras do autor,

a literatura amazônica, amplíssima, reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso (...) É que o grande rio, malgrado a sua monotonia soberana, evoca em tanta maneira o maravilhoso, que empolga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido. As “amazonas” de Orellana, os titânicos “curriquerés” de Guillaume de L’isle, e a “Manoa del Dorado”, de Walter Raleigh, formando no passado um tão deslumbrante ciclo quase mitológico, alcochetam-se em nossos dias às mais

¹ Neste estudo, para as citações diretas de textos de Euclides da Cunha, utilizo o livro publicado em 2003 pela Editora Valer, que reúne todos os textos amazônicos do autor.

imaginosa hipótese da ciência. (CUNHA, 2003, p. 36-37)

Como decorrência da aludida hipertrofia da imaginação, ele percebe que “às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham-se em hipérboles” (CUNHA, 2003, p. 37). E sente que isso acontece no seu próprio discurso sobre a região, o que de certa forma o enche de preocupações. Evidentemente, essa forma de ver a ciência e a imaginação criativa habitando em mundos diferentes, sem diálogos possíveis, era a base de todo um conjunto de ideias e valores que se vinculavam às ideologias dominantes na época de Euclides, uma longa tradição que atingiu o seu ápice na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Neste estudo, no entanto, defendo a ideia de que ciência e imaginação não são mutuamente excludentes, que o diálogo entre elas é não apenas possível, mas quase sempre necessário. Lanço mão, nesse mister, das reflexões de Paiva (2005) que, estudando a obra de Gaston Bachelard, elabora um rico painel elucidativo a respeito da imaginação na ciência, na poética e na sociologia. Paiva (2005, p. 16) comprova que “a linguagem científica – ao menos se nos inserimos na tradição moderna – pretende, até onde for possível, expurgar os indícios de manifestação da subjetividade ou da imaginação em suas construções, em seus sistemas teóricos”. Mas a questão tem um outro lado:

Muitos foram os que escreveram sobre a esterilidade do pensamento científico quando ele se esquia da força criadora do ato imaginante, sustentando-se na ilusória asserção de que a metodologia adequada seria o bastante para o desenvolvimento, o avanço, o alargamento do

pensamento científico. Entre eles está o próprio Max Weber (PAIVA, 2005, p. 16).

Por isso Paiva (2005, p. 17) teoriza, em um estudo muito bem documentado, que

para que algo aflore é imprescindível que a imaginação criadora se infiltre e conquiste seu lugar no âmbito do pensamento científico. Às muitas críticas tecidas à ideia de que os recursos metodológicos por si sós conduzem às novas descobertas, subjaz o reconhecimento de que, por maior que seja o esforço de minimizar o papel da imaginação, ela se torna crucial para que, da mera observação, do método pré-estipulado, seja possível alçar o âmbito da novidade, de modo que a ciência se revigore incessantemente.

Com base nessa concepção, procuro mostrar que o dilema que tanto perseguia Euclides da Cunha em sua metalinguagem constitui exatamente o motor da incrível aceitabilidade de sua obra por parte do público e da crítica, uma obra cuja recepção, em termos de ataque e defesa, não tem similar na literatura brasileira: a fusão do artista e do cientista levou à expressão metafórica, pois como demonstra Sardinha (2007), a ciência precisa de metáforas. Dito de outra forma, as metáforas são essenciais na teorização, na produção e na divulgação da ciência.

O percurso metodológico desta tese deu-se pelo canal da pesquisa bibliográfica, incluindo-se nesse escopo:

a) Os pontos decisivos da tradição escrita dos viajantes sobre a região amazônica, do relato de Carvajal ao século XIX, com base nos livros *A Viagem das ideias*, de Renan Freitas Pinto; *A Invenção da Amazônia*, de

Neide Gondim; *História da Amazônia*, de Márcio Souza; *O rio comanda a vida*, de Leandro Tocantins; *História do Amazonas*, de Arthur Cezar Ferreira Reis, entre outros;

b) Textos de Euclides da Cunha, principalmente os que se encontram reunidos na coletânea *Amazônia – um paraíso perdido*, editado em 2003 pela Editora Valer, de Manaus/Am, além da correspondência ativa do autor em que se refere à região;

c) Textos de teoria sobre a metáfora, com o cotejamento de diferentes visões e vertentes;

d) Reflexões sobre a dicotomia linguagem científica x linguagem artística.

A pesquisa bibliográfica forneceu elementos para a fundamentação teórica e contribuiu para enformar as análises realizadas e a versão final desta tese. Entre os postulados teóricos imprescindíveis para o embasamento do estudo, estão os conceitos de Amazônia, metáfora, metalinguagem e literatura.

Dessa forma, a pesquisa seguiu três eixos norteadores e convergentes principais: Euclides da Cunha (o autor), Amazônia (o assunto) e metáfora (o procedimento). Assim sendo, cada um desses “eixos” mereceu um capítulo à parte, para uma melhor explicação da tese.

Por fim, a versão final do texto ficou dividida em seis capítulos, como segue:

O capítulo 1, intitulado “Amazônia, textos fundadores”, desenvolve considerações em torno dos mais decisivos escritos de viajantes a respeito da região, anteriores a Euclides da Cunha;

O capítulo 2, com o título “Euclides da Cunha”, consiste num levantamento dos traços biobibliográficos fundamentais do autor, aquilatando a relação entre sua vida e sua obra;

O capítulo 3, denominado “Lendo metáforas amazônicas de Euclides”, aborda as percepções teóricas a respeito da metáfora, focalizando fundamentalmente a abordagem *clássica* (iniciada por Aristóteles), a *interacionista* (cujo precursor foi I. A. Richards e cujo principal expoente foi Max Black), a *conceptual* (criada George Lakoff e Mark Johnson) e a da metáfora viva (proposta por Ricoeur). Exploro, a partir de cada uma dessas teorias, metáforas que Euclides da Cunha criou para refletir sobre sua obra e para descrever aspectos geográficos e paisagísticos da Amazônia, assim como a gente, as relações sociais, os conflitos de fronteira e outros flagrantes da região;

O capítulo 4, com o nome de “Condensações e deslocamentos”, traz considerações sobre metáforas parafrásicas e parodísticas de Euclides da Cunha em seus escritos amazônicos;

O capítulo 5, cujo título é “Entre o artista e o cientista, a metáfora”, apresenta considerações sobre essa dicotomia nos escritos de Euclides da Cunha, tomando por base as considerações teóricas de Ricoeur (1983), Lakoff e Johnson (2002) e Paiva (2005), entre outros.

Nas reflexões sobre a metáfora, adotei o traçado diacrônico proposto por Sardinha (2007) no estudo intitulado “Teorias da metáfora”. Nesse sentido, fiz a seguinte delimitação, necessária a um tema com o qual a humanidade vem se debatendo há mais de dois mil e quinhentos anos: o início do percurso teórico se dá com Aristóteles, e não poderia ser diferente, tendo em vista ser ele o pioneiro nesse tipo de estudo. Dessa forma, revisito a teoria aristotélica da metáfora como um recurso linguístico substitutivo, em que o uso de um termo em lugar de outro acarreta a transferência de sentido de uma coisa para outra. O passo seguinte é o enfoque de duas

teorias que rejeitam a ideia da metáfora como desvio do sentido literal, como figura, adorno linguístico e matéria de retórica e inventividade poética, visão bastante cultivada desde Aristóteles, com ligeiras variações, até boa parte do século XX. A primeira é a abordagem chamada de interacionista de I. A. Richards (com os conceitos de *tópico*, *veículo*, *base* e *tensão*) e Max Black (com as noções de substituição, comparação e interação); a segunda é a vertente cognitiva de George Lakoff e Mark Johnson (com a teoria da metáfora conceptual), dando conta de que a metáfora é uma questão de pensamento e ação, e não apenas de linguagem. Nesse percurso, abro espaço também para os contrapontos apresentados por Paul Ricoeur (com a ideia da metáfora como operação no nível da semântica da frase e não da semântica da palavra) e Walter de Castro (com a teoria da metáfora e suas funções disimuladora, potencializadora e unificadora das noções e impressões).

O cotejo das diferentes visões e vertentes sobre a metáfora que revisito me permitiu recolher dados complementares, vindos das diversas concepções, que contribuíram decisivamente para que eu pudesse exercitar um olhar mais diversificado, a partir de ângulos diferentes, sobre as principais metáforas que Euclides da Cunha criou em sua interpretação da Amazônia. E, considerando que os textos do autor são recheados de metáforas, destaquei para o estudo apenas aquelas que são relevantes para a hipótese que levantei.

CAPÍTULO 1

Amazônia – textos fundadores

*“Um belo mundo
de muitos lagos
de muitos rios.*

*Um belo mundo
de muitas matas
de muitas vidas
elementares.*

*Um belo mundo
de muitas lendas
de muitas mortes
antecipadas.”*
(Alcides Werk, *Trilha D’água*)

Neste capítulo, realizo um levantamento bibliográfico e desenvolvo considerações em torno de textos sobre a Amazônia anteriores aos escritos de Euclides da Cunha. Por necessidade de delimitação, atendo-me aos textos mais consagrados e mais representativos dos viajantes, desde o relato do frei Gaspar de Carvajal, escrivão da expedição pioneira de Francisco Orellana (século XVI), até os viajantes que circularam pela região no século XIX e sobre ela escreveram. Tomo por base, especialmente, os recortes feitos por Souza (2009), Pinto (2006), Garcia (2005), Ugarte (2003), Reis (1998), Gondim (1994) e Tocantins (1982). Revisito, com o apoio desses recortes, as fontes primordiais de Euclides da Cunha, onde ele buscou elementos para a construção de sua visão sobre a Amazônia.

O presente capítulo subdivide-se em cinco itens, com os seguintes títulos: “As fontes de Euclides da Cunha”, “Amazônia – origem do nome”, “Os primeiros cronistas”, “Viagens, aventura e ciência” e “Seringueiro, o ‘sísifo’ amazônico – limiar do século XX”.

1.1 As fontes de Euclides da Cunha

Os dois primeiros europeus que puseram os pés na Amazônia foram os espanhóis Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, ambos no ano de 1500, quando Cabral ainda nem pisara nas terras que futuramente viriam a ser chamadas de brasileiras. Pinzón batizou o rio “com o nome de *Santa Maria de la Mar Dulce*, embora seus companheiros o denominassem de Marañón” (UGARTE, 2003, p. 5). Nesse gesto duplo de contactar e nomear, ele inaugurou “na história da Amazônia, uma cadeia de encontros – seguidos imediatamente de confrontos – com os nativos, já que o primeiro contato resultou na captura de 36 indígenas, embarcados nos navios espanhóis” (UGARTE, 2003, p. 5).

Pinzón introduziu a região no intrincado traçado de conquistas e colonização da Espanha. E apenas alguns dias depois, seria a vez de Diego de Lepe chegar ao mesmo ponto onde estivera a expedição de Pinzón. Os indígenas, movidos pela amarga lembrança dos parentes aprisionados e assombrados ante a possibilidade de serem escravizados, ofereceram-lhe uma acirrada resistência, e do confronto mortal resultaram grandes baixas dos dois lados.

Apesar de essas duas expedições apenas terem chegado ao rio Amazonas, sem, contudo, navegá-lo por inteiro, Ugarte (2003, p. 6), entende que elas

inauguraram “a percepção europeia sobre o mundo amazônico, em duas vertentes:

a) O encanto pelo imediatamente visível e positivo – as águas doces e a fertilidade da terra;

b) A expectativa, igualmente positiva, da existência de diversas riquezas.

Desde então, a Amazônia passou a ser significada e re-significada em textos e discursos, desde o século XVI, quando foram lavrados os primeiros escritos a respeito desse território por parte dos cronistas das expedições pioneiras. Para entendermos adequadamente a Amazônia tal como se apresenta na obra de Euclides da Cunha (doravante Euclides), é necessário revisitar os autores anteriores a ele, que são chaves utilizadas por ele para abrir acesso ao mundo amazônico. Pinto (2006, p. 181), estudioso da formação do pensamento social na Amazônia, adverte que para compreender o presente é necessário compreender antes o passado: “a Amazônia se tornou um tema universal desde muito cedo e povoa o imaginário do mundo inteiro graças, sobretudo, à revelação que dela fizeram seus exploradores, seus viajantes, cronistas e cientistas de diferentes épocas.”

Esse pensamento é assumido também por Gondim (1994, p. 9), que desenvolveu um estudo respeitável a respeito da “invenção” da Amazônia por meio dos discursos que a representam: “[...] a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”.

Bueno (2008, p. 78) também partilha dessa ideia quando afirma que a “invenção da Amazônia” resulta dos

muitos discursos que sobre ela foram sendo articulados na linha do tempo:

A região amazônica vem sendo construída desde a chegada do colonizador europeu ao novo mundo. Crônicas, relatos de viagens, relatórios de expedições, contos, romances e reportagens, além da cartografia, da iconografia e mesmo da filmografia, têm contribuído para a formação de uma visão sobre a Amazônia. Embora caracterizada distintamente por grupos sociais diferentes e apesar das características preponderantemente associadas à região terem se transformado bastante no decorrer dos séculos – a Amazônia tem sido definida como “terra da canela e do ouro”, “paraíso terrestre”, “inferno verde”, “vazio demográfico”, “pulmão do mundo” – alguns elementos permanecem em todas essas representações, mesmo sendo por vezes ressemantizados.

Mais do que isso, Bueno (2008, p. 3) considera que os discursos, ao invés de serem pano de fundo dessa invenção, na verdade ocupam o primeiro plano da cena: eles mesmos são a tessitura e a motivação da representação da região:

Há uma representação da Amazônia construída através de discursos. Os discursos sobre a Amazônia não são construídos sobre a realidade, mas sobre outros discursos sobre a Amazônia, sobre a América, sobre o Novo Mundo e, até mesmo, sobre as Índias. [...] Algumas das expressões que estiveram ligadas ao Novo Mundo, permanecem ainda associadas à Amazônia. Denominações como ‘El dorado’ e ‘paraíso’ foram ressemantizadas, mas ainda remetem a essa porção do território.

Obviamente, os textos fundadores da Amazônia estabelecem diálogos parafrásticos com outros textos que nasceram no calor das grandes navegações, por meio das quais Portugal, Espanha e outros países da Europa lançaram seus tentáculos para além dos limites marítimos conhecidos. Retomam temas que, anteriormente, estiveram na pauta de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio, Pero Vaz de Caminha e tantos outros desbravadores do Novo Mundo, enquanto estes, por sua vez, fazem eco à voz de Marco Polo (GONDIM, 1994; PINTO, 2006; BUENO, 2008).

Entre os assuntos da predileção desses exploradores e aventureiros estão a busca incansável de ouro e outras riquezas cobiçadas das terras desconhecidas, o sonho de encontrar o paraíso terrestre - o novo Éden, a curiosidade ante os exotismos das terras e das gentes, a mediação da expansão política e religiosa dos reinos.

Figueiredo (2010, p. 65) explica que, nessa época de desbravamento e conquista, a figura que mais se destaca é a do aventureiro, pois

Todas essas atividades constituíam uma autêntica aventura nos trópicos: aventureiros, evidentemente, os piratas e corsários que disputam o comércio do pau-brasil; aventureiros, também os capitães e as tripulações portuguesas (estes, muitas vezes, aventureiros forçados) das naus que tentavam impedir e expulsar os “estrangeiros”, reservando para os lusos a exclusividade da exploração e o domínio da terra; aventureiros, enfim, os missionários que se enterravam por esses confins, para empreender a “conversão do gentio”. Dominação política, exploração econômica, missionação, as três vertentes da colonização.

Uma coisa é certa: o conhecimento do chamado Novo Mundo de forma alguma pôde prescindir da atuação dos cronistas e relatores das mais variadas expedições. A quase totalidade desses autores eram realmente aventureiros. Escreviam a partir do contato com a terra e com a gente de que falavam. “Participaram de momentos importantes nas nações e locais inexplorados ou desconhecidos dos europeus” (FIGUEIREDO, 2010, p. 64). Estando em terra estranha, ajudaram a mostrar a Amazônia para o mundo, iniciando uma tradição de transplante do imaginário do Novo Mundo para esta parte da América.

Ugarte (2003, p. 3) comenta que a região amazônica tornou-se, no processo da conquista colonial, uma das “margens” do Novo Mundo. “Porém, uma ‘margem’ que ao contrário do que ocorreu com o Vale Mexicano ou com Andes Centrais – ‘margens’ que se tornariam ‘centros’ do mundo colonial - continuou nessa condição, vindo até os nossos dias”. Ao discursarem sobre a Amazônia, os europeus “não somente revelaram a si mesmos essas ‘margens’ – limites – do mundo, mas também, e principalmente, transformaram tais ‘margens’ em periferia – cultural, econômica e política – de seu universo social” (UGARTE, 2003, p. 3).

Aos poucos a Amazônia foi se tornando alimento para a imaginação coletiva. À medida que a empresa colonial dava seus primeiros passos nessa terra longínqua, uma gama de simbolismos ia sendo forjada na mentalidade europeia. E assim,

“a partir dos conceitos, juízos, símbolos, mitos e valores de sua civilização, os conquistadores, através de suas narrativas – escritas e orais –, transmitiam aos leitores e ouvintes determinadas imagens mentais, que tornavam menos estranhas as

novidades dos territórios desbravados.” (UGARTE, 2003, p. 4)

Os instrumentos utilizados para a elaboração de tais imagens mentais foram primordialmente a literatura dos cronistas e demais viajantes, a iconografia, a cartografia e os posteriores relatórios à viva voz. “Foi graças a esses meios que a Amazônia, juntamente com outras regiões do continente americano, foi sendo introduzida no imaginário europeu ocidental” (UGARTE, 2003, p. 4).

Para Ugarte (2003, p. 4)

O universo mental do europeu sobre o Novo Mundo em geral, e sobre a Amazônia em particular, não separava a realidade material da realidade imaginada. Alguns mitos europeus ganhavam novas expressões com o desbravamento das terras americanas, e alguns deles tiveram lugar no seio da Amazônia.

Ou seja, uma tradição de transplante cultural.

Referentemente aos textos inaugurais, eles vieram à luz em prol da “construção de uma nova identidade para os povos amazônicos segundo a lógica do colonialismo europeu”. (FREIRE, 1991, p. 71)

Portanto, eles devem ser lidos e entendidos

como textos vivos, portadores de um projeto político que, consciente ou inconscientemente, colaboram na construção de um modelo de relacionamento entre a realidade indígena da Amazônia e o chamado Velho Mundo. Isto é, ao informarem ao ‘mundo civilizado’ sobre as maravilhas que viram e ouviram nos sertões das amazonas, estavam criando as condições subjetivas

necessárias ao avanço das forças colonialistas em espaços amazônicos. (FREIRE, 1991, p. 71)

Com base nessas considerações, é possível concluir que a retomada dos autores que representaram a região no passado contribui decisivamente para enriquecer o exercício de olhar sobre o que veio depois dessa representação, formando elos articulados a essa grande cadeia discursiva. Assim sendo, busquei as chaves de acesso à Amazônia de Euclides nesses textos que vieram à luz nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, avançando quando necessário até o século XX. Revisito a tradição dos apontamentos de viajantes sobre o vale amazônico, que teve início com os cronistas das expedições de conquista e reconhecimento, tomou impulso com as expedições científicas oficiais e ganhou curso com aventureiros, arrivistas e profissionais liberais que se movimentaram pelo vale amazônico, seja vasculhando, inventariando, pesquisando, interpretando ou rapinando. Em conjunto, esses apontamentos formam um painel impressionante sobre a terra e a gente da região, a fonte onde Euclides inegavelmente bebeu. As vozes desses viajantes se fazem ouvir em seus textos sobre a região.

1.2 Amazônia – a origem do nome

Reis (1998) relata que, em meados do século XVI, o Peru era governado por Francisco Pizarro, soldado da fortuna que conquistara aquelas terras na sua faina de aventureiro em busca de ouro. Por volta de 1539, ele tomou conhecimento sobre o País da Canela e o lendário El Dorado que, segundo as informações que circulavam, situavam-se fora do mundo inca, a leste da

cidade de Quito, numa terra distante e praticamente inexplorada, mas pertencente ainda à zona sob seu governo. Localizar e explorar o País da Canela e o fabuloso El Dorado passou a ser uma obsessão para o governador aventureiro, tendo em vista que a canela era uma das especiarias mais ambicionadas na Europa, e o ouro era motivo de desejos inconfessáveis. Com esse intuito, encarregou o seu irmão Gonçalo Pizarro de organizar uma expedição e com ela partir em busca daquela cobiçada terra.

Da expedição de Pizarro desmembrou-se uma outra, a partir do rio Coca, cujo comando foi confiado ao capitão Francisco Orellana. E essa expedição de Orellana, na verdade, foi a primeira a percorrer toda a planície que, tempos depois, passaria a ser conhecida como planície amazônica (REIS, 1998). Coube ao religioso dominicano Frei Gaspar de Carvajal o papel de escrivão da expedição de Orellana, estando ao seu encargo, portanto, a tarefa de relatar os acontecimentos da viagem. Consta do relato² de Carvajal, entre outros fatos pitorescos, o violento combate que os navegantes travaram, no dia 22 de junho de 1541, nas proximidades da foz do rio Nhamundá, um dos afluentes do Amazonas que banha os atuais estados do Amazonas e Pará, com uma tropa de mulheres guerreiras, as quais o capitão e o seu cronista tomaram como sendo as lendárias Amazonas da mitologia grega, mulheres guerreiras sem homens cuja existência incendiou a imaginação de praticamente todos

² O relato da expedição de Francisco Orellana por Gaspar de Carvajal tem como título “Relacion del nuevo descubrimiento de famoso Rio Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco Orellana desde su nacimiento hasta subir á La mar” (REIS, 1998).

os desbravadores de terras desconhecidas, que invariavelmente alimentavam o sonho de encontrá-las, em qualquer que fosse o continente. Esse foi o caso de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio e Pedro Álvares Cabral, que julgam tê-las visto em suas viagens (GONDIM, 1994; GARCIA, 2005; SOUZA, 2009).

Grimal (1989) afirma que as amazonas eram um povo de mulheres que descendiam do deus da Guerra, Ares (Marte), e da ninfa Harmonia. O seu reino era localizado ao Norte, quer sobre as cordilheiras do Cáucaso, quer na Trácia, quer na Cítia Meridional (nas planícies da margem esquerda do Danúbio). Elas governavam-se a si próprias, independentemente de homens, cuja aproximação nem suportavam, sendo comandadas por uma rainha. Segundo a lenda, elas só se aproximavam dos homens quando sentiam necessidade de procriar, para perpetuar a raça. Mas matavam os filhos do sexo masculino e só conservavam vivas as crianças do sexo feminino, que eram adestradas para a guerra.

Com quem, na verdade, a expedição de Orellana se confrontou nesse ponto da viagem? É possível que as pretensas amazonas fossem, na verdade, uma tribo em fase de matriarcado ou até mesmo um grupo de mulheres indígenas nas atividades de caça e pesca, costume comum em algumas tribos da região. Alguns índios já haviam advertido Orellana sobre o perigo de se envolverem em conflito com as mulheres guerreiras. Um deles, que havia sido aprisionado em um combate anterior, foi interpelado por Orellana a respeito daquelas mulheres, quem eram elas, quais os seus hábitos etc. E o índio passou a repetir uma história que, com ligeiras adaptações às circunstâncias locais, vinha sendo contado pelos mais variados cronistas em praticamente todos os

continentes. Souza (2009, p. 76) comenta, a esse respeito, que

A história narrada pelo índio é a mesma que seria contada para sir Walter Raleigh e repetida 200 anos depois ao cientista Charles Marie de la Condamine, bem como para Spruce, 300 anos mais tarde. Mulheres guerreiras comandadas por uma matriarca é um mito comum aos povos do rio Negro, médio Amazonas e Orenoco. Daí talvez a presença constante da história ao longo dos séculos, com uma força capaz de convencer la Condamine, Spruce e o historiador Southey, sem falar da ambiguidade de Humboldt a respeito do assunto.

Carvajal, valendo-se do índio “entrevistado” por Orellana, um velho de nome Apária, transplantou a lenda grega para o vale amazônico, e seu relato se tornou motivo de polêmicas para a posteridade. Assim Carvajal descreve as “Amazonas”, contra as quais a expedição travou uma duríssima batalha:

Estas mulheres são mui alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos de modo que os nossos bergantins pareciam porco-espinho (CARVAJAL, 1941, p. 60-61).

À parte o lado mitológico ou o aspecto fantasioso dessa passagem do texto de Carvajal, foi devido a ela que o grande rio, que fora anteriormente batizado de Rio de

Orellana, passou a se chamar Rio das Amazonas. Reis (1998, p. 45) atesta que Orellana

até aquele instante dera àquela massa d'água doce o nome de rio Orellana. Impressionado com as guerreiras, homem de seu século, amante de aventuras, galanteador, mudou-o então para Rio das Amazonas. Prestava-lhes a homenagem de seu respeito pela valentia demonstrada.

E no decurso do tempo, o rio passaria a ser denominado simplesmente de Rio Amazonas, derivando daí também o nome “Amazônia” para a região onde se situa o rio, e “Amazonas” para um dos Estados dessa região. É o que afirma Souza (2009, p. 21):

O nome Amazonas foi dado inicialmente ao poderoso rio que corta a planície, o maior e mais caudaloso do planeta, senhor de uma fantástica bacia hidrográfica que, de certa forma, dita o destino de todo o subcontinente. Tantas são as peculiaridades, diferenças e semelhanças entre as diversas conformações regionais, que o vale banhado pelo rio mar acabou recebendo o nome de Amazônia, território multinacional e pluricultural [...]

E Bueno (2008, p. 79) acrescenta que esse território

já foi nomeado bacia do Rio Amazonas, País das Amazonas, região amazônica, passando a ser chamado “Amazônia” apenas no final do século XIX. A região ganha existência a partir dos olhares lançados sobre ela. Diversos indivíduos e grupos expressaram suas opiniões e, neste processo, a região foi se constituindo. As mudanças ocorridas nas avaliações sobre a região promoveram

transformações nas representações da Amazônia bem como na própria região.

Orellana deu nome também ao rio Negro, extasiado que ficou com o negrume de suas águas, “cor de tinta”, em contraposição à amarelidão das águas do Amazonas, especialmente quando a tripulação atingiu o encontro das águas dos dois rios (GONDIM, 1994; REIS, 1998; SOUZA, 2009).

1. 3 Os primeiros cronistas

A primeira expedição a descer o rio Amazonas, como dito anteriormente, foi a do capitão espanhol Francisco Orellana, desmembrada da expedição de Gonzalo Pizarro, iniciada em 1539. Além de contribuir decisivamente para a origem do nome da região, essa expedição, segundo atestam os pesquisadores, teve o mérito de ser a pioneira das “grandes navegações” de exploração do grande rio. Reis (1998, p. 48) refere-se entusiasticamente ao fato, quando afirma que Orellana pode “figurar na galeria dos criadores do Novo Mundo, como dos mais bravos pioneiros da civilização ocidental nas selvas amazônicas”, porque “cabe-lhe a glória de ter desvendado a maior artéria fluvial do globo”.

É certo que esse grande feito do capitão espanhol, tão logo se tornou conhecido na América e na Europa, provocou “desejos ardentes” de exploração e colonização das terras que ele visitara. Foram organizadas várias expedições em Portugal e no Peru no embalo desse sonho colonial, mas, segundo Reis (1998), todas essas tentativas fracassaram.

Motivavam também esse sonho de conquistas os mitos do El Dorado e do País da Canela, que Orellana

não encontrara, mas, com certeza (para a mentalidade da época), abria o caminho em sua direção. Se ele conseguira a proeza de encontrar as tão procuradas amazonas, certamente um pouco de esforço a mais, e quem tivesse coragem e espírito de conquista, encontraria o País da Canela e o El Dorado, que ficavam na mesma zona do reinado das mulheres guerreiras, a leste de Quito, conforme se acreditava.

El Dorado, segundo as informações de que se dispunha, era um rei

cujas riquezas não era possível medir. Os templos, os palácios, a pavimentação das ruas da cidade de Manoa, onde vivia, tudo nessa região encantada se construía em ouro, ouro puro, só ouro. O monarca, pelas manhãs, banhava-se num lago de águas perfumadas, sobre as quais lançavam ouro em pó (REIS, 1998, p. 49).

Havia também a lenda do País dos Omáguas, que se confundia com a do El Dorado. Tratava-se de uma nação desejável em que havia uma cidade que

resplandecia pela magnificência dos seus edifícios suntuosos, de seus templos edificantes, onde os ídolos eram de ouro maciço, nação de muitos milhares de indivíduos, governada pelo poderoso cacique Guarica. Um luxo de pormenores, imaginados, arranjados com habilidade pelo ameríndio, dava crescimento à ambição dos conquistadores (REIS, 1998, p. 49).

Todas essas lendas potencializavam a imaginação e a sede de aventuras e de fortuna dos conquistadores, o que foi acentuado pelas notícias das proezas de Orellana. Reis (1998, p. 50) informa que “a jornada ao Dorado e

aos Omáguas entrou a preocupar todos os espíritos. Projetaram empreendê-la. Projetaram apenas, porque as autoridades régias não consentiram na realização”.

Somente em fevereiro de 1560 partiria de Quito uma segunda expedição, comandada pelo capitão Pedro de Ursúa, em busca do El Dorado e do País dos Omáguas. Essa viagem foi narrada por três participantes da expedição: Francisco Vasques, Pedrarias de Almesto e Capitão Altamirano (FREIRE, 1991, p. 9).

Era uma expedição que tinha tudo para não dar certo, a despeito do “currículo” invejável do seu comandante, como soldado aguerrido e vitorioso que se mostrara em muitas batalhas. As embarcações eram mal equipadas, ao ponto de apodrecerem sob o efeito da chuva, a tripulação foi escolhida sem critério, assim como todo o pessoal de bordo. Para completar, Ursúa levava consigo uma linda viúva de nome Ignéz Atienza, uma mestiça que despertava paixões e desejos desenfreados entre todos os tripulantes, que a acusavam de influenciar as decisões de Ursúa como comandante da expedição. A presença da mestiça na expedição e sua ascendência sobre o comandante acabou se tornando o estopim de um espetáculo sangrento que assinalou o começo de uma série de tragédias em que se converteria aquela desastrosa viagem:

Descontentes e enamorados, unindo-se para satisfação de seus ímpetos, conspiraram para desfazer-se de Ursúa. A soldadesca, habituada à indisciplina que nos últimos tempos dominava o Peru, facilmente se deixou levar pelas propostas dos conjurados. Chefiava o conluio o vasco Lope d’Aguirre, indivíduo de precedentes sujos, useiro e vezeiro em motins, conhecido, pelas misérias que praticava, pela alcunha de o Louco (REIS, 1998, p. 51).

Lope de Aguirre, diz Garcia (2005, p. 21), “alimentava um desejo ainda não confessado: tomar o Peru e as enormes extensões de terras banhadas pelo rio Amazonas”. Ele assassinou Pedro de Ursúa e mais um sem-número de navegantes, inclusive sua própria filha Elvira, que o acompanhava. Depois de uma rota de viagem banhada a sangue e pontuada de rebeliões, acabou sendo assassinado, e sua memória foi declarada infame. Essa segunda expedição poderia ter dado uma melhor contribuição para ampliar o conhecimento que se tinha então sobre a região, se não fosse o fato de praticamente se reduzir a uma série atos sanguinários de um homem desvairado, o Lope de Aguirre.³

Ugarte (2003, p. 27) comenta que, depois da expedição de Ursúa-Aguirre, no último quartel do século XVI,

os espanhóis não singraram mais todo o rio Amazonas nem tentaram colonizar o imenso vale, deixando um vazio de poder colonial na região. Tal fato ocasionou que novos ensaios de conquista fossem tentados, agora, por inimigos dos hispânicos, mormente ingleses e holandeses. O mito do El Dorado continuava muito vivo nesse período, tornando a região setentrional da América do Sul, incluindo a Amazônia, suscetível de novas expedições à sua procura, descoberta e conquista, pois, embora se acumulassem frustrações e malogros para a sua descoberta e conquista, desde que os espanhóis se lançaram à sua procura na década de 1530, El Dorado continuará a exercer fascínio sobre os europeus.

³ A história da famigerada expedição Ursúa-Aguirre foi recriada, com algumas licenças poéticas, pelo alemão Werner Herzog no filme “Aguirre, a cólera dos deuses” (1972).

É correto o raciocínio de Ugarte (2003, p. 31) quando argumenta que

na história da Amazônia, o século XVI marca sua entrada no cenário da conquista europeia. Porém, antes da efetiva conquista militar e da implantação colonial, que se deu apenas a partir do século XVII, a região amazônica foi conquistada pelo imaginário colonialista, uma vez que os conquistadores não dispuseram das condições materiais pra realizar de fato o seu intento. Desse modo, no século XVI, à Amazônia – “margem” da “margem do mundo” que era a América – foi atribuído o caráter de palco, onde algumas das fantasias europeias foram encenadas.

Um estudo desenvolvido por Krüger (1982) aponta que o início da colonização europeia no mundo amazônico foi obra dos espanhóis e não dos portugueses. E os relatos dos cronistas do século XVI comprovam isso. Enquanto os espanhóis empreendiam suas primeiras penetrações pelo vale amazônico, Portugal voltava suas preocupações para o litoral. Somente no limiar do século XVII a Amazônia iria conhecer a presença dos portugueses, que a partir daí buscaram consolidar o seu domínio na foz do rio Amazonas.

Souza (2009, p. 127) divide a evolução da colonização portuguesa na Amazônia, que politicamente vai de 1600 a 1823, em 4 períodos distintos:

- a) de 1600 a 1700, expulsão dos outros europeus e ocupação colonial;
- b) de 1700 a 1755, estabelecimento do sistema de missões religiosas e organização política da colônia;

- c) de 1757 a 1798, criação do sistema de Diretoria de Índios e esforço para alcançar o avanço do capitalismo internacional;
- d) de 1800 a 1823, crise e estagnação do sistema colonial.

Krüger (1982) refere-se à admirável estratégia militar dos portugueses na Amazônia, que consistiu no competente fechamento da Amazônia à penetração estrangeira. Um marco decisivo dessa estratégia foi a fundação do Forte do Presépio por Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616. O forte se transformaria posteriormente na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (Belém). Krüger (1982) assinala a importância desse forte na foz do rio Amazonas, ponto nevrálgico para a blindagem do território contra a invasão das nações concorrentes. O forte impedia a passagem de barcos estrangeiros (principalmente holandeses e espanhóis) e praticamente impossibilitava o acesso a toda a região. Tratava-se, segundo ele, da projeção de uma concepção que cimentou a construção de novos fortes, que igualmente se transformariam em novas cidades, como é o caso de Manaus, cuja raiz foi o Forte de São José do Rio Negro, levantado em 1669 pelo capitão Francisco da Mota Falcão para garantir a soberania portuguesa naquelas paragens do rio Negro, vedando o acesso dos estrangeiros. Mas as estratégias portuguesas não se reduziram às operações militares:

Além do estabelecimento de postos militares, foram espalhando feitorias e missões. Cada governador de Belém cuidou de organizar bem equipadas expedições de reconhecimento e ocupação, mandou tropas de resgate, moveu

guerras justas e incentivou o descimento de índios para os centros coloniais (SOUZA, 2009, p. 129).

Aproximadamente um século depois da tragédia de Ursúa, já em outubro de 1637, foi a vez de o explorador português Pedro Teixeira realizar a primeira expedição de caráter oficial a percorrer o rio Amazonas, em sentido contrário à de Orellana, ou seja, subindo o rio da cidade de Cametá, no Pará, até o Equador. Viajava em nome do governo português numa missão de reconhecimento da terra. Dessa expedição vieram à luz dois relatos, um escrito pelo jesuíta Alonso de Rojas e outro pelo frei Cristóbal de Acuña (FREIRE, 1991).

Rojas deu ao seu texto o título de *Descobrimento do Rio das Amazonas*. No entendimento de Gondim (1994, p. 87) ele contém “ao lado de observações político-estratégicas, a herança bíblica e medieval da busca do Paraíso Terrestre”, mas chama a atenção no texto a “precisão dos dados técnicos sobre a largura, profundidade e comprimento do grande rio”. Rojas encarece a necessidade de se aproveitar as margens do rio para o cultivo de plantações diversas e para a construção de benfeitorias, assim como o estabelecimento de fortificações em pontos estratégicos ao longo do vale. Gondim (1994, p. 87) considera que estas e outras sugestões dadas pelo cronista

assemelham-se mais ao político de visão que propriamente ao padre preocupado com a salvação de tão grande rebanho [...] As possibilidades comerciais e o lucro correspondente à exploração das madeiras-de-lei são alguns dos tópicos anotados no diário de viagem que sintetiza as visões mercantilista e catequista.

Em tom de absoluto entusiasmo com a grandeza do rio, o texto de Rojas contém comparações entre os grandes rios citados na Bíblia e o Amazonas. Nessas comparações, o Amazonas sempre se sobressai como o mais nobre, o mais abençoado e o mais cristão, por banhar as terras de um reino católico. É o rio que banha o Paraíso Terrestre, suas margens são as mais férteis e sob o seu leito dormem as mais expressivas riquezas minerais. “A crônica enfatiza a densidade populacional às margens do grande rio e tributários, informa sobre a diversidade linguística, habitações asseadas, alimentação farta, feiticeiros temidos e a inexistência de templos, ritos e cerimônias” (GONDIM, 1994, p. 90).

O texto de Rojas é um evidente convite à exploração da terra em nome da Igreja e do Estado. Apresenta uma terra rica em ouro e outros minérios, terra de delícias, obra de Deus à espera da conquista (ROJAS, 1941).

Quanto ao relato de Cristóbal de Acuña, não se pode negar que ele tem, assim como o de Gaspar de Carvajal, um caráter bastante pitoresco e imaginoso, como nas referências que faz à existência de um rio de ouro na Amazônia, mas traz importantes detalhes sobre o homem e a terra. Reis (1998, p. 61) dá conta de que Acuña, “recolhendo, pacientemente, todos os informes que catava, ia organizando os materiais de que se serviria para, num livro famoso, dizer à Europa daquele paraíso”. O referido livro recebeu o nome de *Novo Descobrimento do grande Rio das Amazonas*, e foi editado em Madri no ano de 1641.

Pinto (2006, p. 130) entende que esses textos inaugurais tinham duas preocupações básicas: inventariar o vale amazônico, revelando os tesouros que poderiam ser explorados pela Europa, e pensar em meios

adequados para se explorar esse tesouro. Para ele, Acuña intitula seu texto como “novo” descobrimento porque “considerava que os primeiros testemunhos produzidos sobre o vale amazônico deixaram de fora as revelações principais, e que na verdade não correspondiam à grandeza e ao significado do tesouro”. Na verdade, o relato apresenta “inúmeras informações geográficas, econômicas e etnográficas de primeira mão, que servirão para inspirar a visão de outros notáveis autores do tempo futuro”. (p. 132) Ele apresenta um mundo, tanto natural quanto humano,

que era mal conhecido e que, dessa forma, possuía o valor de verdadeira fonte de revelação. E talvez por este motivo tenha sido recebido com receio pela corte espanhola, que temia pela divulgação de tão preciosas informações, sobretudo que fossem parar nas mãos daqueles que possuíam interesses coincidentes em relação a essa parte não revelada da América (PINTO, 2006, p. 130).

Obtendo testemunho privilegiado de nativos da própria região, com quem mantivera contato, Acuña dá conta da existência de ouro em diversos pontos do território, e isso era suficiente para deixar os espanhóis de olhos arregalados e boca fechada. Portugal vivia à época sob o domínio espanhol, no entanto a divulgação descuidada de uma terra tão valiosa poderia alimentar um espírito de rebelião. De resto, a expedição de Pedro Teixeira pode ser considerada o primeiro passo para o alargamento da posse portuguesa na região, pelo fato de ele ter lutado contra holandeses e ingleses que tentavam dominar a extensão do rio-mar.

De qualquer forma, após a expedição de Pedro Teixeira, a administração colonial portuguesa se efetiva

na Amazônia, a partir de 1657, com a fundação da missão dos jesuítas no rio Negro, segundo informa Souza (2009, p. 115), e esse processo de ocupação baseado no trabalho das ordens religiosas “segue intenso até 1750, culminando com a assinatura do Tratado de Madri e a ascensão ao poder do Marquês de Pombal”.

O século XVII receberia ainda um outro relatório de viagem pela Amazônia. O padre jesuíta Samuel Fritz, missionário sabidamente predisposto ao martírio e aos perigos, viveu 37 anos na região, a partir de 1689, em trabalho de catequese, e registrou parte de sua atuação no livro *Diário de viagem*. Pinto (2006) informa que esse jesuíta alemão, como ávido defensor dos espanhóis, considerava a presença portuguesa altamente nociva aos indígenas, porque os lusos sustentavam seu trabalho na atuação violenta e na escravização dos nativos.

Graças à presença incansável como fundador de vários estabelecimentos missionários na região do Alto Amazonas/Marañon, espaço de fronteira entre os reinos de Espanha e Portugal, se transformou gradativamente em símbolo vivo do movimento de expansão da fé cristã e dos interesses espanhóis em direção às terras pretendidamente sob o domínio luso (Pinto, 2006, p. 135).

Sua permanência na região foi muito atribulada, devido à malária e outras doenças de que foi severamente acometido quando tentava organizar as missões no rio Solimões. Além disso, teve que enfrentar a desconfiança, as tramas e intrigas dos administradores e colonos portugueses que o julgavam um espião espanhol. Chegou, inclusive, a ser preso em Belém quando ali esteve se tratando da doença com os jesuítas (REIS, 1998; SOUZA, 2009). Mas no tempo em que lhe foi possível trabalhar, lidou de perto com os nativos de

diversos povoamentos. Elaborou uma carta geográfica do rio em toda a sua extensão conhecida, que o consagrou como grande conhecedor do vale amazônico. “Tomando apontamento dos trechos que visitava, colhendo informações com os outros missionários que corriam paragens fora de sua ação, fora reunido o material com que a organizou” (REIS, 1998, p. 92). Com esse mapa, “realizou um trabalho pioneiro e inovador da técnica cartográfica, que viria a servir de base para as cartas posteriores, entre as quais as de La Condamine” (PINTO, 2006, p. 135). Seus apontamentos, acrescidos de observações posteriores de La Condamine, segundo Pinto (2006), ficou para a posteridade como um dos documentos fundadores da etnografia e da história natural do vale do Amazonas.

1. 4 Viagens, aventura e ciência

O século XVIII assistirá a uma nova fase de representação da Amazônia, diferente dos séculos anteriores em um aspecto básico: aos poucos, a linguagem do relato mítico-religioso passa a dar lugar à linguagem do inventário científico. Souza (2003) identifica essa fase como um segundo momento colonial. O primeiro foi o tempo da fixação e da conquista. Deixou atrás de si um rastro de fábulas encantadoras construídas por homens ora deslumbrados ora atormentados ante o mundo desconhecido, a respeito do qual, segundo Holanda (2010), os espanhóis desenvolveram uma verdadeira geografia fantástica, por julgarem ter encontrado o paraíso bíblico perdido. Atitude semelhante havia sido demonstrada pelos portugueses, antes da América portuguesa, ao descreveram o continente

africano, com seus grandes rios e recursos naturais, como o que mais se aproximava ao paraíso edênico.

No imenso fabulário sobre a Amazônia, há raros lampejos de genialidade, incrustados aqui e ali como que para salvar esses escritos da total ingenuidade e da repetitividade. No limiar desse segundo momento,

por toda parte se desenham as fábulas da região, mas agora sabe-se que são fábulas; é o tempo da necessidade de louvar a própria força e tentar a compreensão da ciência [...] Enfim, é a necessária racionalidade que requer da velha similitude o papel de revelar e também ordenar a Amazônia (SOUZA, 2003, p. 71).

Foi com essa perspectiva que Jean Marie de La Condamine chegou à Amazônia. Ele saiu de seu país em nome da Academia de Ciências de Paris, acompanhado de uma comitiva de cientistas, em direção ao Equador, com a tarefa de testar a teoria newtoniana de que a Terra é achatada nos polos, enquanto outra comitiva faria o mesmo trabalho na Lapônia. Seria uma grande contribuição para as diversas ciências que se viam às voltas com a grande controvérsia em torno da redondeza da Terra. Cumprida essa missão, depois de muitas intrigas e mortes no Peru, parte da comitiva voltou para Paris, enquanto La Condamine seguiu em direção ao rio Amazonas, uma rota de viagem alternativa, com vistas a fugir de uma possível emboscada que os desafetos poderiam lhe armar.

Nessa rota alternativa, aproveitou o ensejo para realizar uma viagem de reconhecimento do Amazonas, do Peru até a sua foz. A respeito dessa viagem, escreveu o *Relato abreviado de uma Viagem feita ao interior da América Meridional 1734 – 1745*, obra que contém

anotações sobre a fauna, a flora e a gente da região (TOCANTINS, 1982). Sua obra é considerada um momento decisivo da história da ciência do século XVIII, um dos capítulos fundadores da ciência moderna. Orientada pelo espírito iluminista, sua mentalidade é etnocêntrica e eurocêntrica. Descreve que as margens do rio, descritas por Acuña como densamente povoadas de indígenas, um século antes, encontram-se quase vazias, ocupadas aleatoriamente por benfeitorias portuguesas. Evidentemente, ele serviu-se dos relatos dos viajantes anteriores (Carvajal, Rojas, Acuña). E a partir dessas leituras e das observações feitas, “La Condamine realiza o primeiro grande empreendimento científico na Amazônia através de suas viagens de exploração e estudos na região” (PINTO, 2006, p. 182).

Assim, vale dizer que ele inaugura as expedições científicas na Amazônia.

Trouxe o racionalismo e a ciência para este lado da América, averiguou a veracidade de muitos pontos dos relatos anteriores considerados inverossímeis, como um rio de ouro existente na região. A respeito das amazonas citadas pelos cronistas, fez uma investigação acurada a respeito da possibilidade de sua existência, comprovando que era inconsistente. Em suas andanças pela região, anotava meticulosamente tudo que achava interessante para a investigação científica. Teve o mérito de ser o primeiro cientista a descrever as propriedades da seringueira, um produto oriundo da selva que os índios Omáguas utilizavam para fabricar utensílios da vida diária, como sapatos, bolas, vasilhas etc. A partir dessa descrição, a borracha passou a ser explorada fora do mundo indígena, inicialmente de modo artesanal, uma vez que a demanda era pequena. Mas com o tempo o interesse pelo produto iria aumentar até chegar a uma

altíssima escala industrial, gerando um grande ciclo na Amazônia (SOUSA, 2009; PINTO, 2006; TOCANTINS, 2000; LOUREIRO, 1985; REIS, 1998).

A partir da segunda metade do século XIX, a Amazônia começou a viver sob o ciclo da borracha. Contribuíram decisivamente para esse fato as investigações iniciais de La Condamine e, posteriormente, a descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear (TOCANTINS, 1982).

O padre João Daniel (1722 – 1776) foi outro pesquisador que deu grande contribuição para a formação do pensamento social na Amazônia. No livro *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, Aliou de forma admirável a ciência e a imaginação. O real e o imaginário convivem harmoniosamente em seus textos, e isso, no entendimento de Pinto (2006, p. 148) não compromete seu valor como

grande inventário das riquezas da Amazônia e como um dos projetos políticos mais avançados que se registraram no pensamento social produzido sobre a região, envolvendo uma reforma de padrões culturais, uma reforma agrária, uma reforma urbana e redefinição das relações entre Estado e sociedade, a partir da transição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre e da modernização técnica da navegação, da construção das cidades com planejamento e do desenvolvimento da base agroindustrial existente.

João Daniel concebeu, segundo Pinto (2006), três ciclos no desenvolvimento regional. O primeiro foi o ciclo das drogas do sertão, baseado no extrativismo e que tinha base escravocrata. O segundo, foi o ciclo da

expansão da industrialização de matérias-primas regionais ou adaptadas à região, apoiadas em amplo projeto de reformas, que resultaria na definição de uma esfera pública, a partir sobretudo do projeto de urbanização que consistia na implantação de cidades com uma estrutura demográfica bem distribuída espacialmente. Essas cidades teriam espaços para feiras, mercado, oferta de serviços profissionais básicos, vale dizer, todos esses fatores combinados propiciariam a emergência e desenvolvimento de um espaço urbano capaz de assegurar o exercício da cidadania e do estabelecimento de uma cultura urbana moderna e próspera (PINTO, 2006, p. 149).

João Daniel entendia que, mantida a escravidão indígena, seria impossível estabelecer na Amazônia uma sociedade moderna e democrática. Aliás, advogava que a construção de uma sociedade desejável demandava a execução de uma reforma agrária que inibisse a formação de latifúndios e estimulasse o trabalho criativo, produtivo e assalariado; o fomento de um mercado regional pela criação de vilas e cidades; a modernização da navegação (PINTO, 2006). É de se notar que esse alvissareiro segundo ciclo foi derrotado pelo terceiro, o ciclo da política pombalina, que fatalmente o atropelou, com a camisa-de-força da obstrução das mudanças pela violência política.

Alexandre Rodrigues Ferreira inegavelmente é outro nome de vulto no século XVIII. Naturalista baiano de formação portuguesa, percorreu o Amazonas no período de 1783 a 1792 a serviço da coroa portuguesa. De suas viagens pela região resultou o livro *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, que é “uma tradução iluminista dos saberes locais, desde o conhecimento indígena até o

dos representantes do poder colonial português e brasileiro” (PINTO, 2006, p. 169). Fez levantamento por quase dez anos na região, coletou testemunhos de indígenas, utilizando os métodos das ciências naturais. Seguindo a tradição etnocêntrica, apresenta o indígena mais como um elemento da zoologia que da humanidade, um desdobramento do capítulo dos mamíferos. Trabalhou incansavelmente em três frentes principais: reconhecer e avaliar o potencial econômico das terras que margeavam os grandes rios, descrever a situação dos aldeamentos indígenas (documentando seus usos e costumes) e inventariar meticulosamente a fauna e a flora.

Alexandre Ferreira não apenas descrevia minuciosamente tudo que julgava interessante. Além disso, desenhava objetos, árvores, animais, peixes e índios. Era a iconografia começando a ocupar também o cenário das observações dos naturalistas. Para Souza (2003, p. 82), depois de Alexandre Rodrigues Ferreira,

A Amazônia não será mais uma paisagem sem nome, ela será agora um complexo a serviço das deduções empíricas. Mas o que será classificar e promover deduções se um complexo? Será, evidentemente, aventurar-se nele, encontrar-se no meio de seus mistérios, atravessá-lo para reconhecer gentes e objetos que se tornarão familiares. Mas o cientista saberá que essa familiaridade será sempre aparente. Ferreira, por exemplo, nunca tinha visto aqueles índios, aquelas plantas, aqueles costumes, e as coisas descobertas naquele mundo novo deviam tornar-se peças, converterem-se em dados.

Olhando por esse ângulo, Souza (2003, p. 83) afirma que Alexandre Rodrigues Ferreira foi o “cientista do colonialismo” na Amazônia, cuja missão era adequar

este mundo novo às necessidades do mercantilismo, ou seja, catalogá-lo, pois “um mundo catalogado, classificado, fixo e predeterminado deixa de assustar e provocar alucinações”. Foi assim que transportou para Portugal um verdadeiro arsenal de amostras da biodiversidade amazônica e deixou para a posteridade uma obra monumental sobre a região. Mas “esse precioso e monumental trabalho sofreria muitos imprevistos adversos”, como informa Souza (2009, p 184), como a destruição de boa parte do material por ocasião da invasão do país pelas tropas napoleônicas e a pilhagem feita pelo naturalista Saint-Hilaire, que usurpou outra parte considerável do inventário do brasileiro, apossando-se dela (SOUZA, 2009).

No século XIX nasce um novo ramo da ciência, um conjunto de saberes batizado com o nome geral de História Natural. Inclui Geografia e Astronomia, Botânica e Zoologia, Geologia e Mineralogia. A natureza, em seu conjunto, vai ser transformada em objeto de pesquisa. A investigação científica, que teve seus primeiros e ousados lances no século XVIII, sob a inspiração do Iluminismo, no século XIX passa a avançar em passos largos rumo a um verdadeiro surto de cientificismo. Nesse contexto, as terras brasileiras, assim como as de outras partes do mundo, são transformadas em laboratório, etapa empírica das pesquisas científicas (LEITE, 1996; FIGUEIREDO, 2010). E a região continua sendo visitada também por aventureiros de todas as partes do mundo. Entre esses, contam os nomes de:

a) Robert Avé-Lallemant, médico de origem alemã que empreendeu diversas viagens pelo sul e o norte do Brasil. Dessas viagens resultou o livro *No Rio Amazonas* (1859).

b) Louis e Elizabeth Agassiz, casal que realizou uma expedição na Amazônia em 1865-1866, e escreveram o livro *Viagem ao Brasil*.

c) Alfred Russel Wallace, zoólogo inglês, viajou para a Amazônia em 1848, junto com o amigo Henry Walter Bates, entomologista. Passou quatro anos na região, realizando pesquisas e coletando espécies, como animais, insetos e pássaros, para enviar à Inglaterra. Com base nas pesquisas que realizou, desenvolveu a teoria da evolução pela seleção natural, juntamente com Charles Darwin. Em 1853, escreveu *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*;

d) Spix e Martius, naturalistas alemães, estiveram na Amazônia entre 1817 e 1820, às voltas com a tarefa de coletar materiais para desenvolver estudos zoológicos, botânicos e etnólogos. publicaram *Viagem pelo Brasil* (1817 – 1820).

Antes de embarcar rumo à Amazônia em dezembro de 1904 e passar na região o ano de 1905, Euclides já sabia bastante a respeito da região por meio das muitas e acuradas leituras que fizera. Conhecia a história amazônica em detalhes e sobre ela também já escrevera em jornais e em cartas a amigos. Era conhecedor também das teorias de Bufon, Humbolt, Hegel e Darwin, entre outros, a respeito de natureza, sociedade e cultura de uma forma geral (PINTO, 2006; TOCANTINS, 2000). E como não poderia deixar de ser, ecos das teorias desses pensadores são percebidos na literatura euclidiana, ideias que são abordadas nos capítulos que tratam da análise das metáforas euclidianas.

1.5 Seringueiro, o “sísifo” amazônico – Limiar do século XX

Estudando o chamado ciclo da borracha, Loureiro (1985) cria a expressão “Período da exclusividade da borracha natural silvestre” para se referir à faixa de tempo que se estende do século XVIII (quando se descobriu o uso da borracha entre os índios omáguas) até 1907 (quando a borracha extraída dos seringais do Oriente passaram a competir pesadamente com a borracha da Amazônia). Com essa expressão, Loureiro (1985, p. 14) pretende mostrar que, do século XVIII até os primeiros anos do século XX, a região amazônica detinha a exclusividade no que diz respeito à produção da borracha natural silvestre, extraída do látex das seringueiras nativas da região. Ele divide esse longo período em três fases:

a) *Fase das utilidades*: compreende o período do século XVII até a descoberta do telefone, em 1876, e da transmissão da eletricidade (1873/1882). Essa fase corresponde ao uso da goma elástica na fabricação de utensílios como sondas, brinquedos, capas, galochas, borrachas de apagar, sacolas, entre outros. Foi impulsionada com a descoberta da vulcanização (1840) e a utilização do barco a vapor;

b) *Fase dos fios condutores*: estende-se do ano de 1876 a 1888, quando Dunlop redescobriu o pneumático para bicicletas. Além de continuar sendo utilizada para a fabricação de utensílios diversos, a goma elástica passou a ser usada no isolamento e cabeamento dos fios destinados à corrente elétrica e aos cabos telegráficos e telefônicos. Essas invenções ocasionaram um grande aumento no consumo de borracha, bem como o consequente estímulo à produção. Foi nessa fase que a

região virou alvo do tráfico internacional e das grandes migrações nordestinas;

c) *Fase dos pneumáticos*: iniciada com a utilização da borracha para a fabricação de pneus de bicicleta, e que teve um impulso ainda maior a partir de 1895, quando passou a ser utilizada também na indústria automobilística pelos irmãos Michelin. Houve uma migração em massa de populações nordestinas para o interior do Amazonas e principalmente do Acre, fugindo da seca fustigante e se embrenhando na selva em busca da extração do látex.

Segundo Loureiro (1985, p. 14), nesta terceira fase

Situa-se o verdadeiro tempo áureo da borracha amazônica, sem concorrentes e com uma escassez constante, determinada pelo grande consumo de utilidades, fios e pneus, em que a borracha atingiu preços elevadíssimos, talvez mais altos que os de 1910, se considerarmos o poder aquisitivo da moeda. Os estados amazônicos, enriquecidos, puderam proceder o embelezamento de suas capitais e dotá-las de uma infra-estrutura urbana invejável, em nada inferior às congêneres europeias.

A fase da exclusividade amazônica na produção de borracha chegaria ao seu fim no ano de 1907,

mas a fase dos pneus continuaria a expandir-se, agora com a participação crescente da borracha natural plantada, oriunda de seringais racionalmente planejados, no Oriente, com mudas obtidas na Amazônia, a partir de 1875, predominantemente, definitivamente, após 1912.” (LOUREIRO, 1985, p. 14)

A competição dos seringais asiáticos decretaria aos arrivistas da Amazônia a amargura de sucessivas crises que conduziriam a região à irreversível decadência, quando, a partir de 1913, a produção asiática suplantou de vez a brasileira.

Nesse período de apogeu (duas últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX, aproximadamente), as cidades de Manaus e Belém sofreram um processo de “embelezamento” sem precedentes. Loureiro (1985, p. 14) lembra que “Manaus e Belém, muito cedo, tiveram luz e bondes elétricos, água encanada, esgotos, portos organizados, comércio florescente, centros de diversões, prédios públicos suntuosos, colocando-se na dianteira das cidades mais desenvolvidas do país”. Lima (2008, p. 25) lembra que o “ciclo da borracha” seria responsável pela montagem do “espetáculo amazônico”:

O surgimento de bancos e novas representações consulares; a criação da Capitania do Porto; a fundação de um cemitério particular para a colônia inglesa (registro da presença marcante do comércio britânico na área); a inauguração da colônia portuguesa em torno da Sociedade Beneficente; substituição do azeite de andiroba pelo de gás líquido (1854/1864), seguida da substituição do sistema de iluminação antigo pelo gás carbônico (1864/1896), etc. demonstravam a posição de Belém como centro econômico e financeiro da Amazônia. A demanda internacional pela goma elástica despertou o espírito cosmopolita da cidade, cujo estilo de vida cada vez mais demandava construções imponentes, importação cultural, vida boêmia, um espírito frenético, consumidor de novidades passageiras, numa palavra: luxo.

Tocantins (1982, p. 122) afirma que, no limiar do século XX, Manaus e Belém “já eram duas cidades dignas de figurar ao lado das melhores do Brasil, sem temer confrontos”. Eram cidades espantosamente fulgurantes e cosmopolitas. “Os estrangeiros que desembarcavam nos portos da Baía do Guajará e do rio Negro não regatearam palavras de louvor ao progresso dos mesmos, pela atividade febricitante de seu povo, pela beleza de seus edifícios e arte nos arranjos de suas praças e jardins”. Sentiam-se como se estivessem em cidades europeias, estando em plena selva amazônica.

Belém, como descreve Tocantins (1982), foi uma cidade que se transformou como num passe de mágica, tornando-se uma cidade próspera, onde se tinha o prazer de passear em ruas largas e limpas, apreciar passeios públicos bem projetados e admirar os prédios de requintados traços arquitetônicos.

Em relação a Manaus, Tocantins (1982) comenta que, apesar de ser menos populosa que Belém, era também uma cidade altamente cosmopolita. Contava com ruas espaçosas e bem alinhadas, fervilhantes de transeuntes vindos de vários pontos do mundo. Os edifícios, a exemplo do suntuoso e imponente Teatro Amazonas, eram elegantes e de rara beleza. Era resultado do sonho do seu jovem governador, Eduardo Ribeiro, em transformar a cidade em uma espécie de “Paris dos Trópicos”.

Mas esse decantado fausto alimentado pela borracha não passou, na verdade, de uma ilusão (DIAS, 1999). As cidades-sensação de Manaus e Belém foram cenários improvisados para o espetáculo do arrivismo europeu. Eram cidades cenário para as quais foram transplantadas miniaturas de cidades europeias, reproduzindo espaços, usos e costumes do Velho Mundo

nos trópicos para o maior conforto de seus representantes endinheirados que circulavam pela região. Tanto que, em chegando o auge da crise, o espetáculo teve os seus lances finais e o cenário foi praticamente desmontado, restando para a posteridade apenas alguns estigmas do período.

Falando especificamente sobre a Manaus daqueles idos, Hatoum (1999, p. 11) comenta que conviviam no mesmo espaço duas cidades diferentes: uma era a Manaus das fotografias e dos cartões-postais, muito comentada e elogiada pelo seu embelezamento: “suas praças, seus monumentos, seus edifícios suntuosos, dotados de estilos superpostos, importados da Europa”; a outra era uma cidade que subsistia numa zona de sombra, “soterrada” pela grandiosidade do urbanismo: “trata-se da outra face da *urbs*. Uma face nada edificante da mesma fisionomia urbana: a Manaus dos excluídos. Ou seja, a dos pobres, miseráveis, imigrantes, enfermos, loucos”. É sobre essa dicotomia entre a Manaus Paris dos Trópicos e a Manaus-quase-aldeia (ou Manaus-porto-de-lenha) dividindo o espaço de uma mesma cidade que se pronuncia o rico estudo desenvolvido por Dias (1999), no sentido de mostrar que, para a expressiva maioria dos amazonenses, o alardeado fausto da borracha não passou de uma ilusão.

Enquanto o cais do porto, em seu esplendor, fervilhava de passantes e de embarcações em Manaus e Belém; enquanto as reuniões sociais, os encontros lítero-musicais, os cafés e os bailes se multiplicavam em clubes e eventos similares; enquanto as companhias líricas lotavam os esfuziantes teatros, no interior da floresta o silêncio envolvia os seringais, de onde saía o látex que sustentava aquele sistema extremamente perverso de exploração humana. Forjava-se ali um verdadeiro

submundo de estupidez, violências extremadas e tragédias humanas. Um sistema de escravização dos nordestinos que, após serem empurrados pela seca invencível em direção à Amazônia e arrastados pelos agenciadores inescrupulosos dos seringais, eram transformados em seringueiros, para sangrar pelo resto da vida enquanto sangravam as seringueiras. A esses seringueiros, isolados e solitários em suas estradas de seringueiras, cortando, colhendo e defumando o látex, coubera a tarefa de carregar nas costas aquele mundo de ostentação, sem participar em nada dos seus fulgores.

Alberto Rangel, no seu antológico livro de contos (ou seria um romance?) *Inferno Verde* (1917), usa a interessante imagem de Sísifo para representar a faina dos sertanejos nos seringais. Sísifo, na mitologia grega, era o mais astuto de todos os mortais, que enganou até mesmo a morte e, por causa de suas ofensas aos deuses, recebeu como castigo a condenação de, por toda a eternidade, empurrar sem descanso um grande rochedo de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo, até o ponto de partida por meio de uma força irresistível. Dessa forma, sua tarefa inglória consistia em subir e descer a vida inteira, empurrando a grande pedra, para nada. Por esse motivo, tarefas que envolvem esforços inúteis passaram a ser chamadas de "trabalhos de Sísifo", ou seja, trabalho inútil e sem esperança. Rangel vê o seringueiro como o "Sísifo amazônico", às voltas com o seu sacrifício, que nada tem a ver com rochedo ou montanha, mas com seringueiras e látex, que materializavam a perpetuação de sua vida de escravidão e penúria.

Mas essa realidade era cuidadosamente silenciada pela crônica de então, ocupada com os cantares do fausto. Euclides, chegando à região, iria contribuir decisivamente para a quebra desse silêncio.

Euclides aportou em Manaus com uma missão: realizar o levantamento cartográfico das cabeceiras do rio Purus, numa região de acirrados conflitos de fronteira, envolvendo caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros. Tomou conhecimento, *in loco*, do que acontecia nos seringais, e, não se contentando com os flagrantes de injustiça e perversidade que testemunhou, jogou tudo isso no ar. Evidentemente, a Euclides não interessaram apenas as questões ligadas aos conflitos envolvendo limites na Amazônia. À semelhança do que fez em *Os Sertões*, ele olhou com muita atenção para a terra, para o homem e para a luta do homem com a terra e do homem com o homem (enfrentamentos de fronteira e conflitos de trabalho).

Em seu preparo para imergir no mundo amazônico, Euclides havia consultado os escritos dos cronistas, dos aventureiros, dos cientistas (numa palavra, dos *viajantes* – na grande maioria estrangeiros) a respeito da região. Tomara contato com textos marcados pelo *assombro* (infernismo), pelo *deslumbramento* (edenismo) e pela geografia do *exótico*.⁴ Essa visão de um mundo

⁴ Os termos “edenismo” e “infernismo” foram cunhados pelo pesquisador Mário Ypiranga Monteiro, no livro *Fatos da Literatura amazonense* (1976), para descrever uma longa tendência ao geografismo nos escritos sobre a região. A enormidade da floresta e dos rios deixa o homem alienígena (e até mesmo os amazônidas, em certa medida) ora assombrado com os mistérios e horrores ora deslumbrado com a exuberância e beleza da paisagem. O assombro dava vazão à postura infernista; o deslumbramento licenciava o edenismo.

fantástico e maravilhoso instalado na região permeava até os textos pretensamente científicos que pretenderam decifrar o espaço amazônico.

Baseando-se nas informações levantadas por esses textos fundadores de invenção da Amazônia (GONDIM, 1994), Euclides produz a sua própria visão da região, colocando o homem no centro de tudo e fugindo, assim, do mero geografismo repetidamente cultivado em textos anteriores. Pode-se dizer que ele lançou as luzes da metáfora sobre as “zonas de sombra” que impediam o olhar de captar a Amazônia em imagens mais próximas da realidade (a despeito de ele também, muitas vezes, afastar-se sensivelmente da realidade). Essas metáforas são analisadas nos capítulos destinados a esse fim.

CAPÍTULO 2

Euclides da Cunha

*“Que outros adorem vastas capitais
Aonde, deslumbrantes,
Da Indústria e da Ciência as triunfais
Vozes se erguem em mágico concerto;
Eu não; eu prefiro antes
As catas desoladoras do deserto,
Cheias de sombra, de silêncio e paz...”
(Euclides da Cunha, Ondas)*

Reservei este capítulo para esboçar alguns traços biobibliográficos relevantes de Euclides da Cunha, porque entendo que não é possível separar a obra do seu autor, como se não houvesse liames entre ambos, autor e obra. Baseei-me principalmente nos estudos de Rabello (1966), Oliveira (1983), Galvão (1984), Pontes (1990), Tocantins (1992), Braga (2002), Mota (2003) e Lima (2008). Não se trata do biografismo, prática condenada pelas correntes de crítica literária surgidas no século XX, como o Formalismo Russo e a Estética da Recepção, que assinalaram a desimportância do autor na análise da obra que ele produziu, já que a obra se dá a entender na sua própria imanência, e não no estatuto do testemunho ou das fontes. Essas correntes preconizam que bom mesmo é separar a obra do autor, pois o texto fala de si por si, ele é autorreferente. Barthes, inclusive, chegou a decretar a morte do autor. Minha proposta, no entanto, não é buscar na obra o seu criador, mas sim aquecer o texto com o calor da sua hora, iluminá-lo com luzes da sua gênese e entender a sua razão de vir à luz.

Este capítulo conta com os seguintes itens: “Infância e adolescência de Euclides”, “O episódio da baioneta”, “De ‘insubordinado’ a ‘herói’ republicano”, “A gestação de um livro vingador”, “Crise e conflitos nas fronteiras amazônicas” e “Os contornos de uma tragédia”

2. 1 Infância e adolescência de Euclides

“Fui sempre um tímido; nunca perdi esse traço de filho da roça que me desequilibra intimamente ao tratar com quem quer que seja”, escreveu Euclides em carta ao seu amigo Lúcio de Mendonça, em 1904 (GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 194). Escrevendo a Coelho Neto, referiu-se ao seu “ursismo”, à sua “virtude ferocíssima de monge” (GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 218) e disse ao amigo Francisco de Escobar: “Agrada-me um isolamento, que é como o do poraquê cheio de descargas entre os moluscos amazônicos” (GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 321).

Em passagens como essas, extraídas de sua correspondência ativa, Euclides insiste em se definir como um “homem da roça”, avesso a muito movimento, um indivíduo de poucos amigos, devotado aos livros e afeito à vida isolada. Quanto a isso, é elucidativa a seguinte passagem de uma carta enviada por ele a Domício da Gama, também escritor, em novembro de 1907, que dá uma amostra da extensão do seu “ursismo”:

A vida entre nós, como já to disse noutra carta, mudou. Há um delírio de automóveis, de carros, de *corsos*, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba – ou que me atrapalha, no meu *ursismo* incurável. Dá vontade da gente representar a ridícula comédia da virtude, de Catão, saindo por estas ruas de sapatos rotos,

camisas em fiapos e cabelos despenteados. Que saudades da antiga simplicidade brasileira... (mas isso é um desabafo reles, de sujeito que nunca resolveu o problema complicado de um laço de gravata!...) (GALVÃO & GALOTTI, 1997, p. 340).

Esses traços de personalidade de Euclides derivam, evidentemente, de sua origem interiorana, aliada às circunstâncias em que viveu a sua infância e adolescência. 1866 foi o ano do seu nascimento, em 20 de janeiro, no município de Cantagalo, no estado do Rio de Janeiro. Ao completar três anos de idade, perdeu a mãe, que morreu vitimada pela tuberculose (1869). A partir de então, juntamente com a irmã Adélia, um ano mais nova que ele, passou a morar em Teresópolis, na casa de uma tia, Rosinda Gouveia. Mas a tia morreria no ano seguinte. A morte da senhora Rosinda provocaria uma segunda mudança de Euclides e a irmã, desta feita para São Fidélis, também no interior do Rio de Janeiro, para morar com outra tia, Laura Garcez. Era o início, desde muito cedo, de uma vida errante como seria praticamente toda a sua vida.

E nas escalas em casas alheias, uma constatação:

Todos os testemunhos e depoimentos mostram que, tanto tias como tios tudo fizeram para substituir a mãe perdida. Mas Euclides, cujo caráter inflexível e altivo começa a revelar-se desde muito cedo, sempre fez questão de se colocar na posição que a seu ver era a sua, sem ilusões, realisticamente – a de sobrinho e a de primo. Nada mais que isto (MOTA, 2003, p. 30).

Rabello (1966, p. 14), referindo-se ao período dos cinco aos doze anos da vida de Euclides, atesta que este

“se considerava um enjeitado dentro da família patriarcal que o acolhera. A vida da fazenda gravitava não em torno dele, mas em torno do tio e dos filhos do casal.” A fazenda São Joaquim, em São Fidélis, “seria sempre o que lhe faltava: o mundo de carícias que nunca experimentou.”

Aos oito anos de idade, ingressou no Colégio Caldeira, uma renomada instituição de ensino da época em São Fidélis, onde se destacou como um aluno dedicado e inteligente. Em 1877, o seu pai o transferiu, por sugestão da avó, para a cidade de Salvador, com a intenção de matriculá-lo em escolas ainda melhores. Já em Salvador, para onde se deslocou em viagem de navio, Euclides estudou no também conceituado Colégio da Bahia. Completando 13 anos de idade, em 1879, voltou a morar no Rio de Janeiro, sob os cuidados do tio Antônio Pimenta da Cunha.

No Rio, estudou nos colégios Anglo-Americano, Vitória da Costa, Meneses Vieira e Aquino. Neste último, conheceu Benjamin Constant, de quem foi discípulo e de quem recebeu marcante influência. Participou do pequeno jornal escolar "O Democrata". No primeiro artigo que escreveu para esse jornal, esboçou uma defesa da natureza e do equilíbrio ecológico, postura que o acompanharia por toda a vida, perceptíveis nos textos que escreveu para jornais diversos, na conferência "Castro Alves e seu tempo", bem como nos livros: *Os Sertões*, *Contrastes e Confrontos* e *À margem da História*. A adolescência revelou também o poeta, autor de “Ondas”, uma série de poemas escritos em uma caderneta quando ainda estudava no Aquino.

Mota (2003, p. 40) explicita que

Da análise dessas primeiras produções literárias de Euclides algumas conclusões importantes podem ser tiradas. Do ponto de vista do escritor, a primeira é a junção em Euclides do social e do político com o literário; a segunda é a aguda percepção que ele demonstra ter, desde cedo, dos problemas sociais, políticos e econômicos, centralizados na questão do progresso versus natureza, que examina no primeiro artigo, com clareza e uma visão de futuro inabituais num moço de dezoito anos.

Mas é Rabello (1966, p. 24) quem aponta com propriedade um duplo aspecto da poesia de Euclides: por um lado, um espírito excessivamente lamentoso, sombrio, quase mórbido, com pontos de contato com a poesia do “mal do século”; por outro, a celebração de episódios e personagens da História dos povos, especialmente aqueles ligados à República e à escravidão.

Euclides manifesta desde cedo uma grande paixão pela literatura, mas a influência de seu pai o faz seguir em direção às ciências exatas. O pai, Manuel Pimenta da Cunha, queria que o filho seguisse uma profissão que lhe garantisse um futuro sólido e seguro, e “é claro que, nesse caso, preferia a estabilidade da engenharia à incerteza da carreira das letras, que então, muito mais que hoje, era incapaz de garantir a independência” (MOTA, 2003, p. 40).

Consta que seu pai o elogiava por ser muito bom em Matemática, com tendências para as Ciências Exatas. Confirmando esse pendor pelos números, Euclides optou pela Engenharia aos 19 anos, ingressando na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A escola era renomada, mas era cara, estando muito além das possibilidades financeiras da família. Por isso, Euclides teve que se

transferir, em 1886, para a Escola Militar de Praia Vermelha, escola gratuita que lhe possibilitaria formar-se em Engenharia. Na escola militar reencontrou o professor Benjamin Constant e, por influência deste, integrou-se ao movimento republicano.

Com a matrícula nessa escola, Euclides entrou para a carreira militar sem aptidão nenhuma, em virtude de sua personalidade avessa à disciplina da caserna e sem preparo físico para as demandas da carreira das armas. Foram as aperturas financeiras que o empurraram para aquele meio. Ele detestava as manobras militares e os exercícios físicos estafantes, não tinha postura marcial e era fraco fisicamente, embora não tenha se negado a desincumbir-se de difíceis e penosas missões (RABELO, 1966; OLIVEIRA, 1983; MOTA, 2003).

Cumprir observar que a Escola Militar da Praia Vermelha era um foco de agitações, um centro de discussões sobre os caminhos do país. O ensino praticado ali promovia a aliança dos conhecimentos científicos com a cultura humanística. Era um verdadeiro centro de debates sobre o republicanismo e o abolicionismo, sendo, portanto, um ambiente propício à tomada de posições radicais e altivas.

Essa tentativa de equilíbrio entre a ciência e a cultura humanística certamente influenciou profundamente a formação de Euclides. Isso se reflete em seus escritos, em que se revela, simultaneamente, artista e cientista. É o que diz, por exemplo, Oliveira (1983) ao apontar que na obra de Euclides a literatura incorporou pela primeira vez a aglutinação do saber de seu tempo: correntes filosóficas que ocupavam todas as áreas do pensamento: geografia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia, etnologia, etnografia, antropologia, sociologia, demografia e história.

2.2 O “episódio da baioneta”

No ano de 1888 aconteceria, na escola militar, um fato modelar que ficou conhecido como o “episódio da baioneta”: num tempo de intensas manifestações republicanas, anunciou-se a chegada à capital federal de Lopes Trovão, um importante tribuno republicano que retornava da Europa para agitar ainda mais o país em direção ao pensamento republicano. Havia incontável excitação, mesmo entre os alunos da Escola Militar, em relação à iminência do desembarque, que se daria em meio a intensas manifestações populares. Eles mal se continham na expectativa de participar do movimento. Mas o diretor da Escola, general Clarindo de Queirós, elaborou uma estratégia bem montada para frustrar essa expectativa. Conseguiu programar uma visita à escola do então ministro da guerra, Tomás Coelho, no dia 4 de novembro, o dia da chegada do republicano ilustre.

Com a visita do ministro, ficavam os alunos impedidos de se ausentarem da Escola naquele dia. Foi aí que teve lugar o “episódio da baioneta”. Estando os alunos em forma, o ministro passou em revista à tropa, que o saudava. Quando a autoridade monárquica passou diante de Euclides, um jovem cadete, este abandonou a formação da tropa e tentou quebrar a baioneta nos joelhos. Não conseguindo, atirou-a aos pés do ministro, numa demonstração desabrida de rebeldia e contestação. Segundo Rabello (1966), Euclides contaria depois ao seu amigo Gastão da Cunha que, naquela ocasião, ao atirar a arma aos pés do ministro, teria reprovado a atitude covarde de seus colegas, os outros alunos, que haviam combinado de não apresentar armas diante da autoridade

monárquica, mas na hora se comportaram de forma subserviente, por medo das retaliações presumíveis.

Mota (2003, p. 60-61) informa que

no clima de agitação da época, o gesto de Euclides teve grande e imediata repercussão na imprensa – principalmente a de oposição, que procurava explorar ao máximo o seu sentido político – e no Parlamento. A única saída para o governo era agir como agiu: Euclides foi enviado imediatamente à enfermaria, sob o pretexto de que, esgotado, perdera o controle dos nervos. O governo procurava assim minimizar ao máximo o episódio, procurando mostrar que o gesto de Euclides era o de um jovem com os nervos abalados e, portanto, ao menos naquele instante, irresponsável.

A atitude de Euclides foi considerada um ato de indisciplina que resultou em sua prisão e alimentou rumorosos discursos de ataque e defesa ao jovem militar. Mas no final do ano seria expulso da Escola Militar. A sua expulsão veio comprovar que tinham sido em vão os esforços do governo em desqualificar o protesto de Euclides, e também que o governo, na verdade, jamais encarara o incidente como um mero “acesso de nervos” de um jovem esgotado mentalmente. Dessa forma, a escola livrava-se de um aluno inconveniente, que poderia influenciar outros colegas à rebeldia. Portanto, o subterfúgio da crise de “acesso nervoso” foi uma estratégia utilizada pelas autoridades, “assustadas com o imprevisto e a violência da manifestação de rebeldia, numa tentativa de tirar-lhe ou pelo menos diminuir-lhe o significado” (MOTA, 2003, p. 61).

Desligando-se compulsoriamente da escola militar, Euclides mudou-se, ainda em 1888, para São Paulo, onde imediatamente começou a escrever para o

jornal "A Província de São Paulo" (mais tarde, "Estado de São Paulo"), adotando o pseudônimo de Proudhon.

2.3 De “insubordinado” a “herói” republicano

No calor da proclamação da República, ocorrida em 1889, o jovem injustiçado Euclides foi alçado ao patamar de herói, graças à intervenção de alguns professores, entre eles Benjamin Constant. O “estudante da baioneta”, como ficara conhecido, foi saudado com entusiasmo pelos oficiais republicanos. Todos traziam vivo na lembrança o seu ato de rebeldia contra o Império, reputado agora como um dos episódios importantes do processo que varreu a Monarquia do país. Restituí-lo às fileiras do Exército, muito mais que a reparação de uma injustiça, seria um prêmio pela demonstração rara de patriotismo.

Nessa época, quatro dias após a proclamação da República, Euclides foi convocado para uma reunião política na casa do major Solon Ribeiro, um dos principais ativistas do golpe militar que instalou a República. Ali receberia as honrarias de herói do novo regime. Mas a maior impressão de Euclides naquele dia não foi com as homenagens, mas sim com a beleza e graça da menina Ana Emília Ribeiro, filha do anfitrião, que tinha na época 15 anos de idade. Ao se despedir da casa após a reunião, Euclides deixou nas mãos de Ana um bilhete revelador: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem...” (RABELLO, 1966, p. 46) Ali começava a paixão pela primeira namorada. E o casamento não demoraria muito a acontecer. Após dez meses de namoro, o casal celebraria o enlace.

No ano seguinte, Euclides concluiu o Curso de Artilharia na Escola Superior de Guerra e também foi promovido a segundo-tenente. A promoção ao posto de primeiro-tenente (o mais alto patamar que atingiu na carreira militar) viria no ano de 1893.

2.4 A gestão de *Os sertões*

A euforia dos momentos iniciais da proclamação da República não seria duradoura, típica de movimentos arranjados “da noite para o dia”. O despreparo do Marechal Deodoro para o cargo de presidente logo se tornaria evidente. Tratava-se de um homem que se transferiu, de um salto, do quartel para a presidência, sem a mínima qualificação e sem a mínima habilidade para as articulações políticas inerentes ao cargo. Acostumado a mandar e ser obedecido sem ponderações, irritava-se com as críticas dos opositores, tomando-as como injúrias. Não tinha paciência para suportar a oposição feita pelo Congresso nem competência para negociar. Consequentemente, o país foi se transformando num caldeirão e as conspirações começaram a ser alinhavadas. Acabou sendo forçado a renunciar, e Floriano Peixoto, o vice-presidente, ascendeu à presidência (ABREU, 1998; RABELLO, 1966).

O governo de Floriano não diminuiu as ferveras do caldeirão. Pelo contrário, Floriano construiu uma gestão de pródiga distribuição de cargos aos amigos, acompanhada de declarado revanchismo contra os opositores. Promoveu mudanças bruscas e muitas vezes violentas nos principais comandos políticos e militares do país. Provocou a queda massiva dos governadores estaduais e de suas equipes formadas ao tempo de Deodoro. Vários companheiros e colegas de Euclides da

Escola Militar, que formavam então ao lado de Floriano, como tinham formado ao lado de Benjamin Constant, recebem postos importantes no Exército ou na administração pública (MOTA, 2003). Talvez essa fosse a grande oportunidade de Euclides, como lembra Rabello (1966, p. 50):

Pode-se dizer que o tempo do florianismo foi o mais favorável a quem possuísse a aura de republicano histórico: exatamente o caso de Euclides. A política abria-lhe um caminho que não soube ou não quis encontrar. Floriano tinha iniciado a derrubada dos governadores fiéis a Deodoro e pensando, talvez, fazer do jovem tenente um dos seus delegados estaduais, mandara chamá-lo para conversa o seu tanto misteriosa.

Euclides descreve parte desse encontro com Floriano, acontecido em agosto de 1893, em carta ao seu amigo Lúcio Mendonça. Trata-se de outro episódio modelar na vida de Euclides: sendo convocado por Floriano, ele se apresentou um tanto encabulado, com seu uniforme de segundo-tenente (ainda não tinha sido promovido a primeiro-tenente), mas o presidente foi logo lhe dizendo, sem rodeios ou meias palavras, que o chamara ali não como militar mas como amigo, para lhe oferecer o cargo ou posição que desejasse no governo, bastando, para isso, que ele escolhesse qualquer cargo ou posição que desejasse. Euclides, com 27 anos, respondeu-lhe que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil! Tempos depois, na citada carta a Lúcio Mendonça, Euclides demonstra um amargo arrependimento daquele seu comportamento desastroso:

O grande doador de posições referindo-se à minha recente formatura e ao meu entusiasmo pela República, declarou-me que *tendo eu direito* a escolher por mim mesmo uma posição, *não se julgava competente* para indicá-la... Que perspectiva! Basta dizer-lhe que estávamos em pleno despencar dos governadores estaduais!... E eu (nesta época sob o domínio cativante de Augusto Comte, e que isto vá como recurso absolutório) declarei-lhe ingenuamente que desejava o que previa a lei para engenheiros recém-formados: um ano de prática na E.F.C. do Brasil! Não lhe conto o resto. Quando me despedi pareceu-me que no olhar mortiço do interlocutor estava escrito: *nada vales*. E tive ainda a inexplicável satisfação de descer orgulhosamente as escadas do Itamarati, atravessar alegremente o saguão, e sair agitando não sei quantos sonhos de futuro... um futuro que desastrosamente eu tinha destruído (MOTA, 2003, p. 72).

Comentando o fato, Rabello (1966, p. 51) informa que “foi assim que Euclides ficou adido à Estrada de Ferro Central do Brasil, numa época em que seus companheiros de farda assumiam postos nas secretarias de Estado, na Câmara Federal, ou recebiam comissões políticas das mais rendosas”. Resultado, talvez, do fato de ele sempre ter sido um homem desprovido de maiores ambições pessoais. Parece que a sua única grande ambição era ser um grande escritor. Mais que ambição, um sonho acalentado e apaixonadamente cultivado, que ele sentiu poder realizar plenamente após a publicação de *Os Sertões*, seu “livro vingador”.

O governo de Floriano derivaria para um regime ditatorial alimentado com prisões, suspensões de garantias e intervenções nos Estados. E logo explodiriam

movimentos de revolta, como a "Revolta da Armada", no Rio de Janeiro, arquitetada pelos marinheiros descontentes com os rumos do governo. No ano de 1894, em represália por ter apelado ao presidente em favor de um tratamento justo aos vencidos na revolta, Euclides foi transferido para a longínqua cidade de Campanha, no sul de Minas, para supervisionar as obras da construção de um quartel. Aquela mudança praticamente equivalia a um exílio. Euclides tornara-se inconveniente para o governo de Floriano, e era uma medida prudente mantê-lo afastado do centro da cena política (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Os rumos ditatoriais do governo provocaram em Euclides um grande desencanto com a República, que ele ardorosamente defendera anos antes. Em 1896 abandona a carreira militar, sendo reformado como primeiro-tenente, posto do qual não passaria, e assumindo posto na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, como engenheiro. Nesse ano também eclodiu a guerra de Canudos. Em 1897, os jornais de 7 de março alardeavam a morte do Coronel Moreira César e o aniquilamento de mil e quinhentos soldados pelos sertanejos fanáticos comandados por Antonio Conselheiro, que pregava contra a República. Comandante da terceira expedição contra o Conselheiro e seus seguidores, Moreira César era uma figura do Exército respeitabilíssima por sua competência, já demonstrada em outras batalhas, de abafar movimentos de revoltosos, utilizando de extrema violência, sem piedade para com os vencidos. Ganhara maior relevo após a Guerra do Paraguai, onde recebera a alcunha de "corta-pescoço", em alusão ao costume que tinha de decapitar os rebeldes que dominava.

Em Canudos, à frente de uma tropa de mil e trezentos homens das três armas, esse temido coronel foi fragorosamente derrotado pelos jagunços e teve o mesmo fim que costumava impingir às suas vítimas: teve sua cabeça decepada. Esse fato chegou ao Rio de Janeiro por meio dos jornais da forma mais sensacionalista possível e alimentou uma incrível rede de boatos a respeito do que acontecia no sertão da Bahia, deixando a população estarecida, em estado de choque. Rabello (1966) esclarece que esses insidiosos boatos davam conta de que os jagunços do Conselheiro, depois de baterem o exército de Moreira César, teriam tomado de assalto várias cidades do sertão e estariam se preparando, à espera de reforços para marchar contra a capital baiana. Por esses boatos, o povo do Conselheiro

Já não era um agrupamento de fanáticos, mas um bem equipado exército de monarquistas sob o comando de altas patentes que tinham conseguido escapar da revolta da esquadra e da campanha federalista. O pior era que a família imperial estaria em íntima ligação com os insurretos sertanejos, remetendo da Europa armas aperfeiçoadas e oficiais treinados (RABELLO, 1966, p. 51).

Evidentemente, era um tempo de alto clamor republicano nas ruas. Preocupado com esse provável movimento monarquista instalado em Canudos, Euclides abriu um espaço na sua estafante vida de engenheiro para participar do debate que já se tratava em nível nacional. Escreveu inicialmente dois artigos para o jornal “Estado de São Paulo”, os dois com o mesmo título de “A nova Vendaia”. O primeiro foi publicado em 14 de março e segundo em 17 de julho. Nesses artigos, comparou os jagunços do sertão baiano com os monarquistas

combatidos pela Revolução Francesa na Bretanha (Vendée). Nesse paralelo, os jagunços eram movidos pelo mesmo objetivo: lutar contra a República para restaurar a Monarquia. “Todavia não tinha dúvida: aqui, como na Vendaia, a República sairia triunfadora” (RABELLO, 1966, p. 88).

Euclides foi convidado pelo diretor do jornal para viajar a Canudos como enviado especial, a fim de fazer a cobertura da parte final da guerra.

Convite aceito, Euclides solicitou licença na Superintendência de Obras, e partiu no dia 4 de agosto, no vapor "Espírito Santo", acompanhando a 21ª Brigada de Divisão Auxiliar. Viajou durante 3 dias até chegar a Salvador, onde se viu obrigado a passar 24 dias antes de partir para Canudos, tendo em vista os sucessivos adiamentos da partida da tropa por questões operacionais. Na ansiedade desse período extenuante de quase um mês, aproveitou para colher mais informações sobre a realidade do conflito, ouvindo os relatos e testemunhos dos que regressavam do campo de batalha quase que diariamente. Juntando esses relatos e testemunhos, pôde começar a montar um quadro mais realista da situação.

Nesse período também enviava suas interpretações do conflito para o jornal. Nesses sucessivos artigos que enviou para São Paulo, é possível perceber a evolução do seu pensamento em relação àquela guerra. Nos primeiros artigos ainda se pode ver um articulista cheio de brios republicanos disposto a desmascarar um grande foco de conspiração monarquista. Mas a sua visão vai se modificando paulatinamente, à medida que “pesquisa, estuda, entrevista, visita os hospitais em companhia de altos oficiais do Exército [...] e em que observa, nas estações de estrada de ferro, a chegada dos feridos em combate” (MOTA, 2003, p. 96).

Ao pôr os pés em Canudos, Euclides viu a luta desigual, testemunhou a morte de amigos e a bravura dos jagunços. Como testemunha ocular do final da guerra, encerrada no dia 5 de outubro (1897), Euclides voltou para São Paulo abalado, levando consigo uma certeza: olhar o Conselheiro como um simples inimigo da República, um ardiloso aliado dos conspiradores monarquistas era um equívoco e um grande exagero. O que presenciou foi o terrível choque entre dois brasis, o do litoral e o do sertão, que se conheceram no ato do choque e ali se autodestruíram em grande parte. No dizer de Rabello (1966, p. 132), Euclides voltava convicto de que o que ele assistiu

não foi o final de uma batalha da qual saíssem triunfantes os seus sobreviventes. Presenciou uma carnificina.” Em Canudos ele compreendera melhor o país, na sua realidade física e social. As ilusões e os enganos, que eram da sua geração e que eram seus, desfizeram-se para sempre (RABELLO, 1966, p. 137).

Mota (2003, p. 109) assinala que

Daquela campanha, da sua observação cuidadosa, vai surgir uma obra-prima da literatura brasileira. Mas não apenas da literatura. Os Sertões, que Euclides a rigor já começara a escrever, sendo os comentários enviados ao Estado o seu embrião, será muito mais que uma obra-prima literária. Esse “livro vingador”, prodígio de síntese de literatura, sociologia, geografia, climatologia, botânica, geologia, economia e história, será um grito de alerta às descuidadas e frívolas elites do litoral para a necessidade de se lembrarem das injustiçadas e

esquecidas populações do sertão e incorporá-las à civilização.

Euclides voltava fazendo a si mesmo uma promessa: vingar o extermínio de Canudos. E qual seria a arma dessa prometida vingança? Um livro. *Os Sertões*, seu “livro vingador”, que estava começando a nascer. Euclides volta

com os nervos abalados, chocado com o espetáculo sangrento e desumano do esmagamento sem piedade dos sertanejos rebelados. Não discute a necessidade de se vencer a rebelião, mas coloca em dúvida o acerto da maneira como foi conduzida a campanha. Aos poucos sua visão do problema vai evoluindo: em Canudos já começava a ver a cristalização do grave problema do abandono, da ignorância e da miséria em que vivem as populações nordestinas, e não apenas uma rebelião de fanáticos. É bem verdade que o fanatismo religioso, a que são propensas as abandonadas e incultas massas do sertão, será um dos componentes principais de sua explicação do fenômeno, em *Os Sertões*. Mas as vistas de Euclides se alargam aos poucos, para abranger outros aspectos, igualmente importantes, do drama de Canudos. E – este é um elemento fundamental – pouco a pouco vê em Canudos apenas um episódio de um problema mais importante e mais geral, que é a marginalização e o atraso ao mesmo tempo agudo e crônico a que as elites do litoral relegaram, consciente ou inconscientemente, as populações sertanejas. E a situação é mais grave ainda a seus olhos, porque são exatamente essas populações abandonadas as responsáveis pela ocupação de um dos maiores espaços do imenso território brasileiro, conquistado a duras penas Entradas e pelas Bandeiras, no período heróico da expansão territorial do Brasil. (MOTA, 2003, p. 110)

Em São José do Rio Pardo, onde permaneceu pelo período de três anos reconstruindo uma ponte metálica, revisou os apontamentos feitos e os dados colhidos durante a campanha. O embrião do seu livro vingador estava ali e nos artigos que escrevera para o jornal.

Em 21 de outubro, estava em São Paulo. Dia 26, publicou o último artigo da série "Diário de uma expedição": "O Batalhão de São Paulo", no jornal "O Estado de S. Paulo". Doente, foi descansar na fazenda do pai, em Belém do Descalvado. Em 1899, morando com a família na cidade paulista de São José do Rio Pardo, aproveitou o incentivo de amigos que fizera na cidade para dar continuidade ao livro que iniciara logo depois que voltara de Canudos. Assim, a maior parte de *Os Sertões* foi escrita na pacata São José do Rio Pardo. Ao concluir a construção da ponte, concluiu também o seu "livro vingador." Pretendendo publicar o livro no ano de 1901, Euclides saiu à procura de uma editora que se dispusesse a editá-lo. Depois de enfrentar muitas dificuldades para a publicação do livro, apenas em 1902 recebeu uma resposta positiva da Editora Laemmert, e o livro foi editado, trazendo a consagração imediata ao autor. Com elogiosa recepção da crítica, a edição esgotou-se em dois meses, e novas edições foram sendo lançadas, sempre com total sucesso.

Em *Os Sertões*,

o que Euclides disse com toda a clareza é que as elites do litoral estavam esmagando as populações sertanejas, responsáveis pela ocupação de uma das maiores parcelas do território nacional, além de lembrar o que parecia ter sido esquecido: que os sertanejos eram tão brasileiros quanto os do litoral,

e até mais, a seu ver, pois constituíam ‘o cerne da nossa nacionalidade’ (MOTA, 2003, p. 131).

Com o reconhecimento, vieram as eleições para a Academia Brasileira de Letras para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1903. Mas essa “glória” se fez acompanhar da vexatória situação de um desempregado que prestava serviços avulsos de engenharia, vivendo em constantes crises financeiras. Seu sucesso como escritor não se fez acompanhar de melhorias financeiras. Como engenheiro, continuava levando uma vida quase de nômade, sem nunca ter residência certa, muito menos uma casa onde sua família tivesse um razoável conforto. Vivia armando a sua “tenda de árabe” ou seu “acampamento cigano” (como dizia aos amigos em cartas) de cidade em cidade para onde era frequentemente transferido.

2.5 Crise e conflitos nas fronteiras amazônicas

Por volta de 1904, o clima dominante da política externa brasileira girava em torno de questões diplomáticas na Amazônia, envolvendo acirrados conflitos de fronteira entre o Brasil, a Bolívia e o Peru.

Os conflitos com a Bolívia diziam respeito à posse da região que hoje é o Estado do Acre. Sendo um território boliviano, o Acre se encontrava ocupado por um grande contingente de brasileiros – nordestinos que haviam migrado e continuavam migrando para a Amazônia a fim de fugir da seca avassaladora do sertão. De acordo com Mota (2003, p. 154),

As secas do nordeste, conjugadas com a exploração extensiva da grande e nova riqueza descoberta na Amazônia – a extração da borracha natural da

seringueira – iriam determinar, ao mesmo tempo, um grande deslocamento das populações sertanejas para os Estados do Norte e a expansão das nossas fronteiras para além dos limites até então – fins do século 19 e princípios do século 20 – fixados. Este movimento que as populações sertanejas, fustigadas pelas secas, fazem em direção à região amazônica, em busca da riqueza da borracha, marca a última etapa da expansão territorial brasileira que, após o acordo com a Bolívia – que nos deu o Acre – e com o Peru, que delimitou com precisão, e definitivamente, as nossas linhas de fronteira nos confins da Amazônia, o Brasil adquire a feição que conserva até hoje. Os nordestinos, fugindo da miséria de suas terras, completam assim, alguns séculos depois, a missão dos bandeirantes.

Dessa forma, o conflito contava com lances paralelos na região e na capital federal. Na região, os enfrentamentos da luta armada entre brasileiros e acreanos ou entre brasileiros e peruanos; na capital federal, as intrincadas batalhas diplomáticas com o Peru e a Bolívia, tendo à frente, pelo Brasil, o Barão do Rio Branco, tido como um grande negociador cuja capacidade de dialogar teria evitado conflitos de proporções mais sérias entre os países em litígio (RABELLO, 1966).

Euclides, estando ainda desempregado à época, teve sua atenção despertada para esse quadro e decidiu participar do debate. E participou ativamente, escrevendo cinco artigos para o Estado de São Paulo, tratando da questão:

a) “Fronteira Sul do Amazonas. Questão de Limites”. Nesse artigo, publicado em O Estado de S. Paulo, no dia 14 de novembro de 1898, ele analisa o livro homônimo do escritor Manuel Tapajós, tratando da

questão da ocupação do interior do Vale do Amazonas e da façanha da conquista e exploração do espaço amazônico;

b) “*Contrastes e Confrontos*”. Artigo cujo título seria utilizado para nomear também o livro que, posteriormente, reuniria este (introdutório) e outros artigos sobre problemas amazônicos. Nele, Euclides reflete sobre as contradições da civilização peruana na orla do Pacífico;

c) “Conflito Inevitável”. Euclides procura nesse artigo advertir as autoridades brasileiras a respeito do iminente perigo de um conflito armado entre o Brasil e o Peru, tendo em vista as penetrações peruanas na parte brasileira da Amazônia;

d) “Contra os Caucheiros”. Trata-se de uma crítica à estratégia do governo brasileiro em enviar militares ao Alto Purus e Juruá para combater a invasão peruana. Para Euclides, seria mais acertado e prudente o caminho da diplomacia, tendo em vista a construção de uma resolução amistosa dessas pendências entre os dois países;

e) “Entre o Madeira e o Javari”. O texto apresenta uma análise da forma como se deu o povoamento das cercanias desses dois grandes rios amazônicos, especialmente nas três últimas décadas.

A situação conflituosa na Amazônia exigia medidas urgentes da diplomacia brasileira. As fronteiras mal dimensionadas precisavam ser fixadas definitivamente.

Para proceder ao reconhecimento dos limites, foram criadas duas comissões, uma do Juruá e outra do Purus. Euclides valeu-se de amigos influentes para se integrar a uma das comissões. O Barão do Rio Branco atendeu à sua solicitação, nomeando-o como chefe da

comissão de reconhecimento do alto Purus. Como se tratava de uma comissão mista, a chefia deveria ser dividida com Pedro Buenaño, o representante do Peru. Euclides partiu para a missão, chegando a Manaus em 30 de dezembro de 1904. Teve que enfrentar uma exaustiva espera de mais de três meses na capital amazonense, até que finalmente, em 5 de abril de 1905, a comissão mista Brasil-Peru iniciou sua viagem de Manaus às cabeceiras do rio Purus, chegando em 14 de agosto. Em outubro, a comissão regressaria a Manaus, concluindo os trabalhos em 16 de dezembro.

O interesse de Euclides pela Amazônia vinha principalmente de suas leituras a respeito da região, sobre a qual já havia inclusive escrito artigos no jornal. Quais as razões para esse interesse em viajar para paragens tão distantes? Possivelmente resolver seu problema de engenheiro desempregado, saciar a vontade de fugir dos problemas que o atormentavam na cidade grande e dar vazão ao fascínio que sentia pela região. Uma soma disso tudo, talvez. Depois da sua nomeação para a viagem, em confissão a amigos (Oliveira Lima e José Veríssimo, por exemplo), esclarecia com todas as letras que seu objetivo era “estudar a região e o povoamento que ali se faz, para uma outra obra que, à semelhança de *Os Sertões*, revele ao Brasil mais um pedaço de si mesmo” (MOTA, 2003, p. 159).

Ainda relativamente jovem, e motivado pelo êxito incomparável de *Os Sertões*, Euclides sentia que precisava superar um novo desafio, o de não ficar marcado para a posteridade como autor de um só livro, daqueles que brilharam intensamente, mas o seu brilho sendo resultado de um lapso apenas momentâneo, episódico, de talento e genialidade, quase ao acaso. Euclides não queria ter esse estigma pesando sobre si,

associado ao seu nome. E sabia que ali estava a sua segunda grande oportunidade de produzir uma obra de grande significado. A primeira fora quando da sua ida a Canudos, de onde resultou *Os Sertões*.

Mota (2003, p. 164) comenta que

Da observação atenta e prolongada da geografia, do clima, das condições de vida na Amazônia e da situação social de seus habitantes Euclides projetava escrever - mesmo antes de partir para Manaus - um novo livro, para o qual chegou a escolher o título de “Um Paraíso Perdido”. Após a sua longa viagem pela Amazônia, o desejo transformou-se para ele, como no caso de Canudos e de *Os Sertões*, numa obrigação moral.

Por que obrigação moral? Assim como acontecera no seu regresso de Canudos, Euclides retornou da Amazônia desolado e revoltado com o que testemunhara: populações relegadas ao abandono, vivendo em condições subumanas, na mais absoluta miséria. Viu os seringueiros sendo explorados pelos seringalistas arrivistas, submetidos a um regime de escravidão no meio da floresta, um lugar longínquo demais onde a justiça não conseguia ou não tinha interesse em chegar. E assim como fizera em Canudos, prometeu a si mesmo escrever um “segundo livro vingador”, para trazer à luz aquele mundo estúpido que o Brasil desconhecia e “reclamar do governo medidas em favor dos sertanejos que, transformados em seringueiros, garantiam para o Brasil a posse de regiões riquíssimas, e ao mesmo tempo eram relegados à mais extrema miséria e à mais cruel exploração” (MOTA, 2003, p. 164).

Mas o projeto da construção do segundo livro vingador não se realizaria. Nas palavras de Mota (2003,

p. 164), “seus afazeres, sua precária situação financeira – que o obrigava a trabalhar sem folga para o sustento da família – sua vida atormentada e sua morte prematura iriam impedi-lo de concretizar esse projeto”. O que restou de sua intenção foi uma série de artigos, que seriam os primeiros traços do esboço do livro, reunidos com o título *À Margem da história*, uma coletânea publicada em 1909. Esses escritos, no entendimento de Mota (2003, p. 164), “são suficientes para se ter uma ideia do plano grandioso de Euclides, da sua veemente defesa do seringueiro. [...] Vê-se por esse esboço de livro que Euclides era cada vez mais um sociólogo e escritor político do que propriamente um literato.”

Regressando ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1906, Euclides entregou o relatório ao Ministério do Exterior, que só foi publicado em junho. Tornou-se adido ao Gabinete do Barão do Rio Branco, sem estabilidade, numa função não-oficial (RABELLO, 1966). No mesmo ano tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Em 1907, publicou *Contrastes e Confrontos* (artigos publicados entre 1901 e 1904 nos jornais "O Estado de S. Paulo" e "O País") e *Peru versus Bolívia* (oito artigos escritos para o "Jornal do Comércio"). Em 2 de dezembro, proferiu a conferência "Castro Alves e seu tempo", no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo. Em 1908, prefaciou os livros *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, e *Poemas e Canções*, de Vicente de Carvalho (RABELLO, 1966; OLIVEIRA, 1983; MOTA, 2003).

Em 1909, para obter um emprego fixo, Euclides prestou concurso para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, prova escrita e oral, sendo classificado em segundo lugar (o primeiro foi Farias Brito). Foi nomeado professor em 14 de julho. Ministrou sua primeira aula dia

21 e a última em 13 de agosto, uma sexta-feira. No dia 15 de agosto, uma manhã chuvosa de domingo, foi assassinado por Dilermando de Assis, amante de sua esposa. Ou seja, no raro momento em que conseguiu se estabilizar profissionalmente, a morte o colheu prematuramente, por meio de um crime passionai, aos 43 anos de idade.

2.6 Os contornos de uma tragédia

Euclides teve uma vida extremamente amargurada. Era um inadaptado à vida social, pelo seu temperamento arredo e comumente explosivo; escolheu uma profissão que não o fez feliz, a Engenharia. Mesmo tendo sido um engenheiro comprovadamente competente, numa época em que o país necessitava de engenheiros, vivia numa humilhante situação de penúria, sem nunca ter tido uma residência fixa. As cartas escritas para amigos e parentes permitem deduzir que foi para ele um fardo muito pesado ser, ao mesmo tempo, o escritor glorioso e o engenheiro obscuro, mal remunerado, que vivia de um lado para outro, sem paradeiro certo. Teve uma vida precária, sem poder oferecer o mínimo conforto à família, também errante como ele, em decorrência da profissão; teve um casamento sem amor, movido apenas por um impulso romântico que se dissiparia logo depois do enlace. Sentia-se um estrangeiro dentro da própria casa. Seu matrimônio caminharia para uma irreversível tragédia. Em meio a tantas amarguras, havia uma paixão que o arrebatava, o seu verdadeiro oásis, que era mundo das letras. Parece que só ali ele conseguia se realizar plenamente como homem.

Mota (2003, p. 13) sintetiza nestes termos a sucessão de tragédias que se abateram sobre Euclides:

órfão aos três anos de idade, guardando para sempre uma sensação de desamparo e insegurança; tímido, impulsivo e arrebatado; militar primeiro e engenheiro depois, sempre contra a verdadeira vocação; vivendo de déu em déu, sem nunca ter um emprego estável e uma situação financeira razoável; totalmente infeliz no casamento, terminando assassinado pelo amante de sua mulher, após tentar matá-lo. E a tragédia não termina aí, pois alguns anos depois um de seus filhos – exatamente o que levava o seu nome – tenta vingá-lo e morre também pelas mãos daquele que o assassinara.

Euclides e Ana Emília se conheceram ainda em plena adolescência. Ele apaixonou-se de pronto pela menina graciosa; ela estava deslumbrada com a figura do decantado “herói” da República. Iniciaram o namoro e se casaram no espaço de menos de um ano. Referindo-se a esse primeiro impulso romântico de Euclides, Rabello (1966, p. 46) observa que

O rapaz que crescera tem nunca ter sentido um afeto de mulher, nem de mãe, nem de irmã, acreditou encontrar naquela menina mal saída do regaço materno o pouso tranquilo para as inquietações de sua alma desamparada. O que teriam sido esses meses para quem, como ele, não sabia graduar nenhuma forma de sentimento? Ninguém pode imaginar ao certo o que foram esses meses de exaltação romântica – de esperanças seguidas de desalentos, de temores vãos, de crises de ciúmes e de novas esperanças.

O tempo de felicidade e de ilusões do casal seria curto. As relações familiares entrariam num processo doloroso de deterioração que aos poucos ia assumindo proporções alarmantes. Mota (2003) destaca que havia entre os dois uma incompatibilidade que se impôs irreversivelmente com o passar dos anos. Os dois não tinham praticamente nada em comum em termos de personalidade. Ela, bonita e voluntariosa; ele, sofrido e arreado. Somou-se a isso a profissão errante de Euclides, às voltas com uma engenharia mal amada e estafante. Ou seja, “a vida errante de Euclides, jogado de um lado para o outro, e depois o desemprego, a aceitação de trabalhos os mais variados possíveis, sem estabilidade alguma, levando-o a regiões distantes, colaboraram para piorar ainda mais a situação”. (MOTA, 2003, p. 177) Além disso, Euclides, como demonstra Mota (2003), quase nunca se sentia à vontade na vida em família. Preferia a companhia dos amigos ou dos livros em seu escritório. Os livros foram a sua companhia predileta desde a infância.

Quanto aos amigos, já na idade adulta, com eles podia livremente trocar ideias sobre os mais variados assuntos, o que não conseguia fazer na vida familiar. Talvez a sua situação de órfão de mãe e quase órfão de pai (seu pai viajava muito e nunca lhe dedicou maior atenção e carinhos), sendo criado em casa de parentes, tenha contribuído para torná-lo, na vida adulta, um homem um tanto destreinado para “fazer as pequenas coisas da vida familiar. Pequenas, mas importantes: conversas descontraídas com a mulher e os filhos, por exemplo.” (MOTA, 2003, p. 179) Conversava com os filhos sobre assuntos ligados à educação destes, mas nunca de forma descontraída.

Quando da sua viagem para a Amazônia, em dezembro de 1904, a serviço do Ministério das Relações Exteriores, Euclides ficou longe de casa por aproximadamente dois anos. Em 1905, no decurso dessa ausência do marido, Anna Emília, com 30 anos, conheceu Dilermando de Assis, um rapaz loiro, de olhos claros, alto, de 17 anos, que era cadete do Exército. Logo ela se apaixonou por esse rapaz, e os dois iniciaram um romance extraconjugal. Quando Euclides retornou da Amazônia, em janeiro de 1906, encontrou Anna grávida, e então teve a certeza da traição da esposa. E ali estava a ponta mais evidente de uma tragédia que se anunciava. O menino nasceu em 1906, de nome Mauro, que Euclides registrou como seu filho, embora soubesse que era filho de outro homem. Mauro viveu apenas sete dias. No ano seguinte, uma nova gravidez. Em novembro, nasceu Luiz, que Euclides registrou também como seu filho, mas não tinha dúvida de que não era o pai. Rabello (1966, p. 388) relata que, certa vez, apresentando esse filho a Coelho Neto, um dos seus amigos mais íntimos, Euclides teria perguntado: “Que achas? Não se parece com um pé de milho num cafezal?” A criança nascera com cabelos claros e olhos azuis, em contraste com as características físicas de seus outros filhos, todos de tez morena.

Euclides vivia torturado pela certeza da traição. E Anna vivia amargurada pelos maus tratos do marido. (RABELLO, 1966; MOTA, 2003) As brigas eram constantes e o relacionamento ia se tornando insustentável. No dia 13 de agosto de 1909, ela resolveu abandonar o lar e se hospedar na casa em que Dilermando morava com o irmão, Dinorah, também militar, só que da Marinha. No dia 15, uma manhã chuvosa de domingo, Euclides dirigiu-se à casa dos rapazes, no bairro da Piedade, e lá se encontravam, além

dos dois militares, Anna Emília e os filhos Luiz e Solon. Dinorah foi recebê-lo à porta e Dilermando ficou num quarto. Armado, Euclides entrou e atirou. Dinorah, que também era jogador de futebol, ficou ferido com uma bala que se alojou na sua nuca. Com o tempo, ele perderia os movimentos e depois, vivendo como mendigo, ele se suicidaria.

Dilermando também foi atingido. Como era campeão de tiro, tentou desarmar Euclides e imobilizá-lo, com tiros no pulso e na clavícula. Já quando tentava sair da casa, Euclides foi atingido nas costas e caiu no jardim em frente à casa. Os rapazes o arrastaram para dentro da casa. Chamaram o médico, mas quando este chegou Euclides já estava morto. Dilermando foi julgado e absolvido, em nome da legítima defesa, casando-se com Anna em seguida. Abandonou-a em 1926, com cinco filhos. Ela estava com 50 anos, e ele, com 36.

Em 1914, Solon, filho mais velho, de Euclides, exercendo a função de delegado no Estado do Acre, foi assassinado numa tocaia, no meio da floresta; em 1916, Quidinho (como era conhecido Euclides da Cunha Filho), aspirante da Marinha, encontrou-se com Dilermando, o assassino do seu pai, em um cartório no Rio de Janeiro, e tentou vingar-se da morte do pai. Atirou e feriu Dilermando, mas foi este que o matou, atirando de volta. Julgado também pelo assassinato do Euclides filho, Dilermando foi novamente absolvido, sob a alegação de legítima defesa.

Foi Rabello (1966) quem melhor resumiu a vida de Euclides pontuada de tragédias pessoais, ao comentar que ele, como militar, teve que abandonar a farda; como republicano ardoroso, haveria de sentir depois um irremediável desprezo pela República; como engenheiro, passou a vida inteira maldizendo sua profissão

enfadonha, estafante, inglória e nômade; como marido, idealizou a mulher e teve o choque de realidade com sua mulher, que vivia em total descompasso com o seu gênio e sua personalidade; como chefe de família, sentia-se estranho em sua própria casa e um quase desconhecido dos seus amados; muitos livros com os quais sonhou ficaram pelo meio, como projetos inacabados: *História da América, História da Revolta, Um Paraíso Perdido, Um Homem Bom, Ondas*. “Só no sertão – no seu ‘deserto bravio e salvador’ – encontrara a alma irmã da sua. E o sertão falhara como tudo mais” (RABELLO, 1966, p. 361).

CAPÍTULO 3

Lendo metáforas amazônicas de Euclides

“Cresci na Mesopotâmia
(a de Nabucodonosor
não, a de que fala Agassis).
A casa entre duas pontes
o rio-mar lambendo o céu
os pés nos igarapés
os olhos nos olhos d’água
sapos arraia e botos
nadando-me o sono sonho
grávido de luas naufragas.
Meus alicerces raízes
ali na terra ébria d’água.”
(Astrid Cabral, Mesopotâmia)

Segundo Sardinha (2007, p. 17), a metáfora “ocupou a humanidade por 2.500 anos”, e continua ocupando. Muito já se escreveu sobre ela e, certamente, muito ainda se escreverá, pois resta sempre alguma zona de sombra a ser iluminada (como se vê, estou utilizando metáforas para falar sobre a metáfora). Historicamente, o estudo da metáfora tem oscilado entre três teorias fundamentais, que olham para o fenômeno metafórico a partir de ângulos diferentes: a abordagem *clássica* (também denominada de tradicional e retórica), iniciada por Aristóteles; a abordagem *interacionista*, idealizada por I. A. Richards e Max Black; e a abordagem *cognitiva* (conceptual), com enfoque nos postulados de Lakoff e Johnson (2002). Neste capítulo apresento as linhas gerais dessas abordagens, recorrendo também a outros estudos já realizados por pesquisadores diversos a respeito da

metáfora. Dentre esses, destaco Moura (2012), Sardinha (2007) e, especialmente, Ricoeur (2003). Defendo a ideia de que em cada uma dessas diferentes vertentes há conceitos viáveis no sentido de enriquecer o estudo sobre a metáfora. Na análise das metáforas de Euclides sobre a Amazônia, lanço mão da contribuição de todas elas.

Entendo que Euclides foi um grande metaforista. Tomo aqui o termo “metaforista” com o sentido de aquele que cria metáforas ou metaforiza. Metaforizar segundo Francisco (2001, p. 68), consiste em

“reelaborar o Mundo. Mas reelaborá-lo orientado pelo conhecimento existente do Mundo. Assim sendo, tanto a ciência, quanto a arte podem ser vistas como linguagens que, apesar de diferentes, possuem a mesma pertinência cognitiva. Tanto a ciência, quanto a arte reelaboram o Mundo. Não são meras descrições do Mundo. São modos de criar Mundos.”

Euclides se esmerou em criar metáforas, sem parcimônia, em praticamente todos os textos que escreveu. Elas medram em *Os Sertões* e nos demais livros de sua autoria, nos artigos que escreveu para jornais, nos ensaios e nas cartas que endereçou a familiares e amigos. Foi essa constatação que ensejou a elaboração desta pesquisa e, de maneira muito especial, a organização do presente capítulo, no qual revisito as metáforas euclidianas mais expressivas que, de alguma forma, se ligam ao universo amazônico. Este capítulo analisa as metáforas do grande metaforista para descrever aspectos geográficos e paisagísticos da Amazônia, assim como a gente, as relações sociais, os conflitos de fronteira e outros flagrantes da região.

Escrevendo sobre a Amazônia, Euclides elaborou metáforas que veiculam a sua visão sobre a região. E na literatura euclidiana as metáforas ostentam-se a cada página, a cada parágrafo, formando um grande painel da sua concepção sobre aquela porção do Brasil. Assim sendo, para atingir o objetivo de analisar metáforas de Euclides, difícil foi operar o recorte necessário a um trabalho desta natureza.

O início do percurso se deu com a imersão nos textos de Euclides, com o fim de detectar em quais deles a Amazônia se apresenta como assunto. E dessa pesquisa resultou a descoberta de que:

A primeira referência à Amazônia, ainda que bem panorâmica, ocorre em *Os Sertões*, onde faz referência à terra e ao clima amazônico, além das condições de adaptabilidade do homem ali.

Ainda antes de viajar para a Amazônia, Euclides publicou os seguintes textos referentes à região:

a) O artigo “Fronteira Sul do Amazonas. Questão de Limites” (publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em 14/11/1898), em que faz uma leitura do livro homônimo de Manuel Tapajós, sobre a ocupação, conquista e exploração do interior do Vale do Amazonas;

b) O livro *Contrastes e confrontos*, em que quatro capítulos se voltam para a região: “Contrastes e confrontos”, capítulo homônimo, focaliza as contradições da civilização peruana à margem do oceano Pacífico; “*Conflito Inevitável*” adverte as autoridades brasileiras sobre o perigo de iminente conflito armado entre o Brasil e o Peru, em decorrência das incursões peruanas sobre a Amazônia brasileira; “Contra os Caucheiros” critica o envio de militares ao Alto Purus e Juruá, pelo governo brasileiro, para fazer frente à ameaça peruana. O autor propõe a solução diplomática ao invés

das investidas bélicas; “Entre o Madeira e o Javari” analisa a forma como se deu o rápido povoamento daquela área amazônica.

Entre os textos que produziu após sua passagem pela Amazônia, merecem destaque:

a) A entrevista que concedeu ao *Jornal do Commercio* de Manaus, em 29 de outubro de 1905, publicada com o título “Os Trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”. Apresenta detalhes a respeito das dificuldades da viagem da Comissão e também análise de alguns aspectos geográficos da região;

b) O artigo “Entre os Seringais”, publicado em janeiro de 1906 na revista *Kosmos*, ano III, nº 1, Rio de Janeiro. Desenvolve críticas à organização dos seringais do Purus e as condições subumanas dos seringueiros, submetidos a um regime de trabalho escravo;

c) O *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus de 1904-1905*, publicado em 1906 pela Imprensa Nacional. Relata os flagrantíssimos de toda a expedição ao longo do Purus;

d) O prefácio do livro *Inferno Verde*, publicado em 1907 por Alberto Rangel. O próprio prefácio é comumente exaltado como uma verdadeira peça literária dentro do livro do amigo. Nele, Euclides elabora mais um ensaio sobre questões regionais;

e) O livro *Peru Versus Bolívia*, publicado em 1907 no Rio de Janeiro. Contém uma sólida defesa de Euclides, fartamente documentada, em relação aos direitos da Bolívia nas questões de limites com o Peru;

f) O livro *À Margem da História*, publicado em 1909, cuja primeira parte, “Terra sem História”, diz respeito à Amazônia, e conta com os seguintes capítulos: “Impressões Gerais” (registro das impressões que sentiu

no contato com a região por aproximadamente um ano), “*Rios em abandono*”, faz um amplo estudo sobre o rio Purus e suas potencialidades; “Um clima caluniado” (as dificuldades de adaptação do homem na Amazônia, numa clara perspectiva darwinista social e determinista), “Os caucheiros” (crítica à sociedade extrativista surgida na Amazônia, abrangendo terras do Peru, Bolívia e Brasil), “Judas-Asvero” (reflete sobre a vida dos seringueiros, apresentando-a como uma eterna sexta-feira da paixão), “Brasileiros” (abordagem geopolítica das intenções peruanas sobre a Amazônia e a importância da ação de brasileiros na área de fronteira naquela região) e “A Transacreana” (que dimensiona a necessidade e a importância da construção de uma estrada de ferro, a Transacreana, para unir transversalmente os vales do Juruá, do Yaco e do Purus).

Além desses textos, Euclides foi muito pródigo na escrita de correspondências que enviava a amigos e familiares. Nessa epistolografia constam cartas produzidas antes da viagem à Amazônia, durante a viagem e depois dela. São textos que lançam luzes sobre o processo de construção dos demais textos, por permitirem “visualizar” o contexto histórico e pessoal dessas produções.

Todos os textos desse grande conjunto foram fontes das metáforas que recortei para análise nesta pesquisa. Neste capítulo, realizo a leitura dessas metáforas através dos seguintes subitens: primeiramente, discorro sobre as abordagens clássica, interacionista e conceptual, incluindo as considerações de Ricoeur a respeito dessas abordagens, ilustrando-as com metáforas amazônicas de Euclides. Em seguida, analiso as metáforas metalinguísticas através das quais Euclides se refere aos seus dois principais livros: *Os Sertões* e

Paraíso Perdido, este último apenas foi projetado, mas não chegou a ser editado, tendo em vista a morte precoce de Euclides.

Utilizo como referência básica o livro *Amazônia, um paraíso perdido* – editado pela Editora Valer, de Manaus/Am, em 2003. Trata-se de um volume que reúne os principais textos de Euclides citados acima. E nas referências às cartas escritas por Euclides, utilizo o livro *Correspondência de Euclides da Cunha*, organizado por Walnice Galvão e Oswaldo Galotti e publicado pela Edusp em 1997.

3.1 Lendo metáforas de Euclides pela abordagem clássica

3.1.1 O retorno a Aristóteles

Inegavelmente, a metáfora tem se revelado – no decurso do tempo – um campo de estudos muito profícuo e, ao que tudo indica, inesgotável. Sardinha (2007) lembra que ela tem ocupado a humanidade por aproximadamente dois mil e quinhentos anos, e mesmo assim é sempre possível se dizer alguma coisa diferente sobre ela, explorar algum aspecto instigante do tema.

Coube a Aristóteles (384-322 a.C.) o pioneirismo em relação às reflexões sobre a metáfora, nas teorizações que estabeleceu nos capítulos de 21 a 25 da *Poética* e no livro III da *Retórica*. Nessas reflexões, ele concebe a metáfora em duas funções distintas, mas aproximadas: na arte poética e na arte retórica. Na retórica, a metáfora funciona como instrumento para a construção de

argumentos persuasivos; na poética, é utilizada como meio de produção do conhecimento através da imitação artística. Foi com base nessa ideia nuclear que Aristóteles criou uma concepção que iria cobrir praticamente toda a tradição da filosofia ocidental daí para a frente, ou seja, da metáfora como uma figura de linguagem ou *tropo*.

Na *Poética*, Aristóteles distribui a metáfora nos quatro tipos de substituição a seguir:

a) *o gênero substituindo a espécie*: propicia uma aproximação generalizante entre gênero e espécie, por meio de uma relação lógica. Por exemplo: uso da palavra “mortal” (gênero) no lugar de “homem” (espécie) em “A paixão acomete todos os mortais”;

b) *a espécie substituindo o gênero*: estabelece um percurso oposto ao primeiro tipo, sendo particularizante. Enquanto o primeiro tipo tem a natureza de hiperônimo, este segundo tem caráter de hipônimo, para usar termos pertinentes aos estudos semânticos, como na expressão “sem teto” usada em referência a pessoas que não possuem casa;

c) *da espécie para a espécie*: cria uma associação de semelhança entre dois nomes. A estrutura lógica desse tipo de metáfora inclui o termo metaforizante, o termo metaforizado e o termo de referência semelhante a ambos. Equivale à chamada similitude. Um exemplo que pode ser dado é a expressão “esta rua vira um formigueiro em dias festivos”;

d) *uma espécie substituindo outra espécie*, por analogia (ARISTÓTELES, *Poética*, III-XXI, 7).

O filósofo expressa sua predileção por este último tipo: “Das quatro espécies de metáforas, apreciamos sobretudo as que se baseiam na analogia” (ARISTÓTELES, *Retórica*, III-X, VII).

Ligando esses quatro tipos, subjaz a concepção da metáfora como um movimento de transposição que acarreta um desvio em relação ao uso comum e corrente e, simultaneamente, projeta um empréstimo de outro nome, que passa a ter o seu significado associado ao primeiro. Consequentemente, a metáfora se instaura como substituição de uma palavra própria por outra em sentido figurado.

Exemplifico essa transferência de sentido com a seguinte metáfora de Euclides:

“(A Amazônia) é, sem dúvida, o maior quadro da terra” (CUNHA, 2003, p. 34).

Nessa metáfora, o sentido de “quadro” foi transferido para o de “Amazônia”, gerando uma associação entre a realidade da região e a realidade das artes plásticas.

Aristóteles vê a metáfora como um instrumento de comunicação que tem um pé no discurso poético e outro no discurso retórico. Nessa dinâmica metafórica estão inerentes as noções de “transporte” e de “similaridade”.

Lopes (1986, p. 14) ressalta o postulado de Aristóteles em relação à coexistência, nas línguas naturais,

[...] de dois tipos de linguagem: a linguagem própria e a linguagem trópica, estando esta última situada primordialmente no campo da elocução, que abriga as figuras de linguagem, por aceitá-las como realizações transpostas, desviadas, estranhas ao uso ordinário da prosa comum, característica do discurso utilitário.

A linguagem trópica, na sugestão aristotélica, está ligada às suas condições de uso. Segundo Lopes (1986, p. 14), Aristóteles entende que

a linguagem figurada surge sempre que o enunciador experimenta a necessidade de chamar a atenção do ouvinte de modo especial para a sua mensagem, o que o leva a marcá-la de modo também especial, por meio de realizações que a apartam da banalidade do discurso utilitário; para impressionar o ouvinte e conseguir seus efeitos, é preciso afastar-se dos modos de dizer comuns, “dar ao estilo um aspecto estrangeiro, pois o que vem de longe suscita admiração”, no dizer de Aristóteles.

Estão presentes aí os caracteres fundamentais da visão tradicional a respeito da metáfora. Ela supre a necessidade de “chamar a atenção”, é marcada por uma forma “especial” de linguagem, desvia-se da “banalidade do discurso utilitário, tem a prerrogativa de “impressionar” e produzir os “efeitos desejados pelo locutor”, além de conferir ao discurso o admirável e fascinante “ar estrangeiro”.

Talvez tenha sido essa a perspectiva de Euclides ao utilizar metáforas do mundo das artes para falar sobre a Amazônia, como por exemplo, quando alude ao conhecidíssimo fenômeno das “terras caídas”, de onde resulta “o inextricável acervo de galhadas e troncos, que se entrecruzam à superfície d’água, ou irrompem em pontas ameaçadoras, do fundo” (CUNHA, 2003, p. 69).

Destaco daí a expressão metafórica: “o inextricável acervo de galhadas e troncos”.

Falando também sobre o seringueiro, que, em sua busca pelas árvores da seringueira, ao perceber o intrincado da mata que terá de desbravar todos os dias, logo percebe que “sua atividade se debaterá inútil na

inextricável trama das folhagens, se não vingar norteá-la em roteiros seguros” (CUNHA, 2003, p. 336).

Aí novamente a metáfora ligada ao mundo das artes: “a inextricável trama das folhagens”.

Nessas duas metáforas de Euclides são perceptíveis os caracteres já citados, que enformam a visão tradicional sobre o fenômeno metafórico.

A qualidade basilar da elocução poética, para Aristóteles, é a clareza, mas sem trivialidade, que é obtida por meio da elevação da linguagem corrente. E um dos recursos fundamentais para a elevação e nobilitação da linguagem, no seu entendimento, é a metáfora. No entanto, o filósofo adverte que se deve evitar o excesso de metáforas, pois o seu exagero deixa o texto excessivamente enigmático e prejudica a clareza, podendo até deixá-lo ininteligível. Dessa forma, ele deu a entender que o discurso ideal deveria decorrer da intersecção equilibrada da linguagem trópica com a linguagem própria. Se o locutor utiliza só a linguagem própria, deixa o discurso previsível, repleto de lugares-comuns, entediante; por outro lado, se usa só a linguagem trópica dá a impressão de preciosismo, além de se tornar obscuro. Lopes (1986, p. 14) observa que foi com base nessas observações de Aristóteles que a estilística criou a oposição básica “entre estilo baixo, da prosa sem brilho do discurso utilitário, que se compõe predominantemente das palavras da linguagem de grau zero, e o estilo elevado do discurso poético ou artístico, sempre imprevisível e brilhante.”

Nessa concepção, a metáfora, propiciando um desvio do sentido ordinário das palavras, afasta a baixeza de linguagem e constrói a elegância e a dignidade necessárias ao bom estilo. Com um poder de excitação “igualmente as diversas impressões que os homens

experimentam perante os estrangeiros, importa dar ao estilo um ar estrangeiro, uma vez que os homens admiram o que vem de longe e que a admiração causa prazer”. E “a metáfora é o meio que mais contribui para dar ao pensamento clareza, agrado e o ar estrangeiro de que falamos” (ARISTÓTELES, *Retórica*, III-II, I, 2 - 8).

É isso que faz Euclides ao lançar mão da metáfora das artes. Por exemplo, além de conceber a Amazônia como “o maior quadro da terra”, ele afirma que a região tem, em alguns pontos do seu território, a feição de “restos de uma enorme moldura que se quebrou” (CUNHA, 2003, p. 34). A elegância de linguagem está presente aí, mas estão presentes também a busca de um “bom estilo” pelo uso da linguagem figurada e o “ar estrangeiro” que o termo inusitado da expressão metafórica pode suscitar.

Na *Retórica*, Aristóteles ensina que a metáfora tem sempre um leve sabor enigmático, e a essência do enigma metafórico consiste em falar de coisas reais associando termos díspares; isso não é possível com a combinação de palavras próprias, mas é admissível com a metáfora, que subtrai da linguagem o caráter vulgar. Em Euclides, confirmamos isso, por exemplo, quando lemos o trecho em que ele fala sobre o “dédalo florido do Tajapuru” (CUNHA, 2003, p. 33), referindo-se a um grande lago amazônico. A associação de termos díspares se dá aí com o transplante, pela linguagem, da mitologia grega para as plagas amazônicas, com o fim de reforçar a ideia do aspecto labiríntico do lago.

A metáfora tem também, no entendimento de Aristóteles, a prerrogativa de permitir ao indivíduo exprimir-se “com graça e urbanidade”. Para ele, as metáforas são agradáveis e produzem conhecimento: “Quando nos dizem que a velhice é como o colmo,

forneem-nos um conhecimento e uma noção pelo gênero: velhice e colmo, ambos perderam a flor” (ARISTÓTELES, *Retórica*, III-X, 2). Por essa argumentação, ele intenta mostrar a força de polidez e elegância linguística da metáfora, além de sua excelência como geradora de conhecimento.

Nasce com Aristóteles a concepção da metáfora conectada à dicotomia da significação primeira (literal) x significação segunda (figurada). Vendo a metáfora como um tropo, ele a via como um mecanismo de “desvio” do sentido literal em proveito do sentido figurado, com vistas ao ornamento do discurso. Para Sardinha (2007, p. 23),

a definição de metáfora como recurso *figurativo* em si já diz que metáfora, nessa visão, é um recurso para ornamentar, embelezar a linguagem. Ela é geralmente estudada em literatura como uma técnica de poetas para expressar sentimentos e também como um traço particular que ajuda a definir o estilo de um escritor; até por isso, às vezes as figuras são chamadas de figuras de estilo.

Comentando essa perspectiva aristotélica, Lopes (1986, p. 16) explica que

o desvio aciona um mecanismo de confronto e comparação, na mente do leitor, dos dois tipos de enunciados que ele relaciona, implicando-os no corpo mesmo da figura, como contexto posto e contexto pressuposto: o conteúdo posto do enunciado trópico, presente, viola a norma e possui um sentido figurado, opõe-se na mente do leitor ao conteúdo pressuposto, do enunciado próprio, ausente, que obedece à norma e tem um sentido literal.

Para sintetizar essas considerações, utilizo uma metáfora de Euclides registrada no texto intitulado Judas-Asvero, que traduz a dura existência dos seringueiros no interior da floresta, uma existência feita de tristezas insanáveis, meios-jejuns permanentes, sofrimentos alarmantes. Euclides diz que essa existência é “uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora” (CUNHA, 2003, p. 118). Dessa metáfora, podemos abstrair a seguinte síntese:

- O sentido figurado de “sexta-feira da Paixão” é resultado do desvio de uma expressão que, comumente, é utilizada para nomear um dia específico da Semana Santa, usado agora para designar a existência sofrida do seringueiro;

- A significação primeira, literal, de “sexta-feira da paixão” foi suplantada pela sua significação segunda, figurada, criada pelo escritor para ornamentar o seu discurso;

- Ao ler essa metáfora euclidiana, o leitor contrapõe, em sua mente, o conteúdo posto, de sexta-feira da Paixão como toda uma existência, com o conteúdo pressuposto, referente ao sentido literal da expressão;

- Evidentemente, além de ornamentar o discurso do escritor, essa metáfora é reveladora, instauradora de sentido, portanto produtora de conhecimento. A associação da vida do seringueiro a um dia que evoca o sofrimento extremo, revela a intensidade do sofrimento a que o seringueiro está submetido no curso de toda a sua vida de trabalho escravo na selva.

Lopes (1986) lança mão de um ditado popular para ilustrar suas considerações a respeito da metáfora.

Trata-se do provérbio “em terra de cegos, quem tem um olho é rei”. Ele sugere que, se alguém disser:

“Em terra de cegos, quem tem um olho...”

Antes mesmo que esse alguém termine de falar a frase, o ouvinte já sabe que, logo em seguida, virá a continuação “é rei”. Essa expectativa decorre da competência do ouvinte, que inclui o conhecimento das máximas e provérbios que são lugares-comuns em sua cultura e que estão estocadas em sua memória. Todavia, se o locutor, por algum motivo, em vez de dizer “é rei”, como é esperado, disser qualquer outra coisa, como por exemplo “... corre perigo”, alterando o provérbio, que passa a ter a seguinte configuração: “em terra de cegos, quem tem um olho corre perigo”, é provável que a primeira reação do ouvinte seja de surpresa. A surpresa se deve ao fato de o ouvinte ter confrontado, em sua mente, os dois enunciados a seguir:

a) *o enunciado trópico*, presente (“em terra de cegos, quem tem um olho corre perigo”), que o ouvinte não esperava que viesse porque não estava programado nas expectativas organizadas pela sua competência, mas que veio na expressão do locutor;

b) *o enunciado próprio*, ausente (“em terra de cegos, quem tem um olho é rei”), que o ouvinte esperava que viesse, porque estava programado em sua competência, mas acabou não vindo.

O resultado foi um desvio. Para a construção do desvio, que levou ao enunciado figurado, concorreram três classes de modificações:

- a subtração do *suporte*, que é a informação conhecida, programada: o ouvinte espera que apareça o suporte “é rei”, mas ele não aparece;

- a adição do *aporte*, que é a informação nova, não-programada: o ouvinte não espera que apareça o aporte “corre perigo”, mas aparece;

- a comutação do suporte pelo aporte: o aporte, inesperado, e interpretado, devido a isso, como informação imprópria, substitui o suporte esperado no mesmo ponto do contexto (esperado, e por isso interpretado como informação própria) (LOPES, 1986, p. 16).

Lopes (1986) entende que o desvio metafórico, conforme a visão clássica, opera-se nesse tipo de estrutura. Subtrai-se o suporte, adiciona-se o aporte para, ato contínuo, comutar o suporte pelo aporte.

Na metáfora de Euclides citada acima, é possível descrever o processo apresentado por Lopes:

- subtração do suporte: “existência sofrida”
- adição do aporte, inesperado: “interminável sexta-feira da Paixão”;
- comutação do suporte pelo aporte: “existência sofrida” é comutada por “interminável sexta-feira da Paixão”.

Ricoeur (2000, p. 29-42) também analisa o postulado de Aristóteles sobre a metáfora. Ressalta que, na definição aristotélica de metáfora, sobressaem quatro traços dignos de nota: o primeiro diz que “a metáfora é algo que acontece ao nome”, e por isso ela fica confinada à figuras de palavras, por não levar em conta o nível do discurso; o segundo reitera que “a metáfora é definida em termos de movimento”. É a noção de “*epiphorá*”, que veicula o sentido de “deslocamento de... para...”; o terceiro atesta que “a metáfora é a transposição de um nome que Aristóteles denomina estranho”; e o quarto assinala que “uma tipologia da metáfora é esboçada na continuidade da definição”.

Ricoeur (2000) destaca também que a metáfora tem a natureza de:

- a) empréstimo;
- b) contraposição entre sentido próprio e sentido novo;
- c) preenchimento de um vazio semântico;
- d) substituição de um termo por outro.

A respeito da concepção inicial de Aristóteles, Sardinha (2007, p. 21) comenta que, ao longo dos anos, ela “foi sendo desmembrada e refinada em muitas ‘figuras de linguagem’”. E “no âmbito dessas classificações, a metáfora é geralmente vista apenas como uma entre muitas outras”, embora Aristóteles considerasse a metáfora como “figura mestra”. De fato, Aristóteles via a proeminência da metáfora sobre as demais figuras, tendo em vista a sua especialização em embelezar a linguagem vulgar.

Castro (1978, p. 4), citando os antigos estudiosos da metáfora (como Cícero e Quintiliano, além de Aristóteles, por exemplo), alude ao fato de que eles consideravam a metáfora a “rainha das figuras”. Se não rainha, pelo menos

É o carro-chefe que arrasta regular número de outras “figuras” que lhe são assemelhadas ou vizinhas. É ponto quase pacífico que as “figuras” são, na essência, duas apenas: metáfora e metonímia; alguns acrescentam ainda a sinédoque, variedade especial da associação por contiguidade. Destaca-se também o símile por sua estrutura peculiar [...] O fato é que, à parte ligeiras e perfeitamente compreensíveis discordâncias, é a metáfora a mais produtiva, a mais estudada, a mais utilizada pelos escritores de todas as épocas, nacionalidades e “escolas literárias”.

Lopes (1986) alude ao fato de que, ao longo dos séculos, a Retórica foi assumindo prerrogativas diferentes da original, quando Aristóteles expôs as suas teorizações, seguido por Cícero e Quintiliano, entre outros, e que se estenderia da Grécia Antiga até a Idade Média. Juntamente com a Gramática e a Lógica, a Retórica compunha o *trivium*, (arte de bem falar, argumentar e convencer) que estava na base de qualquer projeto pedagógico do período. Com o advento do “século das luzes”, a Retórica Antiga converteu-se em Retórica Clássica, sob a égide de Petrus Ramus, e forçosamente restringiu-se à elocução buscando construir a “arte de falar corretamente”, sob a vigilância acirrada da Gramática, esta alçada ao patamar de guardião da pureza do idioma. A Retórica Clássica de Ramus buscava também a eficácia do dizer, remanescente da Retórica Antiga, ligada à capacidade persuasiva do orador (LOPES, 1986).

É a partir da França que o Iluminismo começa a demolir as bases da antiga Retórica. De disciplina autônoma que era como matéria escolar, ela perdeu o seu *status* e foi reduzida ao papel de disciplina subsidiária da literatura. Logo ficaria restrita à elocução e, anos mais tarde, mais restrita ainda, passaria a cuidar apenas do estudo das figuras de estilo. Assim Lopes (1986, p. 4) resume o percurso da Retórica como disciplina: da *ars dicendi*, *ars loquendi* (arte de persuadir, arte de falar) passou à *ars ornandi* (arte de enfeitar). Consequentemente, da arte de falar, a Retórica passou a dizer respeito à arte de escrever e, de atividade-fim que era nas mãos de Aristóteles, ela passou a ser uma atividade-meio.

Ricoeur (2000) assinala a morte da retórica, com seu atestado de óbito sendo concretizado em meados do século XIX, com a sua exclusão do currículo das escolas. Para o autor de *A metáfora viva* (2000), a retórica não é apenas uma disciplina morta. Além de morta, ela foi amputada. Uma das principais causas de sua morte teria sido a sua redução a uma de suas partes, o que a tornou restrita e, até certo ponto, inócua: “a retórica morreu quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico, que mantinha unidas suas partes e vinculava o todo ao *organon* e à filosofia primeira” (RICOEUR, 2000, p. 18). A partir daí, ganha o *status* de “disciplina morta”, que os modernos tentam fazer renascer das cinzas mediante o crescente interesse pela metáfora.

3.1.2 Metáfora e as “figuras vizinhas”

3.1.2.1 Metáfora e comparação

Aristóteles ocupou-se, em rápidas considerações, da diferença entre a comparação e a metáfora:

Quando Homero diz de Aquiles “que se atirou como um leão”, é uma imagem; mas quando diz: “Este leão atirou-se”, é uma metáfora. Como o herói e o leão são ambos corajosos, por uma transposição Homero qualificou Aquiles de Leão. (ARISTÓTELES, *Retórica*, III-IV, I)

Mas o próprio Aristóteles oscila entre essa que ele chama de “pequena diferença” e uma equiparação entre comparação e metáfora, pois sugere que as melhores

metáforas são comparações e as melhores comparações são igualmente metáforas.

Castro (1978, p. 23) mostra que muitos autores, tradicionalmente, aceitam e difundem o conceito de metáfora como uma “comparação abreviada” ou “condensada”. Por essa perspectiva, “a metáfora seria apenas uma variante de apresentação, a que se chegaria por sucessivas operações mentais”, exemplificadas nos itens a seguir:

a) Inicialmente tem-se a comparação em si, com a presença de três elementos que a caracterizam: o termo comparado ou teor (o objeto de que se fala), o comparante ou veículo (o objeto modelo), a qualidade comum (traço ou traços comuns aos dois objetos), relacionados pelo conectivo de comparação (geralmente o “como”). Esquemáticamente, tem-se a fórmula “A é como B”, com ligeiras variações possíveis, como em “Aquiles é corajoso como um leão”.

b) Em segundo lugar, tem-se a metáfora propriamente dita, que é obtida pela supressão do conectivo comparativo e da qualidade comum, mantendo-se os dois objetos. Pode ser representada pela fórmula “A é B”, como em “Aquiles é um leão”.

c) A metáfora pode se apresentar ainda em um grau de supressão mais aprofundado, quando, além do nexos comparativo e da qualidade comum, suprime-se também qualquer referência ao objeto comparado, como em “o leão atirou-se”. Neste último caso, somente o contexto poderá propiciar ao leitor a chave para o entendimento de que o objeto comparante não está sendo utilizado no seu sentido comum, mas sim em uma nova configuração semântica, portando um sentido inusual.

Castro (1978) aponta a evolução semântica que se opera na passagem da comparação para a metáfora no

sentido de que a comparação compreende a associação de duas imagens autônomas, enquanto a metáfora, no nível seguinte, superpõe as duas imagens, criando uma outra imagem, estranha porque inusitada.

Rejeitando essa concepção mais tradicional que vê a metáfora como uma decorrência da comparação (comparação abreviada ou condensada), Vianu (1971, p. 28) argumenta que a metáfora é, na verdade, um artifício utilizado pelo escritor para contornar a comparação, evitando-a. Dessa forma, ao invés de ser simplesmente a ponta de uma série de operações mentais que se originou na comparação, a metáfora é o produto de uma operação mais rápida que a comparação.

Essa é a mesma linha de argumentação de Le Guern (1973, p. 57), para quem a comparação (que ele chama de *símile*) conserva o sentido próprio do objeto comparante, sem transferência de sentido, enquanto a metáfora fundamenta-se justamente na transferência, num processo de abstração em que o termo transferido sofre corte de traços da sua significação. Ou seja: “A similitude se endereça à imaginação por intermédio do intelecto, enquanto a metáfora visa à sensibilidade por meio da imaginação”.

Os textos de Euclides são pródigios em comparações, entre as quais destacamos a duas que seguem:

- “O homem mata o homem como o parasita aniquila a árvore” (CUNHA, 2003, p. 357);

- “Presas pelos varadores do barracão erguido à beira do rio, se veem as barracas e as estradas que as envolvem, contorcidas à maneira de tentáculos de um polvo desmesurado” (CUNHA, 2003, p. 338).

A comparação do homem com o parasita é bastante eloquente. Aparece no discurso de Euclides sobre a seleção natural, em que o mais fraco serve de “pasto” para a sobrevivência do mais forte. Há uma luta, muitas vezes inconsciente, pela sobrevivência. E nessa luta, assim como o parasita destrói a árvore para continuar seu viço, também o homem elimina outros homens. Estariam eles, homens e parasitas aniquiladores, cumprindo um papel necessário à marcha evolutiva da vida, no entendimento de Euclides.

Já a comparação das estradas que margeiam as barracas dos seringueiros como sufocantes tentáculos de um grande polvo apontam para a condição de total escravidão dos sertanejos ali residentes. A própria natureza, antagonista do homem, os vigia diuturnamente. Enreda-os em seus tentáculos e os sufoca. Por isso, para aqueles homens escravizados e espoliados, até mesmo o pensamento de fuga era algo rechaçado prontamente, dado o “desmarcado” da distância a percorrer e o círculo hermético da natureza que, como um “feitor vigilante”, encerra-o, paradoxalmente, numa prisão a céu aberto e sem muros perceptíveis.

Moura (2012), convidando o leitor a pensar em metáforas, faz um interessante paralelo entre a metáfora e a comparação, nos seguintes termos:

A metáfora é uma ampliação de nossa capacidade de comparar. A grande diferença é que a metáfora compara coisas muito diferentes, estabelece uma analogia entre elas, e de certa forma as insere numa mesma categoria, criada pela própria metáfora. Ao usarmos aquela metáfora um pouco triste, já citada antes, *O casamento é uma empresa*, nós consideramos que há algumas características comuns, que unem coisas tão distintas, quanto um casamento e uma empresa (MOURA, 2012, p. 7).

Para ele, “a comparação organiza o mundo tal como o conhecemos. A metáfora é mais bagunceira, e desorganiza o que aprendemos antes. Mas essa desorganização pode ser muito útil para aprendermos coisas novas”. Isso porque “a metáfora cria uma categoria que junta coisas que, no mundo real, estão bem separadas. Na comparação, as semelhanças identificadas são entre coisas que estão próximas, segundo nossa percepção corriqueira do mundo real” (MOURA, 2012, p. 8). Em síntese: “a metáfora funde coisas claramente distintas; a comparação também pode juntar coisas diferentes [...] mas o faz assumindo que se trata de coisas bem diferentes. A metáfora [...] assenta num mundo imaginário, e a comparação tende a respeitar os limites do mundo real (MOURA, 2012, p. 9).

3.1.2.2 Metáfora e metonímia

Percebe-se nos estudos sobre a metáfora uma insistente preocupação em delimitar as fronteiras entre ela e a metonímia, por serem dois fenômenos marcados por processos psicoassociativos diferentes.

A diferença poderia ser sintetizada nos seguintes termos:

na metonímia, o processo se desenvolve num só campo sêmico, ou seja, os dois termos que entram em relação pertencem ao mesmo campo, um substituindo o outro na expressão. A associação se estabelece pela contiguidade entre esses dois termos, fazendo substituir a “etiqueta linguística” desse campo pela etiqueta de um dos seus semas.

Já na metáfora a associação se faz entre semas de dois campos sêmicos distintos, estabelecendo a assimilação entre os dois conceitos assim unificados sob mesmo critério. Quanto mais afastados estão os campos, mais surpreendente será o efeito produzido pela metáfora (CASTRO, 1978, p. 27).

Acresce que a metáfora tem uma originalidade e uma força expressiva criadora que a metonímia não possui. A metonímia contabiliza relações que realmente existem no mundo exterior, enquanto a metáfora funda a relação em si mesma e a direciona para o mundo. Disso decorre que a metáfora encerra uma “violência à linguagem ordinária”, como diziam os formalistas russos.

Sardinha (2007, p. 23) explica que metáfora e metonímia

são parecidas, dado que em ambas há uma ligação entre duas coisas. Por exemplo: Ele leu Machado de Assis / Ele leu os meus pensamentos. No primeiro caso, a expressão faz uma ligação entre um autor e a obra escrita por ele. No segundo caso, há ligação entre pensamentos e um texto escrito. O primeiro caso é um exemplo clássico de metonímia, enquanto o segundo é de metáfora.

A metáfora se realiza por meio de uma relação de similaridade; a metonímia, por meio de uma relação de contiguidade:

A metáfora cria similaridades entre entidades distantes, do ponto de vista conceitual. A metonímia, ao contrário, cria relações entre entidades que já são próximas, contíguas. Assim, quando dizemos ‘li Machado de Assis’, estamos expressando uma relação que já existe, de

contiguidade entre um escritor e os textos que ele escreve (SARDINHA, 2007, p. 23).

Como se vê, a metonímia expressa uma relação que preexiste à expressão. A metáfora, por outro lado, suscita a relação na própria expressão.

Sardinha (2007, p. 24) ressalta o fato, já assinalado por Castro (1978), de ser a metáfora uma relação “entre dois domínios diferentes”, ao passo que a metonímia realiza-se em “apenas um domínio (de um aspecto de um domínio com outro aspecto do mesmo domínio). Podemos entender domínio como uma área de conhecimento ou experiência humana”. “Ele leu Machado de Assis” é uma frase metonímica “porque fala do inventor quando quer dizer algo que ele inventou”; já em “ele leu meus pensamentos, temos uma comparação entre dois domínios: entre o da mente (pensamentos) e o de um texto. Consequentemente, a metáfora resultante é O PENSAMENTO É UM TEXTO.”

Observando atentamente as sentenças a seguir, é possível perceber que todas comportam metonímias:

a) “As cartas de Euclides da Cunha contam parte de sua vida”.

(O uso metonímico de “cartas” reporta-se ao autor. Ou seja, o produto foi utilizado no lugar do produtor);

b) “O Jornal do Commercio publicou artigos de Euclides da Cunha”.

(A expressão “Jornal do Commercio” foi utilizada metonimicamente para representar a empresa responsável pela publicação do jornal);

c) “Manaus saudou a chegada do autor de *Os Sertões*”.

(O termo “Manaus”, nome de uma cidade, foi utilizado em lugar dos habitantes da cidade);

d) “Euclides atirou em Dilermando de Assis com um Smith & Wesson”.

(Foi utilizada a marca “Smith & Wesson” no lugar do produto “revólver”);

e) “Euclides defendeu o seringueiro escravizado na Amazônia”.

(O singular “o seringueiro” foi utilizado no lugar do plural “os seringueiros”).

Em cada um destes casos, temos um domínio matriz do qual se realça um subdomínio específico.

Há metonímia, por exemplo, quando se utiliza:

- *A parte pelo todo*. Ex: “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”, em que

“pão” (a parte) vale pelo alimento (o todo);

- *O produtor pelo produto*. Ex: “Ele toca Chopin ao piano”, em que o autor vale pela obra;

- *A marca pelo produto*. Ex: “Ele se cortou com a gilete”, em que o nome da marca (gilete) foi utilizado no lugar do produto (lâmina de barbear);

- *O lugar pelos habitantes*. Ex: “A cidade toda correu ao seu encontro;

- *A matéria pelo objeto*. Ex: “A árvore foi derrubada a golpes de metal”, em que o objeto (machado) foi substituído pela matéria de que ele é feito (metal);

- *O efeito pela causa*. Ex: “Com o suor do teu rosto, ganharás o pão”, em que o efeito (suor do rosto) foi utilizado no lugar da causa (o trabalho);

- *O abstrato pelo concreto*. Ex: “É preciso orientar melhor a juventude”, em que o abstrato (juventude) foi utilizado no lugar do concreto (os jovens);

- *O singular pelo plural*. Ex: “O colonizador escravizou o índio brasileiro”, em que o singular (colonizador, índio) foi utilizado no lugar do plural (colonizadores, índios).

O primeiro tipo de metonímia listado acima, em que a parte vale pelo todo (ou casos em que o todo vale pela parte), era considerado no passado uma outra figura de estilo, chamada de sinédoque. Lopes (1986) chega a subdividi-la em dois tipos:

a) *Sinédoque generalizante ou hiperônima*, em que o todo representa a parte, como no exemplo: “Este animal está com sede” (estando a palavra “animal” sendo usada no lugar de “cavalo”);

b) *Sinédoque particularizante ou hipônima*, em que a parte representa o todo, como no exemplo: “Ele não tem teto para se abrigar” (com a palavra “teto”, que é a parte, sendo usada no lugar de “casa”, que é o todo).

Mas a tendência atual é não fazer essa distinção entre metonímia e sinédoque, incluindo tanto a hiperonímia quanto a hiponímia como casos de metonímia.

Ferrari (2011, p. 104) lembra que a metonímia é de natureza *referencial*, como se pode perceber em todos os exemplos listados acima, porque “uma entidade substitui ou identifica outra entidade que participam de um mesmo domínio semântico. É o que acontece quando se utiliza o autor para significar a obra que ele produziu. Já a metáfora tem natureza *predicativa* porque ela enquadra “um alvo particular em termos de uma nova categoria ou analogia”.

3.1.2.3 Metáfora e outras “figuras vizinhas”

Castro (1978) refere-se às figuras “vizinhas” da metáfora, assim chamadas porque circulam em torno desta última. Apesar de apresentarem pretensas diferenças da metáfora, são todas baseadas na associação por similaridade e não passam, na verdade, de especializações ou variações dela. Segundo Castro, de certa forma esse era o entendimento de Aristóteles. Entre essas figuras vizinhas merecem destaque, além da comparação, já referida, a personificação, a sinestesia, a hipérbole, o eufemismo, a antonomásia, a ironia e o paradoxo, das quais trato a seguir.

3.1.2.3.1 Personificação

A respeito da *personificação*, também conhecida como animismo ou animização, é bastante esclarecedor o depoimento de Castro (1978, p. 29):

O homem, desde os mais remotos tempos, procurou entender a natureza, o mundo físico que o rodeava, com as qualidades e faculdades humanas, como extensão ou projeção de si mesmo, certamente reflexo de sua imaginação criadora. Veja-se, por exemplo, o antropomorfismo dos gregos, que imaginavam os seus deuses com qualidades e faculdades humanas elevadas a grau excelente, “maravilhoso”. Com essa transposição, iam também os defeitos, os vícios.

De acordo com ele, essa concepção animizadora do mundo costumeiramente conduz à personificação. Assegura que o homem ainda cria e continuará criando

esse tipo de metáfora – a “metáfora personificadora”, que Lakoff e Johnson (2002) tratam como uma espécie de metáfora ontológica, como nos exemplos a seguir, todos da lavra de Euclides:

- “(os rios da Amazônia) Parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em sacados” (CUNHA, 2003, p. 34).

- “(o rio) É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra” (CUNHA, 2003, p. 41).

- “A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes” (CUNHA, 2003, p. 42).

- “Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir de suas energias, é uma adversária do homem” (CUNHA, 2003, p. 48).

Nos quatro exemplos há evidente animização e, mais que isso, antropomorfização do rio e da terra, que assumem caracteres humanos. No primeiro exemplo, Euclides usa a metáfora personificadora para mostrar que os rios amazônicos ainda estão em busca dos seus leitos definitivos; no segundo, apresenta o rio em sua faina destruidora, solapando a terra, o que pode ser comprovado, segundo ele, pelo fenômeno das “terras caídas”; no terceiro, caracteriza a terra como um elemento em constante movimento, que ele chama de “cidades errantes”, em busca de território; no quarto, focaliza o caráter antagonista da terra em relação ao homem que, ali, não passa de um “intruso impertinente”, que chegou antes da hora, sem ser esperado nem desejado.

3.1.2.3.2 Sinestesia

A *sinestesia*, que Le Guern (1973, p. 50) chamou de “metáforas sinestésicas”, consiste no cruzamento de sensações diferentes, provocando a transposição de um registro sensorial para outro. Portanto, pela sua natureza de transposição de sentidos, a sinestesia se estrutura como uma metáfora, como é o caso do seguinte exemplo, extraído de uma carta de Euclides a Alberto Rangel, autor de *Inferno verde*:

“Não podes avaliar a espessura do silêncio calculado que o teu livro rompe” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 377).

Aí, mesclaram-se a visão e a audição. É um exemplo de metáfora sinestésica, uma vez que impressões sensoriais distintas foram reunidas numa única expressão. Euclides sugere aí que havia, em torno do tema Amazônia, um calculado silêncio em relação à visão crítica sobre a região. E para realçar a intensidade desse silêncio, fala em sua “espessura”, como se o silêncio fosse tátil.

3.1.2.3.3 Hipérbole

Na *Retórica*, Aristóteles referiu-se à *hipérbole*, cuja marca básica é o exagero intencional para reforçar uma ideia ou potencializar uma impressão, como sendo uma forma de metáfora. Nas palavras do filósofo, “as hipérboles que mais saboreamos são igualmente metáforas” (ARISTÓTELES, *Retórica*, III-XI, 15). Ele apresenta os seguintes exemplos:

- (O seu rosto) “parece um cesto de amoras”.
- “Tem as pernas torcidas como ramos de salsa”.

Como explica Aristóteles, esses exemplos são ao mesmo tempo comparações, metáforas e hipérboles. O primeiro refere-se a um indivíduo com o rosto todo contundido em consequência de golpes recebidos. Como as contusões apresentam cor avermelhada, pontua-se o exagero pela comparação com o vermelho das amoras em um cesto; o segundo apresenta também um exagero ao reforçar o trançado das pernas do indivíduo valendo-se de uma imagem visual bastante sintomática: os ramos da salsa são excessivamente torcidos. Para Aristóteles, toda vez que uma expressão “é introduzida por ‘como isto e aquilo’, temos uma verdadeira hipérbole” (ARISTÓTELES, *Retórica*, s/d, III-XI, 15).

Em Euclides, as hipérboles são abundantes. Na verdade, ele próprio afirmou que, na Amazônia, “as verdades desfeçam em hipérboles” (CUNHA, 2003, p. 37). Isso porque ali a “hipertrofia da imaginação” impede uma análise mais objetiva da realidade. Entre as expressões hiperbólicas que o autor utiliza, convém destacar as seguintes:

- “(o clima amazônico é) um perpétuo banho de vapor” (CUNHA, 2003, p. 48);

- “(o migrante) Parte, e leva no próprio estado emotivo a receptividade a todas as moléstias” (CUNHA, 2003, p. 77);

- “[...] E ia, com seus famintos, os seus febrontos e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo” (CUNHA, 2003, p. 85).

Os três exemplos apresentam um flagrante exagero estilístico, e perfilam-se nas imagens que apresentam a Amazônia como o reino do desconforto.

No primeiro, temos uma informação absolutamente negativa sobre o clima tropical úmido da

região. Os primeiros apontamentos de Euclides sobre esse clima, ao chegar ao Amazonas, mostram uma situação de difícil adaptação do homem vindo “de fora”. Ele nota que as altas temperaturas, assim como a umidade, são muito elevadas, de forma a minar a resistência das pessoas. Para suportá-las, é necessário fazer “prodígios de salamandra” e “ter nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuiubas” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 251).

Conclui que, por viverem em um “perpétuo banho de vapor”, os nativos da região tendem a ser preguiçosos, pusilânimes, e a ter um certo afrouxamento moral. Trata-se, evidentemente, de um olhar ultrapessimista, caricatural, que o impede de ver a região em suas dimensões exatas. O seu desconforto com o clima é reforçado em cartas a amigos, a partir de Manaus. A Porchat, escreve em janeiro de 1905, afirmando que a atmosfera úmida e quente da cidade foi feita “para as fibras das palmeiras e os nervos dos poetas” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 257).

No segundo e no terceiro exemplos, mantém-se a tendência à caricaturização, desta vez do sertanejo nordestino. Fustigadas pela seca inclemente, reféns da fome e das doenças, as levas de retirantes sertanejos são apresentadas como um elemento nauseante e absolutamente contaminador de qualquer ambiente por onde passe. As hipérboles em questão assinalam que a condução dessas levas de “fardos agitantes consignados à morte” para a Amazônia, um ambiente que, por si só, já era desolador – espaço da nosologia, significava o fúnebre casamento do lamentável com o lastimável.

3.1.2.3.4 Eufemismo

O *eufemismo*, que também tem natureza metafórica, quase sempre tem relação direta com um dos fenômenos mais viçosos em qualquer língua, que são os tabus linguísticos. Constituem tabus certas ideias, ou conceitos, ou mesmo realidades que demandam um grande número de expressões eufêmicas que se apresentam como alternativas às expressões tabuizadas ou interditadas. A tabuização da palavra ocorre quando ela repugna ao sentimento da sociedade. Os tabus linguísticos englobam palavras que não podem ser ditas em público em determinadas comunidades ou em determinadas situações.

Para Silveira Bueno (1965) e Guérios (1979), os fatores que fazem uma palavra ser tabu em determinados grupos sociais são, em geral:

a) o *medo*: temor supersticioso, ligado ao sobrenatural. Ex: Evitar proferir a palavra “diabo”, pelo temor de que ele apareça no momento do proferimento;

b) a *vergonha*: sentimento de polidez, decência, pudor ou moralidade. Ex: Utilizar “apelidos” para os órgãos genitais, pois dizer-lhes os nomes pode parecer indelicado;

c) a *inconveniência* do seu uso. É o caso, por exemplo, do verbo “mentir”, para o qual se buscam desvios expressivos, como “faltar com a verdade”.

Para evitar a palavra ou a expressão que a sociedade repele, buscam-se os eufemismos para amenizar, diminuir e velar o significado indesejado. Dessa forma, os eufemismos funcionam como amortecedores, já que proporcionam um “desvio”, uma perífrase, que possibilitam a suavização do choque que a palavra crua provocaria, se utilizada. Mas é comum

também, como assinala Silveira Bueno (1965), o uso de disfemismos, que também proporcionam um desvio do tabu, só que de forma diferente dos eufemismos: realçam o impacto negativo das ideias, ao invés de amenizá-lo. Por exemplo:

- (a) “morrer”
- (b) “viajar para a eternidade”
- (c) “bater as botas”

Confrontando os exemplos acima, podemos considerar (a) como uma expressão geralmente tabuizada em muitos contextos, (b) seria uma perífrase que se apresenta como alternativa eufêmica e (c) seria um dos seus disfemismos.

Um exemplo de eufemismo em Euclides, encontramos na seguinte referência aos sertanejos doentes e famintos, “expatriados” para a Amazônia:

“Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem... e não desapareceram” (CUNHA, 2003, p. 85).

Esses sertanejos andrajosos, vítimas das secas avassaladoras ocorridas na segunda metade do século XIX e início do XX, “infestavam” as cidades do litoral, devorados pelas mais assombrosas moléstias, deixando as autoridades locais em estado de estupefação. A saída para manter as cidades “saneadas” e libertá-las daquelas invasões de bárbaros, foi banir aquele gente para a Amazônia, a terra sem gente, o “deserto”. Esperava-se que morressem por lá, pois assim não mais “assombrariam” as cidades. Euclides utiliza o amortecedor da linguagem eufêmica ao substituir o “morrer” por “desaparecer”. Mas aqueles condenados à pena de morte não morreram. Pelo contrário, levantaram-se do leito de morte e acabaram ajudando a povoar o “deserto” (CUNHA, 2003, p. 85).

3.1.2.3.5 Antonomásia

A *antonomásia* consiste na substituição de um nome por outro ou por uma expressão que facilmente o identifique. Alguns a consideram uma figura do campo da metonímia, enquanto outros, como Coseriu (1955) e Le Guern (1973), a veem como um mecanismo metafórico. A indecisão se deve à natureza de “associação mista” dessa figura. Pela antonomásia, designa-se um indivíduo por meio de um nome comum ou por meio da espécie a que ele pertence. Há antonomásia nos exemplos que seguem:

- “[...] Certo, o redentor universal não os redimiu; esqueceu-os para sempre” (CUNHA, 2003, p. 118);

- “O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da bondade do seu deus, desmandando-se em convícios” (CUNHA, 2003, p. 118).

Nos dois exemplos acima, a antonomásia se deu pelo uso de um traço identificador do indivíduo. No primeiro, “redentor universal” foi usado em lugar do nome Jesus Cristo; no segundo, a expressão “italiano artista” substitui o nome de Michelangelo, escultor italiano. Situadas no mesmo texto, “Judas-Asvero”, as duas expressões antonomásicas remontam à vida de eterna penitência do seringueiro. Na Semana Santa, aqueles míseros trabalhadores escravizados sentiam que tinham sido esquecidos pelo próprio Deus, que devia ter filhos mais importantes e legítimos nas cidades com quem se preocupar. Sentiam que a redenção universal não os alcançara. Para vingar-se de si mesmo, da ambição e da credulidade infantil que o conduziu até aquele inferno, o sertanejo confecciona o judas no sábado de aleluia, como se fosse o italiano artista moldando o seu Moisés. Aquele judas seria abandonado numa canoa,

rio abaixo, a fim de tornar conhecida a irremediável penúria do seu fabricante, o “bronco escultor”.

3.1.2.3.6 Ironia

A *ironia* é considerada um mecanismo de retórica que consiste em dizer o contrário do que se pensa, deixando propositalmente uma discrepância entre o dito e o pensado. Esse disparate entre a expressão e a intenção é apenas aparente, uma vez que o autor da ironia atinge o objetivo desejado justamente no espaço da discrepância expressão x sentido. É o caso, por exemplo, do fragmento abaixo, em que Euclides fala sobre a “justiça” nos seringais amazônicos:

“[...] Cada um traz o código penal no rifle que sobraça, e exercita a justiça ao seu alvedrio, sem que o chamem a contas” (CUNHA, 2003, p. 113).

Considerando o contexto em que essa passagem se encontra, evidentemente estamos diante de uma situação de ironia. A palavra “justiça”, utilizada no enunciado, não tem sentido literal: ela foi lançada num espaço não convencional, passando a significar o contrário do que significaria normalmente. A “justiça” aí não é justiça de forma alguma, mas sim flagrante injustiça. O mesmo acontece com a expressão “código penal” que aponta exclusivamente para a violência, desmandos e caprichos de quem detém um rifle. Mas por meio dessas expressões o autor atinge o seu objetivo, que é censurar, criticar a ausência da lei, porque esta não chega ali, nos mais remotos rincões amazônicos.

3.1.2.3.7 Paradoxo ou oximoro

O paradoxo ou oximoro é uma construção que permite unificar dois pontos de vista inconciliáveis. Como no plano da realidade duas coisas inconciliáveis não podem ser unificadas, o paradoxo sempre ultrapassa as fronteiras da lógica, dando uma certa impressão de algo absurdo. Mas como se trata de uma construção metafórica, essa sensação de absurdo se desfaz em nome da expressividade do enunciado. Vejamos os seguintes paradoxos de Euclides:

- “(As balsas de caucho são) o caminho que marcha, a mercadoria que conduz os condutores” (CUNHA, 2003, p. 107). Um paradoxo utilizado para descrever os meios de transporte fluviais utilizados por seringueiros e caucheiros;

- “O caucheiro é irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia” (CUNHA, 2003, p. 111). O paradoxo aqui foi empregado para exemplificar o fato de que os caucheiros (extratores peruanos) eram indivíduos dissimulados. Tinham “duas caras” e por isso não eram confiáveis: na aparência eram elegantes; na essência eram cruéis e extremamente violentos;

- “(O homem) Insurge-se contra a natureza carinhosa e traiçoeira, que o enriquecia e matava” (CUNHA, 2003, p. 151). Aqui o paradoxo aponta o caráter contraditório da natureza;

- “(Bates) não vira a Amazônia, daí ter visto mais que seus predecessores” (CUNHA, 2003, p. 350). Por meio deste paradoxo, Euclides defende a tese de que é impossível conhecer a Amazônia, dada a sua enormidade. A única forma possível de conhecê-la é recolher-se ao “recanto de uma especialidade”, como fizeram os

“geniais escrevedores de monografias”, como é o já citado caso de Walter Bates.

3.1.3 Função estética da metáfora

Encerrando estas considerações sobre o aspecto multifacetado da metáfora, recorro a Vianu (1971), que ressalta a função estética da metáfora, a qual, segundo ele, engloba quatro outras subfunções, discriminadas conforme a tabela a seguir, que são acionadas por suas múltiplas “figuras”:

	Subfunções	Descrição	figuras que acionam a função
Função estética da metáfora	Sensibilizadora	“Modo de se escrever com graça e urbanidade” (Aristóteles, Retórica III-X).	metáfora e comparação
	Dissimuladora	Torneio de palavras que facilita a expressão de um modo subjetivo de sentir a realidade.	eufemismo, antonomásia e ironia
	Potenciadora	Intensificação das impressões pelo exagero das expressões.	hipérbole e personificação
	Unificadora	Captação da unidade que jaz no fundo das coisas, apesar de suas distinções de superfície.	Sinestesia e paradoxo

Quadro 1 – função estética da metáfora e suas subfunções

Essas funções da metáfora foram detectadas já pelos antigos, quando observavam que a metáfora:

a) era usada pelo autor/orador para impressionar seus interlocutores, de forma a granjear-lhes a admiração pela engenhosidade das frases e imagens forjadas de forma admirável (função de sensibilização);

b) era formada por expressões que, ao serem utilizadas, encobriam outras expressões consideradas chocantes, grosseiras ou tabuizadas socialmente. Por esse viés, prestava-se para evitar a exteriorização de sentimentos, emoções ou verdades que não se queria ou não se podia proferir (função de dissimulação);

c) procurava dar uma impressão mais intensiva do que a linguagem ordinária. Esse recurso à intensificação linguística e ao exagero visava mostrar o pensamento melhor e mais claramente (função de potenciação);

d) amalgamava duas ideias numa só expressão, ao associar dois termos oriundos de realidades díspares (função de unificação).

Conforme Castro (1978, p. 83), um dos objetivos da *função estética* (que reúne as outras funções listadas acima), “consiste em tornar mais viva a manifestação de um estado de alma, de uma atitude emotiva, por isso subjetiva, diante da realidade. É a exteriorização de impressões, de sentimentos, de juízos de valor”. Mas o autor adverte que essa função também se presta para “encobrir ou dissimular essas mesmas impressões e sentimentos, dado que, muitas vezes, não desejamos ou não nos atrevemos a expressá-las francamente”.

3.1.4 Abordagens comparatista x substitutivista

Santos (2001, p. 4) comenta que a teoria semântica clássica abarca a abordagem *comparatista* e a

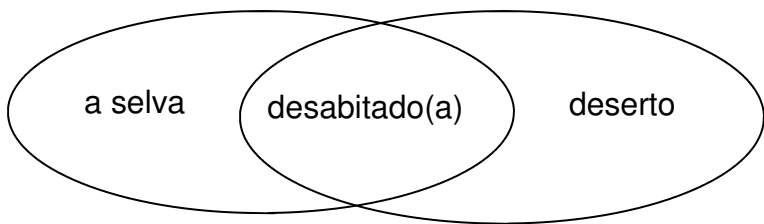
substitutivista e que, nessa teoria, a metáfora se reduz a um ornamento, um recurso de estilo. Nesse sentido, discorda da posição de Aristóteles, que via a metáfora como produtora de conhecimento, além de seu potencial como ornamento do discurso. Santos defende que a metáfora, na visão substitutiva, não produz conhecimento, em virtude do fato de que ela pode e deve ser traduzida por uma paráfrase literal. Exemplificando o que diz Santos, tomo um dos exemplos criados por Euclides, para se referir aos “caucheiros” da Amazônia peruana:

“(os caucheiros) Afundam temerariamente no deserto” (CUNHA, 2003, p. 101).

Por se tratar de uma metáfora, o enunciado permitiria uma paráfrase literal, com possíveis variações, mais ou menos como segue:

- Os caucheiros penetram temerariamente na selva

Assim teríamos a seguinte configuração na metáfora:



A abordagem *substitutiva* da metáfora assinala que só com base em correspondências como a apresentada acima é possível proferir a metáfora dada, que poderia ser substituída sem prejuízo pela paráfrase apresentada ou outras variações.

A sentença “afundam temerariamente no deserto” não apresenta, segundo Santos (2001), nenhuma informação nova sobre a selva: pela referência à Amazônia, no contexto em que a metáfora se encontra, já se sabia, de antemão, que ela tinha as características focalizadas (de desabitada etc.). Portanto, o que surpreende na sentença, na verdade, não é o fato de veicular alguma informação admirável. O que surpreende é a natureza ornamental, estilística, da metáfora utilizada, uma vez que seu conteúdo em nada difere daquele de sua paráfrase literal.

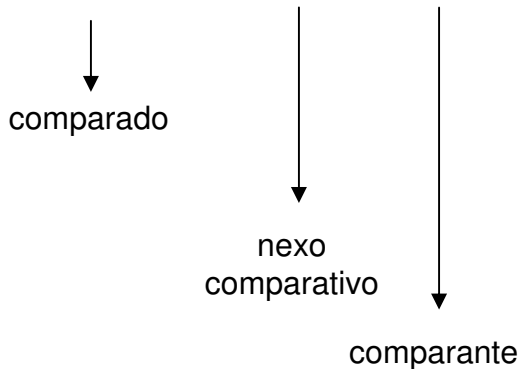
Em sua crítica a essa visão substitutiva, Santos (2001, p. 6) entende que ela “não vê na metáfora um sentido metafórico, porque esta constitui apenas um desvio de linguagem. Assim, ela não faz parte da estrutura da linguagem, porque sua interpretação é uma remissão ao literal”. A substituição da expressão metafórica pela literal não ocasiona dano nenhum ao seu significado e também não altera a referência ao objeto do mundo. Decorre daí que a metáfora não produz conhecimento. Esse raciocínio confronta-se com a ideia defendida por Aristóteles, pois ele entendia que a metáfora é sim produtora de conhecimento. Entendo que cabe razão a Aristóteles. No caso da metáfora de Euclides apresentada acima, a metáfora informa a Amazônia como desabitada. É a partir da metáfora que essa visão da região como vazia de gente se estabelece. É o que o autor da metáfora informa, embora seja uma visão distorcida ou, no mínimo, hiperbólica, já que a Amazônia era habitada pelos povos primitivos da região, os indígenas.

A abordagem *comparatista*, desenvolvida por Quintiliano, já estava presente em Aristóteles, assim como a substitutivista. Aqui a metáfora é concebida

como uma “comparação abreviada”, ou seja, uma “similitude” a que foi subtraído o conectivo comparativo. Dessa forma, se tomamos a sentença:

“A selva amazônica é como um deserto”, percebemos que estão presentes aí todos os elementos reclamados pela comparação, ou similitude: o comparado, o comparante, e o nexos comparativo (conectivo):

A selva amazônica é como um deserto.



A qualidade comparada está elíptica, podendo ser recuperada como “desabitada”, em “a selva amazônica é desabitada como um deserto”. Está claro que a recuperação dessa informação vai depender, em grande parte, do contexto da enunciação.

Em “A selva amazônica é um deserto”, estamos diante de uma metáfora, e verificamos que da estrutura da comparação (apresentada acima) apenas o conectivo foi omitido. Mas se está elíptico é porque está subentendido e pode ser mentalmente recuperado no ato da leitura. É mais ou menos por este ângulo que pensava Aristóteles, assim como os demais comparatistas em relação aos estudos metafóricos.

Discorrendo sobre as teorias contemporâneas da metáfora, Santos (2001, p. 1) fornece uma explicação bastante elucidativa quando mostra que elas

podem ser divididas em duas grandes correntes: a cognitiva e a linguística. É a noção de metáfora como desvio o ponto de separação entre elas. Enquanto que na abordagem cognitiva a metáfora é um procedimento cognitivo não apenas imprescindível, mas também absolutamente normal para a linguagem ordinária, o pensamento e a ação, na abordagem linguística a metáfora é um desvio da linguagem ordinária. Ela é poética. A visão linguística pode, por sua vez, ser subdividida em dois outros blocos: o semântico e o pragmático. A diferença entre eles está na compreensão de que a metáfora, enquanto um fenômeno semântico, envolve mudança de sentido, e, enquanto um fenômeno pragmático, está associada ao uso da linguagem e à intenção do falante.

E com base nessa explanação, temos o seguinte esquema:

Metáfora → linguística e cognitiva
Metáfora linguística → semântica e pragmática

Teóricos de todas as vertentes, seja cognitiva, seja pragmática, seja semântica, de diferentes formas e por diferentes motivações, teceram críticas tanto à abordagem comparatista quanto à substitutivista. Entre as teorias que intentaram marchar na contramão dessas abordagens, focalizo, a seguir, especialmente a teoria interacionista e a teoria da metáfora conceptual, que julgo interessantes para explorar mais metáforas de Euclides.

3.2 Lendo metáforas de Euclides pela abordagem interacionista

Parece haver relativo consenso, entre os estudiosos da área, que a abordagem interacionista da metáfora, que representou uma ruptura com a visão retórica, teve como precursor o pesquisador britânico Ivor Alexandre Richards, e como uma das figuras mais representativas dessa tendência o filósofo Max Black. Neste capítulo, discorro sobre os principais postulados desses dois teóricos.

3.2.1 I. A. Richards

Entre os livros escritos por Richards, que veiculam suas pesquisas realizadas a partir da primeira metade do século XX, destaca-se *The Philosophy of Rethoric* (1950), cujo capítulo intitulado “Metaphor” desenvolve um importante estudo sobre o tema de forma acurada. Nele, o autor aprofunda as considerações já estabelecidas em duas obras anteriores, inclusive traduzidas para o português, *Princípios de crítica literária* (1967) e *O significado de significado* (1972). Poderíamos afirmar que, em resumo, o seu arrazoado se constrói em torno do entendimento de que o pensamento é metafórico. Essa consideração, em si, assinalou uma mudança de concepção teórica sem precedentes relativamente ao fenômeno metafórico.

A respeito da teorização de Richards, Moura (2008, p. 182) assegura que para ele “a matéria-prima da metáfora são conceitos, e não palavras” e que “essa percepção abriu uma fenda na tradição retórica de estudo da metáfora, que era encarada como uma troca de

sentidos lexicais, não de conceitos”. Assim é que Richards se tornou responsável pela inauguração de uma outra tradição, oposta à tradicional, que dicotomiza a metáfora em pensamento x linguagem, ao diferenciar metáfora linguística de metáfora conceptual, como se percebe no quadro que segue, que elaborei a partir das considerações de Moura (2008):

Metáfora conceptual	Metáfora linguística
<i>Relaciona</i> os conceitos	<i>Expressa</i> os conceitos
Situa-se no pensamento	Situa-se na linguagem

Quadro 2 – Metáfora conceptual e metáfora linguística

Moura explicita que, ao dicotomizar o pensamento e a linguagem em diferentes polos, Richards elege o pensamento como ponto focal de sua teoria.

Sardinha (2007, p. 27) elabora um quadro geral dos termos criados por Richards (1950) para descrever o fenômeno metafórico e que iriam ser revisitados por diversos pesquisadores de variadas tendências na posteridade. Os termos (tópico, veículo, base e tensão), apresento-os no quadro que segue, exemplificando-os com a seguinte metáfora euclidiana, que focaliza a situação de miséria dos sertanejos, quando agenciados para trabalhar nos seringais amazônicos:

Metáfora: “[...] Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, *com aqueles fardos agitantes consignados à morte*. Mandavam-nos para a Amazônia” (CUNHA, 2003, p. 85 – grifo meu).

TERMO	EM QUE CONSISTE	EXEMPLO
<i>Tópico</i> (<i>Topic</i>)	Elemento ao qual o Veículo faz referência; parte não metafórica na expressão metafórica.	Sertanejos
<i>Veículo</i> (<i>Vehicle</i>)	Elemento que faz referência ao Tópico; parte metafórica na expressão metafórica.	Fardos agitantes consignados à morte
<i>Base</i> (<i>Ground</i>)	Entrelaçamento forjado entre o Tópico e o Veículo	O Veículo “fardos agitantes consignados à morte” indica que me refiro ao Tópico “sertanejos” como sendo miseráveis, famintos, sem perspectivas etc.
<i>Tensão</i> (<i>Tension</i>)	Aponta para a incompatibilidade entre o Tópico e o Veículo	Sertanejos são pessoas e fardos são volumes de carga. Ao igualar os dois termos, Euclides gerou uma tensão que só pode ser solucionada por meio de uma interpretação metafórica.

Quadro 3 – termos criados por Richards para descrever o fenômeno metafórico

Como a questão da Tensão resultante da metáfora se resolve? Para Sardinha (2007), a teoria tradicional e a teoria da metáfora conceptual adotam perspectivas diferentes:

a) Na *visão tradicional*, basta substituir um termo pelo outro e a tensão se dissipa. Por exemplo: “Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com os sertanejos. Mandavam-nos para a Amazônia”.

b) Na *teoria conceptual cognitiva*, a tensão se desfaz “pelo acesso a um esquema mental prévio, onde a relação entre coisas dispares já foi culturalmente estabelecida” (SARDINHA, 2007, p. 28).

3.2.2 Max Black

O filósofo Max Black (1966), com base nos estudos de Richards (1950), consolidou as bases da abordagem interacionista da metáfora, da qual este último foi o precursor. Na visão interacionista, a metáfora associa dois domínios diferentes e projeta um terceiro sentido, que se origina da interação entre os dois domínios associados. Com essa abordagem, instaura a reflexão sobre a base cognitiva (conceitual e epistemológica) da metáfora, porque a resgata da redoma substitutivista e ornamental colocada sobre ela pela teoria clássica. Estabelece, assim, a visão da metáfora como produtora de conhecimento (muito embora, é sempre válido ressaltar, Aristóteles já a defendia como geradora de conhecimento). Nesse sentido, uma metáfora não pode ser parafraseada,

[...] porque o processo de compreensão da metáfora envolve um exercício intelectual específico, cujo valor cognitivo é único e intransponível. Ao se tentar traduzir um proferimento metafórico, perde-

se totalmente o valor cognitivo deste, resultando também numa compreensão inadequada do ato realizado pelo falante ao usar um proferimento metafórico: afinal, o falante poderia optar por utilizar um proferimento literal (SANTOS, 2001, p. 23).

Referindo-se ao escopo teórico de Black (1962), Santos (2001, p. 23) aponta o seu caráter revolucionário, uma vez que

[...] marca uma nova era do tratamento filosófico dado até então à metáfora e revoluciona ao proclamar que a metáfora possui uma função específica e necessária dentro da comunicação humana, não podendo ser substituída ou desprezada por nenhum outro recurso linguístico: é a metáfora em si que é cognitiva porque ela produz conhecimento. Black tira a metáfora do plano puramente ornamental, e a redimensiona no âmbito cognitivo, inserindo-a como elemento fundamental em todos os domínios de conhecimento, não só no âmbito poético.

Sardinha (2007, p. 29) explica que Black – em oposição à teoria da substituição e à teoria da comparação – fundou (ou aprofundou) a *teoria da interação* esboçada por Richards (1950). Apresento abaixo um gráfico que propõe um paralelo entre essas três teorias, utilizando como exemplo mais uma metáfora euclidiana referente ao rio Purus, na qual o escritor propõe que o referido rio seja incorporado urgentemente ao progresso do país, uma vez que ele próprio, o rio, poderá ser um importante fator de progresso, mas que se encontra completamente abandonado.

Metáfora: “O Purus é um enjeitado” (CUNHA, 2003, p. 77).

Teoria da substituição	<ul style="list-style-type: none"> - O termo metafórico “enjeitado” substitui o termo literal “abandonado”. - A metáfora toda é um substituto para a expressão “O Purus é abandonado”. - Na transposição do metafórico para o literal, não há ganho de sentido. - A metáfora foi utilizada com o fim de ornamentar a mensagem e agradar o leitor/ouvinte.
Teoria da comparação	<ul style="list-style-type: none"> - A metáfora é uma comparação implícita. Assim, a sentença “O Purus é um enjeitado” é uma versão implícita da comparação explícita “o Purus é como um filho enjeitado”. - O entendimento da metáfora se dá pela busca de similaridades entre os termos comparados, “Purus” e “enjeitado”. - A similaridade é procurada entre termos selecionados da expressão “enjeitado” que possam ser aplicados a “Purus” (o Purus é como um filho enjeitado em alguns aspectos, em outros não).
Teoria da interação	<ul style="list-style-type: none"> - A metáfora possui um sentido novo que se origina na interação entre o tópico e o veículo. - “o Purus” é o tópico; “um enjeitado” é o veículo . - Interação é o processo que permite a criação de similaridade entre o tópico e o veículo.

	<ul style="list-style-type: none"> - Não há nenhuma similaridade preexistente entre “o Purus” e “enjeitado” de onde pudéssemos tirar informações necessárias para entender a metáfora. Precisamos criar a similaridade criando a interação entre o tópico e o veículo. - Na interação, “o Purus” passa a receber propriedades relativas a “enjeitado”, e vice-versa.
--	--

Quadro 4 – Paralelo entre as teorias substitutiva, comparativa e interativa.

A teoria da interação preconiza que “a metáfora possui um sentido novo que advém da interação entre o tópico e o veículo da metáfora; para exemplificar, numa expressão como “fardos agitantes consignados à morte”, “sertanejos” é o tópico e “fardos agitantes”, o veículo, ou termo metaforizado.

O que vem a ser *interação*, em exemplos como esse? É a relação de similaridade forjada entre o tópico e o veículo. Digo “forjada” porque, na visão interacionista, não preexiste à metáfora nenhuma similaridade entre sertanejos (pessoas) e fardos agitantes (objetos) que possa nos equipar para o entendimento da metáfora. Essa interação que gera a noção de similaridade precisa ser construída na própria interpretação da metáfora. É o que acontece também em “Julieta é o sol”, citada por Sardinha (2007, p. 30): “Nesse processo de interação, Julieta passa a receber propriedades relativas ao sol, ao mesmo tempo em que o sol passa a receber propriedades de Julieta”. A partir daí, “criamos mentalmente um sistema de relações onde não havia nenhuma, para podermos dar conta da metáfora”. A interpretação é

resultado de um sentido novo gerado a partir da interação entre os dois conceitos.

Black rejeita a ideia da metáfora como desvio da linguagem própria ou ordinária. Para ele, a metáfora diz o que diz, expressa o que expressa. Um metaforista, ao produzir sua metáfora, exprime o que está exprimindo. A escolha das palavras, a imagem utilizada, tudo está de acordo com a realidade que ele quer expressar naquele momento. “Foram as palavras que melhor exprimiam aquela situação, aqueles sentimentos, emoções, pensamentos e atitudes. A metáfora, portanto, não é uma questão de intenção do falante” (SANTOS, 2001, p. 35).

Dessa forma, quando Euclides escreve:

“O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas [...] estão amansando o deserto” (CUNHA, 2003, p. 79), esse enunciado, exatamente com essas palavras, afirma da melhor maneira possível o que foi possível dizer. E não há absurdo nenhum, segundo essa teoria, em conceber o povoamento da selva desabitada como uma ação de “amansar” o deserto.

Black rejeita, de igual modo, a ideia de substituição, que projeta na metáfora a propriedade de expressar sentidos preexistentes na forma de outra sentença, literal. Se ela pode ser substituída sem dano ao sentido por uma outra sentença, então ela é apenas um artefato decorativo, um entretenimento para o leitor/ouvinte. Falando como filósofo, Black admite que “se os filósofos têm algo mais importante a fazer do que dar prazer a seus leitores, a metáfora não pode ocupar nenhum lugar sério no discurso filosófico” (SANTOS, 2001, p. 27). Para Black, a tentativa de parafrasear uma metáfora para um “correspondente” literal sempre vai resultar em um fracasso, dada a perda de conteúdo

cognitivo inerente à metáfora, um conteúdo que a paráfrase literal não é capaz de capturar.

Pela ótica de Black, o efeito de sentido da metáfora escapa aos rótulos e regras convencionais que aprisionam o literal, e disso decorre que as sentenças metafóricas são essencialmente multívocas quanto ao sentido. Além de serem altamente sugestivas, as metáforas têm igualmente sua necessária margem de ambiguidade.

Na sentença metafórica, segundo postula Black, presentificam-se dois sujeitos diferentes: o sujeito primário e o sujeito secundário, sendo que uma série de implicações criadas pelo metaforista no ato da enunciação é projetada sobre o sujeito primário.

Para descrever a sentença metafórica, Black estabeleceu as noções de “foco” e “moldura”. Diante da sentença euclidiana a seguir, por exemplo, temos a convicção de que se trata de uma metáfora, tendo em vista que pelo menos uma palavra, o substantivo “cotovelada”, está evidentemente metaforizada. E das demais palavras, pelo menos uma está empregada no sentido literal (vida, morte):

“A vida desperta-se-lhe de golpe, naquela cotovelada da morte que passou por perto” (CUNHA, 2003, p. 80).

Euclides se refere aí ao migrante que, chegando à Amazônia em situação de semiescravidão, recebe o “cartão de visita” do impaludismo e, por causa disso, enfrenta um terrível cara-a-cara com a morte. Se não morre, deixa de tremer de frio para tremer de alegria pelo vislumbre de que a febre pode lhe proporcionar a almejada “carta de alforria” de um atestado médico.

Olhando para essa metáfora que destaquei, juntamente com Black, detectamos que o “foco” é a porção metafórica, enquanto a “moldura” é a porção literal.

Em sua teoria, Black postula que a metáfora tem poder cognitivo e criativo. E procura mostrar que as pessoas utilizam metáforas por necessidade, uma vez que “os recursos literais disponíveis são insuficientes para expressar nossa percepção das ricas correspondências, interrelações e analogias de domínios convencionalmente separados”. E além disso o pensamento e os proferimentos metafóricos muitas vezes incorporam “*insight* que não pode ser expressado de nenhuma outra forma” (SANTOS, 2001, p. 36).

A ruptura da teoria interacionista com o paradigma tradicional não foi, na verdade, uma ruptura integral, embora, à primeira vista, isso pareça acontecer. Mas o *locus* da metáfora, em certa medida, continua sendo a linguagem. Em outras palavras, a abordagem interacionista situa-se em uma fronteira fluida, tendo um pé no pensamento e outro na linguagem, apesar de que esta fica em segundo plano. O deslocamento da metáfora do âmbito da linguagem para o âmbito do pensamento, a verdadeira “virada paradigmática”, apontada por Zanotto, Moura, Nardi e Vereza (2002), só se verificaria de forma definitiva posteriormente, em 1980, com a teoria da metáfora conceptual, elaborada por George Lakoff e Mark Johnson, quando da publicação do livro-marco *Metaphors we live by* (traduzida para o português em 2002, com o título *Metáforas da vida cotidiana*).

3.3 Lendo metáforas de Euclides pela abordagem da metáfora conceptual

Lakoff e Johnson provocaram uma revolução nos estudos sobre a metáfora ao lançarem, em 1980, o livro *Metaphors we live by*, cuja edição brasileira traz como título *Metáforas da vida cotidiana*, e é datada de 2002, conforme citei no subitem anterior. Nessa obra, que se tornou um marco das pesquisas relativas à metáfora, os autores rejeitam prontamente duas concepções clássicas em relação ao fenômeno metafórico:

a) o fato de que tradicionalmente as pessoas veem a metáfora como um recurso da poesia ou um artifício da linguagem literária, não percebendo ligações dela com a linguagem do dia-a-dia;

b) a percepção da metáfora como um problema especificamente de linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação.

A proposta desses autores, ao contrário, consiste em apontar que a metáfora:

a) permeia a vida cotidiana;

b) além de estar presente na linguagem, faz-se presente também no pensamento e na ação;

c) sustenta o nosso sistema conceptual (base de nossos pensamentos e ações), que é essencialmente metafórico.

A partir dessas considerações iniciais, Lakoff e Johnson (2002, p. 46) introduzem a noção de “metáfora conceptual”, com o intento de provar, através de argumentos e exemplos, que “a maior parte de nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica”. Por essa razão, eles entendem ser uma ilusão o fato de as

peessoas pensarem que podem viver muito bem sem metáforas. Para eles,

“Em todos os aspectos da vida [...] definimos nossa realidade em termos de metáforas e então começamos a agir com base nelas. Fazemos inferências, fixamos objetivos, estabelecemos compromissos e executamos planos, tudo na base da estruturação consciente ou inconsciente de nossa experiência por meio de metáforas” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 260).

Eles defendem essa concepção, apesar de a Filosofia tradicionalmente encarar a metáfora como uma questão apenas de linguagem, como resultado da imaginação criativa ou como um artifício da oficina poética, por entender que a verdade é *objetiva, absoluta*. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 262), os estudos tradicionais “concluem, habitualmente, que as metáforas não podem expressar verdades de forma direta e, se enunciam verdades, fazem-no apenas indiretamente, via alguma paráfrase ‘literal’ não metafórica”, mas essa conclusão é encarada por eles como um equívoco.

Por outro lado, na teoria da “metáfora conceptual”, a metáfora é sempre um veículo de compreensão por excelência. Dessa forma, Lakoff e Johnson transferem o *locus* da metáfora da linguagem para o pensamento. Ela passa a ser vista como o instrumento primordial para se entender conceitos abstratos. Rompem com a tradição linguística da metáfora, situando-a no plano da cultura. A metáfora estrutura a maneira como o falante percebe o mundo e suas relações.

O embrião da teoria de Lakoff & Johnson é a ideia de que as expressões metafóricas que utilizamos no

dia-a-dia não são aleatórias, como muitas vezes pode parecer. Elas são apenas as expressões que trazem para a superfície uma rede metafórica profunda que não tem a ver com a linguagem, e sim com a cognição e com o sistema conceptual que norteia nossas concepções. Nesse sentido, eles pulverizam a concepção clássica da metáfora como comparação abreviada, como era o entendimento de Quintiliano. Rejeitam também a inclusão da metáfora na classe dos tropos, que se pautam pelo desvio semântico.

Dessa forma, quando Euclides se refere à Amazônia como “deserto”, como um “livro”, como uma “obra de arte”, como um “teatro”, como “inferno”, como “mulher” e como “paraíso”, por exemplo, ele não estaria usando essas expressões metafóricas apenas para embelezar os seus escritos. O que ele faz, na verdade, segundo a teoria da metáfora conceptual, é trazer à tona, em cada uso metafórico, uma maneira de se conceber a Amazônia que faz parte de um sistema conceptual, de uma rede cognitiva preexistente ao uso da expressão.

Para a teoria da metáfora conceptual, a metáfora é um fenômeno onipresente e necessário na vida cotidiana, a fim de que os conceitos mais abstratos ou aqueles não claramente percebidos possam ser compreendidos com maior clareza. O ingresso da metáfora no nosso sistema conceptual é forjado por essa necessidade. A percepção metafórica, então, vai permear nossas ações, nossos conceitos e nossa fala. Ela permite que um determinado domínio da experiência seja entendido em termos de outro domínio. Aliás este é o conceito de metáfora que os autores apresentam em suas reflexões: “A essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 47-48) e fazemos isso o tempo todo e de forma tão natural

que, na grande maioria das vezes, nem sequer percebemos que estamos utilizando metáforas. E na verdade, conceitos tão abstratos como amor, felicidade, tempo e tantos outros só podem ser compreendidos metaforicamente.

Comentando essa perspectiva de Lakoff e Johnson, Ferrari (2011, p. 92) explicita que

A metáfora é, essencialmente, um mecanismo que envolve a conceptualização de um domínio de experiência em termos de outro. Sendo assim, para cada metáfora, é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-alvo. O domínio-fonte envolve propriedades físicas e áreas relativamente concretas da experiência, enquanto o domínio-alvo tende a ser mais abstrato. Em exemplos como “ele tem alta reputação na empresa”; “ele despontou como o ator revelação este ano”; “João tem um cargo relativamente baixo”, o domínio-fonte é a dimensão vertical do espaço físico, e o domínio-alvo é o *status* social.

Como se pode perceber, a metáfora movimenta os conceitos do domínio fonte em direção ao domínio alvo. O repertório de conhecimentos, informações, concepções que temos relativamente ao domínio-fonte é deslocado para o domínio-alvo. Por uma necessidade terminológica e metodológica, os mapeamentos metafóricos são representados pela estrutura DOMÍNIO-ALVO É DOMÍNIO-FONTE (sempre em maiúsculas).

Entre os exemplos de metáforas explorados por Lakoff & Johnson (1980), destaco os dois seguintes: “DISCUSSÃO É GUERRA” e “TEMPO É DINHEIRO”, que fazem parte do nosso sistema conceptual na cultura ocidental. Ou seja, compreendemos e experienciamos o conceito “discussão” em termos de “guerra”, assim como

compreendemos e experienciamos o conceito “tempo” em termos de “dinheiro”.

Em relação a DISCUSSÃO É GUERRA, eles afirmam que se trata de uma metáfora conceitual que estrutura o nosso pensamento a respeito do conceito DISCUSSÃO. Uma metáfora que pode ser percebida em muitas expressões da linguagem ordinária. Para eles,

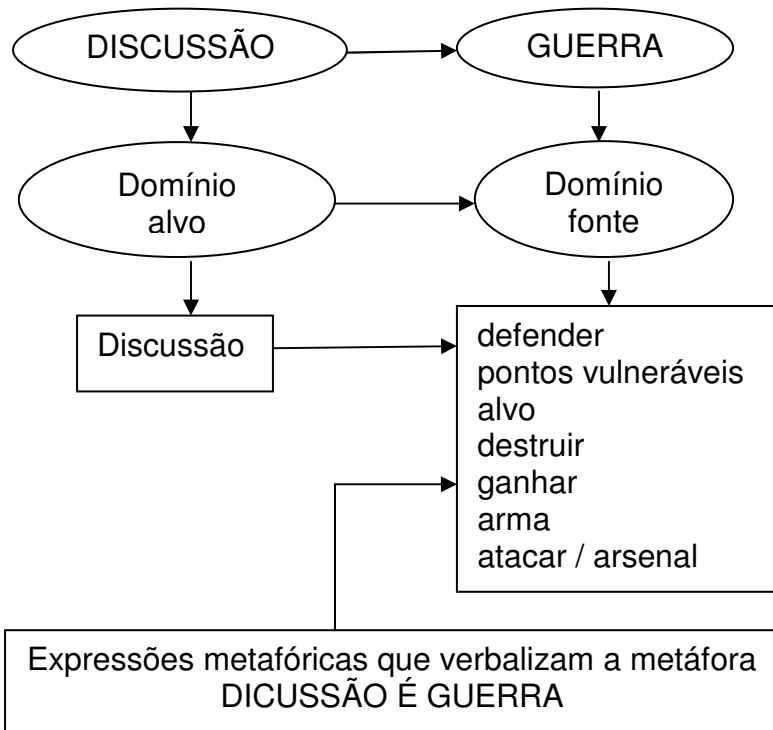
muitas das coisas que *fazemos* numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. Embora não haja uma batalha física há uma batalha verbal, que se reflete na estrutura de uma discussão – ataque, defesa, contra-ataque etc. É nesse sentido que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos na nossa cultura; ela estrutura as ações que realizamos numa discussão (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 47).

Em que consiste a metáfora nesse caso? Quando fazemos cruzar na linguagem duas coisas tão diferentes como uma discussão (discurso verbal) e uma guerra (conflito armado), é porque no nosso pensamento concebemos uma realidade em termos de outra, e agimos conforme essa concepção. Assim sendo, não usamos a metáfora apenas para ornamentar a linguagem ou por uma questão de retórica. Usamos para externar o modo como pensamos. É o que se vê nos exemplos que seguem:

- *Defenda* seus argumentos.
- Sua argumentação tem muitos *pontos vulneráveis*.
- As críticas dele vão *direto ao alvo*.
- O adversário *destruiu* minhas argumentações.
- Quem foi que *ganhou* o debate?
- O candidato usou sua *arma secreta* no debate.

- Ele foi *atacado* com um verdadeiro *arsenal* de perguntas difíceis.

A partir da metáfora DICUSSÃO É GUERRA, elaborei o esquema a seguir:

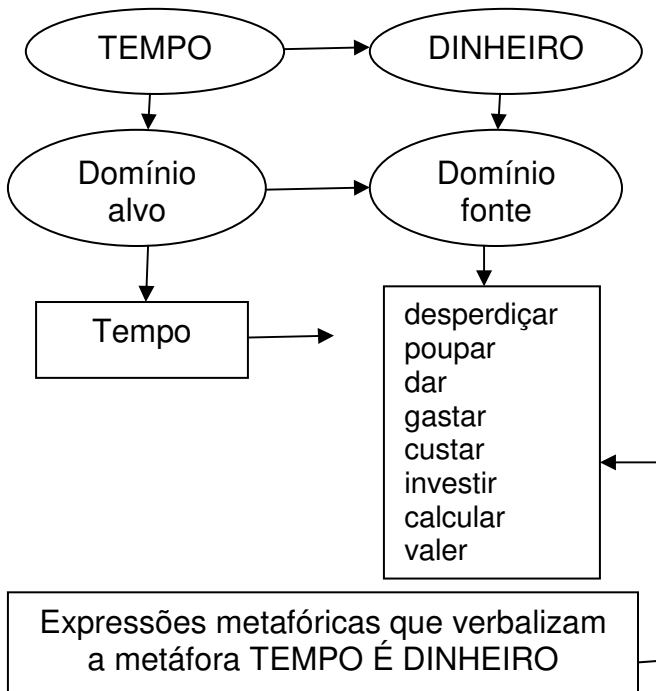


O mesmo tipo de raciocínio é apresentado a respeito da metáfora TEMPO É DINHEIRO. Esta metáfora dá conta de que, na cultura ocidental, pensa-se no “tempo” como: um bem valioso e um recurso limitado que usamos para alcançar os nossos objetivos. Consequentemente, “compreendemos e experienciamos o tempo como algo que pode ser gasto, desperdiçado, orçado, bem ou mal investido, poupado ou liquidado”

(LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 51). Os exemplos a seguir recortam algumas expressões metafóricas do português (obtidas a partir de exemplos do inglês) que veiculam o conceito TEMPO É DINHEIRO:

- Não quero *desperdiçar* meu tempo.
 - Esta máquina vai te *poupar* horas de trabalho.
 - Eu não tenho tempo para te *dar*.
 - Como você *gasta* o seu tempo?
 - Aquele pneu furado me *custou* uma hora.
 - Tenho *investido* meu tempo nela.
 - *Calcule* bem o tempo da prova.
- Isso *vale* o seu tempo?

Com base na metáfora TEMPO É DINHEIRO, elaborei o seguinte esquema:



Lakoff e Johnson (2002) estabelecem a diferença entre “metáfora” e “expressão metafórica”. Para eles, o termo “metáfora” se refere ao conceito metafórico que existe na mente, ao passo que “expressão metafórica” se refere às expressões linguísticas que verbalizam essas metáforas. Por exemplo: TEMPO É DINHEIRO e DISCUSSÃO É GUERRA são metáforas. Já “poupar tempo” e “arsenal de argumentos” são expressões metafóricas. O *locus* da metáfora (conceito metafórico) é o pensamento, enquanto o *locus* da expressão metafórica é a linguagem. As expressões metafóricas são expressões linguísticas através das quais a metáfora é externada.

Na teoria da metáfora conceitual, a língua é secundária, no sentido de que é o mapeamento que sanciona o uso da linguagem e dos padrões de inferência do domínio-fonte para o domínio-alvo. Longe de ser uma questão simplesmente de palavras, o pensamento humano é fortemente metafórico. E as expressões linguísticas só existem porque há metáforas no nosso sistema conceitual.

Com base nesse arrazoadado, abstraí, da leitura de textos de Euclides, as dez metáforas conceituais a seguir, cada uma exemplificada por duas expressões linguísticas, entre as que a verbalizam:

a) Metáfora: A AMAZÔNIA É UMA OBRA DE ARTE.
Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “*É, sem dúvida, o maior quadro da terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, à feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou*, as serranias de arenito de Monte alegre e as serras graníticas das Guianas (CUNHA, 2003, p. 34);

- “De seis em seis meses, cada enchente, que passa, é *uma esponja molhada sobre um desenho mal feito*: apaga, modifica, ou transforma, os traços mais salientes e firmes, como se no quadro de suas planuras desmedidas andasse *o pincel irrequieto de um sobre-humano artista incontentável...*” (CUNHA, 2003, p. 355).

Na verbalização da Amazônia como obra de arte nos textos de Euclides, geralmente a região é apresentada como um produto (ou processo) de artes plásticas. Ora é um quadro pictórico, ora é uma obra de escultura. Também é comum o rio Amazonas ser descrito, em metáforas personificadoras, como um artista descontente que realiza a sua obra e, muitas vezes, a destrói para recomeçar o trabalho. Uma das molas propulsoras dessa metáfora foi a observação, por parte de Euclides, do fenômeno das “terras caídas”, muito comum nos grandes rios amazônicos.

b) Metáfora: A AMAZÔNIA É UM TEATRO.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “Entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem” (CUNHA, 2003, p. 355);

- “O que sobremaneira o impressionou é o *espetáculo da terra profundamente* trabalhada pelo indefinido e incomensurável esforço dos formadores do rio” (CUNHA, 2003, p. 63).

Em Euclides é comum encontrarmos a hileia como um cenário imponente, desmedido, onde pequeninos atores desenvolvem os seus dramas e tramas, em variados roteiros. Ali é o palco onde se desdobra o espetáculo do homem e da terra.

c) Metáfora: A AMAZÔNIA É UM DESERTO.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos: *estão amansando o deserto*” (CUNHA, 2003, p. 79);

- “[...] Daí a minha ânsia de partir – *buscando a forte distração do meu duelo com o deserto*, nesta majestosa arena de quinhentas léguas que me oferece o Purus” (em Carta a Afonso Arinos, dezembro de 1904).

A imagem do deserto é recorrente em Euclides. Mas é claro que, para conceber a região como um deserto, ele teve que ignorar a existência dos muitos povos primitivos, indígenas de várias etnias, que habitavam a região à época. Mas a “visão do deserto”, em relação a uma densidade geográfica tão baixa, era sempre uma grande tentação, e era renitente: uma terra imensurável, deserta de gente, desabitada.

d) Metáfora: A AMAZÔNIA É UM LIVRO.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “A Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese” (CUNHA, 2003, p. 354);

- “A história, ali, parece um escandaloso plágio da natureza física” (CUNHA, 1975, p. 135).

Euclides comumente apresenta a região como um livro, não um livro acabado (produto), mas que está sendo escrito (processo). Dessa forma, externa a sua visão da Amazônia como uma terra em formação, inacabada, incompleta. Na face “edenista” de sua literatura, a região se mostra como uma página do Gênesis que ainda não foi concluída, uma terra nova,

onde tudo está “em ser” e “por ser”. Curtius (1966) assinala que a metáfora da natureza e do mundo como um livro é um imagem bastante recorrente na literatura ocidental. Está presente na literatura sagrada, nos escritos de filósofos como Diderot, Voltaire e Rousseau, além dos escritores pré-românticos ingleses e românticos alemães. Euclides dialoga com eles em seus escritos amazônicos.

e) Metáfora: A AMAZÔNIA É UMA MULHER.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “O artista atinge-a de um salto; adivinha-a; contempla-a d’alto; *tira-lhe, de golpe, os véus, desvendando-no-la na esplêndida nudez da sua virgindade portentosa*” (CUNHA, 2003, p. 354);

- “É a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo” (CUNHA, 2003, p. 355).

A imagem da mulher nova, virgem, intocada, associa-se à ideia da terra inexplorada, onde a penetração ainda não se deu de fato, apenas foi ensaiada em momentos pontuais da história. A Amazônia está à espera de ser “conhecida”.

f) Metáfora: A AMAZÔNIA É ADVERSÁRIA DO HOMEM.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “Aquele natureza soberana e brutal, em pleno expandir de suas energias, é uma adversária do homem” (CUNHA, 2003, p. 48);

- “O deserto é um feitor perpetuamente vigilante. Guarda-lhe a escravatura numerosa” (CUNHA, 2003, p. 108).

Ali, segundo Euclides, o homem chegou antes do tempo, enquanto natureza ainda estava “arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão”. Tornou-se um “intruso impertinente”, que não era esperado e não é querido. Daí os constantes “enfrentamentos” entre o homem e a terra inóspita. A natureza, inclusive, ajuda a perpetuar a situação de escravidão do homem, porque o aprisiona, estrangula e aniquila em seus círculos fechados e, ao mesmo tempo, em seus “desmarcados” de distâncias intransponíveis. Assim, o homem a ataca e ela se defende, agredindo-o também.

g) Metáfora: A AMAZÔNIA É UM QUADRO NOSOLÓGICO.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “Cada igarapé sem nome é um Ganges pestilento e lúgubre” (CUNHA, 2003, p. 81);

- “Creio que faltam bem pouco dias para que se torne efetiva essa minha trágica candidatura ao impaludismo, ao beribéri, à filária, e, talvez, à morte”. (em carta a Plínio Barreto, em 22 de outubro de 1904, antes de embarcar para a Amazônia.)

Euclides vai para a Amazônia com um conhecimento prévio, obtido nas leituras que fizera, a respeito das questões sanitárias da região. Em cartas a amigos, antes de sua viagem, afirmava claramente a sua perspectiva negativa em relação às doenças tropicais que possivelmente o esperavam. E, de fato, foi acometido de algumas dessas doenças ao pisar em solo amazônico. Inicialmente, não se deu bem com o clima, a que chamou de “perpétuo banho de vapor”.

O clima, segundo ele, favorecia o adoecimento. Para suportá-lo, era preciso ter “nos músculos a elástica

firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuruíubas”. Euclides chega a fazer uma certa “chalaça” com o fato de Bates o ter chamado de “*glorious clime*”: “não sei como traduzir o *glorious clime* de Bates. Não há exemplo de um adjetivo desmoralizado (felizmente em inglês!)” (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 250-252). Em carta ao amigo Porchat, escreveu: “Eu, firme na minha envergadura esmirrada e seca, faço neste clima canicular prodígios de salamandra” (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 257).

Logo que chegou a Manaus, Euclides foi assaltado pela febre que tanto temia, e ficou receoso de ela ter sido “um lugubremente gentil cartão de visita do impaludismo, pressuroso em atender o hóspede recém-chegado” (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 253). Pouco a pouco, no entanto, ele foi se adaptando ao clima e “fazendo as pazes” com o sol do Equador. Chegou, inclusive, a dizer que passou a entender perfeitamente o adjetivo “*glorious*” de Bates, o qual se ajustava adequadamente à designação do clima tropical.

Mas a “reconciliação” com o clima não impediu a doença. O temido impaludismo o alcançou de forma irreversível. Já em 1906, estando no Rio de Janeiro às voltas com a elaboração do relatório da expedição, escrevia sob o impacto do impaludismo. Ele descreve a situação em carta a Francisco Escobar, datada de 18 de abril de 1906, dizendo que existe uma coisa pior que a tuberculose, que é franca: “é o insidioso impaludismo larvado que a medicina não atinge tão vário é ele e incaracterístico. Estou, por isto, aflito por terminar todas estas coisas, a fim de limpar o meu organismo dessa ferrugem que ameaça devorá-lo” (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 302). O impaludismo contraído na Amazônia haveria de acompanhá-lo pelo resto da vida.

Essa desagradável condição de doente, somada às leituras anteriormente realizadas e às observações feitas durante sua expedição, levou Euclides a generalizar a Amazônia como um espaço eminentemente nosológico e fatal. Para ele, toda a gente que parte para a região “leva no próprio estado emotivo a receptividade a todas as moléstias” (CUNHA, 2003, p. 77), porque está entrando na “paragem clássica da miséria e da morte”. Essas afirmações surgem após a observação experiencial das condições insalubres e de higiene extremamente precária de comunidades ribeirinhas, assim como dos seringais. Por isso, Euclides entende que tanto a terra quanto o homem amazônico necessitam de um trabalho cuidadoso de “saneamento”.

h) Metáfora: O SERINGUEIRO É UM ESCRAVO.

Exemplos de expressões linguísticas que a verbalizam:

- “O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demais insistir: *é o homem que trabalha para escravizar-se*” (CUNHA, 2003, p. 88);

- “Quatrocentos homens, às vezes, que ninguém vê, dispersos por aquelas quebradas, e mal aparecendo de longe em longe no castelo de palha do acalanhado barão que os escraviza” (CUNHA, 2003, p. 108).

Escravidão parece ter sido a palavra mais adequada que Euclides encontrou para definir a condição trabalhista dos seringueiros no interior da hileia. Trato dessa questão com maior detalhamento no capítulo “Condensações e deslocamentos”.

i) Metáfora: A SELEÇÃO NATURAL É UMA ELEIÇÃO.

Expressões linguísticas que a verbalizam:

- “Toda a aclimação é desse modo um *plebiscito* permanente em que o estrangeiro se elege para a vida. Nos trópicos, é natural que o escrutínio biológico tenha um caráter gravíssimo” (CUNHA, 2003, p. 87);

- “(o clima) elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte” (CUNHA, 2003, p. 95).

Depois das impressões iniciais completamente negativas sobre o clima amazônico, Euclides reconcilia-se com ele e, em seguida, passa a defendê-lo. Usa para isso um capítulo cujo título é “Um clima caluniado”. Nele, o escritor vê no clima uma faculdade de “magistratura natural”, cujo magistrado, o clima, prepara a terra para os mais fortes. Sugere que aqueles que chamaram a esse clima de “insalubre” estavam caluniando-o, porque onde se fala de insalubridade, deveria se falar de “apuramento”, ou seja, “a eliminação generalizada dos incompetentes” (CUNHA, 2003, p. 88). Na verdade, entende Euclides, o clima elege para a vida os mais competentes, assim como também forja a eliminação dos incapazes. Assim é que, em diálogo com Darwin e Bates, Euclides lança ao leitor um desafio: “Reconheçamos naquele clima uma função superior. [...] Ele exercitou uma fiscalização incorruptível [...] policiou, saneou, moralizou. [...] prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons” (CUNHA, 2003, p. 95).

j) Metáfora: O RIO É UMA PESSOA.

Expressões linguísticas que a verbalizam:

- “(o Purus) inclui-se entre os mais interessantes rios trabalhadores, construindo os diques submersíveis que o aliviam nas enchentes” (CUNHA, 2003 p. 68);

- “O Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso” (Cunha, 2003, p. 76).

Entre os grandes rios da Amazônia, merecem destaque em Euclides o Amazonas e seus afluentes Purus e Juruá. Esses rios, de uma forma geral, são personificados. No texto “Rios em abandono”, Euclides refere-se aos rios amazônicos a partir da teoria do geógrafo americano Morris Davis, que foi considerado o “biógrafo” dos rios da Pensilvânia. Na teoria de Davis, os rios têm infância, adolescência, virilidade e velhice ou decrepitude. Na Amazônia, os rios ainda não chegaram à fase de maturidade, inclusive porque banham a provável “terra mais nova do mundo”. Eles ainda estão em busca dos seus leitos definitivos e, por isso mesmo, apesar de serem “rios trabalhadores”, o seu trabalho é estranhamente paradoxal: destroem em segundos o que levaram séculos para construir.

3.3.1 Tipologia da metáfora conceptual

Lakoff e Johnson (2002) subdividem as metáforas conceptuais em três tipos basilares: metáforas estruturais, orientacionais e ontológicas.

a) *Metáforas estruturais*: Por meio delas um determinado conceito se estrutura em termos de outro. Como exemplos desse tipo de metáfora, temos os seguintes: TEMPO É DINHEIRO; AMOR É UMA VIAGEM; DISCUSSÃO É GUERRA. Por exemplo,

quando dizemos: “Investi muito tempo neste relacionamento”; “Este relacionamento não nos levará a lugar nenhum”; “Seus argumentos me nocautearam”, estamos expressando como os conceitos abstratos de tempo, amor e discussão estão estruturados em nossa mente, ou seja, como “dinheiro”, “viagem” e “guerra”, respectivamente.

Entendo que é possível comprovar isso com o seguinte texto de Euclides, em que se refere ao caucheiro peruano, a respeito de sua duplicidade e volubilidade de comportamento: “A selvageria é uma máscara que ele põe e retira à vontade” (CUNHA, 2003, p. 110). Nesse enunciado, está presente a metáfora estrutural DUALISMO É UMA MÁSCARA.

b) *Metáforas orientacionais*: Baseiam-se na orientação do nosso corpo no espaço, experienciando as relações opostas de cima x baixo, dentro x fora, frente x atrás, fundo x raso, central x periférico. Dessas relações nascem metáforas do tipo BOM É PARA CIMA; MAU É PARA BAIXO; FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO. O quadro a seguir exemplifica esse tipo de metáfora:

PARA CIMA	PARA BAIXO
Feliz: “Estou me sentindo para cima”	Triste: Ela caiu em depressão.
Saúde: Ele está no auge da sua forma física	Doença: “A gripe o derrubou”
Vida: “Lázaro levantou-se dos mortos”	Morte: Seu pai desceu ao túmulo

Ter controle: “Ele está no alto escalão”	Estar sujeito a controle: Você é inferior a mim na empresa
Mais: Ele é maior de idade	Menos: Diminua o volume do aparelho
Status superior: “Ela alcançará o topo”	Status inferior: Ele caiu da posição que tinha
Bom: Subiu os degraus da fama	Mau: É um produto de baixa qualidade
Virtude: “É um homem de espírito elevado”	Depravação: Eu não me rebaixaria tanto

Quadro 5 – oposições espaciais

Essas relações espaciais de base física, segundo Lakoff & Johnson (2002, p. 59-69), acompanham-nos desde o nascimento, dando-nos o suporte da verticalidade e da horizontalidade, por exemplo. E esse suporte torna-se um campo produtivo em termos metafóricos, considerando que partimos de nossas experiências físicas concretas para compreender e explicar conceitos abstratos. É o que acontece, por exemplo, quando dizemos: “hoje eu estou para cima” ou “a depressão deixa as pessoas para baixo”.

No texto “Judas-Asverus”, reputado como a página mais intensamente lírica já escrita sobre a Amazônia, Euclides utiliza magistralmente a metáfora FELIZ É PARA CIMA X TRISTE É PARA BAIXO. E ela é bem sugestiva no texto. Há uma antítese estrutural que opõe o Homem-Deus “nas alturas”, indiferente à

tristeza irreversível dos seringueiros escravizados “cá embaixo” (CUNHA, 2003, p. 117-119) no sábado de aleluia, na solidão da floresta. As suas preces ansiosas “sobem por vezes ao céu, levando disfarçadamente o travo do ressentimento contra a divindade” por os ter abandonado e esquecido. Mas têm a firme convicção de que “os grandes olhos de Deus não podem *descer* até aqueles brejais, manchando-se”. Só lhes resta confeccionar um judas singular, feito com suas próprias roupas, e colocá-lo numa canoa, para seguir “rio abaixo”, como pregoeiro de suas misérias, mostrando ao mundo o “*plano inferior da vida decaída* a que os submeteu a ambição e a credulidade infantil perante os traficantes que os iludiram. Assim, o viajante macabro inicia sua lúgubre viagem sem destino e sem fim, “a *descer*, a *descer* sempre, desequilibradamente, aos rodopios” ao sabor da correnteza. “E vai descendo, descendo, vagarosamente, rio abaixo...” Esse judas é o alter-ego dos próprios sertanejos que o fabricaram, condenados a sempre *descer*, sempre sofrer e penar.

c) *Metáforas ontológicas*: Relacionam-se à experiência humana com objetos e substâncias físicas que servem de base para o entendimento de noções abstratas. Atribuímos caracteres humanos e físicos a essas noções, de forma a iluminar a compreensão. Lakoff e Johnson (2002, p. 76) percebem nessa atitude uma tentativa de “impor aos fenômenos limites artificiais”, tratando os fenômenos físicos como se fossem entidades “demarcadas por uma superfície”: “as nossas experiências com objetos físicos (especialmente com nossos corpos) fornecem a base para uma variedade ampla de metáforas ontológicas, isto é, formas de se conceber eventos, atividades, emoções, ideias etc. como entidades e substâncias”. Nas metáforas ontológicas

ocorre a “reificação” (emoções, ideias, eventos e atividades etc. retratados tendo COISAS ou SUBSTÂNCIAS que podem ser identificadas e quantificadas como domínio de origem). O quadro 5 apresenta exemplos de metáforas ontológicas.

METÁFORA ONTOLÓGICA	VERBALIZAÇÃO DA METÁFORA
INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE	“Precisamos combater a inflação”
MENTE É UMA MÁQUINA	Fique tranquilo, eu estou ligado
IDEIAS SÃO ALIMENTO	“No momento temos que filtrar essa ideia”
IDEIAS SÃO PLANTA	“A matemática tem várias ramificações”
DISCURSO É UM MEIO DE LUZ	Ele clareou bem o assunto
VIDA É UM RECIPIENTE	Esta pessoa vive uma vida vazia.
VITALIDADE É UMA SUBSTÂNCIA	“Ela está transbordando de vitalidade”

Quadro 6 – metáforas ontológicas

Uma forma de metáfora ontológica bem especializada é a *personificação* (entidades, substâncias retratadas tendo PESSOA como domínio de origem) em que entidades não-humanas são dimensionadas como pessoas. Lakoff e Johnson (2002) vão além da visão

tradicional que concebe a personificação como um mero animismo: em sua proposta, a personificação contém, por um lado, uma categoria geral e, por outro, uma grande gama de metáforas abrigadas sob essa categoria geral. E cada uma dessas metáforas responde por um determinado aspecto de uma pessoa. É o que acontece, por exemplo, quando Euclides, um passo além de conceber a Amazônia como um deserto, concebe o deserto como uma pessoa, como nos seguintes exemplos:

- “[...] Estão amansando o deserto” (CUNHA, 2003, p. 79);

- “[...] meu duelo com o deserto”. (em Carta a Afonso Arinos, dezembro de 1904)

- “[...] O deserto é um feitor perpetuamente vigilante” (CUNHA, 2003, p. 108).

- “[...] A beleza moral das almas varonis que derrotaram o deserto” (CUNHA, 2003, p. 92).

Nesses exemplos não temos apenas a metáfora **DESERTO É UMA PESSOA**. Temos também uma metáfora mais específica, que é **DESERTO É UM ADVERSÁRIO**. É essa metáfora específica, e não a geral, que demanda uma série de providências a serem postas em prática no sentido de lutar contra o deserto. Ele é encarado não apenas como uma pessoa, mas como um inimigo perigoso, ameaçador, e que precisa ser enfrentado e vencido (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 97-89).

3.3.2 A metáfora do canal (ou conduto)

Lakoff e Johnson (2002) entendem que a metáfora, enquanto ilumina um determinado aspecto de um conceito, esconde outros aspectos desse conceito. Para comprovar essa proposição, recorrem à teoria da

“metáfora do canal” (*conduit metaphor*) de Reddy (1979), segundo a qual:

a) IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS;

b) EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES;

c) COMUNICAÇÃO É ENVIAR.

(REDDY, 1979, *apud* LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 54)

Essa estrutura metafórica pressupõe que “o falante coloca ideias (objetos) dentro de palavras (recipientes) e as envia (através de um canal) para um ouvinte que retira as ideias-objetos das palavras-recipientes” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 54). Os exemplos a seguir contêm esse tipo de metáfora:

- O professor *passou* a ideia para a turma.
- Você me *deu* uma ideia interessante.
- Não consigo *pôr* minhas ideias no papel.
- Suas palavras parecem *vazias*.
- Ele *transmite* boas ideias naquele livro.
- Quando *tiver* uma boa ideia, *mande* para mim.

Pela concepção da metáfora do canal, ideias pode ser postas em livros, por exemplo. Euclides assim escreve, dando conta de cronistas e escritores que refletiram sobre os pretensos vícios dos nativos da região amazônica:

“Lede Tenreiro Aranha, José Veríssimo, dezenas de outros. Nestes livros se espalham, fracionadas, todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na História” (CUNHA, 2003, p. 48).

3.3.3 Ideias gerais sobre a metáfora

Apresento neste subitem algumas particularidades da metáfora conceptual, tomando por base teóricos que se pronunciaram sobre algum(ns) aspecto(s) do fenômeno metafórico:

a) A metáfora tem a propriedade de síntese ou condensação semântica, por apresentar dois conceitos numa só fórmula da língua (as expressões metafóricas), sendo por isso um recurso inestimável e constante de criação e recriação dentro da língua. Consequentemente, as metáforas dão mais expressividade à fala e à escrita, e também permitem transmitir uma grande quantidade de informação, sendo um meio econômico. De modo simples expressam um rico conteúdo de ideias que não poderia ser bem expresso sem elas.

Para Sardinha, a metáfora é parte do nosso habitat natural, ela está em toda parte. “As metáforas funcionam na nossa mente. Embora sejam usadas na linguagem, por qualquer um, desde cedo, elas são ditas porque existem na nossa mente, como meios naturais para estruturar nosso pensamento” e “muitos conceitos só podem ser entendidos como metáfora. Conceitos abstratos como amor, comunicação, mudança, morte, vida, sociedade são essencialmente metafóricos” (SARDINHA, 2007, p. 14-15).

b) Os estudos mais recentes distribuem a metáfora em duas vertentes principais: a metáfora linguística e a metáfora conceptual. A metáfora linguística é materializada verbalmente pelo falante da língua; a conceptual é estruturada no pensamento humano. As metáforas linguísticas podem ser classificadas tradicionalmente como vivas (*live*) e mortas (*dead*). A metáfora morta, cristalizada, não é mais percebida como

metáfora, tendo sofrido um processo de gramaticalização. Para Lakoff e Johnson (2002), a língua é secundária, no sentido de que é o mapeamento que sanciona o uso da linguagem e dos padrões de inferência do domínio-fonte para o domínio-alvo. E longe de ser uma questão simplesmente de palavras, o pensamento humano é fortemente metafórico. As expressões linguísticas existem porque há metáforas no nosso sistema conceitual. A sua essência é de experienciar uma coisa em termos de outra.

c) A metáfora seleciona os aspectos da realidade importantes para aquele que a utiliza (LAKOFF e TURNER, 1989). A metáfora, como uma ponte, liga domínios diferentes, propiciando novos caminhos para a compreensão do objeto. Só que “para iluminar determinadas propriedades, é necessário atenuar ou esconder outras. Ao focalizarmos um conjunto de propriedades, desviamos nossa atenção das outras. Cada descrição irá iluminar, atenuar ou esconder. Toda afirmação verdadeira necessariamente exclui o que é atenuado ou escondido pelas categorias usadas nela” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 266).

d) A metáfora tem uma ambiguidade constitutiva, uma vez que na combinação de dois sentidos (no mínimo) num único signo, a metáfora gera um paradoxo que mostra o sentido tomando sempre duas direções simultaneamente. Dessa forma, a metáfora assinala que a linguagem é de natureza equívoca (multívoca) e nunca inequívoca (unívoca). Por isso forçosamente utilizamos metáforas para falar sobre metáforas, e os cientistas condenam as metáforas usando metáforas para condená-las;

e) “As metáforas mentais são culturais” (SARDINHA, 2007, p. 15), pois elas nascem do arcabouço cultural de quem as enuncia;

f) Além de ser um instrumento para nominar, a metáfora é um instrumento de produção de conhecimento (ela gera um saber). E também se apresenta como alternativa eufêmica para variados tabus linguísticos;

g) A metáfora veicula sempre uma informação nova, sendo a novidade (o certo “ar estrangeiro” de que fala Aristóteles) inerente a ela.

3.4 Lendo metáforas de Euclides na perspectiva de Ricoeur

No Ano de 1971, o filósofo Paul Ricoeur apresentava, na Universidade de Toronto, um seminário cujas conferências dariam origem posteriormente ao livro *La Métaphore Vive*, traduzido para a língua portuguesa sob o título de *A Metáfora Viva* (2000). Composto de oito capítulos, o livro apresenta em cada capítulo um estudo a respeito da metáfora, totalizando, portanto, oito estudos. Segundo o autor, cada um deles é, ao mesmo tempo, “o segmento do mesmo itinerário que começa com a retórica clássica, passa pela semiótica e semântica, para finalmente chegar à hermenêutica”. Nesse intento, “a progressão de uma disciplina para outra segue a progressão das entidades linguísticas correspondentes: a palavra, a frase e, por fim, o discurso (RICOEUR, 2000, p. 5).

A referida progressão diz respeito às considerações que o autor faz sobre a ligação da metáfora com a retórica e a poética (primeiro estudo), o declínio da retórica e a tropologia (segundo estudo), as relações da

metáfora com a semântica do discurso (terceiro estudo), a metáfora e a semântica da palavra (quarto estudo), a metáfora e a nova retórica (quinto estudo), a transição entre o nível semântico e o hermenêutico, o trabalho da semelhança (sexto estudo), metáfora e referência (sétimo estudo) e metáfora e discurso filosófico (oitavo estudo).

Inicialmente, no que diz respeito às considerações de Ricoeur, é preciso assinalar que ele percebe a metáfora como residente na semântica da frase, e não na semântica da palavra simplesmente (FRANCISCO, 2001). Assim, a metáfora só tem razão de ser no âmbito da enunciação e, conseqüentemente, ela tem natureza predicativa, e não denominativa, como pretendem as teorias retóricas. Para Ricoeur, a metáfora é indissociável da frase, já que é no interior da própria frase que ela se estabelece.

Com base nesse pressuposto, sintetizo, com o apoio de Francisco (2001), as oito teses defendidas por Ricoeur a respeito do fenômeno metafórico:

A *primeira tese* aponta que a metáfora resulta da tensão entre dois termos numa enunciação metafórica. Por exemplo, quando Euclides escreve, a respeito da Amazônia, que ali

“a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior” (CUNHA, 2003, p. 35),

estabelece uma tensão entre dois termos, deslocando-os de seu uso habitual. Essa tensão, segundo os termos propostos por I. A. Richards, relaciona o teor e o veículo. Trata-se de uma tensão entre o que ele pretende dizer (teor, ideia subjacente) e a forma como essa ideia é expressa e apreendida (veículo).

A *segunda tese* mostra que a metáfora não existe em si mesma, mas *numa e por uma* interpretação.

Significa que a enunciação metafórica constrói um jogo significativo contraditório que provoca a implosão do sentido literal dos termos, e assim faz emergir uma extensão de sentido na qual seria absurda uma interpretação literal. Assim sendo, seria da natureza da metáfora estabelecer um conflito entre as interpretações literal e figurada. Realmente, a natureza não é uma construção (pelo menos no sentido arquitetônico), mas a interação entre os termos detona o seu sentido literal e constrói um novo sentido, que já não é absurdo e sim, ao contrário, mais rico e completo. Todavia essa interação significativa entre os termos desencadeia-se na interpretação – dando à luz a própria metáfora.

A *terceira tese* afirma que a metáfora se instaura na criação de uma semelhança entre duas ideias incompatíveis, onde o olhar ordinário não contabiliza qualquer relação. O enunciado metafórico possibilita o encontro conflitivo dessas ideias díspares, mas o papel da semelhança forjada nesse enunciado é reduzir a diferença entre as ideias. Ou seja: “natureza” e “construção” permanecem termos diferentes, mas a associação metafórica, ligando-os, forja entre eles semelhanças possíveis, abrindo um horizonte de sentido novo. Curioso é perceber que, no enunciado metafórico, o “mesmo” e o “diferente” permanecem e interagem.

A *quarta tese* sustenta que há uma verdadeira criação de sentido na tensão que a metáfora estabelece entre a interpretação metafórica e a literal. Aqui, Ricoeur reconhece o caráter de inovação semântica da metáfora, que se pauta pelo sentido inusual, inesperado. E nisso reside o cerne da “metáfora viva”, que toma para si o sentido novo que foi produzido. Por esse ângulo, Ricoeur sugere que as metáforas genuínas são “intraduzíveis”, uma vez que elas próprias suscitam o seu

sentido. Elas podem apenas ser parafraseadas, mas em parafrases infinitas, já que a paráfrase nunca é suficiente para esgotar o sentido inovador e criativo da metáfora. Ricoeur rejeita a concepção da metáfora como ornamento de discurso, considerando que ela sempre apresenta uma nova informação acerca da realidade. Assim sendo, seria um esforço inútil tentar traduzir a metáfora de Euclides em que a natureza se apresenta como uma estupenda construção sem decoração interior. O que se pode fazer é parafraseá-la, ainda assim em parafrases exaustivas, dada a inesgotabilidade de seu poder de sugestão.

A *quinta tese* preconiza que as metáforas funcionam numa cadeia ou rede, como uma matriz. Para Ricoeur, uma metáfora vai sempre exigir outra e cada uma permanece viva ao conservar o seu poder de evocar toda uma rede. Comentando essa perspectiva de Ricoeur, Francisco (2001, p. 55) cita o seguinte exemplo:

Veja-se, por exemplo, “Mistério”, que pode ser designado por enigma, esfinge, Deus, abismo, bruma. A rede, por outro lado, gera o que podemos chamar metáforas de raiz – metáforas que têm o poder de conjugar as metáforas parciais tiradas de diversos campos da nossa experiência e, assim, de lhes garantir uma espécie de equilíbrio. No nosso exemplo, “Mistério” tem o poder de ligar metáforas tiradas de um campo religioso (Deus), um campo cognitivo ou lógico (enigma), um campo artístico e religioso (esfinge), um campo meteorológico (bruma) e geológico (abismo). Estas metáforas de raiz têm, por outro lado ainda, a capacidade de engendrar uma diversidade conceptual, ou seja, um número ilimitado de interpretações a um nível conceptual.

A *sexta tese* sinaliza que um conjunto de metáforas, além de constituir uma rede, apresenta uma

constituição hierárquica original. Dessa forma, é possível descrever o jogo metafórico a partir de vários níveis de organização, “dependendo se consideramos as metáforas em frases isoladas, ou como subjacentes a um dado poema, ou como as metáforas dominantes de um poeta, ou como metáforas típicas de uma comunidade linguística particular, que pode mesmo vir a estender-se a ponto de incluir vastas esferas culturais, como, por exemplo, o cristianismo ou o comunismo” (FRANCISCO, 2001, p. 57). Ricoeur entende que a função referencial adapta-se muito mais a uma rede metafórica do que a enunciados metafóricos isolados. Portanto,

em Ricoeur, a hierarquia original - da frase isolada às metáforas típicas de uma comunidade linguística particular – patente na distribuição das metáforas em rede, pode ser entendida como uma hierarquia que leva a uma maior projeção do mundo e, portanto, logo a uma maior redescrição e reelaboração desse mesmo mundo. Da metáfora ao poema. Do poema à obra poética, isto é, a todo o trabalho poético de um autor. Da obra poética às “narrativas” que fazem funcionar e sobreviver ideológica, cultural e socialmente, o Mundo (FRANCISCO, 2001, p. 57).

A *sétima tese* estabelece que a metáfora é um modelo, entendendo “modelo” como um mecanismo de redescrição. “Ora, a metáfora é um modelo dado que também encontramos a redescrição que ocorre mediante a transferência da criação metafórica para a realidade”. E “graças a esta transferência, a esta redescrição, percebemos novas conexões entre as coisas. A base desta transferência é a semelhança presumida entre o modelo e o seu domínio de aplicação”. A metáfora, nessa

concepção, “ao redescrever a realidade, trazendo novas conexões entre as coisas, refere essa mesma realidade, diz algo sobre ela” (FRANCISCO, 2001, p. 57). Na ótica de Ricoeur, a teoria da tensão, que dá suporte à teoria da metáfora, deve se estender à relação referencial do enunciado metafórico com o real. Na verdade, quando Euclides anota que “o Purus é uma das maiores dádivas entre tantas com que nos esmaga uma natureza escandalosamente perdulária” (CUNHA, 2003, p. 73), o verbo “ser” não apenas liga o predicado “uma das maiores dádivas...” ao sujeito “o rio Purus”. A cópula não é apenas relacional: ela assinala uma redescritção por meio de uma relação predicativa. A cópula diz que ele é assim (FRANCISCO, 2001). A tensão que se observa opera

entre um “é” metafórico e um “não é”, implicado na interpretação literal impossível, mas implícito no “é” metafórico. Ser como – a expressão inerente a qualquer metáfora – significa, então, ser e não-ser. Que o mesmo é dizer, a tensão joga-se entre a verdade metafórica e a verdade literal. Mais, o que está aqui em causa é uma noção de verdade que resulta da tensão entre a figura (discurso, sentido) e o Mundo – a realidade. Essa tensão pressupõe a superação dessa mesma tensão – quer dizer, o discurso metafórico rompe com a realidade, mas não se afasta dela. Misturam-se, mas permanecem opostos. Cria uma nova verdade (FRANCISCO, 2001, p. 59).

A *oitava tese*, por fim, nas palavras de Francisco (2001, p. 60), postula que, considerada em termos do seu alcance referencial, “a linguagem poética tem em comum com a linguagem especulativa o fato de só alcançar a realidade mediante um desvio, que serve para negar a

nossa visão ordinária e a linguagem que habitualmente empregamos para a descrever”.

Em suas reflexões a respeito da metáfora, Ricoeur a percebe em três diferentes níveis, quais sejam os níveis da palavra, da frase e do discurso.

Ao discorrer sobre o primeiro nível (o da palavra), o autor recorre a Aristóteles, cuja teorização da metáfora consistia na noção de transposição de significados, envolvendo os conceitos de desvio, empréstimo e substituição, que possibilitam a diferenciação entre sentido próprio (*a priori*) e sentido figurado (de ar estrangeiro), acarretando a metáfora como um desvio do sentido apriorístico. Embora essa concepção venha a sofrer críticas posteriores, para Ricoeur (2000, p. 108)

a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico

Ou seja, não se pode rejeitar inteiramente a teoria aristotélica que afixa o estudo da metáfora ao nível da palavra, uma vez que a palavra pode ser tomada como ponto de partida para os demais níveis. Mas igualmente não se pode olhar para a palavra como estatuto único do fenômeno metafórico. Daí a necessidade de se revisitar Aristóteles para, a partir dele, seguir em outras direções.

Da abordagem a respeito da metáfora no nível da palavra, Ricoeur (2000, p. 129-130) passa ao nível da

frase. Reporta-se a I. A. Richards nos seguintes termos: “I. A. Richards propôs denominar “conteúdo” (tenor) a ideia subjacente, e “veículo” (vehicle) a ideia sob cujo signo a primeira é apreendida. Mas importa notar que a metáfora não é o “veículo”: ela é o todo constituído pelas duas metades”.

Significa essa afirmação que a metáfora se define pelo todo, e não pelas partes. O conteúdo e o veículo, por si sós, não são suficientes para definir a metáfora, mas a soma de ambos permite a realização da metáfora, que não se baseia na figura (palavra única) que traz o sentido novo, mas na construção predicativa (MARQUES, 2008). Em outras palavras, a análise predicativa toma o lugar da análise denominativa, identificativa esboçada por Aristóteles. Exemplifico a diferença entre os dois tipos de abordagem a partir do enunciado que segue, extraído de um texto de Euclides no qual personifica o rio: “O rio está na plenitude da vida, depois da molduragem complexa de todos os relevos” (CUNHA, 2003, p. 59).

Na análise da metáfora baseada exclusivamente na palavra, focalizaríamos as acepções possíveis para os termos “vida” e “molduragem” que pudessem ser relacionados com o sentido do termo “rio”. Que sentidos poderíamos abstrair de “vida” e “molduragem” para aplicar a “rio”?

Por outro lado, na análise predicativa nossa atenção se concentraria no todo enunciativo. Que sentido se pode perceber no enunciado como um todo? (MARQUES, 2008).

Quanto à metáfora no nível do discurso, Ricoeur (2000, p. 13-14) a apresenta como uma estratégia de discurso

que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção. [...] Assim, a obra é conduzida a seu tema mais importante: a saber que a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade. Ligando dessa maneira ficção e redescrição, restituímos sua plenitude de sentido à descoberta de Aristóteles, na *Poética*, de que a *poíesis* da linguagem procede da conexão entre *mythos* e *mímesis*.

Entende-se que Ricoeur propõe novas bases para o estudo da metáfora. Partindo da palavra e passando pelos enunciados, ele chega ao discurso, focalizando o “todo” de uma obra, ou o “mundo da obra”. É nesse âmbito que o filósofo chama a atenção para uma dimensão referencial da metáfora: “pode-se esperar que a função referencial da metáfora seja levada por uma rede metafórica em vez de por um enunciado metafórico isolado” (RICOEUR, 2000, p. 372).

3.5 Metáforas metalinguísticas

Este item trata da escrita metalinguística de Euclides, em que ele metaforiza sua produção literária a respeito da Amazônia, em cartas que escreveu a amigos e em artigos e ensaios publicados. Reflito aqui a respeito da atitude do autor em operar a “escrituração” de sua escrita, para utilizar um termo de Teles (1996).

Foi Jakobson (1970/2010) quem primeiro discorreu com clareza sobre a função metalinguística da linguagem, que traz a própria linguagem para o primeiro plano da cena enunciativa. No ensaio intitulado

Linguística e poética, Ele diferencia a “*linguagem-objeto*, que fala de objetos, e a *metalinguagem*, que fala da linguagem” (JAKOBSON, 1970/2010, p. 162). Assim ele estabeleceu a função metalinguística como aquela em que a linguagem é empregada para falar de si mesma.

Chalhub (2002, p. 32), comentando o que disse Jakobson, observa que “a função metalinguística centraliza-se no código: é código ‘falando’ sobre o código. É linguagem ‘falando’ de linguagem, é literatura sobre literatura, é palavra da palavra”. E acrescenta que uma mensagem de nível metalinguístico “implica que a seleção operada no código combine elementos que retornem ao próprio código. [...] Mensagens de perfil metalinguístico operam, portanto, com o código e o presentificam na mensagem” (CHALHUB, 2002, p. 49).

Portanto, a linguagem se encontra em função metalinguística quando discorre sobre ela própria. Nesse caso, a própria linguagem é posta em questão. O autor lança mão do código linguístico para transmitir suas reflexões sobre esse mesmo código. Em outras palavras, a própria linguagem é questionada e posta em destaque. E o emprego da função metalinguística na literatura põe em evidência a própria criação artística.

Pela ferramenta da metalinguagem, o autor apresenta-se ao interlocutor ou leitor ao mesmo tempo como criador e como crítico de sua obra. O artista mostra-se como construtor e usuário de uma linguagem. Roland Barthes (1970) vê na literatura um duplo movimento de sentido, tendo em vista que ela fala do mundo e fala de si mesma, ao mesmo tempo, e dessa forma torna-se literatura-objeto (ou linguagem-objeto, aquela que se estuda) e metaliteratura (ou metalinguagem, aquela com que se estuda, linguagem instrumental). A metalinguagem, de caráter crítico-

analítico, possibilita estudar a linguagem-objeto sem com ela se confundir. Por esse viés, a metalinguagem na literatura é capaz de despertar no leitor a consciência do fazer artístico (processo) que redundará na obra de arte (produto).

Euclides parece não abrir mão da ferramenta da metalinguagem em seus escritos. Ele foi um severo (aliás, muito severo) crítico de si mesmo, de seus próprios textos, como se pode perceber nos exemplos que cito na sequência deste capítulo. E essa sua severidade o levava frequentemente a planejar a sua escrita com o rigor avaliativo do engenheiro. Depois do planejamento, vinha a execução, que consistia em escrever. Mas o processo não parava aí: depois da escrita, vinha a “escrituração” dessa escrita. O termo “escrituração”, que aqui utilizo, foi tomado de empréstimo à área contábil e aplicada à literatura por Teles (1996) para comparar a atividade crítica com a arte de escriturar os livros comerciais ou contábeis, tomando por base, especialmente, as personagens contabilistas de Graciliano Ramos, que viviam às voltas com a “escrituração” de sua escrita. Assim é que tomamos contato com a escrituração que Euclides fazia de seus próprios escritos, no decurso desses escritos ou nas cartas que enviou a amigos e familiares. E no âmago dessa autoavaliação brotam as duas expressivas metáforas que analiso aqui: um livro como vingança e um livro como filho.

3.5.1 Um livro como vingança

Euclides chamou seus dois grandes livros – o escrito, *Os Sertões*, e o projetado, *Um Paraíso perdido* – cada um a seu tempo, de “meu livro vingador”. Em que consistia essa metáfora? A que vingança se referia em

cada caso? É isto que procuro analisar nos subitens que seguem.

3.5.1.1 O primeiro “livro vingador”

Como vimos anteriormente, Júlio Mesquita, editor do jornal Estado de São Paulo, ao convidar Euclides para a tarefa de fazer a cobertura da guerra de Canudos, tinha convicção de que estava apostando na pessoa certa para o projeto que tinha em mente: queria mais que um relato jornalístico bem elaborado. Pretendia receber das mãos do correspondente uma análise aprofundada das causas e consequências daquela guerra. Para tanto, necessitava de alguém que tivesse capacidade de realizar a tarefa completa, nesses termos. E Euclides era a pessoa mais indicada (MOTA, 2003).

Recebendo e aceitando o convite, Euclides começou a se preparar para a empreitada. Após conseguir uma licença do seu trabalho na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, transferiu a família para a fazenda de seu pai, no município de Belém do Descalvado, e passou a recolher o máximo de informações possíveis sobre a região para onde teria que ir em missão.

Partiu para a Bahia no dia 4 de agosto de 1897, como adido do Estado-Maior do ministro da guerra. Em viagem, escreveu para o sogro, general Solon, em 12 de agosto, falando sobre o seu intento:

A minha missão é esta: fui convidado em São Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da Campanha. Aceitei-a e vim. Além do assunto ser interessante, além de estar em jogo a felicidade da República, considereis que tínheis um nobre papel em tudo isto e almejo defini-lo bem perante o futuro. Consegui-lo-ei?

Anima-me a intenção de ser o mais justo possível; porei de lado todas as afeições para seguir retilineamente” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 107).

Foi movido por esse ideal de justiça que chegou a Salvador, onde se viu obrigado a passar vinte e quatro dias antes de partir para Canudos, tendo em vista os sucessivos adiamentos da partida da tropa por questões operacionais. Na ansiedade desse período extenuante de quase um mês, aproveitou para colher mais informações sobre a realidade do conflito, ouvindo os relatos e testemunhos dos que regressavam do campo de batalha quase diariamente. Juntando esses relatos e testemunhos, pôde começar a montar um quadro mais realista da situação.

Nesse período também enviava suas interpretações do conflito para o jornal. Nesses artigos que enviava para São Paulo, assim como em sua correspondência ativa, é possível perceber a evolução do seu pensamento em relação à guerra. Nos primeiros textos ainda se pode ver um Euclides cheio de brios republicanos, disposto a desmascarar um grande foco de conspiração monarquista. Era a mesma postura de quando escrevera estas palavras ao amigo João Luís, em abril de 1897, a respeito da guerra: “O que me impressiona não são as derrotas – são as derrotas sem combate – em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 105). Agora, cinco meses depois, estando já em terra baiana, lamentava muito os entraves que o mantinham preso à capital. “Temo não poder ir a tempo de assistir a queda do arraial maldito” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 108),

escreveu ao amigo Porchat, de Salvador, em 20 de agosto de 1897.

Mas a sua visão vai se modificando paulatinamente, à medida que “pesquisa, estuda, entrevista, visita os hospitais em companhia de altos oficiais do Exército [...] e em que observa, nas estações de *estrada* de ferro, a chegada dos feridos em combate” (MOTA, 2003, p. 96). Começou a perceber que olhar o Conselheiro como um simples inimigo da República, um ardiloso aliado dos conspiradores monarquistas era um lamentável equívoco e um grande exagero.

Canudos marcaria a vida de Euclides. Em meio às aspirações republicanas que acalentava, apesar de não ter naquela república a República dos seus sonhos, Canudos surgiu como uma surpresa e o acordou para uma realidade que ele não supunha existir. “Lá compreendiera melhor o Brasil, na sua realidade física e social. As ilusões e os enganos, que eram da sua geração e que eram seus, desfizeram-se para sempre” (RABELLO, 1966, p. 137).

Apenas dois meses que Euclides passou em Canudos foram suficientes para transformá-lo em outro homem: a tragédia que presenciara pesou fundo em sua alma, porque foi capaz de perceber o sentido humano daquele episódio que para muitos era aparentemente insignificante. Reavaliara o seu posicionamento sobre o confronto, e o seu juízo sobre o Conselheiro e sobre a campanha do exército em Canudos já não era o mesmo. Via a guerra como um encontro fatídico e fratricida entre dois brasis que se desconheciam, o do litoral (desenvolvido) e o do sertão (atrasado, retrógrado). Foi um amadurecimento forçado. “Como na transição das idades, ele voltou de Canudos em verdadeira crise. Despojara-se dos resíduos do passado com a mesma

misteriosa tristeza dos adolescentes na antemanhã da vida livre e já grave, dos vinte anos” (RABELLO, 1966, p. 138).

Mota (2003, p. 109) anota que

Daquela campanha, da sua observação cuidadosa, vai surgir uma obra-prima da literatura brasileira. Mas não apenas da literatura. *Os Sertões*, que Euclides a rigor já começara a escrever, sendo os comentários enviados ao Estado o seu embrião, será muito mais que uma obra-prima literária. Esse “livro vingador”, prodígio de síntese de literatura, sociologia, geografia, climatologia, botânica, geologia, economia e história, será um grito de alerta às descuidadas e frívolas elites do litoral para a necessidade de se lembrarem das injustiçadas e esquecidas populações do sertão e incorporá-las à civilização.

Referindo-se a *Os Sertões*, Rabello (1966, p. 140) comenta que o livro “já estava maduro desde o tempo em que escrevera o *Diário de uma expedição*”, enquanto ainda se encontrava na Bahia. Na verdade, aquele diário continha, em anotações meticulosas sobre a região, um farto material que era o embrião do livro a ser escrito.

Mas ao retornar da Bahia, Euclides jamais pôde dedicar-se à escrita do seu livro como gostaria de fazê-lo. A “obscura” profissão de engenheiro, que ele tanto maldizia em cartas a amigos e parentes, sobrecarregava-o de afazeres e preocupações, não lhe reservando o tempo necessário para o prazer das letras. Dessa forma, *Os Sertões* foram escritos “à prestação”, nas “brechas” de tempo da sua engenharia fatigante e obscura, como confidenciou em carta ao amigo José Veríssimo. Em lamentação semelhante, diz a outro amigo, Pethion de Villar, em maio de 1900:

Levo a mais inútil das vidas em perene conflito com a minha engenharia obscura cujas exigências me afastam de outras ocupações mais atraentes às quais somente dedico um ou outro quarto de hora de folga nos meus dias fatigantes de operário. Por isto o meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões da tua terra ainda não apareceu. Está, porém, agora, – finalmente, pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito – tem, preponderante, uma qualidade que o nobilita: a sinceridade com que foi traçado. Será seu único valor. Por isto, talvez não faça jus à consagração de uma versão para o francês a que espontânea e cavalheirescamente te propuseste quando aí estive. Transplantado para a mais vibrátil das línguas, por um parisiense dos trópicos, temo que meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 118).

Nessa carta, Euclides – além de dar curso à constante lamúria a respeito da falta de tempo para se dedicar à ocupação *mais atraente* das letras por força da sua engenharia *obscura* – revela duas preocupações sobre o seu livro que, até a consagração do mesmo, serão também constantes: os erros que o livro porventura continha e a dúvida sobre o seu real valor e sua aceitação. Ressalte-se aí a metáfora metalinguística, na verdade uma antítese, através da qual Euclides contrapõe a “delicadeza” da língua francesa ao seu estilo em *Os Sertões*, que considera “bárbaro” (bruto).

Em 1901 terminou a feitura do livro. Com ele, propôs “vingar-se da chacina dos sertanejos feita pelas tropas do governo, que se haviam batido bravamente, mas que haviam sido também incapazes de se libertarem

de uma série de mal entendidos e preconceitos, e de reconhecerem e recompensarem o heroísmo dos jagunços” (MOTA, 2003, p. 118). É o que ele diz quando escreve a Francisco Escobar em abril de 1902:

Alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá. Nem outra coisa quero. Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária... Além disto terei o aplauso de uns vinte ou trinta amigos em cuja primeira linha estás. E isto me basta.” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 133)

Ao deixar São José do Rio Pardo, Euclides tinha duas obras em que apostou a sua reputação no futuro: o livro e a ponte que construíra sobre o rio Pardo. A reputação de escritor e a reputação de engenheiro. Poder-se-ia dizer que, na verdade, tratava-se de duas engenharias, a civil e a literária.

Antes de procurar um editor para o livro recém-escrito, ele remenda várias passagens do texto, corrige erros ortográficos, repara, retoca, emenda. Revela, assim, uma demasiada vigilância em torno da intocabilidade linguística da obra. Era o escritor “escriturando” a sua escrita.

Depois viria a difícil tarefa de encontrar uma editora disposta a publicar o livro de um “desconhecido” e com o número de páginas que ele tinha. Porque antes de se tornar um “grande livro”, *Os Sertões* era, seguramente, para os padrões da época, um “livro grande”. Rabello (1966) informa que Euclides chegou a pensar em publicá-lo em forma de colunas no Estado de São Paulo, parceladamente. Imaginava que assim poderia atrair o interesse de alguma editora.

Foi pensando em pôr em ação essa estratégia que entregou os originais ao redator Júlio Mesquita, que os deixou empoeirando na estante da redação. Depois de muito andar de um lado para o outro com seu calhamaço de manuscritos, Euclides conseguiu, com a intervenção de amigos, que a Editora Laemmert – com uma certa relutância – resolvesse publicá-lo. Mas Euclides haveria de se queixar a Francisco Escobar, um dos seus maiores incentivadores, a respeito do contrato imposto pela editora: “[...] subordinei-me a todas as cláusulas leoninas que me impuseram, e entre elas a de dividir com eles – irmãmente pela metade, os lucros da publicação. Aceitei. No entanto me garantiram no Rio que ainda fiz bom negócio – porque hoje só há um animal a quem o livreiro teme: o escritor!” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 129).

Quando o livro começou a circular, Euclides ficou entre ansioso e apavorado com a possibilidade de uma recepção desfavorável por parte do público e da crítica. Ele achava que se tratava de um livro velho, que tratava de um assunto de cinco anos atrás. Seus velhos questionamentos voltam a ganhar força: poderia um livro dessa natureza interessar a alguém? Seu livro teria realmente algum mérito? Esse tipo de pergunta ele ficou fazendo a si mesmo durante uma semana de sofrimento intenso. E o sofrimento se agravou ainda mais, quase ao ponto do paroxismo, quando, ao revisar o livro publicado, ele descobriu erros e mais erros no texto. Tudo isso a despeito da insistência que tivera em corrigir e recorrer as provas tipográficas antes da publicação. Euclides entrou em pânico (PONTES, 1938; RABELLO, 1966; GALVÃO, 1984; ABREU, 1998).

É novamente a Francisco Escobar que escreve:

Tenho passado mal. Chamaste-me a atenção para vários descuidos dos meus *Sertões*; fui lê-lo com mais cuidado – e fiquei apavorado! Já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fisga um erro, um acento importuno, uma vírgula vagabunda, um (;) impertinente... Um horror! Quem sabe se isto não irá destruir todo o valor daquele pobre e estremeado livro? Manda-me dizer daí algo a respeito. [...] Estou à mercê de quanto meninote erudito brune nas esquinas; e passível da férula brutal dos terríveis gramatiqueros que passam por aí os dias a remascar preposições e a disciplinar pronomes!” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 141).

Rabello (1966, p. 165) pinta um quadro da situação de Euclides diante desse extenuante contratempo:

Durante dias e dias, diante dos operários aturdidos, não arredou pé da tipografia para raspar, a ponta de canivete, os acentos indicativos de crase e as vírgulas mal postas; para pingar com uma pena, novos acentos e novas vírgulas. Um por um, cerca de mil exemplares da tiragem passaram pelas mãos do revisor inexorável. Em cada exemplar emendou oitenta erros. Oitenta mil emendas ao todo. Euclides estava exausto de cansaço.

Euclides, que já tinha tendência à subvalorização de si mesmo, decorrente de seu temperamento arredio a que chamava de “ursismo”, inevitavelmente, a partir dali, mergulhou num grande pessimismo e numa não menor desconfiança em relação ao seu livro. Passou a ter vergonha do livro, chegou a ter medo da repercussão negativa daquela obra. Arrependeu-se de tê-lo escrito, por considerá-lo um equívoco lamentável. Via agora as figuras históricas que convertera em personagens como

caricaturas rabiscadas com as tintas muito fortes da paixão e do calor da hora. O livro era velho, antes mesmo de ser lido, nascera velho, porque nascera daquelas impressões nascidas de uma campanha equivocada, “travada nos confins dos sertões entre forças que representavam duas sociedades não só diferentes – a do litoral, moderna e civilizada, e a do interior, antiga e rotineira – mas distantes uma da outra por séculos de incompreensão ou de indiferença” (RABELLO, 1966, p. 166).

Euclides achava que tinha ido longe demais naquele livro. Sofreu insônia, teve pesadelos, e antevia um tipo de leitor especial, os gramáticos, encontrando ali muitos erros além dos que ele corrigira. Chegou a passar oito dias viajando pelo interior, a esmo, inclusive sem comunicar à família ou aos amigos por onde andava. Nada sabia sobre a repercussão a respeito do livro. Teria caído no vácuo, sem despertar interesse em ninguém? Teria sido alvo de achincalhes por causa da sua pequenez e dos erros que certamente continha?

Ao retornar da viagem sem destino, “algumas cartas o esperavam havia dias. Tomou uma delas, ao acaso. Era da livraria Laemmert. Avidamente correu os olhos sobre o papel. E foi um alívio. O editor comunicava que Os Sertões tinham feito um grande sucesso. Em oito dias, a metade da edição se esgotara” (RABELLO, 1966, p. 169). Veio a público a crítica elogiosa dos mais renomados críticos da época, entre os quais José Veríssimo e Araripe Júnior, e só isso poderia aplacar a angústia do autor.

Considero que, ao metaforizar essa obra como um “livro vingador”, Euclides estava externando uma metáfora conceitual que estava na base de sua concepção a respeito daquela obra e dos fatos que ela apresentava.

Cheguei a esta conclusão baseado no fato de que, para a teoria da metáfora conceptual, determinadas metáforas na linguagem refletem determinadas metáforas no pensamento (LAKOFF e JOHNSON, 2002). Assim sendo, parece certo entender que a escrita daquele livro tinha, de verdade, no pensamento de Euclides, o valor de uma vingança.

Vexado, decepcionado e extremamente revoltado com o que presenciara no arraial de Canudos, ele tinha naquele momento corrigido o seu ponto de vista. Não mais via Canudos como um foco monarquista, no entanto via a campanha do Exército ali como um crime. O mesmo Exército que antes fora visto como brioso por abafar o “levante”. Havia prometido vingar os sertanejos desse horrendo crime, um massacre. E a vingança foi o livro que veio à luz, *Os Sertões*.

Detectamos, por meio da expressão linguística “livro vingador”, a metáfora da escrita como vingança que subjaz a essa expressão. O escritor transita do terreno concreto, do observável (vingar-se), em direção a um campo mais abstrato (escrever), guiado pela metáfora de base VINGAR-SE É ESCREVER. Isso significa que as metáforas conceptuais subjazem às expressões linguísticas metafóricas. A forma como Euclides organizou o seu dizer nesse recorte textual pode comprovar que foram organizados diferentes domínios de sua experiência para fazer entender o mundo e dele construir o sentido. No domínio-fonte da escrita, ele projetou o domínio-alvo da vingança, fazendo pensar a vingança em termos de escrita. Isso confirma a hipótese de Lakoff e Johnson (2002) de que o uso da metáfora é uma questão do processo do pensamento e da ação humana, e não apenas um requisito da linguagem.

3.5.1.2 O segundo “livro vingador”

Rabello (1966) informa que dois fatores conjugados determinaram a intensa migração das populações sertanejas para a Amazônia em fins do século XIX e princípios do século XX: as secas fustigantes e a exploração extensiva da borracha natural da seringueira. Consequentemente, as fronteiras amazônicas foram sendo expandidas para além dos limites estabelecidos na época. Mota (2003, p. 154) complementa que

Este movimento que as populações sertanejas, fustigadas pelas secas, fazem em direção à região amazônica, em busca da riqueza da borracha, marca a última etapa da expansão territorial brasileira que, após o acordo com a Bolívia – que nos deu o Acre – e com o Peru, que delimitou com precisão, e definitivamente, as nossas linhas de fronteira nos confins da Amazônia, o Brasil adquire a feição que conserva até hoje. Os nordestinos, fugindo da miséria de suas terras, completam assim, alguns séculos depois, a missão dos bandeirantes.

No entanto, esse processo não se completa sem choques. Pelo contrário, como nos lembra Mota (2003, p. 154),

esses choques vão da luta armada às renhidas disputas diplomáticas com o Peru e a Bolívia, conduzidas, do lado brasileiro, pelo Barão do Rio Branco. O conflito com países vizinhos da América Espanhola fora evitado em grande parte em função do gênio negociador de Rio Branco. Em termos de política externa, os elementos que dominam a cena no Brasil, em fins do século passado e começos do atual, são justamente as disputas de fronteira com aqueles vizinhos – Bolívia e Peru.

A migração para o Acre torna-se mais acentuada por volta de 1870. Imensas levadas de cearenses abandonavam suas terras no Nordeste para se transformarem em seringueiros, principalmente em terras acrianas. Rabello (1966) comenta que na época o Acre era considerado uma terra sem dono. Mas a verdade era bem outra: formalmente o Acre não era terra de ninguém, pois embora seus contornos fossem indecisos, “a soberania formal sobre a maioria de sua área era da Bolívia, com o Peru diretamente interessado na questão, pois também esse país ainda não havia na época determinado com precisão as fronteiras que o separam do Brasil na Amazônia” (MOTA, 2003, p. 155).

Mas aquela era uma região relativamente esquecida, abandonada. “Os dois países apenas se lembraram de reclamar os direitos sobre ela quando, em 1867, o Amazonas foi aberto à navegação estrangeira, ligando aquela região abandonada ao Atlântico. Subitamente perceberam todos o seu valor”. Com a descoberta das seringueiras nativas da região, as disputas pela terra recrudesceram. “Dentro em pouco, a borracha tirada das seringueiras atingiria preços altíssimos no mercado internacional, transformando a região antes abandonada e relegada ao esquecimento numa das mais potencialmente ricas de toda a América do Sul” (MOTA, 2003, p. 155).

No ano de 1867 foi assinado, entre o Brasil e a Bolívia, um protocolo que previa a demarcação precisa dos limites. Mas enquanto a demarcação se demorava, os nordestinos, que não tinham a mínima noção de pendências fronteiriças entre países, iam ocupando aquela área em litígio na sua quase totalidade. Como a demarcação das fronteiras se fazia demorar, em 1902 os

bolivianos decidiram entrar em ação e ocupar a região, mas foram expulsos pelos brasileiros – armados e treinados pelo gaúcho Plácido de Castro. No ano seguinte o caudilho gaúcho assentaria as bases do Estado Independente do Acre. Num espaço onde os ânimos se acirravam cada vez mais, os enfrentamentos não tinham pausa enquanto as negociações diplomáticas eram ativadas, em busca de um acordo amigável.

A extração da borracha criara um clima de febril agitação, pois era uma riqueza imensa que nenhum dos dois países queria deixar entregue ao outro. O Acre era, então, um dos maiores produtores mundiais do látex oriundo da seringueira. Os conflitos e as batalhas diplomáticas foram se sucedendo até 1903, quando foi assinado o Tratado de Petrópolis. Pelo Tratado, o Acre foi definitivamente incorporado ao Brasil, que por ele pagou de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia, além de outras compensações em territórios e no compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré (GONDIM, 1994; REIS, 1998; SOUZA, 2009).

Nos demais países da América Espanhola, conforme Rabello (1966), o Tratado de Petrópolis teve uma repercussão extremamente negativa. O Brasil passou a ser tachado de país imperialista, que adotava uma política de expansionismo territorial, não se contentava com seu enorme território e punha contra a parede os países mais fracos.

Por esses tempos, ainda segundo Rabello (1966), o Peru pleiteava junto ao governo brasileiro a posse de uma grande faixa de terra entre o rio Madeira e o rio Javari. Ali também havia enfrentamentos constantes entre brasileiros e peruanos. Desde 1902, tropas peruanas haviam ocupado os vales do Juruá e do Purus para dar apoio aos seus compatriotas. O Brasil também envia

tropas para proteger os brasileiros. O Barão do Rio Branco intervém, pondo em ação mais uma vez a sua grande habilidade como negociador (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Mota (2003, p. 157) relata que em 1904 os dois governos assinaram um convênio prevendo um prazo de cinco meses para a solução do problema.

Durante esse tempo, o território em litígio ficaria sob a proteção de uma força mista brasileiro-peruana. Reconhece-se, por esse convênio, que o princípio do *uti possidetis* será aplicado ao território em litígio, ocupado por brasileiros ou peruanos, numa solução equitativa: quem ocupa efetivamente a terra ganha a soberania sobre ela. Mas, tratando-se de regiões quase desconhecidas, é necessário, antes de chegar a um acordo definitivo, estudá-las melhor, fazer o trabalho de reconhecimento das cabeceiras do alto Juruá e do alto Purus.

Foi esse quadro beligerante, foi esse clima dominante da política externa brasileira no ano de 1904 que despertou a atenção e o interesse de Euclides, que vivia então a desagradável situação de engenheiro desempregado, apesar da fama que o seu primeiro livro, *Os Sertões*, lhe propiciara.

Quanto à situação de desempregado, ele nunca tivera, na verdade, um emprego fixo, e sua família sofria muitas privações. Em carta, confessa a Coelho Neto, em abril de 1904, que, naqueles dias, fora pedir emprego junto ao governo, mas deparou com o seguinte quadro: uma “legião inumerável de engenheiros desempregados, que entope as escadas das secretarias”. Era o “encilhamento da miséria”, que ele descreve nas

seguintes palavras: “há em cada caracol das escadas que levam aos gabinetes dos ministros uma espiral de Dante” (In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 202). Euclides afirma que entrou por uma delas, atravessou um corredor repleto de concorrentes que o “flechavam” com seus olhares rancorosos. Valera-se da influência de amigos para os contatos, mesmo assim não conseguira colocação. Por que não conseguira? Euclides responde na mesma correspondência: “Está tudo tomado; e para alguns lugares vagos, que ainda existem, há triplicado número de candidatos que há muitos meses moram nas antessalas das secretarias”. Alguns até trabalhavam gratuitamente com o fim de um dia conseguir se efetivar no funcionalismo. Assim, as notícias dos acirramentos na Amazônia encontram Euclides na grande fila dos engenheiros desempregados (RABELLO, 1966).

Ainda em 1904, ele escreveria três artigos para o Estado de São Paulo tratando da questão: “Conflito inevitável”, “Contra os caucheiros” e “Solidariedade sul-americana”.

Para levar a efeito o acordo firmado no Tratado de Petrópolis, o Ministério das Relações Exteriores criou duas comissões de reconhecimento, uma do Juruá e outra do Purus. Euclides valeu-se de amigos influentes para conseguir se integrar a uma dessas comissões. Ele já manifestara interesse pela Amazônia anteriormente. Quais as razões para esse interesse? Resolver seu problema de engenheiro desempregado; vontade de fugir dos problemas que o atormentavam na cidade grande; fascínio que sentia pela região, e tudo isso junto (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Depois da nomeação conseguida, em confissão a amigos (Oliveira Lima e José Veríssimo, por exemplo), Euclides esclarecia com todas as letras o seu objetivo:

“estudar a região e o povoamento que ali se faz, para uma outra obra que, à semelhança de *Os Sertões*, revele ao Brasil mais um pedaço de si mesmo”. Ele “Sente que ainda pode fazer muito. É relativamente jovem e o grande êxito de *Os Sertões* constitui um desafio, a suplantá-lo para não se transformar no autor de um só livro, para provar que o talento nele não é coisa episódica, que floresceu apenas uma vez, como por acaso” (MOTA, 2003, p. 159). Ele sabia que ali estava sua segunda oportunidade de produzir uma grande obra; a primeira acontecera com *Os Sertões*.

Euclides ficou surpreso ao saber que Rio Branco lhe dera não apenas o posto de simples de auxiliar, mas a chefia da comissão de reconhecimento do alto Purus, que deveria ser dividida com o peruano Pedro Buenaño, enquanto a chefia da comissão de reconhecimento do alto Juruá fora entregue ao coronel Belarmino de Mendonça, a ser dividida com o capitão peruano Felipe Espuiar (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Euclides deixou a família no Rio de Janeiro e partiu para o Amazonas em 13 de dezembro de 1904, chegando no dia 30 desse mês a Manaus, onde passaria três meses hospedado na casa do amigo Alberto Rangel. Uma vez na capital amazonense, ele ficou muito irritado com os embaraços burocráticos e a má vontade de funcionários que deveriam ajudá-lo. Preso numa cadeia de morosidades, sentia-se extenuado (RABELLO, 1966).

Partiu no dia nove de abril rumo às cabeceiras do Purus. A certa altura da viagem, a comissão sofre um acidente em que perdem a embarcação de provimentos para a alimentação. Passam fome e privações no restante da viagem, submetidos a um severo regime de racionamento. Realizam a tarefa e voltam extenuados, irreconhecíveis.

Euclides agiu, em toda a viagem, como um atento observador que tudo anotava, num grande esforço para não deixar passar despercebido o menor detalhe que fosse dos flagrantes que observava. Dessa observação atenta e prolongada ele projetava escrever um livro dando conta do que vira. Após sua passagem pela região, a escrita do livro não era mais encarada como apenas um projeto, mas sim como uma obrigação moral, semelhantemente ao caso de Canudos.

A situação de abandono e miséria absoluta das populações com as quais contactara no interior da Amazônia o deixaram revoltado, comovido “e, tal como em Canudos, tomou como missão, num segundo ‘livro vingador’, denunciar o fato à Nação, e reclamar do governo medidas em favor dos sertanejos que, transformados em seringueiros, garantiam para o Brasil a posse de regiões riquíssimas, e ao mesmo tempo eram relegados à mais extrema miséria e à mais cruel exploração” (MOTA, 2003, p. 164).

Em carta a Coelho Neto, escreveu de Manaus:

[...] Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento. Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um Paraíso Perdido*, onde procurarei vingar a Hiloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266).

No mesmo dia, escreveu também para José Veríssimo dando conta do projeto do livro, e pergunta ao amigo: “Acha bom o título ‘*Um Paraíso Perdido*’ para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo, mas como é verdadeiro?!” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 269).

Referindo-se ao livro em carta ao amigo Escobar, Euclides afirma que está alinhando “as primeiras páginas de *Um Paraíso Perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 306).

À semelhança da maneira como se referira a *Os Sertões*, Euclides lança mão da expressão linguística “livro vingador” para atualizar a metáfora conceitual escrita como vingança.

Percebe-se que as metáforas desse tipo apresentam um conceito ao estruturar um termo *X* em termo de um outro termo *Y*, como: *X SER Y*. E nessa estrutura, *X*, sendo introduzido em termo de *Y*, pode ser compreendido mais facilmente. Silva (2009, p. 106), comentando essa estrutura, explica que “o conteúdo e o sentido de *Y* já estão na cultura, na memória social, de modo que *Y* tem o papel de dar sentido à experiência que *X* mostra”. Por esse prisma, o papel dessa metáfora é o

“de sancionar ações; de justificar as inferências para se entender o significado ali estabelecido; de auxiliar a estabelecer as metas do entendimento, propostas pelos interlocutores, participantes, diante da atividade que fomentam; e de trazer mudanças culturais, conforme as tendências socioculturais e sociopolíticas, isto pela introdução dos novos conceitos estabelecidos pelas metáforas (SILVA, 2009, p. 106).

Dessa forma, a metáfora vingar-se é escrever, verbalizada nas expressões “livro vingador” e “segundo livro vingador” (referentes a *Os Sertões* e a *Um Paraíso perdido*, respectivamente) sanciona a concepção

euclidiana de que uma vingança era necessária tanto no caso do sertão nordestino quanto no caso dos rincões amazônicos. Uma vingança em nome dos que não tinham condições de se vingar: sertanejos massacrados e seringueiros, também sertanejos, escravizados. Portanto, essa metáfora, longe de ser apenas um recurso de ornamento linguístico, como pretenderiam alguns clássicos retóricos, traz a lume uma visão de mundo enraizada na cultura em que o autor se insere.

Mas no caso da Amazônia, infelizmente o projeto do “segundo livro vingador” não foi concluído, tendo em vista uma série de fatores ligados à vida do autor, especialmente a sua morte prematura. O que restou do projeto do segundo livro vingador de Euclides foi uma série de artigos, reunidos postumamente sob o título *À Margem da história*, que constituíam o esboço de *Um Paraíso Perdido*.

Evidentemente, não tendo o projeto do livro se completado, não se tem como avaliar o projeto. Todavia, é possível avaliar os textos esparsos publicados em jornais, além daqueles de *À Margem da história*, que certamente fariam parte do grande livro ansiado. São “apenas algumas páginas sobre aspectos da vida amazônica, ligados à terra, às águas, ao clima e ao homem, que ficaram para sempre inacabadas. Ainda desta vez, a Amazônia não teria o seu grande livro” (RABELLO, 1966, p. 279).

3.5.2 Um livro como um filho

Numa carta de Manaus endereçada ao pai, Manuel Pimenta da Cunha, no dia 30 de dezembro de

1904, Euclides escreveu: “[...] Em todos os portos onde saltei fui gentilmente recebido graças à influência do seu grande neto – *Os Sertões*. Realmente, nunca imaginei que ele fosse tão longe” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 249).

Percebe-se nessa passagem a materialização linguística da metáfora conceptual um livro como um filho, equivalente a: o meu livro, sendo meu filho, é neto de meu pai.

E essa metáfora se refina ainda mais quando se pensa que um livro é um filho do espírito, como expressou Euclides em carta a D. Agustín de Vedia, nos seguintes termos: “*Os Sertões [...] é o primogênito do meu espírito*, e há críticos atrevidos que afirmam ser o meu único livro... Será verdade? Repugna-me, entretanto, admitir que tenha chegado a um ponto culminante, restando o resto da vida para descê-lo” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 384 – grifo meu).

Parece certo que Euclides, aqui, dialoga com o princípio da “maiêutica”, estabelecido por Sócrates no século IV a.C. O filósofo ateniense engendrou uma interessante associação do conhecimento com o fenômeno humano do parto, e a partir daí metaforizou a busca do conhecimento e da verdade como um parto, qual seja o “parto das ideias”, que é o significado grego para a palavra “maiêutica” (CHAUÍ, 1995; COTRIM, 1997).

Observando atentamente a profissão de sua mãe como parteira, Sócrates deduziu que ocorre com o conhecimento um processo semelhante ao que ocorre com o parto: Primeiramente, vêm as “dores do parto”, quando o indivíduo põe em xeque o seu próprio conhecimento sobre alguma coisa e se põe a perguntar; depois dessa fase de incertezas e questionamentos, ocorre

o nascimento de uma nova ideia, um novo ponto de vista a respeito do assunto. Baseado nessa analogia, Sócrates passou a utilizar o termo “maieutica” para se referir ao “parto das ideias”, ou seja, o nascimento de ideias complexas a partir de questões simples. A maiêutica, então, é um processo de reconstrução de um conceito, em que o indivíduo vai revisando e reelaborando suas noções até chegar ao conceito verdadeiro por aproximações (CHAUÍ, 1995; COTRIM, 1997).

O método da maiêutica consiste em perguntar, questionar o que se sabe, com vistas a saber mais. Os questionamentos, muitas vezes, acabam por convencer o indivíduo da esterilidade de suas reflexões, levando-o a admitir seu equívoco. E dessa descoberta vem à luz uma nova vida (ideia). Sócrates via esse processo como uma engenhosa obstetrícia do espírito, que facilitava a parturição das ideias. A verdade é algo que é parido, num parto intelectual. Mas o trabalho de continuar perguntando e continuar encontrando dificuldades, em busca de novas descobertas, na decifração de novos mistérios, é um processo que não cessa nunca (ARANHA e MARTINS, 1992; CHAUÍ, 1995; COTRIM, 1997).

Esse parece ser o caso de Euclides em seus livros-filhos, nascidos do seu espírito: eles vieram à luz num doloroso processo de evolução de ideias. Tanto no caso dos sertões baianos quanto no caso dos “desertos” amazônicos, Euclides se aproxima do lugar com um “olhar” prévio, gestado a partir das muitas leituras que anteriormente fizera. Mas ao sair dos livros e pôr os seus próprios pés no chão desconhecido para aos poucos conhecê-lo, sofre sempre um choque de realidade, responsável pelo desencadeamento de uma série de perguntas e questionamentos que fazem ruir o edifício de certezas que edificara em sua cabeça. E os livros nascem

no berço dessas angustiantes dúvidas que geram
luminosas (e não menos inquietantes) descobertas.

CAPÍTULO 4

Condensações e deslocamentos

“Descobri o que os escritores sempre souberam (e nos disseram muitas e muitas vezes): os livros sempre falam sobre outros livros, e toda história conta uma estória que já foi contada.”

(ECO *apud* HUTCHEON, 1991, p. 167).

Como afirmei na Introdução, o meu estudo apoia-se em uma hipótese básica: Euclides da Cunha, em seus textos amazônicos, debate-se em dois dilemas cruciais: o primeiro diz respeito à sua dificuldade em lidar com uma tríplice fronteira que tinha que ultrapassar: as fronteiras do território, da ciência e do compreensível; o segundo é concernente às reflexões metalinguísticas de revisão de sua obra, quando titubeia frente às linhas cruzadas da ciência com a ficção, por sentir incompatibilidade entre texto literário e texto científico, mas ao mesmo tempo não conseguir se libertar da tendência de conciliar essas duas metodologias, aparentemente inconciliáveis. Neste trabalho, defendo a tese de que a metáfora foi o recurso encontrado por Euclides da Cunha para lidar com esses dois dilemas.

Por isso encontramos uma enorme gama de “metáforas parafrásicas” e “metáforas parodísticas” nos textos amazônicos de Euclides. Emprego aqui as ideias de *parafrase* e *paródia* como tipos de relações intertextuais, com base nas considerações de Sant’Anna (2001), revisitando também Bakhtin (com o conceito de

dialogismo, em 1920) e Kristeva (com as reflexões sobre intertextualidade, em 1969), em relação à questão do diálogo que se estabelece entre diferentes textos e autores.

Para Sant'Anna, parece ser um consenso hoje a concepção da intertextualidade como um fator imprescindível na leitura de qualquer texto, especialmente os literários, que geralmente têm na intertextualidade uma das suas grandes motivações. Objetivando fazer um paralelo entre a paráfrase e a paródia, Sant'Anna (2001, p. 29) vê naquela uma estratégia de condensação, e nesta uma estratégia de deslocamento. Isso porque:

Com a condensação temos dois elementos que se equivalem a um. Com o deslocamento temos um elemento com a memória de dois. Por isto é que se pode falar do caráter ocioso da paráfrase e do caráter contestador da paródia. Na paráfrase alguém está abrindo mão de sua voz para deixar falar a voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação, situam-se na área do *mesmo*. Na paródia busca-se a fala recalçada do *outro*.

Desse fato, decorre que:

A paráfrase é um discurso sem voz, pois quem está falando está falando o que o outro já disse. É uma máscara que se identifica totalmente com a voz que fala atrás de si. Nesse sentido, ela difere da paródia, pois, nesta, a máscara denuncia a duplicidade, a ambiguidade e a contradição” (SANT'ANNA, 2001, p. 29).

Sant'Anna chega a comparar a paráfrase com uma doença, a ecolalia, que consiste na repetição sonora do discurso alheio. Por outro lado, a paródia é um trabalho

de metalinguagem. E existe tanto a paródia dos textos alheios (a intertextualidade) quanto a paródia dos próprios textos (a intratextualidade). Na paródia, o autor emprega a fala de outro, mas se opõe a essa fala. Em geral, o processo parodístico se dá da seguinte forma: “a segunda voz, depois de ter se alojado na outra fala, entra em antagonismo com a voz original que a recebeu, forçando-a a servir a fins diretamente opostos. A fala transforma-se num campo de batalhas para interações contrárias” (SANT’ANNA, 2001, p. 29).

O quadro que montei a seguir exemplifica o paralelo estabelecido por Sant’Anna:

Paráfrase	Paródia
Revela harmonia	Revela antagonismo
Repousa sobre o idêntico	Suscita a o diferente
É extensão do original	É acréscimo ao original
Repousa na continuidade	Instaura descontinuidade, ruptura, corte
Pretende aproximação	Pretende distanciamento
É manutenção de sentido	É inversão de sentido
Possui efeito laudatório	Possui efeito irônico e crítico
Insere concordância	Insere discordância
É reafirmação	É invenção
Tem caráter ocioso	Tem caráter contestador
Intertextualidade das semelhanças	Intertextualidade das diferenças
Há uma fusão de vozes	Não é possível a fusão de vozes
Há vozes superpostas	Há uma contravoz
É discurso pró	É discurso contra
É estilização positiva	É estilização negativa

Quadro 7 – paralelo entre a paráfrase e a paródia.

Euclides tentou, ao chegar à Amazônia, olhá-la com o olhar do outro. Esse outro a que me refiro é, na verdade, um conjunto de escritos de viajantes, a maioria estrangeiros que, entre assombros e deslumbramentos, pronunciaram-se sobre a região, eles também quase inteiramente dominados pelas sensações advindas de outras leituras anteriores. Sendo assim, seu primeiro olhar sobre a região foi de condensação, parafrásico; mas com o melhor conhecimento do espaço amazônico forjado nos flagrantes que testemunhou *in loco*, ensaiou um certo delineamento do olhar de deslocamento, na tentativa de exercitar uma escrita parodística sobre aquela terra e sua gente.

4.1 A primeira visão e algumas revisões

“Amazônia, terra sem história” é a primeira parte do livro *À Margem da história*, publicado após a morte de Euclides, e é constituída de textos que, ao que tudo indica, fariam parte do *Paraíso perdido*, que o autor tanto planejou escrever, mas a fatalidade de sua morte prematura o impediu. O primeiro capítulo dessa primeira parte intitula-se “Impressões gerais”, e apresenta, de fato, as impressões gerais que são a sua primeira visão da Amazônia que Euclides oferta aos leitores. Em que consistem essas “impressões”?

A palavra que Euclides usa para sintetizar suas impressões iniciais a respeito da região tem sentido negativo: *desapontamento*. Um desapontamento nascido no confronto entre o Amazonas real, observado *in loco*, e o Amazonas ideal, que construía em sua mente, a partir das leituras que fizera. Tivera contatos, desde muito cedo, com as “páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje

contemplaram a *Hilae* prodigiosa, com um espanto quase religioso” (CUNHA, 2003, p. 33).

Tais contatos lhe propiciaram imaginar um Amazonas empolgante, capaz de suscitar múltiplos deslumbramentos. Mas ao alcançar o Amazonas real, viu-o “inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada” (CUNHA, 2003, p. 33). Inferior, em todos os aspectos, a tantos outros lugares do país.

Uma das impressões iniciais, que depois de um maior conhecimento experiencial da região seria corrigida, foi a ideia de homogeneidade da Amazônia, geradora de tediosa monotonia. Apesar de ser “o maior quadro da terra”, segundo ele, ali “o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares” (CUNHA, 2003, p. 34). Ele viu aquela paisagem como um enorme quadro disposto desmesuradamente no plano horizontal, cujos limites estavam muito além do alcance do olhar perscrutador do observador (HARDMAN, 2009, p. 18).

Euclides foi altamente influenciado, quanto a essa visão homogeneizante, pelas imagens fantásticas, fabulosas, divulgadas por cronistas e viajantes, e até mesmo pelo trabalho dos cartógrafos, que exercitavam uma geografia vizinha da mitologia. A partir dessas leituras, ele projetou um conjunto de imagens e noções sobre a região, que não se ajustavam às emoções e sensações provocadas pela realidade observada. Depois, foi retificando tais visões até formar seu próprio conceito da Amazônia como “paraíso perdido”, página incompleta do Gênesis, cuja criação ainda não se concluíra.

Após discorrer sobre o observador errante que, em busca de variedades, percorre a bacia do grande rio e

“sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios”, Euclides já inicia a correção desse tópico da homogeneidade, contrapondo, ao observador errante, o observador imóvel, que estaciona às margens do rio e “sobressalteia-se, intermitentemente, diante das transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo”. Com base nisso, Euclides constrói a expressiva antítese corretiva do tópico: “diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o” (CUNHA, 2003, p. 49).

Ou seja, é uma questão de perspectiva: imobilidade da paisagem para o errante; dinâmica da natureza para o imóvel. Realmente, Euclides iria posteriormente experimentar a Amazônia em seu riquíssimo caráter de variedades múltiplas. Estacionar, descer da embarcação e pisar no chão amazônico corresponderia, para ele, ao verdadeiro conhecimento que a visão panorâmica de um viajante pelo rio não seria suficiente para abarcar.

Outra impressão inicial, e dominante em Euclides, é que “o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...” (CUNHA, 2003, p. 34). “Opulenta desordem” é, na verdade, um paradoxo, associado à metáfora do salão vasto e luxuoso. O paradoxo, conforme Ferreira (1987), tem a especialidade de apontar em duas direções

distintas, e nesse caso a opulência aponta a grandiosidade da terra, enquanto a desordem faz pensar na incompletude, que será recorrente nos textos de Euclides sobre a região. “A natureza é portentosa, mas incompleta”, diz ele, como se estivesse oferecendo a senha de acesso ao paradoxo. “É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior” (CUNHA, 2003, p. 35). Os rios ainda estão em busca de seus leitos, e a flora ostenta uma grandeza imperfeita, porque incompleta.

Hatoum (2009) vê nos escritos amazônicos de Euclides em *À margem da história* uma visão “pendular”, no seguinte sentido: em um extremo do pêndulo está a ideia da natureza portentosa, do clima que desempenha uma função superior, preparando a terra “para os fortes, para os perseverantes e para os bons”, no dizer de Euclides; e no outro extremo, está a natureza negativizada, apontada como destruidora. Como adversária do homem, e adversária perigosa, ela precisa ser domada, amansada. Mas esse “homem” referido por Euclides não é o nativo, e sim o forasteiro. Hatoum (2009) aponta, com propriedade, que, na ótica de Euclides, as sociedades nativas (tanto índios quanto caboclos) são inaptas para desempenhar um relevante papel no processo civilizador da Amazônia.

Embora Euclides tente provar que a Amazônia é uma “terra sem história”, ou que ela está “à margem da história”, Hatoum (2009) assinala que a natureza amazônica realmente é hostil, mas ela é também histórica, uma vez que era e ainda é habitada por dezenas de milhares de indígenas que dependem da natureza não apenas para a sua sobrevivência, mas também para a construção dos rituais simbólicos que enformam a sua cultura.

Euclides entende que essa incompletude de que ele fala é compreensível, pelo fato de ser a Amazônia, provavelmente, “a terra mais nova do mundo”. E chega a essa conclusão amparado nas pesquisas de Wallace e Frederico Hartt. No seu entendimento, ela “nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável” (CUNHA, 2003, p. 36-37)⁵.

Exatamente por isso, segundo ele, a Amazônia é, de toda a América, “a paragem mais perlustrada de sábios e é a menos conhecida”. Incontáveis foram os viajantes, pesquisadores, naturalistas, que percorreram a região – de Humboldt a Goeldi – auscultando-a na ânsia científica das descobertas, no entanto “nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade”. Nomes de respeito como Wallace, Martius, Bates, Agassiz, entre tantos outros de primeira linha, “reduziram-se a geniais escrevedores de monografias” (CUNHA, 2003, p. 36).

⁵ Embora as informações não sejam conclusivas, considerando a história geológica da terra, a formação da floresta amazônica é relativamente recente, uma vez que “as condições ambientais para o surgimento de uma floresta tropical úmida exuberante como temos hoje só se criaram há 6 milhões de anos”. E “A configuração atual da bacia hidrográfica amazônica – a maior do mundo – se estabeleceu há cerca de 27 mil anos [...] Já o rio Amazonas se formou um pouco mais cedo: há 40 mil anos”. (FERNANDES, Thais. Revista Ciência Hoje, SBPC. Disponível em: www.cienciahoje.uol.com.br.)

Para Euclides, o estigma da incompletude da Amazônia contamina a literatura científica sobre a região, esta também incompleta. Os escritos científicos sobre a terra refletem bem a fisiografia da própria terra: “é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso”, diz ele (CUNHA, 2003, p. 36).

É que o grande rio, em que pese a sua “monotonia soberana”, evoca o maravilhoso de tal maneira que tanto o cronista ingênuo quanto o aventureiro romântico e o sábio precavido são igualmente enredados no apelo para abrir as velas da fantasia. A Amazônia em tudo favorece a “hipertrofia da imaginação”, dado o seu passado enformado por um ciclo quase mitológico, que insiste em avançar em direção ao presente, chamuscando inclusive as mais adiantadas hipóteses da ciência. A mentalidade mais sólida, na tentativa de aquilatar a grandeza da terra, corre o risco de pender para a fantasia ante um mundo composto de superlativos e hipérboles. Euclides parece sugerir, com isso, talvez inconscientemente, que a Amazônia é o reino da metáfora.

Curiosamente, Euclides “acolheu-se” também a “um recanto” da Amazônia, já que sua vivência amazônica se deu apenas no trajeto Belém – Manaus – Purus – Acre – Purus – Manaus – Belém. Ele também se converteria em um genial escrevedor de monografia. Manteve-se na calha do Purus, que funciona como pano de fundo do grande painel amazônico esboçado em seus escritos. O Purus sobressai como uma metonímia da Amazônia, como bem observou Hatoum (2009), ou seja, a parte que é focalizada como representação do todo. Nesses escritos, pode-se abstrair a “monografia daquele rio”, ou a sua “biografia”. No texto “Rios em abandono”,

que faz parte de *À margem da história*, Euclides lança mão da tese estabelecida pelo geógrafo norte-americano Morris Davis em relação ao “ciclo vital dos rios”, a partir do estudo dos rios pensilvânicos, mostrando, na história desses rios,

uma infância irrequieta, uma adolescência revolta, uma virilidade equilibrada e uma velhice ou uma decrepitude melancólica, como se eles fossem estupendos organismos vivos, sujeitos à concorrência e à seleção, destinado ao triunfo, ou ao aniquilamento, consoante mais ou menos se adaptam às condições exteriores (CUNHA, 2003, p. 58).

Numa quase postura de autodefesa quanto a essa metonimização da região, olhada pelo espelho de “um” rio, Euclides escreve, em seu prefácio ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel, que a Amazônia tem sido conhecida aos fragmentos, mas é somente dessa forma que ela pode ser conhecida, no enfoque acurado das especialidades por naturalistas de diversos campos. É que a enormidade da terra misteriosa escapa a toda tentativa de abarcá-la, e precisa ser repartida para ser medida. “Conhecemo-la aos fragmentos. Mais de meio século de perseverantes pesquisas, e uma literatura inestimável, de numerosas monografias, mostram-no-la sob incontáveis aspectos parcelados” (CUNHA, 2003, p. 349).

Diferentemente do seu olhar inaugural da região, em que a visão panorâmica turva a percepção das particularidades, Euclides exercita agora um novo olhar, em que a visão das particularidades turva a fisionomia geral da região. A Amazônia, descobre Euclides, tem infinitas faces particularíssimas. E à medida que alguém vai conhecendo essas faces, mais e mais a fisionomia

geral da terra vai se turvando em sua mente, restando-lhe numerosos traços vigorosos e nítidos, mas largamente esparsos. É por isso que, segundo ele, a amplitude tem que ser diminuída para ser avaliada, pois a grandeza “[...] só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios: e um infinito que se dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...” Trata-se, a seu ver, de uma metodologia necessária, considerando-se que “a inteligência não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa. Terá que crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la” (CUNHA, 2003, p. 350).

O grande exemplo estimado por Euclides em defesa de sua tese é o do naturalista Walter Bates, que passou mais de uma década na Amazônia pesquisando e realizando descobertas memoráveis, que inclusive serviram de esteio para o evolucionismo nascente (CUNHA, 2003, p. 350). É fato que Bates ateve-se à estreita faixa litorânea entre Belém e Tefé, município do Estado do Amazonas. Dali, diz Euclides, ele surpreendeu os pesquisadores da Europa e conquistou a simpatia de Darwin e deu uma imensurável contribuição à ciência, sem sequer esgotar o recanto apertadíssimo em que se acolhera. “Não vira a Amazônia. Daí o ter visto mais que os seus predecessores” (CUNHA, 2003, p. 350).

É uma autodefesa, de fato. E Euclides a continua, afirmando que a Amazônia ainda é uma terra envolta em mistérios, semelhante ao *paradise lost* de Milton, que se esconde em si mesmo. A sua interpretação corresponde a uma guerra de mil anos contra o desconhecido. “O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios”. (CUNHA, 2003, p. 351) Vejo

aqui mais uma vez a revisão de tópico: a terra que Euclides chamara, inúmeras vezes, de “paragem maldita”, chama-a agora, sem cerimônia, de “paragem maravilhosa”.

No fim das contas, seu projeto de escrituração e escrita amazônica ficou incompleto. Na interessante leitura de Hardman (2009), Euclides se propôs escrever o seu “livro vingador” a respeito da região, mas, na verdade, foi a hileia quem se vingou de mais um forasteiro que tentou devassá-la.

Outro aspecto digno de nota, nas impressões gerais do escritor relativamente à região, diz respeito à volúpia do rio, em busca do seu leito definitivo, devorando as ribanceiras e arrastando tudo ao redor. Euclides concluiu que ele, o rio, tem uma função destruidora. “A enorme caudal está destruindo a terra”, ele assegura (CUNHA, 2003, p. 39). Personificando o rio Amazonas, caracteriza-o como o menos brasileiro dos rios, por ser um rio que desdenha do nosso lirismo patriótico, portando-se como um adversário, “entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra” (CUNHA, 2003, p. 39). Euclides ficou impressionado com um fenômeno muitíssimo comum na Amazônia, sobejamente conhecido pelo nome sugestivo de “terras caídas”. O fenômeno é descrito por vários cronistas viajantes, e também por cientistas que estiveram a serviço ao longo dos grandes rios. É o próprio Euclides quem diz:

O fato é vulgaríssimo. Conhecem-no todos os que por ali andam. Não raro o viajante, à noite, desperta sacudido por uma vibração de terremoto, e aturde-se apavorado ouvindo logo após o fragor indescritível de miríades de frondes, de troncos, de galhos, entrebatendo-se, rangendo, estalando e

caindo todos a um tempo, num baque surdo e prolongado, lembrando o assalto fulminante de um cataclismo e um desabamento da terra. São, de fato, as ‘terras caídas’... (CUNHA, 2003, p.69).

Para os caboclos ribeirinhos, essa voracidade do rio sempre trazia prejuízos incalculáveis, pois ele levava consigo árvores, plantações, casas, rebanhos, cemitérios, tudo que estivesse ali, nas margens, ao alcance de suas águas esfaimadas. Para os navegantes era um entrave dos maiores, pelo fato de as barrancas arrancadas pela força das águas formarem verdadeiros “bancos” ou “barreiras” de terra nos canais de navegação. “Numa só noite (29 de julho de 1866) as ‘terras caídas’ da margem esquerda do Amazonas desmoronaram numa linha contínua de cinquenta léguas” (CUNHA, 2003, p. 44).

O maranhense Gonçalves Dias é um dos escritores que se revela impressionado com o fenômeno, revelador da imensurável força da natureza:

[...] Ouve-se de repente um rugido como se os céus desabassem – árvores colossais oscilam, vergam, tombam como castelos de cartas! – a terra falta, desaparece – a canoa não desamarra, nem tem tempo, arrebenta-se-lhe o cabo, – as águas repelidas pela queda das barreiras e das árvores repelem-na também para o largo; – e antes que os viajantes possam tornar a si do assombro, – antes que saibam e conheçam o que foi, – antes que o mestre possa comandar alguma manobra, voltam elas pujantes, furiosas, redemoinhando, e num vórtice – canoa, árvores, ilha – tudo desaparece e se esvai por encanto (DIAS, 1998, p. 117).

Assim como Gonçalves Dias e tantos outros viajantes estupefatos ante um movimento tão espetacular e, ao mesmo tempo, assustador da natureza, Euclides

observa que os grandes rios amazônicos têm uma incrível “faculdade criadora”, mas se entregam incansavelmente à faina de destruir num dia aquilo que levaram muito tempo para construir. A função destruidora do rio Amazonas, por exemplo, sobrepuja a sua capacidade criativa. Como não tem delta (CUNHA, 909, p. 40), ele carrega para o Atlântico os sedimentos retirados pela ação da erosão ao longo de seu curso. Do Atlântico, as correntes marinhas arrastam esse material para lugares distantes, como o litoral da Geórgia e das Carolinas, nos Estados Unidos. O grande rio, assim como boa parte de seus afluentes, vai alargando suas margens ano a ano, por força da derrubada inclemente das margens. Impressionado com esse fenômeno, Euclides decretou que o rio ainda está em busca de seu leito definitivo e, pior que isso, está aniquilando a terra. Não é um rio patriota. É o menos brasileiros dos nossos rios.

Euclides chama de contrassenso o fato de o brasileiro, na Amazônia, mesmo estando pisando em terras brasileiras, ser um estrangeiro. “A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes” (CUNHA, 2003, p. 42). Como o rio constrói o seu verdadeiro delta em paragens remotas de outro hemisfério, ele forja “a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgaste ininterrupto, as largas superfícies que atravessa” (CUNHA, 2003, p. 42). Isso, na visão do escritor, faz com que a adaptação do homem à região se exercite pelo nomadismo. A terra lhe foge, e ele vai em busca dela. Dessa forma, Euclides desenha um território onde tudo é efêmero, instável. Uma “paragem estranha onde as próprias cidades são errantes, como os homens, perpetuamente a mudarem de sítio, deslocando-se à medida que o chão lhes foge roído das

correntezas, ou tombando nas ‘terras caídas’ das barreiras...” (CUNHA, 2003, p. 46). Na leitura crítica que faz dessas conclusões de Euclides, Braga (2002, p. 34) comenta que “os estudos mais modernos e evoluídos mostram que tal destruição não compromete a natureza. Ao contrário, está devidamente ajustada a ela”.

Quanto aos indígenas, Euclides os considera bárbaros. Fala sobre os esforços civilizatórios da metrópole distante, que não passaram de tentativas abortadas de levar a “civilização” àquela paragem distante. Em suas palavras, para lá se dirigiram “as partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros”, que adentravam os sertões, os rincões solitários, para levar até ali a civilização, que com eles viajava em suas suntuosas tendas. Lá chegando, num trabalho meticuloso, “regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra” (CUNHA, 2003, p. 46). Conseguiram um certo êxito nesse ofício de transfigurar as malocas. Mas tinham que ir a outros pontos do território. E quando ali voltavam, percebiam, frustrados, que as populações tinham “decaído”, “volvendo à bruteza original”, numa flagrante indiferença às práticas “civilizadas”, já abandonadas. Euclides, nesse ponto, parece estar dando eco aos lamentos do escritor Francisco Gomes de Amorim, autor do livro *Os selvagens*, um romance indianista que retrata a catequização da tribo mundurucu, na Amazônia. O narrador lamenta o fato de que, pela escassez de padres em tão vasto território, os índios “melhorados” acabam voltando às suas práticas bárbaras, ao estado de bruteza original, decaindo novamente.

Euclides lembra, a esse respeito, as palavras do frei João de São José, bispo do Grão-Pará em 1692, dando conta de que a preguiça era a raiz de todos os vícios dos indígenas à época. E que os traços de caráter daquela gente podiam ser resenhados em três palavras nada abonadoras: lascívia, bebedice e furto. Euclides recorre também às páginas austeras de Russell Wallace⁶, onde se lê a confirmação do que dissera o religioso, no sentido de que os nativos passavam a vida “bebendo, dançando, zombando – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida...” (CUNHA, 2003, p. 48).

Dessa forma, Euclides trata dos indígenas como seres que devotam uma indiferença pecaminosa aos “atributos superiores” da moral, uma renúncia sistemática aos escrúpulos e um coração pendente para o erro. Para ele, esses “vícios” são seculares, e acompanham a história dos habitantes da região: “Lede Tenreiro Aranha, José Veríssimo, dezenas de outros. Nestes livros se espalham, fracionadas, todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na História” (CUNHA, 2003, p. 48).

Tentando apresentar explicação para a frouxidão de caráter que ele vê na gente, encontra no clima, senão uma motivação, pelo menos um fator agravante. O “perpétuo banho de vapor” em que os habitantes viviam mergulhados estimulava a vida vegetativa, de folgas e sem riscos, mas atrofiava “a delicada vibração do espírito na dinâmica das ideias” e “a tensão superior da vontade

⁶ Conforme Souza (2009), Alfred Russel Wallace realizou pesquisas científicas no campo da botânica ao longo do Rio Negro, partindo de Manaus, após navegar pelo Amazonas. Dessas pesquisas, resultou o livro *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Euclides faz diversas referências às ideias de Wallace expostas nesse livro.

nos atos que se alheiem dos impulsos meramente egoísticos” (CUNHA, 2003, p. 49).

Euclides cita um médico italiano, de nome Luigi Buscalione, que andou pela Amazônia pouco antes dele, para dar credibilidade a suas conjecturas sobre a influência do clima no comportamento dos nativos ali. O italiano assegurava que o clima provocava no forasteiro, a princípio, “uma superexcitação das funções psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...” (CUNHA, 2003, p. 49). Se isso era verdade em relação ao forasteiro, que dizer dos nativos, que já cresceram nesse ritmo de vida? O nomadismo forçado e o peso do clima seriam responsáveis, em grande parte, pela “paralisa completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril” (CUNHA, 2003, p. 50).

Tratava-se, no entendimento de Euclides, de um caso de “psicologia coletiva” a ser restaurada. Ele faz alusão a uma lenda curiosa sustentada pelos habitantes do Amazonas: em frente a Manaus, existia (e ainda existe) uma bela ilha conhecida pelo nome de Marapatá. Segundo a lenda, quando um forasteiro pretendia entrar em Manaus, a capital do Estado, primeiramente devia ir até a ilha, e lá deixar a sua vergonha e a sua consciência, pendurada em um cabide. Só então poderia entrar na cidade. Quando decidisse ir embora, poderia voltar à ilha e tomar sua vergonha e consciência de volta. Euclides anota que aquela ilha tinha uma função alarmante, a de ser um “lazareto de almas”, responsável por justificar a lassidão da gente.

Euclides cita também outras duas ilhas, situadas na boca do Purus e na foz do Juruá, ambas com o mesmo nome de “Ilha da Consciência”, que têm um fim

semelhante à de Marapatá. Com isso, Euclides conclui que “o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável” (CUNHA, 2003, p. 50). “Fulminar-se” é mais uma das eloquentes metáforas de Euclides. A ironia apontada por ele consiste no fato de os seringueiros, mesmo sabendo que estão penetrando nas portas do “inferno” (o Juruá e o Purus eram as “portas” de entrada sem saída dos seringais), ainda terem presença de espírito para rir de topônimos tão inusitados, que lhes acentuam a própria desdita. Com essa alusão, Euclides sublinha a vida pusilânime, abaixo da linha de corte das qualidades morais superiores, numa certa “atrofia moral” tanto dos indígenas quanto dos habitantes citadinos e dos migrantes nordestinos alojados na selva.

É uma eloquente contradição de Euclides. Prometera vingar a Amazônia “de todas as brutalidades das gentes adoidadas que maculam a Amazônia desde o século XVII” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266). Seu “segundo livro vingador”, que intentava escrever, concretizaria essa “vingança”. No entanto, o que ele faz, na verdade, é associar-se a essa mesma gente “adoidada” que, no dizer de Hatoum (2009)⁷, “escreveu crônicas e relatos no passado - os mesmos que antes ele criticara por excesso de fantasia - para afirmar que a raiz dos vícios da terra é a preguiça”. Segue a linha de

uma rede de estereótipos construída pelos jesuítas e viajantes europeus do século XVIII. Esse discurso,

⁷ Milton Hatoum, em artigo escrito para a série “Euclides da Cunha 360° - A obra e o legado de um intérprete do Brasil”, realizado para lembrar o centenário de morte de Euclides da Cunha, publicado em 24 de agosto de 2009 pelo Jornal Estadão.

que estabelece uma hierarquia racial entre os povos, foi muito difundido na Europa do século XIX, quando as duas maiores potências imperialistas - França e Inglaterra - atribuíam aos africanos e orientais traços de caráter inferiores aos dos europeus. No contato destes com outros povos, as diferenças percebidas e comentadas marcavam sobretudo um novo limite das conquistas e da expansão europeia, não uma nova substância de uma sociedade. Os outros - os exóticos - formam uma espécie de "grau zero da humanidade". Esses mesmos traços depreciativos foram assinalados por vários viajantes e naturalistas, inclusive Alfred Russel Wallace, que viu na "sociedade indisciplinada" um comportamento moral nada edificante, como "beber, jogar e mentir" (HATOUM, 2009).⁸

Considero estranho, juntamente com Hatoum (2009), que embora Euclides fosse leitor de um bom número de historiadores brasileiros que discorreram sobre a Amazônia,

não tenha lido nada sobre a Cabanagem, o movimento popular de índios, caboclos e negros da província do Grão-Pará contra os desmandos e a opressão do império durante o período regencial. Nessa revolta, duramente reprimida, morreram 30 mil pessoas. É também surpreendente que o escritor não tenha percebido - ou talvez não quisesse perceber - que Manaus e Belém, as duas capitais da Amazônia, foram construídas por uma mão de obra formada em sua maioria pela população nativa, que também trabalhava em muitos seringais dos rios Madeira e Amazonas, e

⁸ Idem

até mesmo nas cercanias de Manaus." (HATOUM, 2009).⁹

Euclides faz uma veemente defesa dos migrantes sertanejos espalhados pela Amazônia, algo semelhante ao que fez em *Os Sertões*. Olha para esses migrantes e sua vida de penúria nos seringais amazônicos, revolta-se com a situação de completa escravidão a que eles são submetidos e explode em denúncias contra aquela exploração, perpetrada na "mais criminosa organização do trabalho que engenhrou o mais desacomodado egoísmo". Chama os seringueiros de origem nordestina de "caboclos titânicos que ali estão construindo um território" (CUNHA, 2003, p. 79), uma nova versão do sertanejo que é, antes de tudo, "um forte", de *Os Sertões*. Uma descrição que beira a idealização folhetinesca. Era esse migrante que estava cumprindo a espinhosa missão de "domar" e "amansar" o deserto. Ele seria o "vetor da civilização", nas palavras de Hatoum (2009), por ter sobrevivido ao regime de trabalho escravo a que foi submetido, e também por ter resistido à natureza insólita e terrivelmente ameaçadora.

Mas ao caboclo nativo da região, assim como aos indígenas, Euclides reserva as tintas mais escuras, já que essa sociedade nativa não se ajustava a seu ideal de progresso e a sua "missão civilizadora, que incluía a posse e o povoamento sistemático do que ele chamava 'terra ignota' e 'deserto'. Homens fracos, preguiçosos e viciados não podem enfrentar a 'inconstância da base física onde se agita a sociedade'" (HATOUM, 2009).¹⁰

Euclides dialoga, nesse sentido, com um longa tradição. Pinto (2006) esclarece a questão ao utilizar a

⁹ Idem

¹⁰ Idem

metáfora da “viagem das ideias” para mostrar como, num passado relativamente remoto, brotou e se desenvolveu um aglomerado de ideias que “viajariam” no tempo e no espaço, vindo desembocar junto com os rios da Amazônia, formatando o pensamento social sobre a região. Mostra que, para que se entenda o modo como se formou o pensamento social sobre a Amazônia, é imprescindível que sejam revisitados os autores que emitiram conceitos e ideias que serviram de base para postulados posteriores em relação não apenas ao mundo amazônico, mas também ao Novo Mundo, de forma geral. Para ele, a ideia arraigada da superioridade da raça branca sobre indígenas, negros e mestiços estiveram e continuam presentes “na maior parte dos intentos para explicar e decifrar a condição cultural do Novo Mundo e da Amazônia e que terminaram por se constituir em aspectos de evidente relevância para a construção da história do pensamento social ocidental moderno” (PINTO, 2006, p.15).

Nessas tentativas de explicação, como lembram Gondim (1994) e Pinto (2006), é corrente a ideia de que o ambiente amazônico, por força do condicionamento climático, desfavorece o desenvolvimento da civilização, e que os nativos da região situam-se em estágio bastante anterior ao estágio de civilização da Europa e de outras regiões do mundo, tendo um comportamento marcado pela pusilanimidade, aliada à preguiça inata, que o torna praticamente um elemento decorativo da paisagem. Estava aí o embrião do entendimento de Euclides de que a Amazônia é um experimento da natureza ainda em formação, “mas apresentando condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas.” Essas ideias se propagaram e foram em alguma medida adotadas por autores até o presente,

contribuindo para cimentar as ideias mais correntes do senso comum sobre a região” (PINTO, 2006, p.20). Euclides certamente bebeu nessas fontes, e esse estigma impediu, de certa forma, a concretização de sua prometida vingança.

4.2 Paraíso perdido e inferno verde

Uma das metáforas que sobressaem nos textos de Euclides é a antítese paraíso / inferno relativamente à região amazônica. Só para citar dois exemplos, para o seu livro de interpretação da Amazônia, que ficou inacabado, escolheu o título “Paraíso perdido”, ao mesmo tempo em que referendava o título “Inferno verde”, escolhido pelo amigo Alberto Rangel para o seu livro, também de interpretação da Amazônia.

Evidentemente, não nasceu com Euclides essa tendência à designação antinômica para o mesmo espaço. Holanda (1959/2010) realizou um estudo bem detalhado sobre os motivos edênicos no “descobrimento” e colonização tanto do Brasil quanto da América e de outras terras desconhecidas na era dos grandes descobrimentos, e mostra que o anseio por encontrar o Paraíso Terrestre, perdido ainda no começo dos tempos, tal como relata o livro das Gênesis, ocupou a mente de peregrinos e viajantes em praticamente todas as épocas. Essa “visão do Paraíso”, como ele denomina tal tendência,

[...] esteve continuamente na imaginação de navegadores, exploradores e povoadores do hemisfério ocidental. Denunciavam-no as primeiras narrativas de viagem, os primeiros tratados

descritivos, onde a todo instante se reitera aquela mesma tópica das visões do Paraíso que, inaugurada desde o IV século num poema latino atribuído, erradamente segundo muitos, a Lactâncio, e mais tarde desenvolvida por Santo Isidoro de Sevilha, alcançara, sem sofrer mudança, notável longevidade (HOLANDA, 1959/2010, p. 13).

Para os homens que se lançavam do Velho Mundo à aventura das descobertas e conquistas, deixando para trás os conhecidos ambientes envoltos em pobreza e escassez, encontrar terras dadivosas, de primaveras constantes, equivalia a entrar em contato com o jardim edênico, perdido em tempos imemoriais. Foi assim com os homens de Colombo na “descoberta” da América:

Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os providentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade – sinal de imperfeição – de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro (HOLANDA, 1959/2010, p. 13).

Para Holanda (1959/2010), essa ilusão original, pautada na sedução do maravilhoso, de acesso ao Paraíso, produziu temas comuns e duradouros na colonização das várias regiões que correspondem hoje à América Latina. Seduziu igualmente hispânicos, lusos e castelhanos. Esse Paraíso que, na Idade Média, estava restrito a apenas uma certa “noção” ascética nos preceitos dos teólogos, na era dos grandes descobrimentos pareceu materializar-se não raras vezes em pontos diversos do

Novo Mundo. Assim, a demanda do paraíso disseminou-se entre descobridores ou conquistadores pela América Latina.

Holanda entende que as descrições medievais do Éden motivaram o surgimento de alguns *topoi* na cultura ocidental, como o da eterna primavera e o do invariável ar temperado que o pretenso horto sagrado oferecia como dádiva ao homem. Em terras americanas, Cristóvão Colombo e, posteriormente, frei Bartolomeu de las Casas, abriram perspectivas para tantos outros navegadores e cronistas que foram afetados por esse “clichê”, que passou a ser revisitado no Brasil, por figuras como Pero de Magalhães Gandavo, Anchieta, Nóbrega, Fernão Cardim. Nas crônicas do período colonial, exalta-se com muita frequência os “bons ares” do Brasil, comparando-o ao Paraíso Terreal. Segundo Holanda (2010), Colombo entendia que as Índias, para onde ele estava sendo guiado pela mão da Providência, situavam-se na orla desse Paraíso.

A matriz para a “visão do Paraíso”, evidentemente, encontra-se na narrativa de Gênesis 2: 8-25 e 3: 1-24. Ali tomamos conhecimento a respeito da feitura do jardim do Éden pelo Criador, para ser a feliz morada do primeiro casal da face da Terra. Segundo a narrativa bíblica, Deus fez brotar no Éden um grande pomar, com toda qualidade de árvores tanto ornamentais quanto frutíferas, tendo ao centro a árvore da vida, além da árvore do conhecimento do bem e do mal. Adão tinha a liberdade de tomar e comer os frutos de qualquer árvore do jardim, com exceção da árvore do conhecimento do bem e do mal, em relação à qual receberam a ordem expressa de não comer do seu fruto, sob pena morrer no dia em que o fizessem.

Ainda conforme a narrativa bíblica, no Éden nascia um rio para regar a terra, o qual se dividia em quatro braços: o Píson, que rodeava toda a terra de Havilá, onde havia ouro, bdélio e pedra de berilo; o Gíon, que rodeava toda a terra de Cuque; o Tigre, que corria pelo oriente da Assíria; e o Eufrates. Recebendo o jardim como sua perene morada, o homem recebeu também o encargo de o cultivar e proteger. Havendo criado todos os animais, Deus levou a Adão para nomeá-los. Sobre eles deveria exercer domínio.

Continua o relato do Gênesis que, na criação dos seres humanos, primeiramente Deus fez o homem, usando o pó da terra para moldar um ser que se tornaria vivente com o sopro divino em suas narinas fornecendo-lhe o fôlego da vida. Para criar a mulher, Deus fez o homem recém-criado cair em um pesado sono, oportunidade em que extraiu uma de suas costelas, a partir da qual fez a mulher, dada a ele como auxiliadora. O casal passou a viver em pleno estado de inocência, sem noção de malícia, não se envergonhando do estado de nudez em que vivam.

Mas o ingresso do pecado no Paraíso ocasionou a “queda” do casal, que foi imediatamente expulso do jardim, pois eles, que antes conheciam apenas o bem, agora tinham se tornado conhecedores também do mal, e havia o risco de comerem da árvore da vida e viverem eternamente com esse conhecimento do mal. Entre os ingredientes do mal, que eles passaram a conhecer, estavam a ingente dor de parto, a sujeição da mulher ao seu marido, o suor do rosto, o trabalho fatigante, o surgimento de cardos e espinhos na natureza, sofrimentos de todos os matizes e, por fim, a morte. Lançado o casal para fora do jardim, Deus pôs na entrada querubins de guarda, com uma espada flamejante que se voltava para

todos os lados, a fim de impedir o acesso dos humanos ao caminho da árvore da vida. O Paraíso tinha sido perdido.

Na concepção de Holanda (1959/2010, p. 228),

O perfeito acordo entre todas as criaturas, a feliz ignorância do bem e do mal, a isenção de todo mister penoso e fatigante, e ainda a ausência da dor física e da morte: estes são os elementos constitutivos da condição primeira do homem, que há de ser abolida com o Pecado e a Queda. Sobre esse núcleo inicial, que pertence ao Gênesis, ampliado, em seguida, de traços oriundos do Apocalipse e, depois, de novos e sucessivos atributos tomados geralmente às crenças do paganismo, irão engastar-se pouco a pouco os juízos interpretativos dos padres da Igreja e dos teólogos, para formar, finalmente, a ideia medieval do Paraíso Terrestre.

A fixação que tinham os navegadores pela demanda do Paraíso Terrestre levou o espanhol León Pinelo, entre 1645 e 1650, ao exagero de fixar o lugar exato onde se localizava o imenso jardim habitado por Adão e Eva antes da queda, na parte central da América do Sul. E fez isso através de um intrincado raciocínio articulado a partir de textos bíblicos e de especulações geográficas. A “descoberta” era o reflexo de um desejo arraigado, partilhado por muitos, de achar o Éden perdido pelo primeiro casal. Nos cálculos de Pinelo, os rios do Paraíso, citados pelo autor do Gênesis, teriam a seguinte equivalência: o Pison seria o Prata; o Gion, o Madalena, assimilado ao Tigre; o Orenoco, o Eufrates. Para ele, o fruto da ciência do bem e do mal referido na literatura bíblica só podia ser o maracujá, cujo aroma excitante poderia ter estimulado o apetite da mulher, e cuja flor

enigmática assinalava os mistérios da paixão de Cristo (HOLANDA, 1959/2010).

Contribuindo para a propagação do mito, Nóbrega e Cardim enumeraram no quinhentismo os predicativos da “terra sem males”: árvores aprazíveis e boas para o apetite em abundância, ausência da dor e da morte e vida de inteira ociosidade. Tratava-se, obviamente, na visão deles, do paraíso indígena localizado no Brasil. Para Barros (2007, p. 131), a empolgação das primeiras narrativas de colonizadores e expedicionários sobre as terras brasileiras, exaltando a exuberância e a prodigalidade da natureza,

aguçou o imaginário de povos distantes, levando-os a construir representações edênicas sobre as novas terras, imaginando ser as mesmas remanescentes do paraíso terreal, sede do Jardim do Éden. As narrativas produzidas, desde cedo, tornaram-se manifestações arquetípicas de um discurso que remetia literalmente ao mito do paraíso terreal.

Essa visão do Paraíso foi se dilatando em direção ao vale amazônico, atraindo para ali os olhares sedentos de vida perene no Dourado, como foi o caso de Orellana, e Ursúa. Sob a forma de Eldorado, o paraíso de Colombo se espalhou para a Guiana e para o rio de Orellana. Barros (2007, p. 133) assinala que, no Brasil, “foi exatamente a região amazônica, mais especificamente o chamado Grão-Pará que mais despertou a atenção dos cronistas”, pois muitos deles acreditavam na possibilidade de ali ter sido plantado por Deus o Paraíso Terreal.

Na concepção de Holanda, o mito do paraíso perdido foi fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens. A corrupção do mundo e da natureza, em consequência do Pecado e da Queda, era um

estigma do qual eles se ressentiam, e era uma ideia recorrente nas Sagradas Escrituras. Já estava presente no Gênesis, quando a maldição do Pecado atingiu não apenas os seres humanos, mas também a própria terra, que passaria a produzir cardos e espinhos. E só para lembrar uma passagem do Novo Testamento, o apóstolo Paulo cristaliza a triste lembrança de que toda a criação, e não somente os homens, geme e padece até hoje, suportando a maldição do Pecado cometido pelo primeiro homem (ROMANOS 8, 22).

O homem olha ao seu redor e vê a miséria do tempo presente. Sente falta de um certo estado de delícias perdido no tempo, e isso o leva a um sentimento de nostalgia de um passado venturoso e idílico. Deseja reconquistar “aquela condição plena de bem-aventurança, tal como a viram e cantaram os poetas”, que representaria “a projeção, sobre um plano cósmico, da vida da infância tal como a podem ver os adultos, isto é, uma infância idealizada pela distância: Assim, era natural que a situassem no passado. E representa, além disso, o reverso necessário, e em certo sentido compensatório, das misérias do presente” (HOLANDA, 1959/2010, p. 229).

É por essa razão que

a ideia de que do outro lado do Mar Oceano se acharia, se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele, perseguia, com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho (HOLANDA, 2010, p. 273).

Mas, se por um lado porções do Novo Mundo eram objetos dessa idealização, alçados ao patamar de Paraíso Terrestre, por outro lado não são poucas as referências a esse mesmo espaço como o “antiparaíso” ou, para usar uma palavra repisada em textos amazônicos, como o “inferno”. Mas a visão “infernai” não foi tão insistente, ou pelo menos não foi tão impactante, quanto a “visão do Paraíso”. O infernismo, contraposto ao edenismo, esteve na pauta da maioria dos naturalistas do século XVII. Eles dão curso, indiferentemente, a “duas ideias que na aparência se opõem: a de um mundo gasto ou degenerado, e a de um mundo inacabado ou imaturo” (HOLANDA, 1959/2010, p. 32).

Mas a antinomia era apenas aparente: na verdade, paraíso e inferno eram apenas as duas faces de uma mesma realidade. Para usar uma metáfora, os dois lados da mesma moeda. Colombo, por exemplo, conforme Holanda, assinalava que nos cenários mágicos de primores e deleites que se ofereciam ao descobridor despontavam perigos e espantos materializados em entidades misteriosas que se punham como obstáculo à conquista. Monstros e criaturas espantosas circundavam o Paraíso. Assim se disseminou a ideia de que ele só é “acessível aos mortais através de mil perigos e penas, manifestos, ora sob a aparência de uma região tenebrosa, ora de colunas ígneas que nos impedem alcançá-lo, ou então de demônios ou pavorosos monstros” (HOLANDA, 1959/2010, p. 59).

Quanto a Euclides, o seu olhar sobre a Amazônia capta aquele “paraíso perdido” que tantos e tantos navegadores intentaram encontrar. Mas ele não é mais aquele espaço lúdico, idílico, eternamente primaveril idealizado por descobridores e colonizadores. Trata-se de

um “paraíso” maculado por fortes manchas de “inferno”. Era o “paraíso diabólico” de que ele fala, cuja mais exata expressão eram os seringais. Um “paraíso tenebroso” que atraía os sertanejos para encerrá-los numa prisão a céu aberto.

Os próprios topônimos da região, nos quais Euclides aponta uma visível eloquência predicativa, parecem sinalizar no sentido da simbiose do inferno com o paraíso:

Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios. De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento ou de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudades, S. João da Miséria, Escondido, Inferno...* De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio, Novo Encanto, Triunfo, Quero ver!, Liberdade, Concórdia, Paraíso...* (CUNHA, 2003, p. 91-92).

Ao prefaciар o *Inferno verde*, de Alberto Rangel, Euclides abona a escrita do amigo no que concerne à “visão do inferno” nos onze quadros de “apavorante simbolismo” que o livro apresenta em onze capítulos. Ali, a Amazônia é o inferno, a mesma “paragem maldita” tão citada por Euclides em seus textos. Dessa forma, vislumbra-se o paraíso (perdido) e o inferno (verde) como sendo os dois lados de uma mesma moeda, que é o espaço amazônico.

A literatura amazônica, por décadas a fio, esteve presa a essa dicotomia, cunhada por Monteiro (1998)

pelos nomes de “edenismo” e “infernismo”. O *infernismo* era fruto do assombro diante um espaço considerado excessivamente misterioso. O homem espanta-se com a enormidade da floresta e dos rios, e libera a fantasia para grandes viagens para sondar mistérios e horrores subjacentes à imensurável massa líquida dos rios e ao estonteante universo verde da selva. O espanto se intensifica com a constatação do submundo de estupidez perpetuado no interior da selva, com o aniquilamento do homem pelo próprio homem. No reino do arrivismo que se montou na região, a terra foi manchada pela violência no decurso da invasão da região pela corrida vertiginosa em busca da borracha. Já o edenismo, muito caro aos poetas e aventureiros sonhadores, era fruto do êxtase que acometia muitos dos viajantes, deslumbrados com uma terra tão pujante, luxuriante, de belezas e riquezas inimagináveis. Acessando uma terra que sequer supunham existir como tal, imaginavam ter encontrado uma porção do paraíso edênico na terra (MONTEIRO, 1998).

Mas no caso de Euclides, como em muitos outros escritores, há sempre um senão, expresso num adjetivo paradoxal: o paraíso é “perdido”, é “diabólico”, e o inferno é “verde”, é “florido”. Ou seja, o inferno tinge-se de paraíso, enquanto o paraíso é chamuscado de inferno. Sempre um paradoxo (ou um oxímoro) estrutural revelando incertezas prementes. Na interessante leitura de Hardman (2009, p. 57), o que ocorre na interpretação euclidiana da Amazônia é a interrupção do gênesis (que não se completou) pela precipitação do apocalipse:

uma oscilação de imagens que embaralham visões dos começos e fins dos tempos e mundos, que se alternam e se misturam entre cenas do Gênesis interrompido contra outras tantas do Apocalipse

precipitado, entre a paisagem ausente de sinais humanos, seja à margem, seja anterior, seja fora mesmo do campo da história; ou, bem ao contrário, um território já demarcado por brutalidades antigas que o puseram à força nas franjas do processo civilizatório ocidental e colonial desde pelo menos o século XVII.

4.3 Judas-Asverus ou Sísifo amazônico

“Judas-Asverus” é, sem dúvida, o texto mais apreciado entre todos os que Euclides escreveu sobre a Amazônia. Incluído em *À Margem da história*, como um dos seus capítulos, esse texto contém traços dos gêneros lírico, épico e dramático em um diálogo impressionante. É um texto-síntese. Ali está delineado, em letras garrafais, todo o martírio do seringueiro em sua *via crucis* materializada na “via dolorosa” das estradas de seringueiras. Para escrever sua tragédia, ou epopeia, ou poema lírico, ou conto (o texto é absolutamente rebelde aos rótulos), Euclides elege um espaço e um tempo. O espaço, os seringais do Alto Purus; o tempo, o sábado de aleluia.

A base conceitual que subjaz à narrativa de Judas-Asverus é a metáfora orientacional FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO, apontada por Lakoff e Johnson (2002).

O texto tem início falando de uma vingança levada a efeito pelos seringueiros:

No sábado de Aleluia os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes. É um desafio. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se-lhes, nesse dia, todas as maldades. Acreditam numa sanção litúrgica aos máximos

deslizes. Nas alturas, o Homem-Deus, sob o encanto da vinda do filho ressurreto e despeado das insídias humanas, sorri, complacentemente, à alegria feroz que arrebenta cá em baixo. E os seringueiros vingam-se, ruidosamente, dos seus dias tristes (CUNHA, 2003, p. 117).

Os seringueiros aproveitam o ensejo dos festejos meio religiosos e meio profanos do sábado de aleluia, na Semana Santa, para purgarem-se da tristeza que lhes acomete. Mas ali, na solidão da selva amazônica, o significado da semana santa é bem diverso do sentido tradicional:

Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lavapés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a Semana Santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora (CUNHA, 2003, p. 117).

Enquanto a Semana Santa, no distante torrão natal, oferece momentos de contrição, rezas, retiro e reflexões sobre o sofrimento de Deus, mas são dias passageiros, contrapostos a dias mais numerosos de felicidade, ali na selva os dias de tristeza duram

a existência inteira, monótona, obscura, doloríssima e anônima, a girar acabrunhadamente na vida dolorosa e inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado das "estradas". Então pelas almas simples entra-lhes, obscurecendo as miragens mais deslumbrantes da fé, a sombra

espessa de um conceito singularmente pessimista da vida: certo, o redentor universal não os redimiu; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões (CUNHA, 2003, p. 118).

Mas não há blasfêmia nem revolta por parte daqueles homens. Resignam-se à desdita do seu destino. Apenas uma reza de vez em quando leva algum travo de ressentimento contra a divindade. O sertanejo revela, com esse procedimento, que

tem a noção prática, tangível, sem raciocínios, sem diluições metafísicas, maciça e inexorável – um grande peso a esmagar-lhe inteiramente a vida – da fatalidade; e submete-se a ela sem subterfugir na covardia de um pedido, com os joelhos dobrados. Seria um esforço inútil. Domina-lhe o critério rudimentar uma convicção talvez demasiado objetiva, ou ingênua, mas irredutível, a entrar-lhe a todo o instante pelos olhos adentro, assombrando-o: é um excomungado pela própria distância que o afasta dos homens; e os grandes olhos de Deus não podem descer até aqueles brejais, manchando-se. Não lhe vale a pena penitenciar-se, o que é um meio cauteloso de rebelar-se, reclamando uma promoção na escala indefinida de bem-aventurança. Há concorrentes mais felizes, mais bem protegidos, mais numerosos, e, o que se lhes figura mais eficaz, mais vistos, nas capelas, nas igrejas, nas catedrais, e nas cidades ricas onde se estadeia o fausto do sofrimento uniformizado de preto, ou fugindo na irradiação de lágrimas, e galhardeando tristezas... (CUNHA, 2003, p. 119).

A parte que lhe cabe, ali, esquecido pela própria Providência, é mesmo a resignação. Tem que seguir estoicamente e mudo, impassível, a sua sina de isolamento e desventura. A única revolta que consegue esboçar é contra si mesmo. Sente-se culpado pela “ambição maldita” que o cegou diante dos traficantes de gente que o iludiram lá nas paragens nativas, para em seguida entregá-lo, manietado, para um impune sistema de escravidão. E esse pecado, em seu raciocínio, é o seu próprio castigo: transformou a sua vida em uma “interminável penitência”. E o sábado de aleluia é a única oportunidade que ele tem, durante todo o ano, de arrancar a sua penúria da penumbra das matas e exibi-la, em sua crua e apavorante nudez, à “humanidade longínqua”.

Como realizar essa façanha? A própria igreja católica lhe oferece o recurso: “ora, para isso, a igreja dá-lhe um emissário sinistro: Judas; e um único dia feliz: o sábado prefixo aos mais santos atentados, às balbúrdias confessáveis, à turbulência mística dos eleitos e à divinização da vingança”. Só que ali, onde a existência ocorre em um compasso diferente de todo o mundo, é necessário que o “Judas” tenha também uma configuração diferente. O monstro de palha, que é trivial em qualquer época e lugar, não basta à missão complexa e grave que o sertanejo precisa lhe dar como incumbência. Ele “vem batido de mais pelos séculos e fora tão pisado, tão decaído e tão apedrejado que se tornou vulgar na sua infinita miséria, monopolizando o ódio universal e apanhando-se, mais e mais, diante de tantos que o malquerem” (CUNHA, 2003, p. 119). Assim, a imagem do judas tem que ser recriada:

Faz-se-lhe mister, ao menos acentuar-lhe as linhas mais vivas e cruéis; e mascarar-lhe no rosto de pano, e laivos de carvão, uma tortura tão trágica, e

em tanta maneira próxima da realidade, que o eterno condenado pareça ressuscitar ao mesmo tempo que a sua divina vítima, de modo a desafiar uma repulsa mais espontânea e um mais compreensível revide, satisfazendo à saciedade as almas ressentidas dos crentes, com a imagem tanto quanto possível perfeita da sua miséria e das suas agonias terríveis (CUNHA, 2003, p. 119).

E é nesse mister que o seringueiro transforma-se, repentinamente, em escultor. Auxiliado pelos filhos pequenos, que recolhem palhas e farrapos por todos os lados, inicia a fabricação da figura “funambulesca” do judas. Para as crianças, aquela atividade representa a quebra da monotonia tristonha de uma vida “invariável e quieta”. O judas, a princípio, parece ser a figura de sempre: vestido com roupas velhas do próprio sertanejo, enchimento feito de palha e molambos, “braços horizontais, abertos, e pernas em ângulo, sem juntas, sem relevos, sem dobras, aprumando-se, espantadamente, empalado, no centro do terreiro. Por cima uma bola desgraciosa representando a cabeça. É o manequim vulgar, que surge em toda a parte e satisfaz à maioria das gentes”. Mas para o seringueiro, aquilo ainda não é o judas. É apenas o “bloco” a partir do qual ele vai esculpir a “estátua” desejada, que é a sua “obra-prima”, “expressão concreta de uma realidade dolorosa” (CUNHA, 2003, p. 121).

Na sua estranha estatuária, o seringueiro continua o trabalho com a figura disforme:

salienta-lhe e afeiçoa-lhe o nariz; reprofunda-lhe as órbitas; esbate-lhe a fronte; acentua-lhe os zigomas; e aguça-se o queixo, numa massagem cuidadosa e lenta; pinta-lhe as sobrancelhas, e

abre-lhe com dois riscos demorados, pacientemente, os olhos, em geral tristes e cheios de um olhar misterioso; desenha-lhe a boca, sombreada de um bigode ralo, de guias decaídas aos cantos. Veste-lhe depois, umas calças e uma camisa de algodão, ainda servíeis; calça-lhe umas botas velhas, cambadas...

Miguel Ângelo; arranca o seu próprio Recua meia dúzia de passos. Contempla-a durante alguns minutos. Estuda-a. Em torno a filharada, silenciosa agora, queda-se espectante, assistindo ao desdobrar da concepção, que a maravilha.

Volve ao seu homúnculo: retoca-lhe uma pálpebra; aviva um ritus expressivo na arqueadura do lábio; sombreia-lhe um pouco mais o rosto, cavando-o; ajeita-lhe melhor a cabeça; arqueia-lhe os braços; repuxa e retifica-lhe as vestes...

Novo recuo, compassado, lento, remirando-o, para apanhar de um lance, numa vista de conjunto, a impressão exata, a síntese de todas aquelas linhas; a renovar a faina com uma pertinácia e uma tortura de artista incontentável. Novos retoques, mais delicados, mais cuidadosos, mais sérios: um tenuíssimo esbatido de sombra, um traço quase imperceptível na boca refogada, uma torção insignificante no pescoço engravatado de trapos...

E o monstro, lento e lento, num transfigurar-se insensível, vai-se tornando em homem. Pelo menos a ilusão é empolgante...

Repentinamente o bronco estatuariário tem um gesto mais comovedor do que o Parla ansiosíssimo, de sombreiro; atira-o à cabeça de Judas; e os filhinhos todos recuam, num grito, vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra o vulto do seu próprio pai.

Evidentemente, o sertanejo esculpiu o judas à sua própria imagem e semelhança. E ali estava, materializada, a primeira etapa de sua vingança.

Vingança de si mesmo, pela credulidade infantil que o conduziu até aquele inferno como escravo; pela ambição que lhe cegou os olhos, não permitindo perceber que estava sendo iludido; e pela fraqueza moral que lhe castra os ímpetos de rebeldia, fazendo-o afundar cada vez mais naquela existência “decaída”.

Mas aquela estranha escultura devia ser conduzida à segunda e definitiva etapa da vingança: a “imagem material da sua desdita” deve ser enviada a toda a terra, como um “mudo pregoeiro”, a fim de fazer conhecido o seu infortúnio além da sua moradia, afogada na espessura impenetrável das matas. E o rio que passa em frente à cabana é a melhor estrada para esse fim. Embaixo, uma rústica jangada previamente preparada com quatro paus “rijamente travados” espera o sinistro viajante que irá utilizá-la em sua viagem macabra rio abaixo. O judas leva às costas um saco de carvão recheado com refugos da mata e pedras; na cintura, um pistola enferrujada já há muito fora de uso. O sertanejo o aloja na jangada, faz-lhe “curiosas recomendações” ou lhe dá “os mais singulares conselhos” e impele a fantástica embarcação ao sabor da correnteza do rio.

É dessa forma que “judas feito Asverus vai avançando vagarosamente para o meio do rio” (CUNHA, 2003, p. 121). Aqui Euclides recorre à lenda do Asverus, geralmente associada à figura do “Judeu Errante”, “condenado ao eterno degredo, a caminhar sem rumo por toda a vida, e a não morrer antes do Juízo Final, por ter blasfemado contra o Cristo a caminho do calvário” (HARDMAN, 2009, p. 74).

Portanto, na canoa que desce o rio ao sabor da correnteza, não é o tradicional Judas que viaja: é o Judas-Asverus, ou o Judas feito Asverus. O rio é o seu caminho

para o mundo. e quando ele passa em frente às barracas à beira do rio,

os vizinhos mais próximos, que se adensam, curiosos, no alto das barrancas, intervêm ruidosamente, saudando com repetidas descargas de rifles, aquele bota-fora. As balas chofram a superfície líquida, eriçando-a; cravam-se na embarcação, lascando-a; atingem o tripulante espantoso; trespassam-no. Ele vacila um momento no seu pedestal flutuante, fustigado a tiros, indeciso, como a esmar um rumo, durante alguns minutos, até se reaviar no sentido geral da correnteza. E a figura desgraciosa, trágica, arrepiadoramente burlesca, com os seus gestos desmanchados, de demônio e truão, desafiando maldições e risadas, lá se vai na lúgubre viagem sem destino e sem fim, a descer, a descer sempre, desequilibradamente, aos rodopios, tonteando em todas as voltas, à mercê das correntezas, "de bubuia" sobre as grandes águas.

Não para mais. À medida que avança, o espantalho errante vai espalhando em roda a desolação e o terror; as aves, retransidas de medo, acolhem-se, mudas, ao recesso das frondes; os pesados anfíbios mergulham, cautos, nas profunduras, espavoridos por aquela sombra que ao cair das tardes e ao subir das manhãs se desata estirando-se, lutuosamente, pela superfície do rio; os homens correm às armas e numa fúria recortada de espantos, fazendo o "pelo sinal" e apertando os gatilhos, alvejam-no desapiedadamente. Não defronta a mais pobre barraca sem receber uma descarga rolante e um apedrejamento.

As balas esfuziam-lhe em torno; varam-no; as águas, zimbradas pelas pedras, encrespam-se em círculos ondeantes; a jangada balança; e, acompanhando-lhe os movimentos, agitam-se-lhe os braços e ele parece agradecer em canhestras medidas as manifestações rancorosas em que

tempesteiavam tiros, e gritos, sarcasmos pungentes e esconjuros e sobretudo maldições que revivem, na palavra descansada dos matutos, este eco de um anátema vibrado há vinte séculos. – Caminha, desgraçado! (CUNHA, 2003, p. 123-124)

É a vingança que se completa. Ao passar em frente a cada habitação ribeirinha, o silencioso viajante recebe do alto tiros, pedradas e malsinações. Homens, mulheres e crianças unem-se nessa empreitada tumultuária de execrar o demoníaco barqueiro. Em cada paragem, “dois ou três minutos de alaridos e tumulto, até que o judeu errante se forre ao alcance máximo da trajetória dos rifles, descendo...” (CUNHA, 2003, p. 125)

A sua sina é descer, juntamente com outros “companheiros” que encontra pelo caminho:

E vai descendo, descendo... Por fim não segue mais isolado. Aliam-se-lhe na estrada dolorosa outros sócios do infortúnio; outros aleijões apavorantes sobre as mesmas jangadas diminutas entregues ao acaso das correntes, surgindo de todos os lados, vários no aspecto e nos gestos; ora muito rijos, amarrados aos postes que os sustentam, ora em desengonços, desequilibrando-se aos menores balanços, atrapalhadamente, como ébrios; ou fatídicos, braços alçados, ameaçadores, amaldiçoando; outros humílimos, acurvados num acabrunhamento profundo; e por vezes, mais deploráveis, os que se desviam à ponta de uma corda amarrada no extremo do mastro esguio e recurvo, a balouçarem, enforcados... Passam todos aos pares, ou em filas, descendo, descendo vagarosamente... (CUNHA, 2003, p. 125).

A cena final da narrativa é “chocante”, pelo seu apelo dramático:

Às vezes o rio alarga-se num imenso círculo; remansa-se; a sua corrente torce-se e vai em giros muito lentos perlogando as margens, traçando a espiral amplíssima de um redemoinho imperceptível e traiçoeiro. Os fantasmas vagabundos penetram nestes amplos recintos de águas mortas, rebalsadas; e estacam por momentos. Ajuntam-se. Rodeiam-se em lentas e silenciosas revistas. Misturam-se. Cruzam então pela primeira vez os olhares imóveis e falsos de seus olhos fingidos; e baralham-se-lhes numa agitação revolta os gestos paralisados e as estátuas rígidas. Há a ilusão de um estupendo tumulto sem ruídos e de um estranho conlíabulo, agitadíssimo, travando-se em segredos, num abafamento de vozes inaudíveis.

Depois, a pouco e pouco, debandam. Afastam-se; dispersam-se. E acompanhando a correnteza, que se retifica na última espiral dos remansos – lá se vão, em filas, um a um, vagarosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo... (CUNHA, 2003, p. 126)

Nesse texto, sobressai a ideia da descida, representada na trajetória do Judas-Asverus. E ele é o *alter ego* do seu próprio criador, o seringueiro, cuja vida consiste em descer, degradando-se cada vez mais. E realça-se também a ideia de vingança. O viajante noturno da jangada improvisada recebe toda sorte de impropérios e descarga de chumbo porque ele tem uma ousadia que o próprio seringueiro não consegue ter: ele abandona a “paragem maldita” do seringal, e se liberta. Segue em frente sem nada temer, sendo que nem as saraivadas de tiros o detêm em sua viagem. Os seringueiros o alvejam

por não terem essa coragem que ele tem e, indiretamente, vingam-se de si mesmos.

Hardman (2009) observa, com propriedade, o processo de degradação expresso pelas denominações que o narrador dá ao boneco feito pelo sertanejo. Inicialmente, ele é nomeado simplesmente pelo termo popular “judas”, que posteriormente se converterá em “judas feito Asverus”. Depois, passa a ser referido como “estátua”, “figura disforme”, “homúnculo”, “monstro”, “figura desengonçada e sinistra”, “maldito”, “estranho e mudo pregoeiro”, “viajante macabro”, “figura demoníaca”, “tripulante espantoso”, “figura desgraciosa, trágica e arrepiadoramente burlesca”, “espantalho errante”, “judeu errante”, “sócios de infortúnio”, “aleijão apavorante”, “fantasma vagabundo”. Além de apontar para a degradação, essas denominações grotescas possibilitam alçá-lo de simples objeto a símbolo da condição humana. Hardman (2009, p. 78) vê aquele espantalho errante como um “duplo do sertanejo solitário e rejeitado, ao mesmo tempo, pela natureza e pela civilização”.

Euclides condensa, nesse conto-drama, duas outras antiquíssimas narrativas das tradições ocidentais. Primeiramente, recolhe do relato bíblico a história de Judas Iscariotes, a quem coube o papel de traidor de Jesus nos últimos dias de Sua vida e que, por isso, tornara-se alvo das “malhações” no sábado da aleluia em todo o Brasil (HARDMAN, 2009). Em segundo lugar, como eu já disse anteriormente, recorre à lenda do Asverus, associada à figura do “Judeu Errante”, “condenado ao eterno degredo, a caminhar sem rumo por toda a vida. Essa fusão das duas figuras fantásticas, unificadas na figura do boneco que é um duplo do sertanejo, soa como um irreversível anátema nos rincões

amazônicos: o seringueiro é um condenado. E quanto a essa realidade estúpida, o criativo narrador, elaborador de metáforas desconcertantes, parece desencantado.

Mas o desencanto não significa inação. Não impede que ele teça severas críticas àquele sistema exploratório, nem que advogue a elaboração de políticas sociais redentivas para aqueles condenados. Inicialmente, assustou-o constatar que, quando da chegada do sertanejo à Amazônia, aguardava-o “a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano” (CUNHA, 2003, p. 51). Em suas andanças pelos seringais, observou que “o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2003, p. 51). E não pôde se furtar a uma comparação bastante elucidativa:

Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de S. Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente. A sua atividade, desde o primeiro golpe de machadinha, constringe-se para logo num círculo vicioso inaturável: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os esforços e as fadigas para saldá-la (CUNHA, 2003, p. 88).

Ali estava uma sociedade rejeitada pela natureza e pela “civilização”, na paradoxal condição de “expatriados dentro da própria pátria”. Foram expurgados de sua terra natal, no Nordeste, porque ali representavam uma terrível

ameaça. Eram rebotalhos das secas que assolaram a região nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Fugindo da morte que chegava no rastro da seca inclemente, começaram a invadir as cidades, que se viram ameaçadas pela presença indesejada daquela gente doente e esfaimada. A solução mais viável foi “expatriá-los” para a Amazônia, onde, por sinal, era urgente a importação de mão-de-obra para a extração do látex nos confins da floresta. O aumento expressivo da demanda da borracha para uso industrial estava a exigir o povoamento das estradas de seringa (LOUREIRO, 1985; CORRÊA, 1996; DIAS, 1999; TOCANTINS, 2000; SOUZA, 2003, 2009).

Dos seringais amazônicos, partiam os agenciadores para o sertão nordestino em busca dessa mão de obra. Chegando lá, encontravam aliados nos poderes públicos, pasmados com a invasão crescente daquela “população adventícia de famintos assombrosos devorados das febres e das bexigas” (CUNHA, 2003, p. 85). Convinha libertar as cidades, o mais rápido possível, “daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil”. Medida de urgência era sanear as cidades. Assim, da aliança nefasta das lideranças políticas nordestinas com os agenciadores dos seringais nascia o processo de expulsão dissimulada. “Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria” (CUNHA, 2003, p. 85). Falando sobre essa “expatriação”, Euclides nos põe diante de um quadro trágico e assustador:

A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem... (CUNHA, 2003, p. 85).

Os “banidos” eram, de verdade, “fardos agitantes consignados à morte”. Euclides é de uma precisão cirúrgica nessas metáforas. Mas a gente que, para alívio dos governantes lá no sertão, deveria desaparecer, não desapareceu. Ao contrário, em menos de trinta anos, como diz Euclides (2003, p. 85), expandiram o Estado do Acre, “que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado”, ocupado agora por “cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heroico; dilatando a pátria até os terrenos novos que haviam desvendado” (CUNHA, 2003, p. 86). Ressuscitaram sem ter morrido, e viraram assombração para as lideranças políticas do sertão.

Integrados aos seringais amazônicos, os sertanejos se transformavam em seringueiros, com a responsabilidade de cortar as árvores da seringa e delas extrair o látex. Chegavam como “brabos”, que desconheciam por completo aquele ofício ordinário do corte da seringa, mas aos poucos iam se tornando “mansos”, por meio da dura aprendizagem, orientados por outros conterrâneos que chegaram antes deles.

Submetidos a um sistema desumano de exploração, eles se tornavam para sempre devedores. Sua dívida iniciava-se no momento mesmo do embarque no Nordeste. O agenciador entregava-lhe uma mirrada quantia para se preparar para a viagem e deixar alguma provisão para a família que ficava. Essa quantia era a primeira anotação no caderno do agenciador, marcando o início da dívida. Depois vinham outras invariáveis anotações: a passagem no porão de algum barco até Belém ou Manaus; a passagem em algum gaiola (barco engradado) até o seringal; a “comedoria” durante toda a viagem; a aquisição, no barracão do patrão e a preços exorbitantes, dos utensílios para o trabalho no corte da seringa; aquisição, também no barracão, de gêneros alimentícios para o mês.

Enfim, quando o “brabo” dava o primeiro talho de machadinha na árvore, já era responsável por uma dívida astronômica que, a partir daí, só iria aumentar cada vez mais. Pagaria as dívidas com a sua produção de látex e, ao mesmo tempo, se via obrigado à aquisição de utensílios, insumos e mantimentos no barracão. Ocorre que o patrão, arrivista, estabelecia, a seu bel prazer, o preço tanto da produção do seringueiro quanto do seu consumo. O preço dos produtos adquiridos pelo trabalhador crescia em progressão geométrica, enquanto o valor de sua produção crescia em progressão aritmética. A dívida, portanto, configurava-se como impagável (ALEIXO, 1982; LOUREIRO, 1985; REIS, 1998; SOUZA, 2003).

No interior da floresta, forjava-se um verdadeiro submundo de estupidez, violências extremadas e tragédias humanas. Tornados escravos, tinham que sangrar pelo resto da vida enquanto sangravam as seringueiras. A esses seringueiros, isolados e solitários

em suas estradas de seringueiras, cortando, colhendo e defumando o látex, coubera a tarefa de carregar nas costas o mundo de ostentação do chamado “fausto da borracha”, sem participar em nada dos seus fulgores (SANTOS, 1980; REIS, 1998; SOUZA, 2003).

Alberto Rangel, em *Inferno verde* (1917), usa a interessante imagem de Sísifo para representar a condição dos sertanejos nos seringais. Sísifo, na mitologia grega, era o mais astuto de todos os mortais, que enganou até mesmo a morte e, por causa de suas ofensas aos deuses, recebeu como castigo a condenação de, por toda a eternidade, empurrar sem descanso um grande rochedo de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo, até o ponto de partida por meio de uma força irresistível (BRUNEL, 1997). Dessa forma, sua tarefa inglória consistia em subir e descer a vida inteira, empurrando a grande pedra, para nada. Por esse motivo, tarefas que envolvem esforços inúteis passaram a ser chamadas de “trabalhos de Sísifo”, ou seja, trabalho inútil e sem esperança. Rangel vê o seringueiro como o “Sísifo amazônico”, às voltas com o seu sacrifício, que nada tem a ver com rochedo ou montanha, mas com seringueiras e látex, que materializavam a perpetuação de sua vida de escravidão e penúria. Euclides, à semelhança de Rangel, também usa a figura do Sísifo para se referir aos seringueiros da Amazônia:

Nesta empresa de Sísifo, a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo - partindo, chegando e partindo - nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para

exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos - se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à aventura, em busca da fortuna (CUNHA, 2003, p. 89).

Euclides revolta-se contra os “regulamentos” dos seringais: “lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, coisas assombrosas”. Ele cita um artigo do famigerado “regulamento” que torna o seringueiro um “eterno hóspede dentro da própria casa”. O artigo decreta que “todas as benfeitorias que o liquidado tiver feito nesta propriedade perderá totalmente o direito uma vez que retire-se” (CUNHA, 2003, p. 53-54). Alçado ao patamar de coronel, mediante a compra desse título junto à Guarda Nacional, o seringalista transforma sua vontade e seus caprichos em lei. Assim sendo, raramente um seringueiro conseguia se “emancipar” por meio da fortuna. A regra era a escravidão, mantida na lei do rifle e do chicote, que acometia impiedosamente quem tentasse fugir.

Euclides, horrorizado com o que vê, estima a urgência de medidas governamentais que salvem a “sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra” (CUNHA, 2003, p. 55). E em todo o seu discurso está a metáfora, como a alternativa mais apropriada para dizer o indizível daquele perverso mundo de estupidez e

brutalidades exacerbadas. É por esse viés que a sua inspirada pena converte a pena do seringueiro na desconcertante alegoria do *Asverus*: o “expatriado na própria pátria” condenado a caminhar, sem rumo, executando um penoso e inócuo “trabalho de Sísifo”.

CAPÍTULO 5

Entre o artista e o cientista, a metáfora

“E assim nas calhas de rodas
gira, a entreter a razão,
esse comboio de cordas
que se chama coração.”

(Fernando Pessoa, Autopsicografia)

“Queira-se ou não, as metáforas seduzem a razão.”
(Bachelard, 1938, p.78)

Neste capítulo, desenvolvo reflexões a respeito da dicotomia entre escrita artística e escrita científica, um dos dilemas de Euclides que aponte em minha hipótese de trabalho, na Introdução, quando me referi ao fato de que o escritor, nas autoavaliações em que passa em revista a própria obra, titubeia frente às linhas cruzadas da ciência com a ficção, por sentir incompatibilidade entre texto literário e texto científico, mas ao mesmo tempo desejar conciliar essas duas metodologias.

5.1 Ciência em *animus*, arte em *anima*

Durante séculos, especialmente no intervalo entre o século XVII e o XIX, a ciência recebeu um tratamento dogmático que beirava o exercício de um ofício sagrado. O cientista tinha em torno de si uma verdadeira “aura”,

por ser considerado um homem sobre cujos ombros recaía a prerrogativa (ou a missão) de prover panaceias para os males da humanidade, estando imune a toda e qualquer interferência externa que pudesse perturbar a clareza e o acerto de suas asserções. Cabia ao cientista, a partir da observação direta dos fatos e fenômenos, elaborar um discurso “objetivo”, que refletisse a “verdade” dos dados observados. Esse paradigma mecanicista recebeu um impulso considerável com o florescimento do *positivismo* de Comte, do *evolucionismo* de Spencer e do *monismo* de Haeckel, entre outras tendências do pensamento científico, possibilitando uma grande “onda” de cientificismo no século XIX (NASCIMENTO, 2011).

Uma questão assentada nessa forte tradição filosófica era o total desprezo devotado à imaginação, em benefício da entronização da razão nos estudos científicos. Ainda no século XVII, o filósofo Pascal escreveu uma opinião-síntese a respeito da forma como a filosofia, até ali, vinha tratando a ‘imaginação’. Ele entendia que a capacidade de imaginar era uma terrível ameaça ao pensamento razoavelmente ajustado. Eis os termos do que ele escreveu:

Imaginação. É esta parte enganadora do homem, essa senhora de erro e falsidade, tanto mais velhaca quanto não o é sempre; pois seria regra infalível da verdade, se o fosse infalível da mentira. Mas, sendo o mais das vezes falsa, não dá nenhuma marca de sua qualidade, emprestando o mesmo caráter ao verdadeiro e ao falso. Não falo dos loucos, falo dos mais sábios, e é entre eles que a imaginação tem o dom de persuadir os homens [...] Essa soberba potência inimiga da razão, que se compraz em dominá-la para mostrar o quanto pode em todas as

coisas, estabeleceu no homem uma segunda natureza (PASCAL, *Pensamentos*, nº 82).

É interessante o depoimento do filósofo nesse texto. Apesar de ter em mente que a imaginação fatalmente conduz ao erro e à falsidade, ele reconhece que os sábios não estão imunes a ela. E mais: atuando como inimiga da razão, a imaginação tem o incrível poder de subjugá-la. Ou seja: Pascal nutre um indisfarçável desprezo pela imaginação, mas não se furta a reconhecer a sua imensurável força. A imaginação é, na verdade, segundo ele, uma “segunda natureza” do homem. E contra essa segunda natureza muito se lutou, e ainda se luta. Como lembra Paiva (2005, p. 16), a linguagem científica pretendia, até onde fosse possível, “expurgar os indícios da manifestação de subjetividade ou da imaginação em suas construções, em seus sistemas teóricos”, isso porque fazia parte da ordem normal das coisas entender que a ciência e a arte habitam universos distintos e, portanto, o pensamento científico sentia a necessidade de “divorciar-se do registro estético e de todos os códigos – religiosos, morais ou aqueles pertinentes ao senso comum – que possam nos remeter aos produtos da imaginação, tradicionalmente compreendida como propulsora do engodo e da ficção” (PAIVA, 2005, p. 16).

Paiva (2005) sublinha que o paradigma clássico, que veio à luz no século XVII e se estendeu até o XIX, via a imaginação como responsável por um “papel menor”, dada a sua inteira subordinação à razão, num ambiente intelectual em que se privilegiava “a estabilidade, a certeza, a exatidão, as leis”. No entanto, “a instabilidade, a incerteza, os resultados aproximados, a indeterminação” seriam promovidos pela ciência no

decorrer do século XX, momento em que se instauraria um novo paradigma intelectual, que propunha o agendamento da associação entre ciência e invenção. A partir daí, como explica Paiva (2005, p. 167), “a atividade científica passa a delegar ao sujeito do conhecimento o papel de demiurgo, o qual, antes de descobrir, quer criar. Destarte, torna-se reconhecido, como afirma Bachelard, que a imaginação está em ato na ciência.”

O que ocorreu, então, foi que, a despeito do fato de a imaginação ter sido desprezada de forma sistemática ao longo da tradição filosófica, ela foi reabilitada no século XX por pensadores de grande respeitabilidade, como é o caso de Gaston Bachelard, que dá curso a uma perspectiva, já prenunciada por Nietzsche, que preconiza a aproximação entre a ciência e a arte.

Referindo-se ao postulado teórico de Bachelard, Bruni (2005, p. 12) explica que o filósofo

parte da constatação de que a epistemologia tradicional é inteiramente inadequada para dar conta da ciência moderna, a que se inicia no final do século XIX, tanto do ponto de vista de seu fazer-se (métodos e procedimentos), quanto do ponto de vista de suas concepções (conceitos e teorias). Presa ao que a perspectiva positivista havia estabelecido como ponto de partida da ciência (a observação empírica) e à sua finalidade (o estabelecimento de leis invariáveis dos fenômenos observados), as ciências modernas, ou seja, a teoria da relatividade, a física quântica e a geometria não-euclidiana vão abalar a velha epistemologia em favor de uma outra, nova, que se revelará antipositivista, antiformalista, antirrealista e, poderíamos acrescentar, antiobjetivista

A proposta de Bachelard pressupõe uma mudança paradigmática. O ineditismo de seu arrazoado consiste em postular que ciência e imaginação criadora podem comungar entre si, considerando que, embora elas pertençam a esferas diferentes, há entre elas afinidades que não podem ser ignoradas. Para ele, “toda a vida intelectual da ciência se joga dialeticamente nesta diferencial do conhecimento, na fronteira do desconhecido. A própria essência da reflexão é compreender o que não se tinha compreendido” (BACHELARD, 1937, p. 173). Além disso, em sua ótica, “o nosso pensamento tem duas margens: uma franja que se elimina com dificuldade ao longo do trabalho de comparações discursivas, levando aos conceitos científicos, e uma penumbra que tende, por si mesma, a alargar-se para encontrar os arquétipos do inconsciente” (BACHELARD, 1972, p.56).

Bachelard (1949, p. 12) enfatiza que, apesar de ciência e poesia habitarem em esferas diferentes, girarem em eixos inversos, “tudo o que a filosofia pode esperar é tornar a poesia e a ciência complementares, uni-las como dois contrários bem feitos”. Paiva (2005, p. 167), comentando a perspectiva adotada por Bachelard, atesta que, no entendimento do filósofo, se os homens não tivessem a capacidade de imaginar, não seriam homens, na verdade, já que estariam privados da possibilidade de autossuperação. Segundo a pesquisadora, caso o indivíduo tivesse o direito ao devaneio e às incursões pelo irreal interdito, deixaria de ser um homem e se tornaria uma “nevrose”. Porque “razão e devaneio, ciência e poesia, a primeira em *animus*, a segunda em *ânima*, delineiam obras e veredas distintas que não erradicam suas diferenças. Compartilham, entretanto, as fontes primeiras da imaginação, a qual insufla-lhes o

necessário dinamismo.” A partir dessa perspectiva, a ciência passa a se desenvolver, no século XX, como uma atividade análoga à arte, porque a ciência também depende do potencial criativo do pesquisador. Bachelard defende o princípio de que não existe verdade que tenha valor universal, uma vez que cada ciência cria a sua verdade. Mas salienta que, no âmbito do fazer científico, os procedimentos epistemológicos devem superar, de forma vigilante, as “imagens primeiras”, geradas pelas pulsões cósmicas e sociais.

Decorreram dessa mudança paradigmática proposta por Bachelard o questionamento e a posterior desconstrução do mito da objetividade científica, que foi acontecendo aos poucos. O século XX assistiu ao surgimento e à aceitação de uma nova abordagem em relação à ciência, que passou a ser encarada como um produto social, fruto de práticas sociais e de indivíduos históricos. Por esse prisma, a atividade científica sujeita-se às mudanças e aos condicionamentos sociais (PAIVA, 2005; HARDMAN, 2009; NASCIMENTO, 2011).

Max Weber também se pronunciou a respeito da esterilidade do pensamento científico, quando este tenta preterir a força criadora da imaginação. Diz ele que

é pueril acreditar que um matemático preso a uma mesa de trabalho pudesse atingir resultados cientificamente úteis através do simples manejo de uma régua ou de um instrumento mecânico, tal como a máquina de calcular [...] É preciso que algo ocorra no espírito, pois de outra forma, ele [o cientista] jamais será capaz de produzir algo que encerre valor (WEBER, 1986, p. 25).

Weber (1986) destaca que, embora haja grandes esforços no sentido de desvalorizar a importância da

imaginação na produção da ciência, ela, a imaginação, é imprescindível para que o cientista avance para além dos métodos pré-estipulados, rumo à novidade que alimenta a ciência e lhe dá vida. E o “novo”, argumenta Paiva (2005, p. 17), “não deriva da incrementação técnica ou do aperfeiçoamento metodológico”. Para que o “novo” venha à tona, é necessária a “instauração de um novo olhar que, ao celebrar uma perspectiva inaudita, estabelece uma relação dialética entre sujeito e objeto, entre pensamento e mundo, estimulando a redefinição, a recriação, a superação de teorias já instituídas.”

Como se vê, Weber e Bachelard negam a possibilidade de as regras metodológicas serem suficientes para criação de hipóteses, por si sós, sem que a imaginação se aloje no pensamento e desempenhe o seu papel crucial. Nagel (1993, p. 121) indica que Einstein partilhava desse pensamento: “como Albert Einstein observou, repetidamente, as hipóteses que constituem as modernas teorias científicas são livres criações da mente, cuja invenção e elaboração requerem dotes imaginativos análogos aos que permite a imaginação artística.”

Os pesquisadores citados sugerem que a perspectiva objetivista parece ter sido apropriada para o conhecimento científico até o fim do século XIX, mas essa mesma perspectiva tem o seu sentido esvaziado com o advento do século XX. Novas descobertas científicas, como a teoria da relatividade, a física quântica e a geometria não euclidiana, instauram uma nova forma de olhar o mundo. A ciência clássica e determinista acaba se tornando obsoleta, por força dessas novidades científicas, que demandavam uma completa revisão das posturas realistas e idealistas, tanto na ciência quanto na filosofia (PAIVA, 2005).

O “novo olhar” a que me refiro tem a ver com a percepção de que o sujeito científico, assim como o artista, é um criador de mundos. Libertado do reducionismo em que a herança positivista o aprisionou, qual seja a condição de receptáculo, o cientista investiga, pesquisa, mas também recria o real. Assim sendo, em que pesem o rigor e a seriedade dos métodos e técnicas necessários ao seu ofício, há que se considerar que ele sempre estende a mão à subjetividade criadora. Paiva (2005, p. 110) reforça essa concepção, quando afirma que “a atividade científica é criadora e requer uma razão inquieta apta para engendrar ou imaginar o novo. Ao dar existência ao irreal, essa razão torna-se similar à arte, ainda que mantenha com ela diferenças que não podem ser negligenciadas”. E o conjunto das diferenças parte do pressuposto de que “a ciência prioriza a clareza dos conceitos, a exatidão, compromete-se com a veracidade e com a prova”, enquanto a poesia “aventura-se pelo universo das sombras e da noite, opera sua criação em meio aos sonhos e aos devaneios”. No entanto, embora razão e imaginação – ciência e poesia – permaneçam como esferas distintas, persigam propósitos diferentes e operem, também, de modos diferentes, a razão também imagina, cria, arquiteta (PAIVA, 2005, p. 118). Só que a atividade científica demanda o distanciamento do objeto, a contenção emotiva e a objetividade. Enquanto isso, a poesia opera no campo do subjetivismo.

Por isso, cabe concluir que a existência humana é pendular, oscilando de forma natural entre a razão e o onirismo. O fato de haver um movimento pendular entre polos opostos impossibilita que a atividade científica e a atividade poética sejam confundidas uma com a outra. Por outro lado, “o reconhecimento de que a razão científica é criadora, de que a psique humana está

submetida a uma dupla condição, sugere, enfim, que ciência e poesia são indissociáveis. Ainda que as diferenças entre elas não se obnubilem, a ciência tem a sua poética” (PAIVA, 2005, p. 162). Logo, separar razão de imaginação é uma tarefa difícil e inglória.

O coração pode seduzir a razão, como sugere Fernando Pessoa em “Autopsicografia”. Isto porque cabe à imaginação o papel de motivar e impulsionar a curiosidade científica, fazendo com que esta ultrapasse os sistemas atemporais e os modelos fixos, muitas vezes obsoletos. Nessa união paradoxal dos opostos, como queria Bachelard, os elementos contrapostos se complementam. Dessa forma, a ciência requer a imaginação como o seu “outro lado da moeda”. Assim sendo, apesar de o espírito racional se bater contra a sedução das imagens, é inegável que é dos embates entre razão e emoção que surgem as novas perspectivas sobre o mundo e as coisas (BACHELARD, 1937; 1938; 1949). O século XX teve que aprender a lidar com esse novo paradigma.

5.2 Consórcio da ciência e da arte

Euclides parecia estar tentando sintonizar-se com essa nova abordagem que via a ciência e a arte como dois contrários bem feitos, paradoxalmente reunidos, para usar a expressão lavrada por Bachelard. Isso transparece em algumas de suas correspondências, bem como em artigos em que tratou da criação artística / científica.

Escrevendo a José Veríssimo em dezembro de 1902, o autor de *Os Sertões* agradece ao crítico as menções elogiosas que escrevera a respeito do seu livro,

recém-publicado. Era a primeira crítica exibida em jornal, e feita por um grande conhecedor da arte literária. Mas em que pese ser uma carta de agradecimento pela generosidade da crítica sincera, Euclides declara a Veríssimo que este foi injusto em um ponto de sua avaliação. Referia-se às observações feitas por Veríssimo concernentes ao emprego de termos técnicos, abundantes na obra. Euclides dizia não entender o desprezo que os homens de letras tinham pela ciência. Naquela carta, ele advoga que “o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano” (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 143).

Nessa mesma correspondência, Euclides faz alusão a um escritor francês de nome Berthelot, que era químico e também prosador. No seu discurso de posse na Academia Francesa, - que, segundo Santana (2001), tinha por hábito recepcionar tanto homens de ciência quanto artistas e historiadores -, ele defendera a ideia de que o escritor do futuro “será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências” (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 144). Com base nessa argumentação, Euclides esboça a seguinte tese:

A verdadeira expressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do fato que a desperta – e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente – e é justo desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso

a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte (in: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 144).

É nesse sentido que Euclides fala em “consórcio da ciência com a arte”, mostrando que a obra de arte tem a ciência na sua motivação. Dessa forma, sugere que a “separação” de textos pela sua feição científica ou artística, se é que pode ser feita, não é algo inquestionável, porque arte e ciência podem conviver no mesmo espaço textual, e não é raro isso acontecer.

Considero que Euclides, nessa carta a Veríssimo, demonstra uma visão inovadora para a época, ainda mais se considerarmos a sua formação positivista. Ele mantivera contato com as diversas correntes filosóficas do último quartel do século XIX, como o darwinismo social, o determinismo de Taine, o evolucionismo de Spencer, o positivismo de Comte e Littré, entre outras. No entendimento de Dias (2009, p. 137), era natural “que Euclides fizesse uso dos modelos cientificistas do seu tempo na elaboração de sua leitura dos eventos de Canudos. Além disso, deve ser considerada a própria formação intelectual do autor, adquirida na Escola Militar” (DIAS, 2009, p. 137).

Natural era, também, o fato de que ele mobilizou diversas áreas de conhecimento na configuração de seu livro:

Tinha estudado na Escola química orgânica, mineralogia, geologia, botânica, arquitetura civil e militar, construção de estradas, desenho geográfico, física experimental, topografia e desenho topográfico, ótica, astronomia, geodésia, administração militar, tática e estratégia, história militar, balística, mecânica racional, tecnologia militar e as matemáticas. Afora outras, de natureza diversa destas, como direito natural e direito

público, direito militar, análise de Constituição, direito internacional aplicado às relações de guerra etc. Todas essas, e mais algumas, faziam parte de seu currículo escolar. Como matérias de currículo, não teriam sido obrigatoriamente estudadas a fundo, conforme se percebe no livro, mas é com as vistas afinadas por esses saberes que Euclides avalia Canudos e a guerra (GALVÃO, 1994, p. 624-625).

Por isso, a visão inovadora de Euclides surpreende. Parece claro que, na segunda metade do século XIX e início do XX, a dicotomia entre linguagem artística e linguagem científica estava na pauta das discussões. O trato com a ciência chegou ao ponto do quase endeusamento, criando-se a onda de “cientificismo” no mundo ocidental. Vivia-se o paradigma lógico-positivista. Mas Euclides já esboça uma tese interessante que, segundo ele mesmo, só não desenvolveu por absoluta falta de tempo, tendo em vista a sua engenharia errante e fatigante.

Mas o mesmo Euclides demonstraria, em outros momentos, uma certa hesitação em relação à questão do convívio da ciência com a arte. Por exemplo, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, teve a evidente preocupação de se apresentar como “homem de ciência”, envolto em uma grande dificuldade de ingressar numa casa de “homens de letras”. Confessou em seu discurso que a ciência era o seu maior objetivo. E que quanto mais se aproximava da ciência, “mais se distanciava da estética, da ficção e das impressões artísticas”. Sendo um escritor por acidente, disse ele, “eu habituei-me a andar terra a terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais...” (ABREU, 1998, p. 236)

Nesse discurso de ingresso na ABL, como se percebe, Euclides demonstra um pouco de desconforto por se situar na fronteira entre a ciência e a literatura, quando objetivava ser apenas um homem de ciência.¹¹ Sílvio Romero, a quem coube o discurso de recepção a Euclides na Academia, exaltou no novo acadêmico exatamente aquela característica pela qual este praticamente se desculpara: “a academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas um que pode colocar ideias, além de pronomes, porque estuda e medita, porque sabe ver e inquirir” (ABREU, 1998, p. 240). As maiores qualidades que Romero apontou em Euclides eram justamente a utilização da ciência na literatura e o mérito de ter galgado as posições sem patronos. “O valor de Euclides estava justamente em colocar ideias de forma brilhante na forma e de cunho científico no conteúdo” (ABREU, 1998, p. 245).

Essa contradição vista em Euclides – de ora defender o consórcio da ciência com a arte, e ora praticamente se desculpar por ter feito isso efetivamente em seu livro – encaixa-se no contexto de um momento de transição. Abreu (1998, p. 149) explica que, até no final do século XIX, a literatura ocupava o plano central na vida espiritual brasileira. A literatura “era de fato a tradição de maior força e penetração”. Procurando-se uma forma de concorrência com a literatura para o papel central de intérprete da sociedade, a estratégia encontrada foi “a adesão ao instrumental das ciências da natureza como principal modelo explicativo”.

¹¹ É uma contradição de Euclides. Em cartas a amigos declarou, algumas vezes, que, para ele, as letras constituíam a atividade prazerosa e desejada, em contraposição à engenharia e seus textos, que lhe eram fatigantes.

Diante de uma literatura forte, segundo Abreu (1998, p. 150), os “homens de ciência” sentiam necessidade de se diferenciar dos “homens de letras”. Era um imperativo do momento. “Euclides procurava construir uma literatura científica e fazer ciência mais do que literatura”. Mas *Os Sertões* situaram-se em meio caminho entre a literatura e a ciência, embora o seu autor estivesse entre aqueles intelectuais que, declaradamente, tinham interesse em afirmar a supremacia das ciências da natureza como expressão da fé no progresso e na evolução dos povos (ABREU, 1998).

Em março de 1903, o crítico Araripe Júnior escreveu, no Jornal do Commercio, a segunda crítica de jornal ao livro de Euclides, e, diferentemente de José Veríssimo, exalta a “simbiose” da arte com a ciência, a comunhão do épico com o trágico, a convivência interativa da emoção com a razão. Mas tanto Veríssimo quanto Araripe ficaram igualmente impressionados com um aspecto da obra: o fato de o autor ir além do científico. No dizer de Abreu (1998, p. 213), os críticos passaram a ver Euclides como um misto de cientista e poeta. “Para Araripe, só alguém com ‘alma de poeta’ poderia ter aliado tão bem os dois elementos: a ciência e a literatura.”

Mas Euclides parecia não ter muita convicção desse efetivo consórcio da ciência com a arte. Se, por um lado, arte e ciência aparecem em certa medida consorciadas, fundidas em *Os Sertões*, por outro, o que transparece nos depoimentos do autor é a tensão muito mais que a fusão. O homem que ora defende a ciência na literatura ora se desculpa pela intromissão da literatura na ciência, quando está falando de uma mesma obra!

Essa tensão, na verdade, permeia a tradição. Lakoff e Johnson (2002) assinalam que a tensão entre a

verdade e a arte vem sendo cultivada desde a antiguidade grega. Platão, por exemplo, balizado pela concepção da verdade absoluta, via a poesia e a retórica com uma grande desconfiança. Na República que ele idealizou, não havia lugar para o poeta, que deveria ser banido dali. Isso porque a poesia, no seu entendimento, além de inútil, era nociva por afastar os homens das essências (PLATÃO. *A República* Livro III, VII, X). Aristóteles, tempos depois, resgataria a poesia da pecha negativa que Platão colocara sobre ela, e mostraria inclusive o seu caráter terapêutico, por possibilitar a catarse. (ARISTÓTELES, *Arte Retórica e Arte Poética*). Enquanto para Platão a arte provocava o distanciamento da verdade, construindo a falsidade e a ilusão, para seu discípulo ela era o espaço do conhecimento, por propiciar a representação por meio da verossimilhança. A longuíssima tradição ocidental iria glossar indefinidamente esse mote da tensão. E ela se revela na visão pendular de Euclides.

5.3 Metáfora, acima dos mitos

Nessa desnecessária mas renitente “luta da maré contra o rochedo”, quem mais sofreu foi a metáfora, porque ela mora com os homens e está mais à mão, sujeita a usos e abusos, despertando amor e ódio. Aristóteles foi o primeiro a teorizar sobre a importância da metáfora como forma de produzir conhecimento (ARISTÓTELES, s/d). Mas a filosofia ocidental, principalmente o pensamento moderno, seguiu durante muitos séculos na contramão de Aristóteles em relação à metáfora. Lakoff e Johnson (2002) realçam, entre os

filósofos que a rejeitaram, os nomes de Hobbes¹² e Locke¹³. Para eles, Hobbes condenava as metáforas, por entender que elas se pautam pelo absurdo, sendo um despropósito utilizá-las como caminho para a busca da verdade; Locke via a metáfora como inimiga da verdade, um elemento perturbador do julgamento claro e preciso, e por isso a desprezava.

Lakoff e Johnson (2002, p. 295-298) mostram que a metáfora permeia todo o nosso cotidiano, e esse entendimento foi a grande “virada paradigmática” nos estudos do discurso metafórico. E assim como a metáfora, há dois mitos que também permeiam o cotidiano, que são o mito do subjetivismo e o do objetivismo. O objetivismo, segundo eles, não se vê a si mesmo como um mito, e de forma arrogante menospreza os mitos e as metáforas, defendendo que só o que é objetivo é verdadeiro. Mas para eles a objetividade, tanto quanto a subjetividade, sobre o qual discorro mais adiante, é também um mito, que se traduz em outros mitos, que explico a seguir.

O primeiro mito do campo da objetividade afirma que o mundo é constituído por objetos, que têm

¹² Thomas Hobbes, no livro *Leviatã*, nos capítulos V (Da linguagem) e VI (Da razão e da ciência) defende o argumento objetivo como instrumento de busca da verdade e do conhecimento e despreza a metáfora, vista como caminho para o absurdo (HOBBS, Thomas. *Leviatã* ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004).

¹³ John Locke, em seu *Ensaio sobre o conhecimento humano*, considera a metáfora como um dos abusos que o falante pratica ao usar a linguagem, pela sua natureza de “embuste” (LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999).

propriedades inerentes, independentes das outras coisas do mundo. Por este mito, uma seringueira (árvore que produz o látex) é um objeto. Isso significa dizer que “uma árvore é uma árvore” e pronto. Como árvore, a seringueira tem suas propriedades inerentes de árvore, que a diferenciam de outros objetos da natureza. Portanto, de acordo com essa concepção, quando Euclides diz que o sertanejo dá “o primeiro talho de machadinha” na seringueira, ele está falando, sem ambiguidade, de uma árvore (possui raiz, caule, galhos, folhas e copa, absorve nutrientes do solo, consome oxigênio etc) que é cortada com a machadinha. Mesmo que as demais coisas do mundo deixassem de existir, ela continuaria sendo uma árvore, com as mesmas características, porque tem uma existência “objetiva”. Trata-se de um mito porque exclui a possibilidade da apreensão subjetiva da realidade.

O segundo mito diz que “adquirimos nosso conhecimento de mundo experienciando os objetos e chegando a saber que propriedades os objetos têm e como eles se relacionam entre si”. Damos conta da existência de uma seringueira como um objeto em si olhando para a árvore, tocando nela, comparando-a com outros objetos. Dessa forma, o seringueiro jamais erraria o seu objeto de exploração quanto à extração do látex. Não iria, por exemplo, dar talhos de machadinha na água do rio, em animais, ou até mesmo em outro tipo de árvore que não fosse a seringueira. A sua experiência com a seringueira lhe permitia saber o que era e o que não era uma seringueira. Ela teria uma “identidade” objetiva. Esse conceito de identidade objetiva também rechaça, de certa forma, a possibilidade de apreensão subjetiva da realidade.

O terceiro mito garante que “compreendemos os objetos de nosso mundo em termos de categorias e conceitos, relacionados às propriedades desses objetos”. A palavra “árvore” corresponde ao conceito ÁRVORE. Conhecendo a seringueira, o sertanejo tinha a clara percepção que ela se encontrava dentro da categoria ÁRVORE, ao passo que o rio, a cabana, o animal e a canoa estavam fora dessa categoria.

Pelo quarto mito, somos informados de que existe uma “realidade objetiva”, e nossas afirmações poderão ser absoluta e incondicionalmente verdadeiras ou falsas em relação a ela. O seringueiro tinha como verdades absolutas e incondicionais o fato de que a seringueira produzia látex. Por outro lado, teria como absoluta e incondicionalmente falsa a eventual afirmação de que a seringueira come capim. Essa afirmação não teria valor de verdade por estar completamente fora de um ponto de vista universalmente válido. Mais uma vez, estamos diante de uma rejeição da possibilidade de apreensão subjetiva da realidade.

O quinto mito assegura que as palavras têm significados fixos, isto é, nossa linguagem expressa os conceitos e as categorias em termos dos quais pensamos. Tanto as expressões técnicas (como *hevea brasiliensis*, nome científico da seringueira) quanto as designações comuns (como o nome “seringueira”) devem corresponder à realidade, ter uma acepção precisa e sem ambiguidade para poder expressar conceitos e categorias. As palavras “abacateiro” ou “montaria” não serviriam para conduzir o pensamento à seringueira, mas expressões como “árvore do látex” ou “árvore da borracha” cumpririam essa especialização.

No sexto mito está a noção de que “as pessoas podem ser objetivas e podem falar objetivamente, mas só

o conseguem se utilizarem uma linguagem que seja clara e precisamente definida, direta e sem ambiguidade e que corresponda à realidade” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 296). Assim sendo, precisão e clareza seriam virtudes imprescindíveis à comunicação.

O sétimo mito dá conta de que “a metáfora e outros tipos de linguagem poética, imaginativa, retórica ou figurada”, podem e devem ser evitadas ao se falar objetivamente, uma vez que seus significados são imprecisos e não são claros em relação à realidade. A metáfora aqui é rechaçada. Assim, referir-se aos seringueiros como “caçadores de árvores”, como fez Euclides, não seria válido, por encerrar uma linguagem figurada, e conter ambiguidade.

O oitavo mito encerra o argumento de que “apenas o saber objetivo é realmente um saber”. Somente pela perspectiva objetiva incondicional podemos compreender o mundo. Estão fora de questão os preconceitos pessoais dos indivíduos, que devem ser ultrapassados.

De acordo com o nono mito, “a objetividade é racional, enquanto a subjetividade é irracional e dominada pelas emoções”. Logo, ser objetivo é ser racional, e ser subjetivo é ser irracional.

Por fim, o décimo mito sugere que “o subjetivismo pode ser perigoso, porque pode provocar uma perda de contato com a realidade, e o exagero do individualismo” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 297-298).

Todos esses mitos constituintes do mito da objetividade, em conjunto, cuidadosamente cultivados, contribuíram para criar uma mentalidade dicotômica em relação à ciência e à arte. E tiveram longo fôlego. Mas os mitos da subjetividade, propagandeados principalmente

na vigência do Romantismo, apesar de terem um alcance bem mais restrito, também deram fortes golpes de picareta no alargamento do fosso da aludida dicotomia. Os românticos, por exemplo, foram ardorosos defensores do princípio de que na execução de nossas atividades cotidianas, em sua maioria, “dependemos de nossos sentidos e desenvolvemos intuições nas quais confiamos” (JAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 302). Propuseram que a vida fosse deixada sob o controle dos sentimentos, da sensibilidade e da emoção, e que a realidade mais importante da existência transcende o mundo racional e só pode ser acessada por intermédio da arte e da poesia. Para eles, a razão tinha que estar a serviço da emoção, sendo controlada por ela. Agora é a objetividade que é considerada perigosa, porque não abrange o que é mais importante e significativo para os indivíduos. “A ciência não tem qualquer utilidade quando se trata das coisas mais importantes em nossa vida” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 297-298).

Tanto o mito do objetivismo quanto o do subjetivismo, segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 304), ignoram realidades fundamentais no que concerne à compreensão do mundo: o mito do objetivismo ignora que a compreensão do mundo e a verdade são sempre relativas, por serem condicionadas culturalmente, não havendo lugar para verdades absolutas e neutras. Desconhece também a natureza metafórica dos sistemas conceituais humanos, de onde decorre a compreensão imaginativa, em que uma coisa pode ser compreendida em termos de outra; já o mito do subjetivismo não percebe que à compreensão do mundo subjaz um sistema conceptual assentado culturalmente. De igual forma, não se dá conta de que “a compreensão metafórica envolve a implicação metafórica, que constitui uma forma

imaginativa da racionalidade” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 304). Em outras palavras, objetivismo e subjetivismo precisam um do outro como o seu outro lado necessário. Quando um tenta eliminar o outro, converte-se em um mito.

Em contraponto aos extremismos tanto do mito do objetivismo quanto ao do subjetivismo, Lakoff e Johnson propõem uma terceira via, a que chamam de “síntese experiencialista”, como uma ponte entre os dois extremos, a qual consideram um caminho mais equilibrado no trato com a ciência e a arte. Essa terceira via proposta rejeita prontamente a concepção de que o objetivismo e o subjetivismo sejam as únicas escolhas possíveis. Dizem os autores: “rejeitamos a concepção objetivista de uma verdade absoluta e incondicional, sem adotar a alternativa subjetivista de verdade obtida apenas por meio da imaginação não restringida por circunstâncias externas.” Em seguida reiteram: “A razão de focalizarmos tanto nossa atenção sobre a metáfora é que ela une razão e imaginação” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 302).

A metáfora, assim, contém em si mesma um alto poder de síntese, pelo fato de apresentar uma “racionalidade imaginativa”, na qual se condensam a razão (com a sua natureza de categorização, inferência e implicação) e a imaginação (com sua prerrogativa de possibilitar representar uma coisa em termos de outra), gerando o “pensamento metafórico”. Decorre dessa realidade associativa que a racionalidade é imaginativa por natureza.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 303), a metáfora

é um dos mais importantes instrumentos para tentar compreender parcialmente o que não pode ser

compreendido em sua totalidade: nossos sentimentos, nossas experiências estéticas, nossas práticas morais e nossa consciência espiritual. Esses esforços da imaginação não são destituídos de racionalidade; como se utilizam da metáfora, empregam uma racionalidade imaginativa.

Mas voltemos a Euclides em suas considerações sobre a escrita *de Os Sertões*. Ele tinha formação e vivência científica, como já tentei demonstrar. Mas também tinha verve de poeta, de artista. Era um cientista sintonizado com o cientificismo em que crescera e, ao mesmo tempo, um esteta. Ao lançar *Os Sertões*, intentava esboçar o seu ideal estético, que consistia em buscar o equilíbrio, considerado necessário, entre a sensibilidade artística e a precisão científica, embora pareça dizer o contrário em seu discurso de posse na Academia, tempos depois.

O referido “consórcio da ciência com a arte” pretendia, conforme destaca Dias (2009), a fusão entre os valores universais (expressos pela ciência) e os nacionais (traduzidos pela arte). Euclides desejava, através de seu primeiro livro, *Os Sertões*, consorciar ciência e arte. Não posso deixar de considerar que se tratava de um projeto audacioso, levando em conta que os vigilantes defensores da “pureza” das linguagens científica e literária ainda montavam guarda em badalados jornais de São Paulo, do Rio de Janeiro e de praticamente todo o país. E por falar em ousadia, nesse sentido, convém citar também o caso exemplar do poeta Augusto dos Anjos, que fez dialogarem, em sua poesia a ciência e a arte.

Mas houve também os que conseguiam ver um horizonte além dos ultraconservados véus da tradição. Na opinião de um dos críticos da época, o jornalista José da Penha, Euclides consegue concretizar o projeto esboçado,

com o qual também concordava plenamente. O meu ideal, diz o jornalista, “é o consórcio da arte com a ciência, e o acordo da imaginação com o raciocínio, e a sociedade completa das frases comovedoras e as demonstrações convincentes. E tudo isso palpita em *Os Sertões*” (Fragmento do texto de José da Penha, na *Gazeta de Notícias*, em 18 de dezembro de 1902).

Essa opinião é partilhada por Ribeiro (2007), para quem Euclides lançou mão, ao mesmo tempo, do aparato das ciências naturais e das técnicas da escrita literária na elaboração do relato da guerra de Canudos. Utilizou dados das ciências naturais para traduzir o *meio* em que ocorreu o conflito, o homem que povoava a terra e a guerra que ali se fez, construindo uma interpretação determinista, pela qual definiu a mestiçagem como um problema a ser superado. Quanto à literatura, coube-lhe o papel de transmitir a dramaticidade do cotidiano sertanejo e da guerra, além de denunciar o abandono do interior do país, que transpunha a barreira dos séculos.

Dias (2009), retomando Schwarc (1993), comenta que todos os intelectuais da época que se ocupavam com a ideia de progresso estavam às voltas com a busca da verdade científica. Tratava-se de uma perspectiva que vinha do século anterior, um período de verdadeiro endeusamento da ciência, batizado com o nome de cientificismo. Para ela, a preocupação com a difusão da ciência era uma forma que o país encontrou para “se definir no cenário mundial como sociedade científica e moderna. E porque a ciência era o centro do pensamento brasileiro, também contagiou a literatura, transformando muitos romances escritos nesse período em divulgadores de modelos científicos deterministas” (DIAS, 2009, p. 137). Euclides era um dos grandes intelectuais da época, estava comprometido com o ideal

de progresso e, portanto, não poderia estar imune a essa mentalidade. Mas era também conhecedor, como incansável leitor que era, das novidades que se anunciavam no âmbito da relação escrita científica / escrita artística. Por isso, ao narrar os eventos da guerra de Canudos, passou ao largo de se transformar em mero repetidor de fórmulas, alçando a sua obra para além da árida redoma das teses científicas. Era um exercício inaugural para aquele que intentava se transformar em um “escritor do futuro”. E a literatura salvou a obra, redimindo-a dos possíveis erros do cientista, que muitos críticos apontaram e continuam ainda hoje a apontar em seu livro (PONTES, 1938; RABELLO, 1966; ABREU, 1998; SANTANA, 2001; MOTA, 2003; NASCIMENTO, 2011).

O escritor e crítico José Veríssimo, percebeu isso e deu o seguinte depoimento a respeito do livro:

O livro, por tantos títulos notáveis, do sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos (VERÍSSIMO, 2003, p. 46).

É inegável que, ao publicar *Os Sertões*, em 1902, Euclides surpreendeu ao trazer a público um estilo

“híbrido”, em que mesclava caracteres peculiares dos textos científicos e literários. Desde então, desencadeou-se uma gama de discussões a respeito desse estilo diferente, que passou a constar na pauta de muitos pesquisadores. Se aquele “consórcio da ciência com a arte” aprazia a alguns, é igualmente verdade que atormentava outros, que não conseguiam ver os novos rumos que se delineavam no início do século XX.

Dias (2009), estudando a questão, lembra alguns críticos que se pronunciaram a respeito do mal visto hibridismo na obra. Entre eles, o pesquisador José de Campos Novaes (2003, p. 112-114), um botânico que, já em janeiro de 1903, desferiu uma dura crítica ao escritor, considerando o fato de ter sido ele “algum tanto injusto no aquilatar o valor intrínseco dos trabalhos dos especialistas, que amam o detalhe exato, congruente e conclusivo”. A crítica de Novaes trazia notas de acusação severa a Euclides pelo texto de “ares rebarbativos, muito diverso do estilo claro, preciso e técnico.” Novaes perfilava-se ao lado de inúmeros outros críticos que encaravam como uma espécie de sacrilégio a mistura da literatura com a ciência. Sacrilégio no sentido de que a literatura maculava a ciência, sendo esta dotada de uma superioridade quase sagrada, à guisa de “vestal”.

Gilberto Freyre (1944, p. 25-26) respondeu, indiretamente, a esse grupo, sugerindo que a literatura foi a maior responsável pela redenção da obra. Ele afirma que,

na descrição dos sertões, o cientista erraria em detalhes de geografia, de geologia, de botânica, de antropologia; o sociólogo em pormenores de explicação ou de diagnóstico sociais do povo sertanejo. Mas para redimir os erros de técnica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o profeta, o

artista cheio de intuições geniais. O Euclides que descobrira na paisagem e no homem dos sertões valores para além do certo e do errado da gramática e da ciência. O poeta viu os sertões com um olhar mais profundo que o de qualquer geógrafo puro. Que o de qualquer geólogo ou botânico. Que o de qualquer antropologista. O profeta clamou pelos sertões: deu-lhes um significado brasileiro, ao lado do puramente paisagístico, do indistintamente humano. O artista os interpretou em palavras cheias de força para ferir os ouvidos e sacolejar a alma dos bacharéis pálidos do litoral com o som de uma voz moça e às vezes dura, clamando a favor do deserto incompreendido, dos sertões abandonados dos sertanejos esquecidos.

Lendo essa afirmação de Freyre, Rabello (1966, p. 193) considera que Euclides sobreviveu, como escritor, “exatamente pela humanidade do poeta, pela visão do profeta e pela sensibilidade do artista, fazendo de *Os Sertões* uma aventura de personalidade antes de ser uma aventura de desbravador de terras e de conquistador de gentes”, porque essa profundidade humana redime “todas as fraquezas do homem e os possíveis erros do cientista”.

Ainda a respeito da metodologia de Euclides em seu primeiro livro, Dias (2009) faz uma interessante abordagem, ao situar em dois polos opostos a crítica de Afrânio Coutinho e a de Luiz Costa Lima, quanto ao papel da arte literária na obra. Para Coutinho, *Os Sertões* é uma obra de arte, ficção, da mesma estirpe de *Guerra e Paz*, sendo os dois livros filhos ilustres da *Ilíada*. A literatura em *Os Sertões*, segundo ele, ocupa o centro, deixando as margens para as referências científicas; já Luiz Costa Lima (citado por DIAS, 2009) desloca o plano literário para as bordas da narrativa, sendo a sua

“margem ornada”, o seu elemento embelezador. No centro está a ciência.

Euclides permaneceu pouco tempo no cenário da guerra de Canudos (menos de um mês) e, consequentemente, como assinala Dias (2009), não chegou a presenciar muitas cenas descritas no livro. Por isso, para preencher as lacunas existentes no seu conhecimento dos fatos, ele se valeu da imaginação.

Nesse sentido, *Os Sertões* se assemelha às narrativas de viagem. O homem que viajara supondo saber o que encontraria e sobre o que teria que falar teve a visão clara e precisa dos fatos desestabilizada. Havia o choque perante o desconhecido – uma espécie de deslumbramento diante de um *outro* que não se adequava às descrições divulgadas oficialmente – e a necessidade de apresentá-lo ao país a partir de novas perspectivas. Havia um *novo* sertão, frutos das impressões de viagem, que precisava ser revelado. E, para tal, a Euclides pareceram-lhe insuficientes as palavras. Às lacunas providas do contato com o novo, juntaram-se outras, surgidas da própria dificuldade de se lidar com a realidade sertaneja. Havendo, então, a impossibilidade de explicar o fato por meio de um discurso unilateral, o escritor recorreu à arte, utilizando “a fantasia” como um meio de insurgência “contra a gravidade da ciência” (DIAS, 2009, p. 138- 139).

Essa abordagem está em consonância com o entendimento de Facioli (1998, p. 54). Segundo ele, “onde a ciência não podia resolver, fosse por suas condições teóricas de base, fosse por carência de pesquisas, a imaginação poética estava a postos para suprir o vazio que se apresentasse.”

Segundo Coimbra (2012), o cientista, à semelhança do poeta, ao realizar o registro dos resultados de suas pesquisas, ressent-se das limitações impostas pela linguagem cotidiana. Assim como o poeta em seu percurso criativo, ele se posta perante o novo, que lhe é desconhecido e, portanto, inexprimível. Se o descoberto precisa ser expresso mas é, em si mesmo, inexprimível, há que se construir um caminho que conduza em direção à expressão. Melhor dizendo, uma ponte entre o desconhecido e o conhecido. A ponte que se constrói é a analogia. Exceção feita aos textos de divulgação científica, cujo público-alvo é heterogêneo e formado por pessoas leigas, os cientistas de uma forma geral procuram pautar seus escritos pela impessoalidade, pela logicidade e pela descrição precisa. Preocupam-se em alijar dos textos qualquer indício de inexatidão. Mas os cientistas costumeiramente precisam recorrer a analogias para dizer a ciência, mesmo que não se deem conta desse fato.

Referentemente à Amazônia, Euclides, em suas “Impressões Gerais”, do livro *À Margem da história*, questiona a “literatura científica” sobre a região, que, no seu entender, situa-se “bem pouco além de um mundo maravilhoso”. Ele relembra o caso exemplar do pesquisador Frederico Hartt, que estava estudando a geologia do Amazonas, “quando em dado momento se encontrou tão despeado das concisas fórmulas científicas e tão alcanorado no sonho, que teve de colher de súbito todas as velas à fantasia: – Não sou poeta. Faço a prosa da minha ciência” (CUNHA, 2003, p. 36).

Parece haver uma similaridade entre a condição de Hartt e a de Euclides, no sentido de tentar adentrar no universo da ciência abdicando do seu “lado poeta”. Esforçando-se por se libertar da impertinente imaginação, Hartt mergulhou em suas deduções rigorosas. No entanto,

duas páginas adiante já se encontrava novamente enredado em novos arrebatamentos e enlevos. Mas Euclides explica que tal fato se deu porque a Amazônia tem a marcante peculiaridade de impressionar a civilização distante, por seus múltiplos superlativos. “É que o grande rio, malgrado a sua monotonia soberana, evoca em tanta maneira o maravilhoso, que empolga por igual o cronista ingênuo, aventureiro romântico e o sábio precavido” (CUNHA, 2003, p. 37).

Ali, segundo Euclides, “às induções avantajam-se demasiado os lances de fantasia. As verdades desfecham em hipérboles”, emparceirando os sonhadores e fantasistas aos sábios deslumbrados. E “os dizeres da ciência desfecham num quase idealismo: as análises rematam-nas prodígios; as vistas abreviadas nos microscópios desapertam-se no descortino de um passado muitas vezes milenário (CUNHA, 2003, p. 37-38).

Tanto no caso dos sertões baianos como no da Amazônia, foi a metáfora que redimiu Euclides, dando vigor à sua escrita e oferecendo a chave de acesso a um mundo inacabado para, de algum modo, compreendê-lo. Como demonstra Paiva (2005, p. 163), “posto que o mundo é inacabado e jamais pode ser contemplado em sua plenitude, a possibilidade da criação poética ou científica é infindável, e o dinamismo do pensamento – que em último instância é propiciado pela imaginação criadora –, na poética ou na ciência, não possui termo”.

Assim, os escritos de Euclides sobre a Amazônia são recheados de metáforas que elucidam tanto o pensamento científico quanto os vislumbres poéticos do escritor.

Discorrendo sobre a metáfora, Coimbra (2012) aponta uma diferença fundamental entre as metáforas da ciência e as metáforas da literatura: na ciência, a

metáfora surge, *a priori*, com a função de cobrir lacunas terminológicas, isto é, ela não deriva de um “imperativo estético ou expressivo”, “mas destina-se a um percurso de divulgação e convenção que culminará, eventualmente, na perda da consciência do percurso conceptual efetuado”. Dessa forma, quando um pesquisador propõe um paralelo metafórico para nominar uma determinada descoberta, ele pretende introduzir esse termo na comunidade científica, empenhando-se para que o mesmo venha a ser aceito e utilizado pelos seus pares. Quando isso acontece, o uso acaba por fazer com que a consciência do paralelo metafórico se dilua. Por exemplo, quando ouvimos falar, hoje, em vírus informáticos, jamais estabelecemos conexões de sentido desse “vírus” com alguma doença de natureza médica. “Não podemos, no entanto, segundo a Linguística cognitiva, afirmar que a figura morre. Nesta perspectiva, pelo contrário, considera-se que ela ganha uma nova vida, já que se generaliza, e se entrosa no código linguístico (COIMBRA, 2012, p. 3).

Por outro lado, a metáfora literária, ou poética, não nasce destinada à vulgarização (embora isso possa eventualmente acontecer). A metáfora incrustada em um poema, por exemplo, não responde por nenhum objetivo de propor terminologia com vista à sua utilização geral.

Se o cientista espera, ao introduzir novos termos por uma analogia, que esta seja considerada boa, aceite e utilizada pelos outros cientistas, o poeta, ao criar uma nova expressão metafórica, não estará, à partida, a pensar que ela virá a ser utilizada pelos outros poetas. A beleza da metáfora poética prende-se, antes, com a sua originalidade, o seu carácter único e irrepetível. Assim, enquanto uma analogia científica bem feita e útil em termos terminológicos será, em pouco tempo, pertença da

comunidade e utilizada em textos subsequentes até se perder a noção da projeção metafórica inicial, a linguagem figurada de um poema será única e irrepetível. De fato, mesmo que ela seja retomada em palimpsesto, por processos de intertextualidade, algo novo lhe será, de cada vez, acrescentado e sobreposto, algo que só o gênio criador do poeta será capaz de conquistar (COIMBRA, 2012, p. 3).

Além de tudo, resta o reconhecimento de que o cientista e o poeta têm em comum, em seus escritos, a necessidade de ultrapassar os estreitos limites do código linguístico estabelecido na linguagem cotidiana. “Os novos campos do saber desbravados pela ciência, por um lado, e os mundos possíveis da realização poética ficcional, por outro, exigem ambos um alargamento das potencialidades semânticas da linguagem”. Consequentemente, a analogia se torna um recurso valioso e imprescindível para que a ponte seja estendida sobre o desconhecido, e isso vale para cientistas e poetas. Assim, “todas as diferenças que possamos encontrar entre os dois tipos textuais não ultrapassam, no campo da expressão metafórica da linguagem, um mesmo impulso criativo, uma mesma necessidade de fantasia e de ir mais além” (COIMBRA, 2012, p. 4).

Rodrigues (2007, p. 20) confirma que metáforas e analogias “são utilizadas de forma abundante na produção de conhecimento, em todas as áreas. A história e a filosofia da ciência estão repletas de casos em que metáforas, analogias e modelos foram utilizadas na física, na química, na biologia, etc.” E acrescenta que o que é raro não é a utilização da metáfora na ciência, de forma explícita ou implícita, mas a sua não utilização. O uso de analogias e metáforas é inevitável na construção de modelos científicos. Rodrigues (2007) lembra que, aquilo

que se tornou objeto, isto é, recebeu dimensão “real” – construída ou coisificada – teve a própria analogia como sustentação corpórea no mundo dos objetos.

Rodrigues (2007) assume que o pensamento metafórico

não é formalmente ensinado a ninguém, emergindo como uma propriedade da própria inteligência (logos) humana. Isso nos leva a crer que a analogia pode bem ser vista como um ato cognitivo, como uma faculdade da cognição mesma, em que a razão busca comparações, correlações e similaridades de modelos, linguagens, formas, funções, estruturas, estéticas, etc., entre dois ou mais domínios distintos de objetos de conhecimento em que pelo menos um desses domínios já seja conhecido, mapeado, compreendido, modelado, aceito (RODRIGUES, 2007, p. 21).

Formado na atmosfera cultural do Brasil da segunda metade do século XIX, era normal que Euclides defendesse a relevância social do conhecimento científico de acordo com as noções do cientificismo. Perfilando-se entre os que assim procediam, ele busca “compreender as expressões artísticas por meio dessa *crença* no predomínio do saber científico sobre as outras manifestações do espírito humano”, conforme assinala Nascimento (2011, p. 6) Mas, conforme adverte Bachelard (1937; 1938), a ciência contemporânea é um conhecimento inacabado, em construção, e não passa de uma ficção a ideia da objetividade total, absoluta. Além disso, mesmo a razão atuando contra as imagens e contra as metáforas, está fora do seu alcance pulverizá-las completamente (PAIVA, 2005).

Por essa razão, as metáforas são abundantes nos textos de Euclides, mesmo aqueles pretensamente

científicos, técnicos ou sem qualquer veleidade literária, como bilhetes familiares. Certa vez, ele escreveu uma pequena carta ao filho (Euclides da Cunha Filho), comentando as notas registradas no seu boletim escolar, na qual dizia: “Recebi as notas pelas quais vejo que estás tenente em português e coronel em latim. Ficaria mais contente se se trocassem os títulos. Em todo caso, vejo que não estás perdendo tempo. [...] E a nossa velha Aritmética? Nem um posto? Nem mesmo o de alferes?” (In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 372). Quando nasceu o terceiro filho, a quem deu o nome de João Luís, em 28 de novembro de 1907, escreveu ao amigo Escobar: “Também por aqui me anda a praga dos filhos. Nasceu mais um. [...] Estou ficando patriarca” (In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 342). Consta também que, em outra ocasião, referindo-se ao quarto filho, de nome Luís, disse ao amigo Coelho Neto que aquela criança era “um pé de milho num cafezal” (MOTA, 2003, p. 182). Referia-se ao fato de o novo filho ter cabelos louros e olhos azuis, diferentemente dos demais, que tinham tez morena (RABELLO, 1966). E assim era: em tudo que Euclides escrevia, lá estavam as metáforas, tanto as literárias quanto as não literárias.

Nesse sentido, parece-me interessante ver uma certa similaridade entre Euclides e Shakespeare. Este, segundo Moura (2012), chegou bem perto do uso do “metaforês”, que seria uma linguagem constituída apenas de metáforas, tal como acontece em uma passagem de “Jornada nas Estrelas”. O fato de chegar perto já é um evento digno de nota, uma vez que Moura (2012) julga ser impossível se praticar uma linguagem dessa natureza, o metaforês. Assim sendo, há o destaque para o fato de Shakespeare ter a mania de metaforizar tudo. É o que acontece também com Euclides.

Listo a seguir, a título de exemplos, metáforas presentes em textos amazônicos pretensamente não literários Euclides:

Metáfora	Texto onde se encontra
“O caucheiro é um eterno caçador de territórios.”	“Brasileiros”, publicado no Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, em 1907.
Comentário: Refere-se aos caucheiros peruanos, que extraíam o látex de uma árvore chamada “caucho”, cujo produto era inferior ao da seringueira. A metáfora em questão traduz o caráter nômade da atividade desses extratores.	
“[...] Existia entre nós e as nascentes do Purus, descido um desmesurado telão, escondendo-no-las.”	“Euclides, testemunho de uma viagem” – entrevista publicada no Jornal do Commercio, em Manaus, 20 de outubro de 1905).
Comentário: A entrevista foi concedida logo após o retorno de Euclides a Manaus, após a navegação pelo rio Purus. A metáfora aponta para a configuração do Purus como um espaço completamente desconhecido.	
“O mateiro lança-se sem bússola no Dédalo das galhadas.”	“Entre os seringais”, publicado na Revista Kosmos, Rio de Janeiro, 3 (1), 1906.
Comentário: metáfora mitológica utilizada para descrever a formação dos seringais. Apresenta o espaço da selva como labiríntico.	
“(o cearense) Pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça.”	“Entre os seringais”, publicado na Revista Kosmos, Rio de Janeiro, 3 (1), 1906.
Comentário: A metáfora insere-se na alegorização dos seringais amazônicos como polvos desmesurados. As	

inúmeras estradas de seringueiras que circundam as barracas dos seringueiros são os tentáculos desse polvo.	
“Entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem.”	Prefácio do livro <i>Inferno verde</i> , de Alberto Rangel, em 1907.
Comentário: A metáfora, tomando o teatro como domínio fonte, expressa o contraste (antítese) entre o vigor da paisagem e a agonia do homem, perdido na imensidão da selva.	
“A história geológica vai escrevendo-se, dia a dia, ante as vistas encantadas dos que saibam lê-la.”	Prefácio do livro <i>Inferno verde</i> , de Alberto Rangel, em 1907.
Comentário: Metáfora que apresenta a natureza como um texto, dando conta de que a Amazônia só será conhecida no futuro, pois sua história ainda está sendo escrita.	
“De seis em seis meses, cada enchente, que passa, é uma esponja molhada sobre um desenho malffeito: apaga, modifica, ou transforma os traços mais salientes e firmes, como se no quadro de suas planuras desmedidas andasse o pincel irrequieto de um sobre-humano artista incontentável...”	Prefácio do livro <i>Inferno verde</i> , de Alberto Rangel, em 1907.
Comentário: O rio se apresenta como uma pessoa – artista incontentável. Com seu pincel, constrói os quadros da natureza; com sua esponja, apaga o que pintou a cada seis meses. Assim, o rio se configura paradoxalmente como um agente criativo, que constrói para destruir em seguida.	
“O caucho, depois dos golpes oblíquos com que o sangram, [...] poucas vezes resiste.” “Um trabalho inteligente atenua consideravelmente os	<i>Amazônia, um paraíso perdido</i> (2003, p. 266-267).

males destas sangrias anuais.”	
Comentário: falando sobre os cortes feitos com a machadinha nas árvores (árvore do caucho e seringueira), Euclides utiliza a metáfora CORTAR ÁRVORE É SANGRAR, que estava na base da mentalidade da sociedade extrativista do látex.	
“Os grandes rios misturam as suas águas na anastomose das nascentes.”	“Entre o Madeira e o Javari”, publicado em O Estado de São Paulo, 29 de maio de 1904.
Comentário: Metáfora ligada à anatomia humana, já que “anastomose” significa ligação ou junção de dois vasos sanguíneos, de dois nervos ou de duas fibras musculares. Refere-se à passagem do rio Acre para o Madre de Dios.	
“[...] Minúsculos titãs de envergadura de aço enrijada na têmpera das soalheiras calcinantes, a um tempo bravos e joviais [...].”	“Contra os caucheiros”, publicado em O Estado de São Paulo. 22 de maio de 1904.
Metáfora potenciadora, em que o sertanejo é idealizado, elevado à categoria de um titã, pela disposição e coragem ímpar em enfrentar todos os desafios à conquista do território amazônico. Esta passagem lembra a idealização do mesmo sertanejo em <i>Os Sertões</i> , descrito por Euclides como sendo “antes de tudo, um forte”.	
“O caucheiro é irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia.”	“Os Caucheros”, em “Amazônia, terra sem história”, do livro <i>À Margem da história</i> .
Comentário: A metáfora (paradoxo) ressalta o caráter antinômico da personalidade dos caucheiros peruanos, um caso de dupla personalidade. De acordo com a conveniência, eles tiram e põem as máscaras da elegância ou da brutalidade.	

“O impaludismo significa-lhe, antes de tudo, a carta de alforria de um atestado médico.”	“Um clima caluniado”, em “Amazônia, terra sem história”, do livro <i>À Margem da história</i> .
Comentário: A metáfora, tendo como domínio fonte a realidade da escravidão, descreve a situação do migrante “recém-vindo do Sul”, que aos poucos vai se escravizando à terra. Encurralado pelas dívidas, sente-se alforriado com a chegada inesperada da febre, que justifica e oficializa a sua “deserção”, sem a necessidade de fuga.	
“O Purus é uma das maiores dádivas entre tantas com que nos esmaga uma natureza escandalosamente perdulária.”	“Rios em abandono”, publicado no <i>Almanaque Brasileiro</i> , com o título de “Um rio abandonado” Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1908.
Comentário: A metáfora revela o deslumbramento de Euclides diante da natureza superlativa da Amazônia. A natureza se apresenta como sendo dadivosa e, mais que isso, perdulária. O rio Purus seria um exemplo eloquente dessa capacidade que tem a paisagem amazônica de deixar o homem deslumbrado.	
“Vi com a maior satisfação que o sr. aplaude o meu intento de seguir para os remotos pontos da nossa terra que desejo ver e estudar de perto.”	Carta a José Veríssimo, em 24 de junho de 1904 ¹⁴
Comentário: Ao metaforizar a Amazônia como um “ponto remoto” do país, Euclides lança mão de uma metáfora orientacional, demonstrando que via a região amazônica como um espaço longínquo e desconhecido.	

¹⁴ Todas as correspondências citadas como referência estão reunidas em Galvão; Galotti (1997).

<p>“Creio que faltam bem poucos dias para que se torne efetiva esta minha trágica candidatura ao impaludismo, ao beribéri, à filaria, e, talvez, à morte.”</p>	<p>Carta a Plínio Barreto, em outubro de 1904.</p>
<p>Comentário: Pouco tempo antes de viajar para a Amazônia, Euclides metaforiza a região como um espaço nosológico, para o qual havia vários candidatos. Essa “trágica” candidatura confirma a inclinação que Euclides tinha para a tragédia.</p>	
<p>“[...] Daí a minha ânsia de partir, buscando a forte diversão do meu duelo com o deserto na majestosa arena de 500 léguas que nos dá o Purus.”</p>	<p>Carta a Afonso Arinos, em 12 de janeiro de 1905.</p>
<p>Comentário: Tendo chegado a Manaus, onde teve que permanecer mais tempo que o esperado, tendo em vista os arranjos para a viagem rumo ao Purus, Euclides se sente incomodado com a demora e com o excessivo calor da cidade. E metaforiza a selva como um deserto, por concebê-la como um espaço praticamente vazio de homens.</p>	
<p>“Levo – nesta Meca tumultuária dos seringueiros – vida perturbada e fatigante.”</p>	<p>Carta a José Veríssimo, em 13 de janeiro de 1905.</p>
<p>Comentário: Diferentemente de Belém, que recebe grandes elogios de Euclides por suas ruas largas, avenidas arborizadas, sua feição europeia, Manaus é metaforizada negativamente. A cidade se apresenta cosmopolita, desorganizada, e quente, que cresceu sem planejamento. A visível má vontade do escritor em relação à capital amazonense deveu-se ao indesejado retardamento da viagem para as cabeceiras do Purus e à elevada temperatura com a qual teve que lidar.</p>	

“Creio tanto no meu destino de bandeirante, que levo esta carta de prego para o desconhecido com o coração ligeiro.”	Carta a Alberto Rangel, em 20 de março de 1905.
Comentário: Em alguns de seus textos, como neste caso, Euclides identifica-se como um “bandeirante” quando se reporta à sua expedição pela Amazônia, esta repetidamente descrita como “o desconhecido”.	
“O deserto agarrou-me covardemente, pelas costas, meu bom amigo.”	Carta a José Veríssimo, em 25 de maio de 1905, da Boca do Chandless, no Purus.
Comentário: Aqui se condensam duas metáforas: uma, ontológica, personifica o rio; a outra identifica a região com o deserto. Euclides, nessa dupla metáfora, lamenta o fato de ter ficado encalhado em um ponto do rio, devido à vazante.	
“O Clima é benigno, neste ponto; e se não fossem os mosquitos infernais que nos devoram estaríamos perfeitamente.”	Carta ao pai, em 25 de maio de 1905, da Boca do Chandless, no Purus.
Comentário: Há aqui uma metáfora potenciadora (hipérbole) para enfatizar a “voracidade” dos mosquitos.	
“Ainda ando no Alto Purus – e se não atravesso cachoeiras, revejo as infindáveis provas de um malvado Relatório que não quer acabar.”	Carta a Plínio Barreto, em 2 de abril de 1906, do Rio de Janeiro.
Comentário: Metáfora ontológica (personificadora) a respeito do Relatório da expedição que teria de enviar ao Barão do Rio Branco.	

<p>“Estou [...] a fim de limpar o meu organismo dessa ferrugem que ameaça devorá-lo.”</p>	<p>Carta a Francisco Escobar, em 18 de abril de 1906, de Jaguarí, Minas Gerais.</p>
<p>Comentário: Meses após retornar de sua viagem pela Amazônia, Euclides sofria com o impaludismo que contraíra na região. A previsão de que poderia adoecer na região se confirmara.</p>	
<p>“Obedeço ao meu belo destino de caçador de perigos e à eterna ilusão de ser útil à nossa terra que merece tudo.”</p>	<p>Carta a Henrique Coelho, em 30 de julho de 1906, do rio de janeiro.</p>
<p>Comentário: Euclides lavrou essa metáfora para se referir ao seu projeto de retornar à Amazônia, dessa feita como fiscal da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e aproveitar o ensejo para completar suas observações sobre a região.</p>	
<p>“Andei e ando muito doente de <i>mapite</i> aguda, porque certo há um micróbio sinistro emparceirado às traças vingadoras das velhas cartas geográficas feitas há trezentos anos para maior tormento dos que hoje as deletreiam.”</p>	<p>Carta a Domício Gama, em 15 de agosto de 1907, do Rio de janeiro.</p>
<p>Comentário: A metáfora da medicina é comum em Euclides. Aqui ele cria, inclusive, o neologismo “mapite” e identifica as traças com os micróbios para expressar sua rotina diária de leitura de cartas geográficas.</p>	
<p>“Andei em Tabatinga, através de não sei quantos mapas velhos e errados, que tive de recomençar a corrigir.”</p>	<p>Carta a João Luís, em 15 de novembro de 1907, do Rio de Janeiro.</p>
<p>Comentário: Euclides diz que andou por Tabatinga, município</p>	

amazonense, através de mapas antigos. Dessa forma, externou a metáfora LER MAPAS É VIAJAR.	
“(Inferno verde) é o livro do meu primeiro discípulo, alentando-me na convicção de que abri uma <i>picada</i>, levando a outros rumos o espírito nacional.”	Carta a Vicente, em 18 de setembro de 1908, do Rio de Janeiro.
Comentário: Euclides expressa a “vaidade encantadora” que tem em relação à publicação do livro <i>Inferno verde</i> , de seu amigo Alberto Rangel. Há aí duas metáforas conjugadas: a do discipulado e a da abertura de “picada” (caminho estreito aberto na mata). No conjunto, as duas metáforas compõem uma “metáfora metalinguística.	

Quadro 8 – Outras metáforas amazônicas de Euclides

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Introdução deste trabalho, me propus investigar, nos limites da natureza da pesquisa, as questões formuladas a respeito do discurso metafórico de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, das metáforas utilizadas por ele para descrever a região e da superabundância de metáforas amazônicas em seus textos. E a primeira premissa que o estudo veio a confirmar é a de que Euclides foi, de fato, um grande metaforista, considerando metaforista a pessoa que utiliza metáfora com frequência em seus discursos. Vimos que as metáforas residem em praticamente todos os seus textos, não apenas os ficcionais mas igualmente os pretensamente não ficcionais, como as inúmeras cartas endereçadas a amigos e familiares e os relatórios técnicos que frequentemente escrevia, em razão do ofício de engenheiro. A cada página, o leitor vai “saboreando” (para usar um termo da lavra de Aristóteles) metáforas, sejam estruturais, sejam orientacionais, sejam ontológicas (utilizo agora termos propostos por Lakoff e Johnson).

No decurso da pesquisa, foi possível mostrar também que as metáforas amazônicas de Euclides podem ser lidas, de acordo com a perspectiva do leitor, a partir do escopo de diferentes opções teóricas, isso porque as teorias abordadas neste trabalho (clássica, interacionista e conceptual, principalmente) não são absolutamente excludentes, embora contenham pontos divergentes e apontem em direções distintas. Então, a preferência teórica do leitor preside a sua aventura pelos textos. Quando Lakoff e Johnson (2002, p. 48) assinalam que “a metáfora não é somente uma questão de linguagem”, mas é também uma questão de pensamento, esse “somente”

declara que ela é “também” uma questão de linguagem. Aristóteles ensinava que ela “é” uma questão de linguagem, mas não consta que tenha sugerido o “somente”, ficando essa sugestão por conta de muitos dos seus sucessores. Aristóteles não diz que a metáfora é “somente” um elemento decorativo na linguagem. Ele inclusive a vê como produtora de conhecimento, instauradora de sentido.

Todavia, em que pesem os acertos (e até os desacertos) de uma ou outra teoria, assumo a tese, apoiado em Lakoff e Johnson (2002), de que as metáforas amazônicas de Euclides externam, de fato, a visão dele sobre a terra e a gente *da* e *na* Amazônia, muito além de serem “apenas” recursos retóricos. Elas demonstram a evolução do pensamento de Euclides a respeito da região amazônica: as primeiras metáforas, que registram suas primeiras impressões, revelam um indisfarçável desapontamento e decepção em relação às expectativas que alimentara a partir das “monografias” que lera. Viu a região como um espaço entediante e monótono, porque homogêneo. Mas dessa visão “aérea” homogeneizante, ele deriva para a denúncia da espoliação dos seringueiros pelos patrões arrivistas, que os escravizavam. Nesse sentido, evolui do mero geografismo para o enfoque sociocultural forjado pelos flagrantes que vivenciou no decurso de sua expedição. Ou seja, da tendência inicial à negativização do espaço e da gente amazônica, presente nas leituras que absorveu, evolui para uma defesa dessa terra e dessa gente, principalmente os sertanejos nordestinos que ali se encontravam. E, claro, há equívocos e acertos na visão do escritor materializada nas metáforas. Por exemplo, ele se equivoca ao conceber o rio Amazonas como destruidor da terra, quando, na verdade, o fenômeno das “terras

caídas” das suas margens está na ordem normal das coisas, conforme assegura Braga (2002).

Euclides se equivoca também quando lança mão da metáfora do “deserto” para descrever a região. Para conceber a região como deserta de gente, desabitada, seria necessário ignorar os inúmeros povos nativos que a habitavam, tendo a imensa floresta tropical como a sua “casa”. Além disso, havia grandes cidades na Amazônia, no início do século XX, como Manaus e Belém, e tantas outras cidades menores. Só que a tentação da generalização era sempre uma possibilidade nessa Amazônia que “sempre teve o dom de impressionar a civilização distante”. E Euclides generalizou – ou seria melhor dizer “exagerou”? – nesse ponto, como em alguns outros. Chamou “deserto” à pequena densidade demográfica da região e, nesse aspecto, prestou um desserviço às comunidades nativas amazônidas.

Ponto para ele quando corrige o tópico da insalubridade do clima. O clima tropical úmido fora vítima da “calúnia” de alguns estudiosos consultados por Euclides, como é o caso do médico italiano Luigi Buscalione, que o estimularam a também caluniá-lo, responsabilizando-o pelo pretense “rebaixamento moral” e pelo “enfraquecimento de todas as faculdades” dos recém-chegados e dos habitantes da região, além imputar-lhe a responsabilidade pela assustadora incidência de doenças que faziam da região o reino das pestes e moléstias. Não cabe razão a Euclides também quando ele olha para a gente amazônida como preguiçosa e desregrada, ainda mais apontando o determinismo fatalista do clima como fator de degenerescência humana, que torna aquela gente indiferente a qualquer esforço civilizatório. Evidentemente, trata-se de um olhar etnocêntrico oriundo das leituras que fizera, como é o

caso dos textos de Bufon e dos divulgadores de suas ideias (PINTO, 2006). Mas ele revisa o tópico depois, no texto “Um clima caluniado”, redimindo o clima dessa predicação “caluniosa”. Na retificação do tópico, atribui ao clima uma função “superior”, qual seja a de realizar a seleção natural, preparando a terra para os mais aptos.

Euclides acerta quando mostra o seringueiro como um escravo. Escravidão teria sido o melhor termo para descrever o regime de trabalho perpetrado nos seringais amazônicos naqueles idos, quando os seringueiros, via de regra, eram prisioneiros das dívidas insanáveis junto ao patrão e da prisão a céu aberto da natureza circundante, que os aniquilava. Euclides fica tão abismado com os flagrantes de escravidão dos seringueiros naquele “renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco”, (CUNHA, 2003, p. 53) que não se furta a tornar esse um dos seus principais temas quando escreve sobre a Amazônia. Defende a instauração de leis trabalhistas que redimam o homem abandonado nos rincões amazônicos e a aplicação da justiça contra a vergonhosa e aterradora espoliação.

Mas há um item que não pode ser passado por alto: a antítese que Euclides estabelece entre o peruano (caucheiro) e o sertanejo brasileiro (seringueiro), ambos trabalhadores que disputavam praticamente o mesmo espaço: os brasileiros como extratores do látex da seringueira, e os peruanos às voltas com a árvore do caucho. Movido por um nacionalismo quase xenófobo, ele se mostra bem impressionista: idealiza o seringueiro brasileiro, ao mesmo tempo em que caricaturiza o caucheiro peruano. Aquele é retratado como herói, conquistador, nobre, que está “amansando o deserto” e construindo um território; este é retratado como bandoleiro, dissimulado e assassino. Em contraposição

aos brasileiros “titãs” construtores de um território, está a sanha predatória dos peruanos com sua “civilização à gandaia”, deixando sempre atrás de si um rastro aterrador de destruição. De fato, percebe-se certa má vontade de Euclides em relação aos peruanos, inclusive com aqueles que faziam parte da expedição mista brasileiro-peruana de exploração do Purus, desconhecidos com quem ele foi obrigado a passar muitos dias “na mais estreita intimidade”. Evidentemente, ocorreram conflitos de interesses entre representantes das duas nacionalidades relativamente ao conflito maior que o conduziu até ali. E na narração desses conflitos, Euclides é pródigo na exaltação das boas qualidades dos brasileiros, e igualmente pródigo na demonstração da deslealdade e belicosidade dos peruanos. Euclides parece estar lançando mão de técnicas impressionistas quando idealiza uns e caricaturiza outros. Estavam ali representados dois países “brincando” de “cabo de guerra” em torno da posse de um imenso território de fronteira.

Quanto à outra antítese (ou mesmo paradoxo) bastante explorada por Euclides, a do paraíso/inferno (o inferno é verde; o paraíso é diabólico), resta saber que ele idealizou o paraíso, mas não esperava encontrá-lo como o encontrou: maculado pela doença aguda do arrivismo insaciável. Vista por esse ângulo, a região era, na verdade, o antiparaíso, o inferno. Além disso, o paraíso era perdido porque atrasado, situado num tempo-espço aquém do conhecimento e da ciência. O signo da incompletude da terra chamusca toda a literatura sobre ela. Assim, a metáfora antinômica do paraíso/inferno casa bem com a imagem do Gênesis interrompido, ou não completado: é que sobre o gênesis precipitou-se o apocalipse que o malignou. Uma situação de penúria se

instalara na região por volta de 1870, com o advento do famigerado ciclo da borracha e a sua economia altamente predatória. Euclides chega à conclusão, quanto a essa realidade, de que a “civilização” precisava chegar até ali. Olhando para a terra e a gente com o seu olhar instrumentalizado pelo positivismo, ele entende que a única redenção possível seria a intervenção do Estado, a quem caberia a responsabilidade de levar o progresso e a civilização para a região. E exige essa intervenção o mais rápido possível.

Mas persiste a questão: por que Euclides utilizava tantas metáforas para se referir à Amazônia? Essa pergunta foi basilar na elaboração deste trabalho, pois foi ela que funcionou como fio condutor da pesquisa. Afirmar, na Introdução, que Euclides muitas vezes, em seus textos amazônicos, debate-se ante dois grandes dilemas: ter que ultrapassar a tríplice fronteira do território, da ciência e do compreensível, e, além disso, administrar as linhas cruzadas da ciência com a ficção, do texto literário com o texto científico.

A Amazônia é intraduzível tanto para cientistas quanto para artistas. Isto está claro nos textos de Euclides. E Hardman (2009) concorda com ele quanto à “intraduzibilidade” da região. A prosa perdida e inconclusa na Amazônia de Euclides, segundo Hardman, tem linhas cruzadas com linhagens literárias diversas, que vão “da literatura dos viajantes ao modernismo hispano-americano, do romantismo ao naturalismo regionalista, de Alberto Rangel a José Eustasio Rivera, a Raul Bopp, Mário de Andrade e Raimundo Morais, sempre na ótica dos impasses da representação daquele mundo” (HARDMAN, 2009, p. 21).

Euclides busca encontrar algum fio condutor da tradução da Amazônia imergindo na linhagem ancestral

dos cronistas-viajantes, já que ali há testemunhos abundantes de olhos que viram a terra e a gente, e as descreveram. Mas acontece que a região, dada a sua extensão continental e internacional, somada à biodiversidade inabarcável e ao pujante confronto de vozes dissonantes relativamente ao espaço e à gente, praticamente impossibilitava a construção de uma forma narrativa capaz de dar conta dessa realidade refratária às análises mais objetivas.

O que fazer diante de tamanho impasse?

Já sabemos que Euclides ensajou construir uma linguagem que sintetizasse as verdades da ciência e da arte. Escrevendo sobre a Amazônia, chegou a ensaiar esse discurso, mas ele ficou incompleto, à semelhança da incompletude da própria terra. Muitos outros escritores que fizeram da Amazônia o seu tema viram-se às voltas com a questão dos limites impostos pela própria paisagem, que se impunha.

A síntese que Euclides buscava entre a escrita artística e a científica, desde a publicação de *Os sertões*, e a continuação dessa busca nos textos amazônicos, não era absolutamente uma questão de “capricho” pessoal, mas era sim, conforme já citei anteriormente, um imperativo do momento, da época. Além disso, era um imperativo também da própria Amazônia-Esfinge, que ele precisava decifrar para não ser devorado por ela. Acontece que ela é indecifrável, intraduzível, inefável. Euclides, “ao desenhar essa Amazônia ainda desconforme, ‘portentosa mas incompleta’, sugere o impasse de qualquer expressão cultural que a queira compreender e traduzir: ‘tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência’” (HARDMAN,

2009, p.39). Trata-se do sintoma da “falta no excesso”, que perpassa boa parte dos escritos amazônicos de Euclides. O caso de Walter Bates, entre Belém e Tefé às voltas com a questão da melhor representação da região, preocupado com os limites tanto da ciência quanto da arte, assim como o caso de Frederico Hartt, tentando exorcizar a fantasia que assombrava as suas teses científicas são testemunhas do impasse, que acomete tanto cientistas quanto artistas e escritores.

Então, avulta uma questão crucial: como decifrar um enigma indecifrável? Como resolver o impasse? Euclides achou a chave do enigma: a metáfora – só ela pode dizer o indizível, traduzir o intraduzível, abarcar o inabarcável. Por isso, Euclides dela se valeu sem parcimônia. A metáfora se apresenta aí como uma ponte sobre o abismo do inefável. E ela ainda contribui para hachurar muitas incômodas lacunas tanto da linguagem científica quanto da artística.

No prefácio de *Inferno Verde*, Euclides assegura que a Amazônia é a enigmática e ameaçadora Esfinge. “Se o escritor, afoito e temerariamente, tentar descortiná-la num só lance, vacilará na vertigem do deslumbramento”. Nesse contexto, as metáforas de Euclides, mais literárias que científicas, levando em conta as considerações de Coimbra (2012), se prestam para dizer o indizível, para abarcar um mundo infinito com a linguagem finita, para lidar com a tríplice fronteira: do território, do desconhecido e da ciência, para preencher lacunas sempre existentes na ciência e na arte.

Tanto no caso dos sertões baianos como no da Amazônia, foi a metáfora que redimiou Euclides, dando vigor à sua escrita e oferecendo a chave de acesso a um mundo inacabado para, de algum modo, compreendê-lo.

Como demonstra Paiva (2005, p. 163), “posto que o mundo é inacabado e jamais pode ser contemplado em sua plenitude, a possibilidade da criação poética ou científica é infindável, e o dinamismo do pensamento – que em último instância é propiciado pela imaginação criadora –, na poética ou na ciência, não possui termo”.

Por fim, embora eu considere que a metáfora está muito longe de ser uma panaceia, o remédio que cura todos os males, parece-me ser impossível negar que, quando temos a necessidade premente de dizer o novo, o diferente, ou de transitar por territórios distintos, a metáfora pode nos socorrer; quando nos acomete o dilema de ter que abarcar um mundo infinito com uma linguagem finita, é a metáfora que nos salva; e quando precisamos urgentemente que uma ponte se estenda em direção ao desconhecido, a própria metáfora se faz ponte e sobre ela nos movemos. Na incursão pelos textos amazônicos de Euclides, fui brindado com todas essas descobertas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.

ALEIXO, Marcos Frederico Krüger. *Introdução à poesia no Amazonas*, com apresentação de autores e textos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982. (dissertação de Mestrado)

ANDRADE, Adriano Dias de. *A metáfora no discurso das ciências*. Recife: UFPE, 2010. (Dissertação de Mestrado)

ANDRADE, Jeferson de. *Anna de Assis – História de um trágico amor*. Rio de Janeiro: Codecri, 1987.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s/d.

_____. *A Poética Clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1981.

_____. *Poética*. [Trad. Eudoro de Sousa]. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002.

BACHELARD, Gaston. *Le Nouvel esprit scientifique*. Paris: J. Vrin editeur, 1937

_____. *La Formation de l'esprit scientifique: contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: J. Vrin editeur, 1938.

_____. *La Psychanalyse du feu*. Paris: Gallimard, 1949.

_____. *L'engagement rationaliste*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

BARROS, Antonio Teixeira de. *Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre ecologia e a exaltação das belezas naturais da Amazônia*. Latinoamérica, Revista de Estudos Latinoamericanos, n 044, PP. 129-156. Distrito Federal, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

BATISTA, Djalma. *Amazônia – cultura e sociedade*. Manaus: Valer; EDUA, 2003.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

BLACK, Max. *Modelos y metáforas*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

BRAGA, Robério. *Euclides da Cunha no Amazonas*. Manaus: Valer; Fundação Lourenço Braga, 2002.

BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BRUNI, José Carlos. *Apresentação*. In: PAIVA, Rita de Cássia Souza. *Gaston Bachelard: a imaginação na ciência, na poética e na sociologia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

BUENO, Magali Franco. *O Imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa*. USP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

_____. *Natureza como representação da Amazônia*. Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ, n. 23, jan./jun. de 2008.

BUFFON. *Del hombre*. Escritos antropológicos. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

CASTRO, Walter de. *Metáforas machadianas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978 (Linguística e Filologia)

CHALHUB, Samira. *A Metalinguagem*. São Paulo: Ática, 2002.

CHAMIE, Mário. *Horizonte de esgrimas*. Ribeirão Preto: Funpec, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

COIMBRA, Rosa Lúcia. *Metáfora poética e analogia científica: um ponto de encontro*. Estudo apresentado no sexto congresso da AIL do Centro de Línguas e Culturas da universidade de Aveiro. Disponível em http://www.oocities.org/ail_br/metaforapoeticaeanalogia. Acessado em 27/12/2012.

CORRÊA DA SILVA, Marilene. *O Paiz do Amazonas*. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

COSTA, Craveiro. *A Conquista do deserto ocidental*. Subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco/AC: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia - Ser, Saber e Fazer*. São Paulo: Saraiva, 1997.

CUNHA, Euclides da. *Amazônia – um paraíso perdido*. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.

_____. *Um paraíso perdido* : reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (Coleção Brasil 500 anos).

_____. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975 .

_____. *Peru versus Bolívia*. São Paulo: Cultrix, 1975.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: biblioteca Nacional, 1976.

DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os Senhores dos rios*. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIAS, Antonio Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

DIAS, Léa Costa Santana. *O Consórcio da ciência e da arte enquanto projeto estético norteador d'Os Sertões, de Euclides da Cunha*. Revista A Cor das Letras 134, nº 10. UEFS, 2009.

DOURADO, Autran. *Breve manual de estilo e romance*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FACIOLI, Valentim A. Euclides da Cunha: consórcio entre a ciência e a arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, Beth (org). *O sertão e os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. 2. ed. revista. Manaus: Valer, 2008

FIGUEIREDO, Silvio Lima. *Viagens & viajantes*. São Paulo: Annablume, 2010.

FILIPAK, Francisco. *Teoria da Metáfora*. 2.ed.Curitiba:HDV, 1984.

FINGER, Ingrid. *Metáfora e significação*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCISCO, Domingos. *Metáfora da plenitude*. A heteronímia pessoana à luz da teoria da metáfora de Paul Ricoeur. Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1944.

FREIRE, José Ribamar Bessa (org.). *A Amazônia colonial*. 4. ed. rev. E ampl. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

GALVÃO, Valnice Nogueira (org.). *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1984 (Grandes Cientistas Sociais, 45).

GALVÃO, Valnice Nogueira. Euclides da Cunha. In: Pizarro, Ana (org). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, v. 2, 1994.

GALVÃO, Valnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GARCIA, Etelvina. *Amazonas, notícias da história: período colonial*. Manaus: Norma Editora, 2005.

GERBI, Antonello. *La naturaleza de Las Indias Nuevas*. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernandez de Oviedo. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. 2. ed. Apartado: Europa-América, 1989.

GUÉRIOS, R.F. *Tabus linguísticos*. São Paulo: 2 da edição. Editora Nacional, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot. *A Vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. ‘Euclides e os sertões amazônicos’. *Amazonas em Tempo*, ‘Cultura em dia’, em 03/05/1992a

_____. ‘Antigos modernistas’. Em Adauto Novaes (org.), *Tempo e história*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 289-305, 1992b

HATOUM, Milton. Manaus: o impasse da modernidade. In: DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

_____. *Máscaras da civilização*. Estadão de Hoje caderno 2, 23 de agosto de 2009. Disponível em: estadao.com.br/noticias/arteelazer,mascaras-da-civilizacao-por-milton-hatoum. Acesso em 29.08.2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2004 (série Texto Integral do Autor).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAKOBSON, Roman. *Linguística, Poética, Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana* [Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto]. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: WDUK, 2002 (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

Le GUERN, Michel. *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*. Paris: Larousse, 1973.

LIMA, Aldo de. *Metáfora e Cognição*. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2006.

LIMA, Eli Napoleão de. Literatura como fonte da História – Euclides da Cunha e a Amazônia. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho *et al* (orgs). *Mundo Rural Brasileiro, ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008. p.11/42.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

LOPES, Edward. *Metáfora: da retórica à semiótica*. 1. ed. São Paulo: Atual, 1986.

LOUREIRO, Antonio José Souto. *A Grande crise*. Manaus: T Loureiro & Cia, 1985.

_____. *O Amazonas na época imperial*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica – uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Trad. Antonio Porro. 2. ed. em português. Manaus: EDUA, 2006.

MARQUES, Luciana Moraes Barcelos. *Análise Discursiva da Metáfora: revisitando o estruturalismo*

saussuriano. Vitória: UFES, 2008 (Dissertação de Mestrado).

MEGGERS, Betty J. *Amazônia, a ilusão de um paraíso*. Trad. Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fatos da Literatura Amazonense*. 2. ed. Manaus: EDUA, 1998.

MORAES, Péricles. *Os Intérpretes da Amazônia*. Manaus: Valer, 2001.

MOTA, Lourenço Dantas. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora Três, 2003 (A Vida dos Grandes Brasileiros, 11)

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Vamos pensar em metáforas?* São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2012 (coleção Aldus).

_____. *Linguagem e cognição na interpretação de metáforas*. Revista Veredas, 6-1, 2002, p. 153-161.

_____. *Metáfora: das palavras aos conceitos*. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 40, n. 139, p. 51-69, 2005.

_____. Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas. Linguagem e (dis)curso, Tubarão, v. 7, n. 3, p. 417-452, 2007.

_____. Desfazendo dicotomias em trono da metáfora. *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 179 – 200, 2008.

NAGEL. Ernest. Ciência: natureza e objetivo. In: filosofia da ciência. *Apud* BARBOSA, Elyana. G. *Bachelard: o arauto da pós-modernidade*. Salvador: Ed. Universitária Americana, 1993.

NASCIMENTO, José Leonardo do. *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NETTO, Modesto Carone. *Metáfora e Montagem*. São Paulo: Perspectiva, 1974

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *A Divisão da monstruosidade geográfica*. Manaus: EDUA, 2007.

NOVAES, José de Campos. Os Sertões (campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). *Juízos críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankim Editorial, UNESP, 2003.

OGDEN RICHARDS, I. A. *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *The philosophy of rethoric*. New York: Oxford University Press, 1950.

_____. *Princípios de crítica literária*. Porto Alegre: Globo, 1967.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Primeiros Passos, 184).

ORTIZ, Renato. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

PAIVA, Rita de Cássia Souza. *Gaston Bachelard: a imaginação na ciência, na poética e na sociologia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

PAIVA, Vera Lúcia M. O.(Org.) *Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 1998.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Vanice Oliveira Sargentini e Cleudemar Alves Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

PINTO, Renan Freitas. *Viagem das idéias*. Manaus: Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

PLATÃO. *A República* Livro III, VII, X, [trad. Pietro Nasseti] 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PONTES, Eloy. *A Vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

PONTES, Eunice (org.). *A Metáfora*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (Coleção Vera Cruz, Literatura Brasileira, vol. 103).

RAMOS, Maria Luiza. *Fenomenologia da obra literária*. 4. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. 5 ed. revista. Manaus: Valer, 2001 – Resgate II

REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

RIBEIRO, Berta G. *Amazônia Urgente*: Cinco séculos de história e ecologia. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

RIBEIRO, Fabrício Leonardo. *Febre na selva: a Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha*. Franca, SP: Universidade Estadual Paulista, 2007 (Dissertação de Mestrado).

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

RODRIGUES, Léo Peixoto. *Analogias, modelos e metáforas na produção do conhecimento em Ciências sociais*. Pelotas [01]: Pensamento Plural 11-28, julho/dezembro, 2007.

SACKS, S. *Da metáfora*. São Paulo: Pontes, 1992.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo:

Hucitec; Feira de Santana: universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia.* 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SANTOS, Cristina Chaoui. *Teorias contemporâneas da metáfora: convergências em diferenças.* Florianópolis/SC: UFSC, 2001 (dissertação de Mestrado).

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora.* São Paulo: Parábola, 2007. (Lingua[gem], 24)

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral.* São Paulo: Cultrix, 1990.

SCHWARCS, Lilia Katri Moritz. Entre homens de Ciencia. *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Sônia Maria Cândido da. *Construções metafóricas conceptuais atualizadas em crônicas dos séculos XIX e XX.* Tese de Doutorado apresentada Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2009.

SILVA, Wilton Carlos da. *As Terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richards Francis Burton*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Tratado de semântica brasileira*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1965.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo*. 2. ed. Manaus: Valer, 2003.

_____. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

STEINER, Jorge. *Gramáticas da criação*. Trad. Sergio Augusto de Andrade. São Paulo: Globo, 2003.

TAUNAY, Afonso. *Zoologia fantástica do Brasil, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Edusp, 1999.

TELES, Gilberto Mendonça. *A Escrituração da Escrita*. Petrópolis: Vozes, 1996.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo – uma planificação ecológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1982.

_____. *O Rio comanda a vida – uma interpretação da Amazônia*. 9. Ed. rev. Manaus: Valer; Governo do Estado, 2000.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Margens míticas: A Amazônia no imaginário europeu do século XVI*. In: PRIORE, Mary Del & GOMES, Flávio dos Santos

(orgs.). *Os Senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VERÍSSIMO, José. Uma história de Os sertões e da campanha de Canudos. In: NASCIMENTO, José Leonardo; FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo, as cartas que batizaram a América*. São Paulo: Planeta, [1504] 2003.

VIANU, Tudor. *Los problemas de La metáfora*. [trad. De Manuel Serrano Pérez] 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1971.

VILELA, Mário. *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra-Portugal: Almeidina, 2002.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: EDUSP, 1979.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: *Grandes cientistas sociais*. Org. Gabriel Cohn. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

ZANOTTO, M. S.; MOURA, H. M. M.; NARDI, M. I.; VEREZA, S. C. Apresentação à edição brasileira. In: LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. [Coord. de trad. Mara Sophia Zanotto]. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: WDUC, 2002 (Coleção As Faces da Linguística Aplicada)